

Resenha

de Política Exterior do Brasil

número 118, 1º semestre de 2016

MINISTÉRIO DAS RELAÇÕES EXTERIORES
Coordenação-Geral de Documentação Diplomática

RESENHA DE POLÍTICA EXTERIOR DO BRASIL

Coordenação-Geral de Documentação Diplomática

Número 118, 1º semestre de 2016 – Ano 44, ISSN 01012428

© 2016 Todos os direitos reservados. A reprodução ou tradução de qualquer parte desta publicação será permitida com a prévia permissão do Editor.

A **Resenha de Política Exterior do Brasil** é uma publicação semestral do Ministério das Relações Exteriores, organizada e editada pelo Coordenação-Geral de Documentação Diplomática (CDO) do Departamento de Comunicações e Documentação (DCD).

- Ministro de Estado das Relações Exteriores

Mauro Luiz Iecker Vieira até 11 de maio de 2016

José Serra a partir de 12 de maio de 2016

- Secretário-Geral das Relações Exteriores

Embaixador Sérgio França Danese até 24 de maio de 2016

Embaixador Marcos Bezerra Abbott Galvão a partir de 25 de maio de 2016

- Subsecretário-Geral do Serviço Exterior

Embaixadora Maria-Theresa Lazaro

- Diretor do Departamento de Comunicações e Documentação

Ministro João Pedro Corrêa Costa

- Coordenação-Geral de Documentação Diplomática

Conselheiro Pedro Frederico de Figueiredo Garcia (organização e edição)

Resenha de Política Exterior do Brasil / Ministério das Relações Exteriores, Departamento de Comunicações e Documentação : Coordenação-Geral de Documentação Diplomática. – Ano 1, n. 1 (jun. 1974)-. – Brasília: Ministério das Relações Exteriores, 1974

360p.

ISSN 01012428

Semestral.

1.Brasil – Relações Exteriores – Periódico. I.Brasil. Ministério das Relações Exteriores.

CDU 327(81)(05)



Departamento de Comunicações e Documentação

SUMARIO

DISCURSOS	16
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA AULA INAUGURAL NO INSTITUTO RIO BRANCO (BRASÍLIA/DF, 18/01/2016)	16
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA IV CÚPULA DE CHEFAS E CHEFES DE ESTADO E GOVERNO DA CELAC (QUITO, 27/01/2016)	23
DISCURSOS DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE CHANCELERES DA UNASUL (QUITO, 28/01/2016)	26
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE APOIO À SÍRIA E REGIÃO (LONDRES, 04/02/2016)	29
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA PALESTRA NO CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CEBRI) (RIO DE JANEIRO, 16/02/2016)	31
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA 116ª SESSÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DO CAFÉ (ADIS ABABA, 9/03/2016)	40
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, PO OCASIÃO DA IV CÚPULA DE SEGURANÇA FÍSICA NUCLEAR (WASHINGTON, 1/04/2016)	43
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA ABERTURA DO XIV CURSO PARA DIPLOMATAS SUL-AMERICANOS (BRASÍLIA/DF, 06/04/2016)	45
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, NA SESSÃO DE DEBATES TEMÁTICOS DO SENADO FEDERAL "MEIO AMBIENTE E ESTADO: DESAFIOS PARA O LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO" (BRASÍLIA/DF, 26/04/2016)	51
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO INSTITUTO PARA A DEMOCRACIA E ASSISTÊNCIA ELEITORAL (IDEA) BRASÍLIA/DF, 27/04/2016)	55
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTEIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO AOS EMBAIXADORES ÁRABES (BRASÍLIA/DF, 02/05/2016)	56

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (BRASÍLIA/DF 18/05/2016)	58
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DE CARGO DE MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (BRASÍLIA/DF, 18/05/2016)	61
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, DURANTE A SESSÃO "TODOS A BORDO PARA 2030" DA REUNIÃO DO CONSELHO MINISTERIAL DA OCDE (PARIS, 02/06/2016)	66
DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, DURANTE A REUNIÃO MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO (OMC) (PARIS, 02/06/2016)	68
ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO PERÍODO	70
COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES	72
INAUGURAÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL VENEZUELANA 05/01/2016	72
ATENTADO NA ÍNDIA 05/01/2016	72
ANÚNCIO DE DETONAÇÃO DE ARTEFATO NUCLEAR PELA REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA 06/01/2016	72
ATAQUE A CENTRO DE TREINAMENTO NA LÍBIA 07/01/2016	73
ATENTADO EM ISTAMBUL 12/01/2016	73
ATENTADO NO CAMEROUN 13/01/2016	73
ATENTADO NA TURQUIA 14/01/2016	73
ATENTADO NA INDONÉSIA 14/01/2016	74
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA À ARGENTINA – COMUNICADO CONJUNTO – BUENOS AIRES, 16 DE JANEIRO DE 2016 14/01/2016	74
ELEIÇÃO DO PROFESSOR ANTONIO PAULO CACHAPUZ DE MEDEIROS PARA O TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR 15/01/2016	75
ATENTADO EM BURKINA FASO 16/01/2016	75
ATENTADOS NA SÍRIA 17/01/2016	75
AULA INAUGURAL DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA NO INSTITUTO RIO BRANCO – BRASÍLIA 18/01/2016	76

"DIA DA IMPLEMENTAÇÃO" DO PLANO ABRANGENTE DE AÇÃO CONJUNTA SOBRE O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO 19/01/2016	83
CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA MAURITÂNIA 20/01/2016	84
ATENTADO NO PAQUISTÃO 20/01/2016	84
ATENTADO EM CABUL 21/01/2016	84
ATENTADO NA SOMÁLIA 22/01/2016	84
VIAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA AO EQUADOR – QUITO, 26 DE JANEIRO DE 2016 22/01/2016	85
PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA NA IV CÚPULA DA COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC) – QUITO, 27 DE JANEIRO DE 2016 22/01/2016	85
ELEIÇÕES NO HAITI 25/01/2016	85
ATENTADOS NO CAMEROUN 26/01/2016	86
DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO 27/01/2016	86
CRIAÇÃO DE MISSÃO POLÍTICA ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA MONITORAMENTO DO ACORDO DE PAZ ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA E AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA, EXÉRCITO DO POVO (FARC-PE) 27/01/2016	86
VISITA OFICIAL AO BRASIL DO PRESIDENTE DA BULGÁRIA, ROSEN PLEVNELIEV – BRASÍLIA E SÃO PAULO, 1º A 3 DE FEVEREIRO DE 2016 28/01/2016	87
VISITA AO BRASIL DA CHANCELER DA VENEZUELA, DELCY RODRÍGUEZ – BRASÍLIA, 29 DE JANEIRO DE 2016 28/01/2016	87
CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM TIMOR-LESTE 29/01/2016	88
ATENTADOS NA NIÉRIA 01/02/2016	88
I REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-OMÃ – BRASÍLIA, 4 DE FEVEREIRO DE 2016 02/02/2016	88
ABERTURA DA NOVA EMBAIXADA DA PALESTINA NO BRASIL 02/02/2016	88
NOTA DE PESAR SOBRE O FALECIMENTO DO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA 02/02/2016	89
CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE APOIO À SÍRIA E REGIÃO – LONDRES, 4 DE FEVEREIRO DE 2016 03/02/2016	89

LANÇAMENTO DE SATÉLITE PELA COREIA DO NORTE 07/02/2016	90
CONCESSÃO DE "EXEQUATUR" PARA O CÔNSUL-GERAL DE ISRAEL EM SÃO PAULO 11/02/2016	90
PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO MAURO VIEIRA NA 52ª CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA DE MUNIQUE 11/02/2016	90
PARTICIPAÇÃO DO ITAMARATY NO DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO E COMBATE AO AEDES AEGYPTI 12/02/2016	91
ATENTADO TERRORISTA EM CAMPO DE REFUGIADOS NA NIGÉRIA 12/02/2016	91
ACORDO POR CESSAR-FOGO NA SÍRIA 12/02/2016	91
OBSERVAÇÃO DAS ONDAS GRAVITACIONAIS PREVISTAS POR ALBERT EINSTEIN 13/02/2016	92
POSSE DO BRASILEIRO ROBERTO CALDAS COMO PRESIDENTE DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 15/02/2016	92
ELEIÇÃO DO PRESIDENTE INTERINO DO HAITI 16/02/2016	92
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA COMUNIDADE DA DOMINICA	93
FALECIMENTO DO EX-SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, BOUTROS BOUTROS-GHALI 16/02/2016	93
ABERTURA OFICIAL DO ANO DA CPLP CONTRA O TRABALHO INFANTIL 17/02/2016	93
ATENTADO EM ANCARA 17/02/2016	94
CONCLUSÃO DA II RODADA DE NEGOCIAÇÕES PARA AMPLIAÇÃO E APROFUNDAMENTO DO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA BRASIL-MÉXICO (ACE 53) – BRASÍLIA 18/02/2016	94
REUNIÃO ENTRE O MINISTRO MAURO VIEIRA E O MINISTRO DA FAZENDA E FINAÇAS PÚBLICAS DA ARGENTINA, ALFONSO PRAT-GAY – BRASÍLIA 18/02/2016	95
VISITA AO BRASIL DE SUA SANTIDADE CIRILO I, LÍDER DA IGREJA ORTODOXA RUSSA – 19-21 DE FEVEREIRO DE 2016 19/02/2016	95
VISITA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO MÉXICO E III REUNIÃO DA COMISSÃO BINACIONAL BRASIL-MÉXICO – CIDADE DO MÉXICO, 22 E 23 DE FEVEREIRO DE 2016 19/02/2016	95
VISITA DA DIRETORA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, DRA. MARGARET CHAN – BRASÍLIA, 23 E 24 DE FEVEREIRO DE 2016	96

ATENTADOS NA SÍRIA 22/02/2016	96
VISITA OFICIAL AO BRASIL DA VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA ARGENTINA, GABRIELA MICHETTI – BRASÍLIA, 22 A 24 DE FEVEREIRO DE 2016 -22/02/2016	96
CICLONE EM FIJI 22/02/2016	97
ACORDO ENTRE O BRASIL E O MÉXICO PARA O RECONHECIMENTO MÚTUO DA CACHAÇA E DA TEQUILA COMO INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E PRODUTOS DISTINTIVOS 23/02/2016	97
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL 25/02/2016	98
VISITA DE DELEGAÇÃO PARLAMENTAR VENEZUELANA 25/02/2016	98
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA BÓSNIA E HERZEGONIVA 25/02/2016	98
VIAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA AO CHILE – SANTIAGO, 26 E 27 DE FEVEREIRO DE 2016 26/02/2016	98
VIAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA AO CHILE – COMUNICADO CONJUNTO – SANTIAGO, 26 E 27 DE FEVEREIRO DE 2016 [ESPANHOL] 26/02/2016	99
ACORDO SOBRE CESSAÇÃO DE HOSTILIDADE NA SÍRIA 27/02/2016	100
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO SURINAME – PARAMARIBO, 1º DE MARÇO DE 2016 29/02/2016	101
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES Á GUYANA – GEORGETOWN, 2 DE MARÇO DE 2016 29/02/2016	101
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 29/02/2016	101
ATENTADOS NO IRAQUE 29/02/2016	102
APROVAÇÃO DO ACORDO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO SOBRE A FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO (AFC) PELO CONGRESSO NACIONAL 04/03/2016	102
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES Á ETIÓPIA, AO MARROCOS E À TUNÍSIA – 8 A 11 DE MARÇO DE 2016 04/03/2016	102
ATENTADOS NA TUNÍSIA 08/03/2016	104
ATENTADOS NO IRAQUE 08/03/2016	104
ATENTADOS EM TEL AVIV, PETAH TIKVA E JERUSALÉM ORIENTAL 09/03/2016	104
COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-MARROCOS – RABAT, 10/03/2016	105

ELEIÇÃO DO IBGE À PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE ESTATÍSTICA DAS NAÇÕES UNIDAS 10/03/2016	108
CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO CONGO 11/03/2016	109
ELEIÇÃO DO NOVO SECRETÁRIO-GERAL DA LIGA DOS ESTADOS ÁRABES 11/03/2016	109
ATENTADO NA CÔTE D'IVOIRE 14/03/2016	109
ATENTADO EM ANCARA 14/03/2016	109
REINÍCIO DAS CONVERSACÕES DE PAZ INTRA-SÍRIAS 14/03/2016	109
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES A LISBOA E PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO MINISTERIAL DA CPLP – 16 E 17 DE MARÇO DE 2016 14/03/2016	110
ELEIÇÃO EM MYANMAR 15/03/2016	110
CRIAÇÃO DO GRUPO DE AMIGOS DO BRASIL PARA A PAZ NA COLÔMBIA – 15/03/2016	110
ACIDENTE AÉREO NO EQUADOR 16/03/2016	111
ATENTADO NA NIGÉRIA 17/03/2016	111
FIM DO ÚLTIMO SURTO DE EBOLA EM SERRA LEOA 17/03/2016	111
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE CABO VERDE 18/03/2016	113
DIA INTERNACIONAL DA SÍNDROME DE DOWN 21/03/2016	113
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE CHIPRE 21/03/2016	113
VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E EUROPEUS DE LUXEMBURGO – RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA, 21 E 22 DE MARÇO DE 2016 21/03/2016	113
ATENTADOS EM BRUXELAS 22/03/2016	113
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUYANA 22/03/2016	113
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO REINO DA BÉLGICA 23/03/2016	114
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA NOVA ZELÂNDIA 23/03/2016	114
ATENTADO NO IRAQUE 26/03/2016	114

ATENTADO NO PAQUISTÃO 27/03/2016	114
VISITA DO DIRETOR-GERAL DA OMC AO BRASIL 28/03/2016	114
RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE FACILITAÇÃO DO COMERCIO DA OMC 29/03/2016	115
ESTABELECIMENTO DE MESA DE NEGOCIAÇÕES PARA A PAZ ENTRE O GOVERNO DA COLÔMBIA E O EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (ELN) 30/03/2016	115
BRASIL E ESTADOS UNIDOS REALIZAM A III REUNIÃO DA COMISSÃO DE RELAÇÕES ECONÔMICAS E COMERCIAIS DO ACORDO BRASIL-ESTADOS UNIDOS DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA E COMERCIAL (ATEC) – WASHINGTON, 30/03/2016	116
PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO MAURO VIEIRA NA IV CÚPULA DE SEGURANÇA NUCLEAR – WASHINGTON, D.C., 31 DE MARÇO E 1º DE ABRIL DE 2016 30/03/2016	117
40 ANOS DO INSTITUTO RIO BRANCO EM BRASÍLIA 31/03/2016	117
ASSINATURA DO MEMORANDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA – WHASINGTON, 31/03/2016	118
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO REINO DA BÉLGICA 31/03/2016	118
I REUNIÃO DO MECANISMO 2+2 DE CONSULTA A AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE OS MINISTÉRIOS DA DEFESA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E DO PARAGUAI – ASSINÇÃO, 4 DE ABRIL DE 2016 01/04/2016	118
MEDALHA SERGIO VIEIRA DE MELLO 01/04/2016	119
ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO DE PREFERÊNCIAS COMERCIAIS MERCOSUL- SACU 04/04/2016	119
CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E INDONÉSIA SOBRE RESTRIÇÕES À EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA BRASILEIRA ÁQUELE PAÍS – PEDIDO DE CONSULTAS 04/04/2016	120
CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E TAILÂNDIA SOBRE SUBSÍDIOS AO SETOR DE CANA E DE AÇÚCAR – PEDIDO DE CONSULTA 04/04/2016	120
CANCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO PANAMÁ 04/04/2016	120
DECLARAÇÃO CONJUNTA ADOTADA POR OCASIÃO DA I REUNIÃO DO MECANISMO 2+2 DE CONSULTA E AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE OS	

MINISTÉRIOS DA DEFESA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E DO PARAGUAI – ASSUNÇÃO, 4 DE ABRIL DE 2016	121
NEGOCIAÇÕES DE PAZ NO IÊMEN 05/04/2016	122
ELEIÇÃO DO BRASIL PARA A JUNTA EXECUTIVA DA ONU MULHERES 06/04/2016	122
NEGOCIAÇÕES MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA 08/04/2016	123
REUNIÃO DO MECANISMO DE CONSULTAS POLÍTICAS BRASIL-IRÃ 08/04/2016	123
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA NORUEGA 08/04/2016	124
DECLARAÇÃO CONJUNTA EMETIDA NA CONCLUSÃO DA 22ª REUNIÃO MINISTERIAL DO BASIC SOBRE MUDANÇA DO CLIMA – NOVA DÉLHI, 7 DE ABRIL DE 2016 [INGLÊS] 08/04/2016	124
INCÊNDIO EM TEMPLO NA ÍNDIA 10/04/2016	126
VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, A ANGOLA – LUANDA, 13 E 14 DE ABRIL DE 2016 11/04/2016	127
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA FEDERAÇÃO DA RÚSSIA 13/04/2016	127
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DO PERU 13/04/2016	127
TERREMOTOS NO JAPÃO 16/04/2016	127
TORNADO NO URUGUAI 16/04/2016	128
TERREMOTO NO EQUADOR 17/04/2016	128
X REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DA NOVA AGENDAN DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO BRASIL-URUGAI – BRASÍLIA, 18 E 19 DE ABRIL DE 2016 18/04/2016	128
ELEIÇÃO DE SEBASTIÃO SALGADO À ACADEMIA DE BELAS ARTES DA FRANÇA 19/04/2016	129
ATENTADO NO AFEGANISTÃO 19/04/2016	129
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA GABONESA 19/04/2016	129
ASSINATURA DO ACORDO DE PARIS SOB A CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (UNFCCC) 22/04/2016	129

REUNIÃO SOBRE OS INDICADORES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA MONITORAMENTO DA AGENDA 2030 – BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2016 -22/04/2016	130
I REUNIÃO DO COMITÊ DO PROJETO COTTON-4 + TOGO – BRASÍLIA, 25 A 29 DE ABRIL DE 2016 22/04/2016	130
VISITA DO MINISTRO DA PRODUÇÃO DA ARGENTINA, FRANCISCO CABRERA – BRASÍLIA, 25 DE ABRIL DE 2016 - 22/04/2016	131
FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DO CHILE, PATRICIO AYLWIN 22/04/2016	132
COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA PARA O EQUADOR 22/04/2016	132
CONSULTAS POLÍTICAS BRASIL-LIAGA DOS ESTADOS ÁRABES – BRASÍLIA, 28 DE ABRIL DE 2016 27/04/2016	132
100 DIAS PARA OS JOGOS RIO 2016 – ILUMINAÇÃO DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS 27/04/2016	133
PROCESSO DE PAZ NO SUDÃO DO SUL 27/04/2016	133
BRASILEIRA CARMEN BARROSO GANHA O PRÊMIO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 28/04/2016	133
VISITA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO PERU – LIMA, 29 DE ABRIL DE 2016 28/04/2016	134
ATENTADOS NO IRAQUE 02/05/2016	134
REUNIÃO DE NEGOCIADORES-CHEFES DO MERCOSUL E DA UNIÃO EUROPEIA – BRUXELAS, 11 DE MAIO – COMUNICADO CONJUNTO À IMPRENSA 11/05/2016	135
ATENTADOS NO IRAQUE 11/05/2016	135
MANIFESTAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO INTERNA NO BRASIL 13/05/2016	135
DECLARAÇÕES DO SECRETÁRIO-GERAL DA UNASUL SOBRE A SITUAÇÃO INTERNA NO BRASIL 13/05/2016	135
DECLARAÇÕES DO GOVERNO DE EL SALVADOR SOBRE A SITUAÇÃO INTERNA NO BRASIL 16/05/2016	136
DIA INTERNACIONAL CONTRA A HOMOFOBIA 19/05/2016	136
ACIDENTE AÉREO NO EGITO 20/05/2016	136
MEMORANDO DE ENTENDIMENTO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E O GOVERNO DA REPÚBLICA ARGENTINA PARA A CRIAÇÃO DO MECANISMO DE COORDENAÇÃO POLÍTICA BRASIL-ARGENTINA – BUENOS AIRES, 23 DE MAIO DE 2016 - 23/05/2016	137

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA ARGENTINA 24/05/2016	138
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO ESTADO DO KUWAIT 24/05/2016	139
NOMEAÇÃO DA EMBAIXADORA PATRICIA ESPINOSA (MÉXICO) PARA O CARGO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (UNFCCC) 24/05/2016	139
ELEIÇÃO DO SR. ERIK SOLHEIM PARA O CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA)	139
ATENTADOS NA SÍRIA 25/05/2016	140
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS 25/05/2016	140
VISITA DO MINISTRO JOSÉ SERRA A CABO VERDE 28/05/2016	140
PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO JOSÉ SERRA NAS REUNIÕES MINISTERIAIS DA OCDE E DA OMC 28/05/2016	140
RESPOSTA DO MINISTRO JOSÉ SERRA AO JORNAL FICANCIAL TIMES A PROPÓSITO DE ARTIGO SOBRE O MERCOSUL 30/05/2016	141
NAUFRÁGIOS NO MEDITERRÂNEO 30/05/2016	143
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA PORTUGUESA 30/05/2016	143
PRÊMIO CAMÕES 2016 30/05/2016	143
RATIFICAÇÃO PELO BRASIL DA CONVENÇÃO MULTILATERAL SOBRE ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA MÚTUA EM MATÉRIA FISCAL – PARIS, 1º DE JUNHO DE 2016 02/06/2016	143
MISSÃO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS AO IRÃ 04/06/2016	144
FALECIMENTO DE MUHAMMAD ALI 04/06/2016	144
SITUAÇÃO NA VENEZUELA 06/06/2016	144
ATENTADO EM ISTAMBUL 07/06/2016	145
RESPOSTA AO VÍRUS ZIKA NO CONTEXTO DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016 07/06/2016	145
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DE CHIPRE 07/06/2016	146

VISITA DO MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO PARAGUAI AO BRASIL – BRASÍLIA, 8 DE JUNHO DE 2016	07/06/2016	146
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DO MALAWI	07/06/2016	147
ATAQUE TERRORISTA EM TEL AVIV, ISRAEL	08/06/2016	147
DECISÃO DO CONSELHO EXECUTIVO DA UNESCO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL NOS TERRITÓRIOS OCUPADOS	09/06/2016	147
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE ANGOLA	09/06/2016	147
INCIDENTE NA VENEZUELA	09/06/2016	147
RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO PERU	10/06/2016	148
COMUNICADO CONJUNTO DOS CHANCELERES DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE E URUGUAI SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA	12/06/2016	148
ATAQUE A CASA NOTURNA EM ORLANDO	12/06/2016	148
VISITA DO GOVERNADOR HENRIQUE CAPRILES	14/06/2016	149
CRIAÇÃO DA FRENTE DE PAÍSES DA OEA EM PROL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI	16/06/2016	149
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA ROMÊNIA	18/06/2016	150
SEMINÁRIO "UM CONSELHO DE SEGURANÇA PARA O SÉCULO XXI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS"	21/06/2016	150
ATENTADO NA JORDÂNIA	21/06/2016	151
PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA	22/06/2016	151
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM PORTUGAL	22/06/2016	151
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA COLÔMBIA	23/06/2016	151
MOBILIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO ITAMARATY	23/06/2016	152
REFERENDO SOBRE A PERMANÊNCIA DO REINO UNIDO NA UNIÃO EUROPEIA	24/06/2016	152
TORNADO NA CHINA	24/06/2016	153
REUNIÃO DE NEGOCIADORES-CHEFE DO MERCOSUL E DA UNIÃO EUROPEIA	24/06/2016	153

ATENTADO NO LÍBANO 27/06/2016	153
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA CÔTE D'IVOIRE 28/06/2016	154
EXPLOSÕES NO AEROPORTO ATATURK (ISTAMBUL) 28/06/2016	154
ATENTADO NO AFGANISTÃO 30/06/2016	154
COMCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM MYANMAR 30/06/2016	154
CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMAIXADOR DO BRASIL NA CHINA 30/06/2016	155
ARTIGOS	156
OS 25 ANOS DE MERCOSUL: MOMENTO DE RECONHECER OS GANHOS (FOLHA DE S. PAULO, 26/03/2016)	156
MERCSUR A LOS 25 AÑOS: UNA HISTORIA DE ÉXITO PARA LA REGIÓN (TEXTO PARA PUBLICAÇÃO EM: "ABC COLOR", PARAGUAI; "CLARÍN", ARGENTINA; "EL OBSERVADOR", URUGUAI; "LA RAZÓN". BOLÍVIA E "EL UNIVERSAL", VENEZUELA) [ESPANHOL] -26/06/2016	158
DESARMAMENTO E -SEGURANÇA NUCLEAR (O ESTADO DE S. PAULO, 1º/04/2016)	160
BRASIL Y ARGENTINA: VISIONES CONVERGENTES EM POLÍTICA NUCLEAR (EL CRONISTA COMERCIAL, 1º/04/2016) [ESPANHOL]	162
BRASIL X BREXIT. BOLA PRA FRENTE (FOLHA DE S. PAULO, 27/06/2016)	164
ENTREVISTAS	166
LA SITUACIÓN EM VENEZUELA, UM TEMA RÍSPIDO QUE ESTARÁ EM LA AGENDA (ENTREVISTA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO JORNAL LA NACIÓN, ARGENTINA) [ESPANHOL] 14/01/2016	166
MAURO VIEIRA: "VAMOS A AVANZAR EM LA RELACIÓN A UMA VELOCIDAD EXCEPCIONAL" (ENTREVISTA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO JORNAL LA NACIÓN, ARGENTINA) 14/01/2016 [ESPANHOL]	168
PREOCUPA A BRASIL EL RESPETO A LA "LEGALIDAD" EM VENEZUELA (ENTREVISTA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO JORNAL CLARÍN, ARGENTINA) 14/01/2016 [ESPANHOL]	170
"BUSCAMOS RELANZAR LA RELACIÓN COM ARGENTINA EM TODAS LA ÁREAS" (ENTREVISTA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO JORNAL CLARÍN, ARGENTINA) 14/01/2016 [ESPANHOL]	172

PAÍS QUER AMPLIAR PRESENÇA NA ÁFRICA, DIZ MAURO VIEIRA (ENTREVISTA DO MINISTRO MAURO VIEIRA À ANBA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS BRASIL-ÁRABE) 10/03/2016	174
LA DÉMOCRATIE NE SE CONSTRUIT PAS DU JOUR AU LENDEMAIS (ENTREVISTA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO JORNAL LA PRESSE, TUNÍSIA) 12/03/2016 [FRANCES]	176
ÍNDICE REMISSIVO	179

DISCURSOS

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIERA, POR OCASIÃO DA AULA INAUGURAL NO INSTITUTO RIO BRANCO (BRASÍLIA/DF, 18/01/2016)

Embaixador Gonçalo Mourão, Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Senhores Subsecretários, Senhoras e Senhores Professores, Caríssimos alunos da Turma de 2015,

É com grande alegria que venho proferir esta aula inaugural aos diplomatas que iniciam o seu curso de formação no Instituto Rio Branco.

Quero em primeiro lugar dar-lhes as boas-vindas, felicitando-os pelo ingresso nesta que é uma das mais importantes carreiras do Estado brasileiro.

Estou certo de que, como eu, cada um dos colegas mais antigos na carreira aqui recorda com emoção e afeto seu primeiro dia de aula no Rio Branco.

Como servidores do Itamaraty, vocês terão o grande privilégio de trabalhar em prol do desenvolvimento do Brasil e de defender os interesses de nosso País no mundo. O serviço exterior implica, como é natural, alguns desafios e sacrifícios, mas também oferece excepcionais possibilidades de realização e de crescimento pessoal e profissional.

O Itamaraty é uma instituição com uma longa história e com quadros reconhecidamente qualificados, que, nos últimos 70 anos, passaram por esses mesmos bancos hoje ocupados por vocês. O Instituto Rio Branco tornou-se uma referência por seu trabalho pioneiro na formação e aperfeiçoamento constante de nossos quadros, na produção de trabalho intelectual sobre nossa política externa e na cooperação com universidades e centros de pesquisa do Brasil e do mundo.

Vocês devem orgulhar-se de fazer parte, agora, dessa instituição. A carreira diplomática exige não só apurada formação

intelectual, mas também, e acima de tudo, sensibilidade para a realidade, os problemas e os desafios de nosso País. É esse o sentido de missão que inspira a todos nós diplomatas. E é esse o legado deixado por gerações de servidores que têm representado, promovido e defendido nosso País no mundo.

O Chanceler Azeredo da Silveira afirmou em seu discurso de posse, em 1975, que a “melhor tradição do Itamaraty é saber renovar-se”. De tão utilizada, essa frase tornou-se quase uma divisa oficial.

Isto porque reflete uma realidade inescapável: a de que a carreira exige, a todo momento, que nos reinventemos e ajustemos nossa capacidade de atuar. Ou, como também formulou o Chanceler Azeredo da Silveira, exige que nos inspiremos no passado, que vivamos corajosamente o presente e que nos projetemos no futuro.

O diplomata brasileiro do século 21 – cada um de vocês – é um custódio dessas tradições. De nós se requer, além de sólida formação intelectual, dedicação, espírito público, criatividade, reponsabilidade e sentido de dever.

A partir dessa base sólida, o Itamaraty pode orgulhar-se de ser cada vez mais representativo da sociedade brasileira, como se comprova novamente nesta nova turma.

Temos alunos de origens e formações diversificadas, que retratam a pluralidade de nosso País. Isso é resultado não apenas de nossas transformações sociais, mas também de um trabalho deliberado do Ministério das Relações Exteriores, por meio de iniciativas como o pioneiro Programa de Ação Afirmativa, estabelecido há mais de dez

anos, e a realização de exames de admissão em diferentes capitais do Brasil.

Estamos determinados a continuar valorizando o principal ativo do Itamaraty, que é o seu material humano.

Continuaremos buscando assegurar aos jovens diplomatas um horizonte claro de progressão funcional e de oportunidades de trabalho no Brasil e em nossa rede de Postos no exterior. Em 2015, foram introduzidas mudanças tanto nos critérios de promoção na classe de Secretário como no mecanismo de remoções, de modo a reconhecer e valorizar o empenho daqueles que estão iniciando sua carreira. O Itamaraty tem apenas a ganhar ao contar com o entusiasmo, energia e capacidade de iniciativa de suas novas gerações.

Saúdo a presença de alunos estrangeiros, que mantem viva a tradição do Instituto de intensa cooperação com países amigos. Temos na nova turma colegas da Argentina, de Guiné-Bissau, do Japão, do Kuwait, do Mali, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e do Timor Leste. Essa lista reflete tanto a prioridade atribuída pelo Brasil à nossa tradicional proximidade com a Argentina e com os países lusófonos, como a diversidade da rede de cooperação estabelecida pelo Instituto Rio Branco, aqui evidenciada pela presença dos colegas do Japão e do Kuwait e do Mali.

Saibam que sua participação no curso de formação de diplomatas muito nos honra. Estou certo, igualmente, de que constituirá excelente oportunidade para uma frutífera troca de experiências.

Gostaria de valer-me desta ocasião para deixar registrado o meu reconhecimento pelo valioso trabalho realizado nos últimos anos pelo Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Embaixador Gonçalo Mourão, que no futuro próximo assumirá importante função no exterior.

O Embaixador Gonçalo Mourão é um colega altamente respeitado por sua trajetória em nossa instituição. Sua ética impecável e suas qualidades profissionais e humanas foram mais uma vez demonstradas

em sua gestão à frente do Instituto Rio Branco.

Caros alunos,

Vocês dão início a suas trajetórias como diplomatas num momento em que o sistema internacional enfrenta um conjunto de novos e sérios desafios, num mundo ainda marcado por guerras, pela pobreza e por ameaças à segurança e ao meio ambiente.

No último quarto de século testemunhamos uma preocupante desvalorização do arcabouço de normas multilaterais que regulam questões como a paz e a segurança internacional, com o crescente recurso a medidas coercitivas, inclusive a força militar, como instrumento principal para a resolução de conflitos.

Logo após o fim da Guerra Fria, chegou a predominar a expectativa de que certo espírito de cooperação prevaleceria, motivado pela percepção de que passaríamos a contar com um conjunto de valores hegemônicos e de que não haveria mais espaço para o choque entre grandes potências.

A mitigação das rivalidades tradicionais parecia apontar para uma revalorização da diplomacia e para a superação de impasses que impediram, durante décadas, o bom funcionamento do Conselho de Segurança.

Tais expectativas não puderam realizar-se em sua plenitude.

Muitos supunham que as “velhas ameaças” decorrentes da hostilidade entre Estados e da possibilidade de um cataclismo nuclear haviam desaparecido e cedido lugar às “novas ameaças” representadas pela atuação de atores não estatais, das quais o grave fenômeno do terrorismo é o principal exemplo.

É com preocupação que nos deparamos, hoje, com uma perigosa combinação de “velhas” e “novas” ameaças. Ao lado do terrorismo, da degradação ambiental, da mudança do clima e da pobreza, temos um progressivo retorno aos antagonismos entre Estados, ou, para usar uma expressão cada vez mais em voga, a volta da geopolítica.

Um mundo de geopolítica mais perigosa, porém. Em alguns casos temos agora uma pluralidade de potências atuando em diferentes cenários, sem coordenação entre si, mesmo quando supostamente perseguem os mesmos objetivos. A geopolítica da contenção recíproca entre duas superpotências parece ter sido substituída, em boa medida, pela anomia e imprevisibilidade da ação de múltiplos atores.

É o que vem ocorrendo na Síria, exemplo mais evidente da volta dessa lógica de disputa por zonas de influência que se supunha superada pelo fim da Guerra Fria.

O drama dos refugiados é um dos mais visíveis, e dramáticos, efeitos dos conflitos de nossos tempos. Ele expõe a dimensão humana da tragédia e obriga a comunidade internacional a redobrar os esforços para fazer valer seus princípios mais fundamentais, como a promoção da paz e dos direitos humanos.

O Brasil não se satisfaz em apenas indicar esses problemas. Nosso discurso e nossa ação têm sido perfeitamente coerentes com nossos valores tradicionais.

A gravidade das crises atuais requer da comunidade internacional atuação coordenada e devidamente respaldada no âmbito das instituições multilaterais.

Apenas soluções negociadas, inclusivas e com a chancela legitimadora das organizações multilaterais poderão trazer paz duradoura ao nosso mundo.

Repudiamos com veemência o terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Devemos combater esse flagelo não apenas por meio de medidas repressivas, hoje indispensáveis pela gravidade do momento, mas também lançando mão de uma estratégia abrangente, que contemple o tratamento de suas principais causas estruturais, como a pobreza, a destituição, a proliferação de armas, a intolerância e os discursos de ódio.

Rechaçamos discursos e narrativas simplificadoras ou xenófobas, que contribuem tão-só para o fortalecimento do

extremismo. Não devemos associar o terrorismo a religiões ou grupos específicos. Não devemos criar barreiras e muros que nos separarão cada vez mais, nem abrir mão de liberdades e direitos que conquistamos ao longo de décadas de esforço.

Esses desafios pendentes na esfera da paz e da segurança internacional, e as patentes dificuldades que a comunidade internacional demonstra para lidar adequadamente com eles, evidenciam a necessidade de uma reforma estrutural dos processos decisórios no seio das organizações internacionais, especialmente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

É necessário uma ONU forte para fazer frente ao unilateralismo, à descoordenação e ao imediatismo que ameaçam se tornar prática corrente.

É fundamental que o Conselho de Segurança seja expandido e se torne mais legítimo. O Brasil continuará, com seus parceiros do G-4, a lutar para que esse objetivo, hoje compartilhado pela maioria dos membros das Nações Unidas, torne-se realidade no futuro próximo.

Estimados colegas,

Não obstante a dimensão dos desafios correntes do sistema internacional, não podemos cair na tentação de uma visão pessimista ou resignada do futuro. Apenas no mês passado tivemos três exemplos auspiciosos das possibilidades de revitalização da diplomacia e da negociação multilateral.

O primeiro deles foi o acordo logrado no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Paris. O Brasil empenhou-se a fundo para a obtenção de um acordo justo e equilibrado, tendo trabalhado com êxito para preservar a diferenciação de responsabilidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Demos nossa contribuição, amplamente reconhecida. Países de diferentes regiões, a começar pelos anfitriões, recorreram ao

Brasil como interlocutor confiável e construtor de consensos.

Um segundo exemplo foram os resultados da última Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Nairóbi. Apesar de enormes dificuldades e muito ceticismo, pudemos finalmente avançar num dos temas mais caros aos países em desenvolvimento, a agricultura, com a obtenção de acordo para a eliminação dos subsídios à exportação e o disciplinamento de medidas equivalentes.

É claro que ainda há muito o que fazer para uma efetiva liberalização do comércio de produtos agrícolas, mas a simbologia desse primeiro passo, obtido com pragmatismo e grande esforço de convencimento, não deve ser desprezada.

Um terceiro exemplo foi a adoção, pelo Conselho de Segurança, da Resolução 2254 sobre a Síria, a primeira dedicada exclusivamente à obtenção de uma solução política para o conflito. Embora tardia, a decisão indica que os principais atores internacionais começam a tomar consciência da impossibilidade de que a guerra civil tenha um desfecho militar.

Ainda é cedo para avaliarmos a eficácia da resolução, porém mais uma vez estamos aqui diante de um caso em que os aspectos simbólicos têm grande significado, ao representarem uma importante mudança na estratégia das principais potências.

O Brasil, como se sabe, vem desde o início preconizando justamente a busca de uma solução negociada. A decisão do Conselho de Segurança dá finalmente abrigo a essa posição, que defendemos abertamente desde a eclosão da guerra civil, há cinco anos.

Esses eventos recentes e outros que também ocorreram no ano passado – como a reaproximação entre Cuba e Estados Unidos, o acordo sobre o programa nuclear iraniano e o avanço do processo de paz na Colômbia – alentam esperanças no revigoramento da diplomacia e nos horizontes que se abrem para que tenhamos um mundo mais seguro.

Os casos da Conferência sobre Mudança do Clima e da OMC constituem exemplos de como o Brasil pode dar contribuição valiosa, como interlocutor dotado de peso e singularidade própria no cenário mundial.

Nossa contribuição se estende naturalmente à segurança internacional. Na expressão do Ministro Celso Amorim, um dos maiores arquitetos de uma política ativa nesse campo, o Brasil é um país “provedor de paz”.

Uma imagem muito nítida disso se produziu em setembro do ano passado, quando marinheiros embarcados na Corveta Barroso, que navegava rumo ao Líbano para se incorporar à componente naval da Unifil, resgataram mais de 200 refugiados à deriva no mar Mediterrâneo.

O Brasil tem o quinto maior território, a quinta maior população e a sétima maior economia do planeta. Somos um país que sempre recebeu imigrantes e hoje tem política exemplar de acolhimento de refugiados de diversas partes do mundo. Contamos com uma indústria e um setor primário avançados. Somos, ao mesmo tempo, um país em desenvolvimento, que tem a determinação de reduzir suas desigualdades internas.

Dispomos de uma longa tradição de política externa assentada em princípios claros e na valorização da diplomacia. Somos um dos poucos países do planeta com uma política externa verdadeiramente global, como o demonstra o fato de mantermos relações diplomáticas com todos os membros das Nações Unidas.

Vivemos em paz com nossos vizinhos e somos protagonistas da integração regional. Fazemos parte de uma diversidade de alianças e coalizões, como o BRICS, o G-4, o G-20 econômico-financeiro, o IBAS e o BASIC. E, sobretudo, temos grande capacidade de proposição e de inovação conceitual, de sugerir ideias e soluções criativas.

Esse conjunto de fatores permite que sejamos vistos como uma espécie de articulador de consensos, um mediador

confiável e respeitado, apto a dialogar de igual para igual com países desenvolvidos e em desenvolvimento, e a oferecer propostas que aproximem as visões de distintos grupos de países, sem perder de vista a defesa dos nossos interesses nacionais.

Como diplomatas vocês logo perceberão o privilégio, a honra e a responsabilidade que é representar nosso País.

Embaixador Gonçalo Mourão, colegas,

Quero referir-me brevemente a algumas das prioridades da diplomacia brasileira.

Nossa política externa é conformada por uma série de princípios básicos que se consolidaram ao longo de nossa história e estão consignadas na Constituição Federal.

É claro que cada governo terá a necessária latitude na execução dessas orientações, mas o ponto que quero reforçar é o de que a política externa é edificada a partir dos alicerces já estabelecidos ao longo de muitos anos e que nos deram a credibilidade de que hoje desfrutamos na cena internacional.

A política externa não é, portanto, criada e recriada ano após ano, embora as ênfases da ação e do discurso possam, e devam, adaptar-se às necessidades de seu tempo. É esse ajuste de prioridades que devemos realizar permanentemente, à luz da constante evolução do cenário internacional e dos próprios interesses de um Brasil que está em processo de transformação desde que se constituiu como Nação independente.

Tendo em mente essa necessidade de atualização de nossa política externa, ao amparo sempre dos princípios básicos que a regem, mencionarei aqui três desafios importantes.

O primeiro desafio é o do fortalecimento da vertente globalista de nossa ação externa, com vistas a contribuir ainda mais para o processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

Essa natureza global ou universal da política externa brasileira remonta ao

começo dos anos 60, mas foi especialmente nos últimos anos que logramos avanços significativos no aprofundamento de nossas relações com países em desenvolvimento. O BRICS é apenas um dos resultados mais visíveis dessa nova dinâmica. O aprofundamento da cooperação Sul-Sul permitiu diversificar nossas relações comerciais e melhor assegurar nossos interesses nos foros multilaterais.

A diversificação de parcerias e a busca de novas oportunidades em países em desenvolvimento e em regiões como a África, a Ásia e o Oriente Médio não ocorre, de nenhuma forma, em detrimento de nossas relações tradicionais com países desenvolvidos. Esse é um falso antagonismo, pois, como disse, empreendemos há décadas uma política externa globalista.

Esse amplo espectro de parcerias ajuda a atender as necessidades do Brasil, ampliando comércio, investimentos, e acesso a ciência, tecnologia e inovação, por meio da cooperação com países desenvolvidos e em desenvolvimento, sem exclusões. É esse o espírito da política externa da Presidenta Dilma Rousseff: instrumentalizar a ação externa como fator de promoção do desenvolvimento de nosso País nos mais diversos campos.

Temos de trabalhar, nesse cenário, para ampliar o acesso a mercados que ajudem a diversificar nossa pauta comercial e torná-la mais representativa de nosso grande potencial inovador. Isso significa hoje buscar uma inserção diversificada, menos concentrada em termos de regiões e bens, com maior exportação de produtos de alto valor agregado. A política externa comercial, nas suas vertentes de política comercial e de promoção comercial, é importante ferramenta para impulsionar esse processo, inclusive no apoio à internacionalização de nossas empresas.

Ainda como parte desse processo, deveremos também buscar novas modalidades de fortalecimento da integração regional. A Presidenta Dilma Rousseff esteve em 2015 no México e na Colômbia e estabeleceu as bases para a

ampliação dos acordos comerciais e de investimento com esses países. Assinamos inclusive acordos de cooperação e facilitação de investimentos no marco do chamado “modelo brasileiro”.

Por outro lado, o caminho está sendo pavimentado para fortalecermos o relacionamento externo do MERCOSUL, principalmente por meio da negociação de acordos com a União Europeia e com outros países-chave, como Índia, Canadá e a Associação Europeia de Livre-Comércio, a EFTA, além de intensa articulação com a Aliança do Pacífico.

Queremos um bloco que esteja cada vez mais integrado às principais cadeias de valor, mas que ao mesmo tempo contribua para o desenvolvimento econômico de nossos países.

A contribuição do MERCOSUL nesse campo não pode ser menosprezada: desde sua criação, o comércio intrazona expandiu-se mais de 10 vezes, saltando de US\$ 4,5 bilhões em 1991 para mais de US\$ 50 bilhões nos últimos anos. Mais de 70% dos produtos exportados pelo Brasil e mais de 80% de suas importações dos Estados Partes são compostas por produtos industrializados, inclusive em segmentos de alto valor agregado, como o automotivo.

Ademais do desafio econômico-comercial, um segundo desafio diz respeito à implementação da recém-adotada Agenda 2030, que contempla os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Vemos a Agenda 2030 como um importante resultado da longa atuação do Brasil em prol da redução das assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Sua aplicação será universal e o primeiro dos objetivos estabelecidos é justamente a erradicação da pobreza, área em que o Brasil se tornou uma referência.

Acreditamos que o debate sobre a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável permitirá lançar luz sobre a importância do combate à pobreza e da promoção do desenvolvimento

de maneira integrada, em suas dimensões econômica, social e ambiental.

Tendo em vistas as inter-relações entre paz e desenvolvimento, confiamos em que o êxito na implementação da Agenda 2030 ao longo dos próximos quinze anos contribuirá para que tenhamos um mundo mais estável, sem as tragédias potencializadas pela pobreza e pelos desequilíbrios ambientais.

Permanecem atuais, por isso, as palavras do poeta Augusto Frederico Schmidt, que há quase 60 anos, em discurso no plenário da Assembleia Geral das Nações Unidas, assinalou que política de cooperação internacional para o desenvolvimento “é a política do futuro, a política da esperança”, e que, num mundo com tantos recursos técnicos e científicos, a pobreza constitui um “crime contra o espírito”.

Por fim, menciono um terceiro e último desafio, o de formular e justificar a política externa no plano interno.

O processo de elaboração de políticas públicas no Brasil mudou muito nos últimos anos. Nossa política externa é a de um país democrático, cuja concepção torna-se mais complexa pela crescente interação com atores de dentro e fora do Governo. Trata-se de um fenômeno que enriquece e dá maior legitimidade às posições do Brasil.

Nosso dever é assegurar um Itamaraty aberto e transparente, reforçando a percepção da sociedade brasileira de que temos uma instituição profissional e altamente qualificada, um patrimônio de nosso País e um baluarte na defesa de seus interesses mais fundamentais.

Orgulhamo-nos do crescente apoio que temos dispensado à grande comunidade brasileira no exterior, inclusive no que diz respeito à proteção de seus segmentos mais vulneráveis. Continuaremos trabalhando para ampliar a oferta, a qualidade e a eficiência de nossos serviços consulares em todo o mundo.

Temos também de assegurar a fluidez nos contatos com os demais órgãos do Poder Executivo, com o Congresso Nacional, com as unidades da federação, com as

organizações não governamentais, de modo a estar em sintonia com as aspirações da sociedade brasileira e assegurar os meios necessários para bem formular e executar nossa política externa. Nesse processo, tenho contado, em minha gestão, com o valioso apoio do Secretário-Geral, Embaixador Sergio Danese, bem como de todas as chefias da Casa.

Em síntese, cada vez mais temos de olhar não só para fora, mas também para dentro do País, mesmo porque o Itamaraty somente preservará sua capacidade de atuação e sua importância como instituição de Estado na medida em que bem defender e refletir os anseios e as aspirações da população brasileira.

Caros colegas,

É em tempos difíceis que a diplomacia adquire ainda maior relevância, como instrumento para a promoção da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico.

Devemos sempre, em qualquer circunstância, manter o entusiasmo em

nossa capacidade de colaborar para a construção de um Brasil mais próspero, mais justo e mais inclusivo.

Munidos dessa convicção, trabalharemos sempre para que o nosso País continue projetando seus valores na cena internacional. Nossas armas devem ser a criatividade, o espírito público, a dedicação e o esmero no cumprimento do dever.

Como disse a Presidenta Dilma Rousseff na última formatura do Instituto Rio Branco, cabe a vocês, jovens diplomatas, ter presente “suas responsabilidades de representantes de uma nação democrática, que aposta na igualdade de seus filhos, que aposta na paz e na solidariedade internacional”.

Hoje vocês dão o primeiro passo, como diplomatas, de uma jornada que desejo seja longa, plena e feliz.

Contem, para isso, com o decidido apoio da Chefia desta Casa, que é agora também de vocês.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA IV CÚPULA DE CHEFAS E CHEFES DE ESTADO E GOVERNO DA CELAC (QUITO, 27/01/2016)

Em nome da Presidenta Dilma Rousseff, transmito o agradecimento ao Presidente Rafael Correa e ao povo do Equador pela organização desta Cúpula e a calorosa acolhida que recebemos em Quito. Reitero os cumprimentos apresentados pela Presidenta Dilma Rousseff ao Presidente Juan Manuel Santos durante o retiro de Presidentes pelos avanços do processo de paz na Colômbia e pela aprovação unânime de Resolução do Conselho de Segurança da ONU que cria a Missão Política Especial. O Governo brasileiro renova sua disposição de contribuir para esse processo.

Nossos países chegaram a esta reunião com o compromisso de enfrentar os grandes desafios que a atual conjuntura econômica internacional apresenta para nossa região. Para tanto, a CELAC dispõe de sólido arcabouço político e institucional, fortalecido pelos valores que compartilhamos: o respeito à soberania, à democracia, aos direitos humanos e ao Estado de Direito; a defesa da paz; a promoção do desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Em 2015, tivemos grandes realizações na região. Saudamos a opção do povo colombiano pela paz negociada, processo que transcende as fronteiras desta nação irmã, da América Latina e do Caribe e renova a confiança nas soluções pacíficas.

Felicitemos também os Presidentes e os povos de Cuba e Estados Unidos pelos avanços na normalização das relações bilaterais. É chegada a hora de pôr fim ao embargo econômico, financeiro e comercial que vitima o povo cubano.

Na COP-21, em Paris, alcançamos um acordo ambicioso e justo, preservando a diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, com papel de grande relevância desempenhado pela América Latina e Caribe.

Em Nairóbi, na reunião da OMC, tivemos importantes avanços com a proibição dos subsídios à exportação de produtos agrícolas, que causam graves distorções no comércio internacional.

Senhores Chefes de Estado e de Governo e caros colegas,

Em 2015, o crescimento econômico mundial foi de aproximadamente 3%, uma desaceleração em relação a 2014. O valor do comércio caiu 12% e os níveis de investimentos permaneceram baixos. O conjunto das commodities segue a mesma tendência, o que muito afeta o nosso continente.

Nossa região teve crescimento negativo de 0,4% em 2015, com retração de 1,5% do PIB per capita e aumento do desemprego pela primeira vez desde 2009.

A América Latina e o Caribe enfrentam o risco de uma desaceleração estrutural. Não podemos permitir que esse risco se concretize.

No Brasil, estamos desenvolvendo uma estratégia de estabilização fiscal que continuará nos guiando nos próximos anos e nos permitirá priorizar a retomada do crescimento e a construção de um ambiente de confiança, favorável à ampliação dos investimentos e à criação de empregos.

Estamos confiantes de que, já em 2016, começaremos a superar o cenário atual e alcançaremos proximamente um novo ciclo de crescimento, com robustez macroeconômica e continuada ênfase na redução das desigualdades.

Para isso necessitamos também de mais integração.

Devemos estimular o aprofundamento do comércio e dos investimentos intrarregionais, fomentando o desenvolvimento e a integração de nossas cadeias produtivas. É necessário realizar um processo de integração regional abrangente, que inclua organismos como o MERCOSUL, a Aliança do Pacífico, o SICA e a CARICOM, além da ALADI.

A integração regional deve ir além dos aspectos da desgravação tarifária e incluir outros temas, como serviços e investimentos. Nesse espírito, além de iniciar negociações para a ampliação dos acordos comerciais com o México e a Colômbia, o Brasil assinou em 2015 Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos também com o México, a Colômbia e o Chile.

No MERCOSUL, propusemos um protocolo de cooperação e facilitação de investimentos. Devemos explorar oportunidades de inserção mais competitiva da região na economia mundial. Nesse contexto, o MERCOSUL está empenhado em concluir acordo com a União Europeia e manter diálogos com a Associação Europeia de Livre Comércio, a União Econômica Euroasiática, Tunísia, Líbano, Índia, Coreia e Japão.

A CELAC tem promovido a ampliação de seus contatos externos, com a realização de Cúpulas com a União Europeia; o estabelecimento de mecanismos de diálogo

com a Rússia e a Índia; e a expansão dos trabalhos do Foro CELAC-China.

Senhores Chefes de Estado e de Governo,

A ampliação das desigualdades no mundo agrava essa delicada conjuntura econômica.

A América Latina e o Caribe estão conduzindo exitoso processo de inclusão social, com desempenho amplamente reconhecido no cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio. Temos o desafio da erradicação total da fome na região até 2025, um compromisso regional desde 2005, reforçado pelo Plano de Segurança Alimentar, Nutrição e Erradicação da Fome, consignado em nosso Plano de Ação atual.

No Brasil, promovemos nos últimos 13 anos um amplo processo de inclusão social. O programa Bolsa Família complementa a renda de milhões de brasileiros e tem um efeito multiplicador na economia – cada R\$ 1 investido se transforma em R\$ 1,78 no PIB. Desde 2003, mais de 36 milhões de brasileiros saíram da extrema pobreza.

Em 2014, o programa Bolsa Família foi reconhecido pela ONU como fundamental para a saída do Brasil do Mapa Mundial da Fome. Reduzimos em 82% o número de pessoas subalimentadas entre 2002 e 2014. Quero saudar, a propósito, a iniciativa da FAO de preparar livro sobre conjunto de políticas brasileiras para superação da fome e da pobreza, divulgado nesta Cúpula. O Brasil quer compartilhar suas experiências bem sucedidas e a aprender com as práticas exitosas dos países aqui presentes.

Senhor Presidente Danilo Medina,

Tenho o prazer de transmitir, em nome da Presidenta Dilma Rousseff, os melhores votos de êxito no exercício de seu mandato à frente da CELAC. Conte com o apoio do Brasil.

Ao Senhor Presidente Rafael Correa, uma vez mais em nome da Presidenta Dilma Rousseff, reitero os cumprimentos pela exitosa Presidência da CELAC em 2015, agradecendo novamente a calorosa acolhida em Quito.

Senhoras e Senhores,

Ao finalizar, reitero o convite do Brasil, transmitido pela Presidenta Dilma Rousseff, para que estejam conosco nos Jogos Olímpicos, que sediaremos no Rio de Janeiro em agosto próximo. Esperamos de braços abertos nossos irmãos latino-americanos e caribenhos nesse encontro.

Muito obrigado.

DISCURSOS DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA REUNIÃO DE CHANCELERES DA UNASUL (QUITO, 28/01/2016)

Gostaria, inicialmente, de agradecer a Presidência Pro-Tempore do Uruguai pelo esforço e trabalho realizado ao longo deste ano.

Queria também agradecer ao governo e ao povo do Equador por nos receber sempre de forma tão cordial e tão hospitaleira em Quito e especialmente neste belíssimo edifício-sede da nossa organização.

Coincidiu com o espírito das intervenções que me precederam, do Ministro do Exterior do Chile e da Ministra do Exterior da Argentina, a quem também dou as boas-vindas a este foro. Coincidiu, igualmente, com o diagnóstico sobre o momento complexo que atravessa o mundo e, em particular, também, nossa região, sobretudo no campo econômico.

A atual conjuntura nos convida a uma reflexão sobre o estado atual da economia e do processo de integração de nossa região.

As dificuldades que aqui se mencionaram – em particular as relativas ao crescimento econômico – fazem desta reunião e deste foro uma ocasião especialmente propícia para estudarmos e buscarmos possibilidades e oportunidades para aumentarmos o comércio e investimento intrazona, bem como para também promovermos uma inserção da região em outros grandes mercados. O reforço do dinamismo da integração regional é, sem sombra de dúvidas, um dos caminhos de longo prazo para a retomada do crescimento econômico na nossa região.

Em outra ordem de ideias, gostaria também de mencionar que a tradição da solução pacífica de controvérsias por meio do diálogo e do Direito Internacional deve ser reforçada no âmbito da UNASUL, e é

preciso valorizar as soluções encontradas na nossa própria região. No entanto, é também importante evitar escaladas retóricas que possam desvirtuar essa tradição. Creio que temos um grande acervo de conquistas e devemos continuar desenvolvendo o diálogo, o consenso e concertação. Destaco também o compromisso consagrado na UNASUL com a institucionalidade democrática e com o Estado de Direito, a ser respeitado por todos os atores políticos. Esse compromisso é parte fundamental da afirmação da soberania dos nossos Estados. Nesse sentido, desejo aqui assinalar o reconhecimento do Brasil ao papel da Presidência Pro-Tempore do Uruguai, que tem exercido ao longo deste ano, com habilidade e grande sabedoria política, grande habilidade política, em prol da paz e da estabilidade da América do Sul.

Quero ressaltar, em particular, o êxito da missão sob a liderança da Presidência Pro-Tempore do Uruguai, que foi enviada para acompanhar as eleições legislativas na Venezuela. A missão eleitoral da UNASUL atuou de maneira exemplar e pôde presenciar uma jornada eleitoral ordeira e pacífica, marcada por extrema civilidade e respeito pelas instituições democráticas.

Aproveito para expressar também minhas palavras de apreço e reconhecimento do chefe da missão, o ex-presidente Leonel Fernandes.

O sucesso da missão credencia a UNASUL como um jovem, porém sólido organismo internacional. A UNASUL já provou sua capacidade, pelo diálogo e negociação, de contribuir com soluções negociadas, legítimas e respeitadas da soberania de seus membros frente a situações políticas complexas, promovendo a estabilidade regional.

A presidência uruguaia também tem dado uma importante contribuição para o fortalecimento institucional da UNASUL. A propósito, reafirmo que o Brasil está totalmente engajado e comprometido com o fortalecimento desta instituição, e continuaremos a prestar nossa contribuição em diversas áreas, inclusive por meio da cessão de funcionários para o Secretariado da UNASUL.

Destaco, a respeito, minha a satisfação com a escolha do Sr. Pedro Barros, brasileiro, para desempenhar a função de Diretor de Assuntos Econômicos. Da mesma forma, registro com igual pelo professor Antônio Ramalho da direção da Escola Sul-Americana de Defesa.

Refiro-me, ainda, à importância do trabalho desenvolvido pelo Instituto Sul-Americano de Governo em Saúde – ISAGS, sediado no Rio de Janeiro, conduzido pelo ex-Ministro da Saúde do Brasil, José Gomes Temporão. O instituto tem fomentado a produção de estudos na área de gestão de saúde pública e apoiado os países da UNASUL no fortalecimento das capacidades de seus sistemas públicos de saúde.

Ainda no campo da saúde, e endossando os comentários feitos pela Ministra Susana Malcorra, aludo à proposta da realização, na quarta-feira da próxima semana, em Montevidéu, de reunião, no âmbito do MERCOSUL, mas também aberta a participação de todos os países da CELAC, para que os Ministros da Saúde e autoridades sanitárias dos países da região possam examinar a questão do combate e eliminação do mosquito *Aedes Aegypti* que tem provocado séria epidemia de três tipos diferentes de doenças, com prejuízos inestimáveis para a população de nossa região. Essa reunião, à qual estará presente a Presidenta Dilma Rousseff, servirá para demonstrar o compromissos de nossos

governos de enfrentar o enorme desafio de saúde pública representado pelo combate ao mosquito do *Aedes Aegypti*, abordando o problema por dois eixos: o combate e o extermínio do transmissor e a cooperação para a produção de vacina no menor tempo possível contra as enfermidades transmitidas pelo *Aedes Aegypti*. A cooperação entre nossos países é fundamental para a superação dessa crise que nos afeta a todos.

O Brasil também recebe com grande satisfação a notícia, que nos foi transmitida já anteriormente, e hoje pessoalmente pela Ministra Maria Angela Holguín, sobre a próxima conclusão do processo de paz na Colômbia, com o avanço das negociações entre o governo e as FARC. Reitero a disposição do Brasil de seguir apoiando esse processo, inclusive no âmbito da Missão Política Especial. A solução da questão na Colômbia ultrapassa fronteiras e beneficia todos os países da região.

Para finalizar, assinalo que, sob a presidência uruguaia, registrou-se adensamento na projeção política internacional da UNASUL. Destaco, a propósito, a aprovação do documento de posição comum da UNASUL para sessão especial da Assembleia Geral da ONU sobre o problema mundial das drogas, que não apenas fortalece a atuação da UNASUL no sistema ONU, mas que também demonstra ser possível chegarmos a um consenso sobre um tema tão relevante para nossa região e para qual o Brasil dedica grande importância e engajamento. O documento aprovado reflete de forma equilibrado os diversos pontos de convergência que pautam as políticas sobre drogas na América do Sul e contribuirá, sem dúvidas, para os esforços negociadores com vistas à sessão especial da Assembleia Geral.

É, igualmente, positivo que a Presidência Pro Tempore uruguaia tenha realizado também intervenções sobre desarmamento, em nome da UNASUL, na I Comissão da Assembleia Geral das Nações Unidas, no segundo semestre de 2015, assim como intervenções conjuntas da UNASUL nos dois comitês em que se dividem os trabalhos da Assembleia Mundial da Saúde. As intervenções exemplificam a crescente capacidade de coordenação da UNASUL em foros multilaterais.

Desejo ao Uruguai e ao Ministro Nin Novoa que os últimos meses de sua Presidência de turno sejam tão bem sucedidos quanto foram os meses que já se passaram. Estou certo de que seguimos em boas mãos e que trilharemos o melhor caminho até a Cúpula de abril, ocasião em que a Presidência Pro Tempore à Venezuela será transmitida à Venezuela.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE APOIO À SÍRIA E REGIÃO (LONDRES, 04/02/2016)

First of all, allow me to congratulate the Governments of the United Kingdom, Germany, Norway and Kuwait, as well as the United Nations, on the organization of this timely and important conference.

The numbers resulting from the conflict in Syria are well known to all of us: a death toll too great to be overlooked and a humanitarian drama that has turned far too many average Syrian citizens into victims for the international community to ignore. Not to mention an entire generation of Syrian children and youth left out without an education, deprived of aspirations and dreams. This is a human tragedy of epic proportions, one that affects all of humanity.

That is why I hereby announce that Brazil is channeling over 1.3 million dollars to the Office of the United Nations High Commissioner for Refugees with the purpose of alleviating the plight and the suffering of Syrian refugees in the neighboring countries and elsewhere. Furthermore, Brazil has purchased 1.85 million dollars' worth of food supplies – roughly 4.500 tons of rice – which will hopefully help improve food security for refugees and internally displaced people in the Levant. In spite of the fiscal and budgetary adjustment my Government is currently carrying out, Brazil sees humanitarian assistance to those in need as a responsibility we cannot shy away from.

Helping those suffering from war, terrorism and chaos is one side of the coin. The other one is giving shelter to those trying to run away from such ordeal. Brazil's humanitarian visa policy, which was extended for two additional years last September, has allowed for more than 2,000

people affected by the conflict in Syria to seek refuge in Brazil since 2013. Another 7,000 of such visas have already been issued, allowing those who have applied for it to safely arrive at Brazilian shores.

As the home of the largest Syrian diaspora in the world, a land that has offered safe haven for people fleeing the Levant for over a century now, a country that has been shaped by the contribution of immigrants and their descendants, including over 4 million Brazilians of Syrian ascent, Brazil has opened its arms to receive those fleeing from the conflict in Syria and from the threat of terrorism.

Ladies and gentlemen,

Our efforts today will have limited impact if a meaningful political solution is not reached soon enough. Last December, for the very first time since the beginning of the conflict in Syria five years ago, the UN Security Council formally acknowledged that there cannot be a military solution for the Syrian crisis. Brazil has long advocated that a political solution is the only road there is. We welcome Resolution 2254 and encourage all key stakeholders to follow the roadmap outlined therein. We also welcome Resolution 2258 and urge concerned actors to comply with international humanitarian law and to provide safe, full and unimpeded access to humanitarian agencies on the ground.

The international community must be prepared to fully support the mediation efforts led by the Special Envoy of the Secretary-General for Syria, Staffan de Mistura, and to further encourage the intra-Syrian dialogue, in spite of the many obstacles and shortcomings it faces.

Helping Syrians to broker a political solution; stemming the bloodshed; alleviating the hardship caused by war; keeping Syria united; fighting and preventing terrorism; rebuilding a country torn-apart: these are the tasks ahead.

Daunting for sure, but unavoidable. You must rest assured that Brazil will shoulder its share of responsibility for carrying out the momentous collective endeavor that lies ahead of us.

Thank you very much.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA PALESTRA NO CENTRO BRASILEIRO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS (CEBRI) (RIO DE JANEIRO, 16/02/2016)

É com grande alegria que venho proferir esta palestra no Centro Brasileiro de Relações Internacionais, um dos mais importantes centros de reflexão de nosso País, cujos trabalhos muito têm contribuído para a produção e disseminação de conteúdo relevante sobre a inserção do Brasil no mundo.

Quero saudar, na pessoa do Presidente Rafael Benke, a nova Direção do Conselho Curador, e desejar-lhe muito sucesso nas atividades que serão desenvolvidas em sua gestão.

O fato de o Centro contar com um Conselho Consultivo constituído majoritariamente por eminentes representantes do setor privado é uma importante demonstração de que o diálogo entre academia, Governo e empresariado é cada vez mais relevante para a compreensão da complexa realidade internacional em que vivemos.

Tenho a plena convicção de que o CEBRI continuará realizando uma reflexão estratégica sobre o futuro de nosso País, à semelhança do que já tem feito ao longo de quase duas décadas.

É fundamental que fortaleçamos, no Governo e na sociedade civil, essa capacidade de olharmos além das contingências imediatas, projetando o que será o Brasil do futuro e identificando as prioridades e estratégias centrais de nosso processo de desenvolvimento econômico e social.

Quero também valer-me desta oportunidade para manifestar meu grande pesar, e o do Itamaraty como um todo, pelo falecimento do ex-Chanceler Luiz Felipe Lampreia,

Conselheiro Fundador e Vice-Presidente Emérito do CEBRI.

O Embaixador Lampreia dedicou quatro décadas de sua vida ao serviço exterior, representando o Brasil de maneira exemplar. O fato de haver ocupado os cargos de Secretário-Geral e de Ministro de Estado das Relações Exteriores, além de outras importantes chefias no Brasil e no exterior, é o testemunho mais eloquente de suas imensas qualidades pessoais e profissionais.

A ausência do Embaixador Lampreia será sentida profundamente por todos nós e se soma à perda recente de outros importantes e queridos nomes de nossa Casa, como os Embaixadores Bernardo Pericás, Clodoaldo Huguene e Sebastião do Rego Barros, este último também Conselheiro-Fundador deste Centro.

Senhoras e senhores,

Pretendo discorrer hoje sobre algumas das prioridades da política externa da Presidenta Dilma Rousseff e sobre os principais desafios que temos pela frente na vertente econômico-comercial de nossa diplomacia.

A ordem internacional passa por um momento conturbado. As ameaças à paz e à segurança se agudizam, tanto por meio do risco crescente de confrontação entre Estados – o que se convencionou denominar “volta da geopolítica” –, quanto da multiplicação de ameaças difusas como o terrorismo. Estamos também diante de graves crises humanitárias, como a dos refugiados, e constatamos a crescente dificuldade das instituições internacionais

em oferecer respostas céleres e eficazes aos desafios que enfrentamos.

A posição do Brasil é, ao mesmo tempo, coerente e prática ao oferecer uma interpretação e uma resposta em meio a esse cenário volátil. Temos sido fiéis e consistentes na defesa de princípios históricos de nossa política externa, como a solução pacífica de conflitos e a valorização do multilateralismo como principal meio para o encaminhamento das questões globais. Na visão brasileira, a instabilidade que testemunhamos hoje deve-se não apenas ao "déficit de diplomacia" na relação entre as grandes potências e no manejo das principais crises internacionais, mas também à erosão de princípios fundamentais da ordem multilateral, evidenciada por uma grave banalização do uso da força pelos mais diversos países e atores, sem respaldo na Carta da ONU.

No caso brasileiro, não se trata de uma posição meramente discursiva ou retórica, mas também prática, porque damos contribuição concreta à estabilidade mundial por meio do engajamento em operações de manutenção da paz das Nações Unidas e da promoção da integração regional, que permite que a América do Sul seja hoje uma zona de cooperação, sem conflitos armados entre Estados. Praticamos em nossa própria vizinhança e mais além justamente aquilo que pregamos, e os resultados positivos aí estão, pois junto com os vizinhos logramos construir uma América do Sul livre de guerras e armas de destruição em massa.

Também seguimos engajados na promoção de uma reforma efetiva das instituições de governança global. Em setembro passado a Presidenta Dilma Rousseff participou da Cúpula do G-4, em Nova York, ocasião em que Brasil, Alemanha, Índia e Japão reafirmaram o seu compromisso em

trabalhar por uma ordem internacional mais justa, democrática e representativa da realidade contemporânea.

Faço essas considerações gerais com um propósito específico. São essas credenciais de país que preconiza o respeito à legalidade internacional e valoriza a diplomacia e o exercício multilateral que possibilitam que a política externa brasileira tenha como seu foco principal, hoje, a promoção do desenvolvimento.

O acervo de conquistas da política externa brasileira ao longo de mais de um século nos permite não ter de pensar, em nosso dia-a-dia, em guerras ou diferendos territoriais dentro ou fora de nossa região. Uma vez conquistada a paz e preservada a integridade de nosso território, a preocupação central do Governo brasileiro foi e continua a ser a mesma a guiar suas ações no campo interno e externo: crescer com inclusão social.

É essa a diretriz que norteia hoje todos os nossos esforços.

A política externa brasileira não é guiada por princípios abstratos ou de matiz meramente ideológica. Aliás, desde o Barão do Rio Branco, e exceção feita a breves períodos de agravamento da Guerra Fria e de polarização política interna, o Brasil nunca desenvolveu uma política externa centrada em ideologias ou em princípios descolados de nossa realidade.

A nota distintiva de nossa atuação externa tem sido, historicamente, o pragmatismo. Somos guiados precipuamente por um sentido de interesse nacional e por uma capacidade de ler a realidade internacional à luz das prioridades do Brasil.

Queremos reformar a governança global para que tenhamos uma ordem mais favorável aos países em desenvolvimento

como o nosso. Queremos ter mais voz nos organismos multilaterais para que possamos defender nossos interesses de forma mais eficaz. Queremos paz para que possamos ter um mundo mais estável e para que possamos concentrar energias em temas prementes como a erradicação da pobreza, a mudança do clima e a promoção do desenvolvimento econômico.

Caros Conselheiros do CEBRI,

Guiados por esse espírito pragmático é que temos diversificado nossas parcerias, sempre em busca de resultados concretos.

O Brasil nunca abdicou de aprofundar suas relações com qualquer país à luz de supostas preferências ou alinhamentos de natureza política. Não é à toa que somos hoje um dos poucos países do mundo com relações diplomáticas com todos os membros das Nações Unidas. Dispomos hoje de uma rede de 226 de Postos no exterior, entre Embaixadas, Repartições Consulares, Delegações junto a Organizações Internacionais e Escritórios, dando alcance verdadeiramente global à nossa atuação externa.

O que ocorre hoje é um movimento de busca de oportunidades no mundo que já se processa há décadas, pelo menos desde o momento em que o Brasil diversificou sua base econômica, há sessenta anos.

Uma nação com as dimensões e o peso do Brasil não pode dar-se ao luxo de restringir sua rede de relacionamentos. Muito pelo contrário; temos a obrigação de buscar parcerias e oportunidades em todo o planeta, a exemplo do que já fazem os principais atores globais.

Essa é a prioridade do Governo da Presidenta Dilma Rousseff, que vê a política externa como um instrumento

indispensável para o desenvolvimento socioeconômico do País.

É por isso que a política externa não pode mais constituir uma mera política na acepção mais estrita do termo. Ela não diz respeito mais apenas ao diálogo diplomático, aos temas militares ou a aspectos protocolares. Ela é o vetor por excelência da promoção dos interesses econômicos, num cenário marcado pela crescente competição, cada vez mais acirrada, cada vez mais feroz, de países e atores econômicos.

Neste pouco mais um ano de gestão à frente do Itamaraty tenho buscado levar adiante essa missão de ajudar o Brasil a inserir-se de maneira competitiva no mundo.

Em 2015 trabalhamos para aprofundar o relacionamento do Brasil com os grandes centros dinâmicos da economia mundial. A Presidenta Dilma Rousseff realizou visita aos Estados Unidos em junho. Vieram a Brasília, também em visita bilateral, o Primeiro-Ministro da China, Li Keqiang, e a Chanceler da Alemanha, Angela Merkel. Em todos esses casos foram assinados acordos visando a ampliar e a facilitar os fluxos de comércio e de investimentos bilaterais.

Junto com a Argentina, estamos falando aqui dos maiores parceiros comerciais do Brasil no planeta. É raro que, num mesmo ano, líderes de três das quatro maiores economias do mundo ou visitem o Brasil ou sejam visitados pela mandatária brasileira.

Somem-se a essa lista também as visitas presidenciais à Itália, à Suécia e à Finlândia, também importantes polos econômicos e origem de investimentos relevantes e estratégicos no Brasil, em setores de alto conteúdo tecnológico e de elevado valor agregado.

Nesses contatos, o Governo brasileiro tem-se empenhado não apenas em aumentar o comércio, mas também em modificar o seu perfil qualitativo, com uma maior participação de bens com maior valor agregado em nossas exportações.

Queremos um comércio de maior qualidade. Esse é um elemento-chave para o futuro da economia brasileira.

Em todas as oportunidades, a Presidenta Dilma Rousseff e as demais autoridades brasileiras têm dado ênfase às questões de competitividade, de avanços em ciência e tecnologia e de formação de cadeias de valor.

Estamos buscando sempre abrir novas oportunidades de comércio. Aqui a relação com os Estados Unidos adquire maior relevo, pois cerca de 70% de nossas vendas para esse país são de bens manufaturados. Isso, por si só, atesta o caráter estratégico de nossa relação bilateral. Nossa relação no campo econômico-comercial tem evoluído progressivamente nos últimos anos.

Em 2011 assinamos o Acordo de Cooperação Econômica e Comercial, ATEC, na sigla em inglês. Por ocasião da visita da Presidenta Dilma Rousseff no ano passado, foram assinados acordos em diversos campos, como energia, educação, meio ambiente e infraestrutura. Um dos mais relevantes diz respeito à facilitação do comércio, com foco na simplificação de procedimentos aduaneiros e na padronização de normas técnicas. Tivemos também, recentemente, a ratificação do Acordo de Cooperação em Defesa, que deverá dar maior fluidez ao processo de autorização para a exportação de tecnologias avançadas para o Brasil, a serem utilizadas na indústria aeronáutica e outros projetos de defesa nacional.

O diálogo entre os setores empresariais de Brasil e Estados Unidos também tem se mostrado promissor. O Fórum de Altos Executivos dos dois países, conhecido como “CEO Forum”, tem permitido identificar novas formas de integração entre as duas maiores economias do hemisfério e contribuído para o aumento dos investimentos recíprocos.

Como se sabe, a China é desde 2010 o nosso principal parceiro comercial, tendo respondido sozinha, ano passado, por cerca de 18% de nosso comércio exterior. É fonte também de importantes investimentos em infraestrutura e energia. Durante a visita do Primeiro-Ministro Li Keqiang, em maio de 2015, foram assinados acordos que preveem investimentos chineses nos setores de energia e petróleo, além da compra de aeronaves da EMBRAER.

Devemos ter em conta, também, o importante papel dos investimentos chineses no campo da infraestrutura. Além da cooperação bilateral nesse setor, decidimos participar, como membro fundador, do estabelecimento do Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura, que deverá, no futuro próximo, constituir importante fonte de recursos para a modernização da infraestrutura de países em desenvolvimento.

Buscamos também aprofundar o relacionamento do Brasil com outros grandes países da região. Foi com esse propósito que a Presidenta Dilma Rousseff visitou o México e a Colômbia, a segunda e a quarta economias da América Latina, respectivamente.

Nesses dois casos acordamos não apenas lançar as bases para a ampliação de desgravação tarifária, mas celebramos os Acordos de Cooperação e Facilitação de Investimentos, no marco do chamado “modelo brasileiro”.

Esse modelo de Acordo incentiva o investimento recíproco por meio de mecanismo de diálogo intergovernamental, propiciando um quadro jurídico sólido para as empresas brasileiras e dos países envolvidos. Dessa maneira, o Governo brasileiro trabalha para promover normas condizentes com a maior presença internacional de nossas empresas.

Estamos também dando ênfase ao relacionamento externo do MERCOSUL, especialmente no que diz respeito à negociação de acordo com a União Europeia. Em 2015 o MERCOSUL teve êxito em definir sua lista de ofertas. Estamos, agora, aguardando a posição europeia.

Esse é um processo que depende, obviamente, dos dois lados, e já deixamos claro aos parceiros da União Europeia nosso interesse em começar a negociar de fato o quanto antes, para que possamos no futuro próximo lograr um acordo abrangente e equilibrado.

Isso não nos impede de explorar novas frentes. O MERCOSUL deu sinais claros, na Cúpula de Assunção, em dezembro, da disposição de conferir um novo impulso às negociações com terceiros países e grupos de países.

O MERCOSUL deve aprofundar o seu relacionamento comercial com a Índia, indo além do acordo de preferências fixas já existente. Queremos avançar também em negociações com o Canadá, Cuba, a Associação Europeia de Livre Comércio, o Líbano e a Tunísia.

O MERCOSUL é e continuará sendo um dos alicerces fundamentais da política externa brasileira. Como é sabido, o comércio intrabloco é constituído majoritariamente de produtos de maior valor agregado. Segundo dados do

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior relativos a 2015, aproximadamente 87% das exportações brasileiras para os parceiros bloco são compostas por produtos industrializados.

É importante ter em mente, contudo, que não estamos de forma alguma acomodados com o estado atual do processo de integração.

Temos a firme determinação de avançar na execução do Plano de Ação para o Fortalecimento do MERCOSUL Econômico e Comercial, aprovado em dezembro passado e que prevê a identificação de medidas prejudiciais às trocas intrabloco. Queremos também concluir o processo de adesão da Bolívia e avançar na negociação de um Protocolo de Investimentos inspirado no já mencionado modelo brasileiro de Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos.

Esperamos que em 2019 a América do Sul constitua, graças aos acordos do MERCOSUL com seus sócios, uma zona de livre comércio. Com o Chile já alcançamos a desgravação completa. Nosso projeto imediato é ampliar o alcance e acelerar os cronogramas de desgravação tarifária dos acordos que já temos com Colômbia, México e Peru, contemplando inclusive setores de grande peso, como o automotivo.

E, dentro do MERCOSUL, a aliança do Brasil com a Argentina continuará sendo fundamental.

Estive recentemente em Buenos Aires e, ao lado da Chanceler Susana Malcorra, decidimos relançar diversos mecanismos de cooperação bilateral. Um deles é a Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral. Ficou claro que há a decisão dos dois lados de ampliar o comércio e de superar eventuais entraves ao trânsito de mercadorias.

Ainda no âmbito regional desejamos avançar no processo de diálogo entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico.

Ao contrário do que normalmente se alega em meios de comunicação, os dois blocos não são antagônicos. O MERCOSUL tem acordos comerciais com todos os membros da Aliança.

Nosso objetivo é realizar em breve novo encontro entre os dois agrupamentos para discutir medidas de interesse comum, em temas concretos como simplificação de procedimentos aduaneiros e certificação de origem digital, para citar apenas dois exemplos capazes de oferecer resultados comerciais imediatos.

Para concluir esse breve balanço de 2015, quero ressaltar que estamos dando continuidade ao esforço de descortinar novos mercados em regiões como a África, o Oriente Médio e a Ásia.

Ano passado visitei nove países africanos, em três viagens distintas. Estive em Gana, São Tomé e Príncipe, Moçambique, Angola, Cabo Verde, República Democrática do Congo, Senegal, Camarões e Argélia. Com três desses países – Angola, Moçambique e Malawi – também celebramos o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos. Esse instrumento será de particular importância para as diversas empresas brasileiras que ali atuam.

Como se sabe, o comércio do Brasil com o continente africano tem crescido exponencialmente. Apenas no decênio que vai de 2003 a 2013, ele quadruplicou, saltando de US\$ 6,1 bilhões para US\$ 28,5 bilhões, com grande participação de produtos industrializados. Devo assinalar que a cooperação Sul-Sul promovida pelo Brasil é um fator que tem contribuído para consolidar uma imagem positiva do Brasil e

criar um ambiente mais receptivo aos negócios no continente africano.

Também a Ásia constitui uma prioridade. Além de parceiros estratégicos como o Japão, estamos buscando aproximação com a Comunidade Econômica da Associação das Nações do Sudeste Asiático, a ASEAN, um dos principais e mais dinâmicos polos da economia mundial.

Nosso comércio com a ASEAN atingiu em 2015 US\$ 18 bilhões, com superávit de US\$ 3,3 bilhões para o Brasil. Apenas para que tenhamos uma dimensão do crescimento das trocas bilaterais, dez anos antes, em 2005, a corrente de comércio era de US\$ 5,7 bilhões. Foi com o objetivo de fomentar essas relações que visitei, no ano passado, Singapura e Vietnam. Continuaremos buscando aprofundar essa aproximação com a ASEAN, de modo a que possamos estabelecer, em breve, mecanismo formal de diálogo.

Creio ser importante também singularizar dois casos. O primeiro é o da Índia. Trata-se de uma das dez maiores economias do mundo e um dos principais parceiros do Brasil nos foros multilaterais.

Mas nossas relações comerciais e de investimento ainda estão longe de atingir seu potencial, com um pico histórico de US\$ 11,4 bilhões em 2014. Em meus contatos com as autoridades indianas, em visita que realizei a Nova Délhi em outubro último, decidimos buscar fortalecer os canais de interlocução bilateral para voltar a ampliar esse fluxo e estimular investimentos recíprocos.

O segundo é o caso do Irã. Em janeiro deste ano foram levantadas as sanções decorrentes de seu programa nuclear. Isso inaugura uma nova fase nas relações econômico-comerciais desse país. Recente estudo do FMI indica crescimento médio

para o país de 4% nos próximos anos, a despeito da queda nos preços do petróleo. Diversas oportunidades estão abertas para investimentos estrangeiros no setor de energia, aviação e infraestrutura, por exemplo.

O Brasil está atento a essas transformações. Em setembro, estive em Teerã e, em outubro, o Ministro Armando Monteiro também visitou o país, acompanhado de delegação empresarial. É fundamental que todos estejamos atentos a esses desdobramentos de modo a explorar as grandes oportunidades que se abrirão para empresas brasileiras.

A relação de países que citei não é exaustiva. Não os mencionei apenas para realçar a riqueza e variedade de nossa agenda externa, mas também para sublinhar que o Brasil é um ator global, com um comércio diversificado e com uma densa relação com parceiros de todos os continentes.

Nesse esforço de manter e ampliar o acesso dos produtos brasileiros aos mercados internacionais, o Itamaraty tem buscado explorar ao máximo as sinergias com as demais instituições públicas e a sociedade. Particularmente nas atividades de promoção comercial, quero assinalar minha determinação de que a capilaridade da rede de Setores Comerciais de que o Itamaraty dispõe em diversos Postos no exterior possa constituir um ativo cada vez mais útil a serviço dos interesses nacionais.

Senhores Conselheiros,

A Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio realizada em Nairóbi, em dezembro passado, permitiu um valioso avanço na revitalização do sistema multilateral do comércio. Dentre outras

decisões, os países acordaram proibir subsídios à exportação de produtos agrícolas e disciplinar medidas equivalentes.

Trata-se de um passo significativo no longo e tardio processo de liberalização do comércio de produtos agrícolas. Representou, em especial, uma conquista para os países em desenvolvimento, que ao longo de décadas têm propugnado por um maior equilíbrio no tratamento dispensado à agricultura, de um lado, e ao comércio de bens industriais, de outro.

O Governo brasileiro considera indispensável um marco multilateral capaz de proporcionar regras universais, válidas e equilibradas para todos os países. A OMC desempenha também o importante papel de regular e dar consistência sistêmica aos acordos bilaterais e plurilaterais que passaram a compor o cenário normativo do comércio internacional. Do contrário, corremos o risco de ter uma multiplicidade de regras cada vez mais complexas e discriminatórias.

É deste ângulo que devemos analisar as iniciativas plurilaterais em curso, como a Parceria Transpacífica e a Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento, esta última ainda em negociação.

A Parceria Transpacífica consolida circuitos comerciais e de integração produtiva que já estavam estabelecidos antes. Algumas de suas regras promovem interesses específicos de alguns de seus participantes, como os Estados Unidos, em temas como propriedade intelectual ou investimentos. A redução tarifária promovida pelo acordo também não será, à primeira vista, significativa, porquanto as tarifas aplicadas por seus membros, ao menos no campo industrial, não são elevadas. Tampouco está claro se haverá avanços significativos no

campo agrícola, já que medidas não-tarifárias ainda poderão ser aplicadas.

Isso não significa deixar de reconhecer que se está, efetivamente, diante de uma iniciativa importante na configuração do sistema de normas que regula a economia internacional. Mas é preciso analisar com serenidade o sentido geral desta iniciativa e, com ainda mais tranquilidade, os elementos específicos do acordo e suas consequências para membros e não membros.

Para um país com grande desconcentração de parceiros e da pauta de comércio como o Brasil, é preciso conciliar uma atuação dedicada no âmbito do sistema multilateral com a busca de acordos do MERCOSUL com outros parceiros, sempre observando os requisitos de equilíbrio e de atendimento dos interesses centrais de nosso País.

Em muitas situações – como no caso dos subsídios à exportação de produtos agrícolas – é somente na esfera multilateral que teremos ganhos significativos. Já no âmbito plurilateral e bilateral trabalhamos num âmbito mais delimitado, buscando abrir mercados específicos, atrair investimentos e garantir espaço para a internacionalização das empresas brasileiras.

Essas duas dimensões, vale lembrar, são complementares e não substituíveis, mas igualmente importantes em nossa estratégia de inserção no mundo.

Senhoras e senhores,

Vivemos em 2015 um ano difícil do ponto de vista econômico, decorrente da combinação de um conjunto de fatores internos e externos.

Diria que em 2016 temos pela frente o desafio não apenas de retomar o caminho

que nos levará ao crescimento, mas também o de seguir operando de maneira criativa e laboriosa para assegurar uma inserção competitiva do Brasil no mundo.

Essa palavra – competitividade – enfeixa um conjunto de prioridades fundamentais do Governo para o futuro próximo.

Ao lado da ampliação de comércio e de investimentos, a cooperação em três domínios – educação; ciência, tecnologia e inovação; e infraestrutura – será vital para que asseguremos um crescimento sustentável.

Dados recentes de relatório da UNCTAD indicam a existência de um crescente “fosso tecnológico” entre os países, havendo maior concentração da inovação em países desenvolvidos e num grupo de nações asiáticas. Por exemplo: apenas os países em desenvolvimento da Ásia responderiam por 48% da exportação de bens com alta tecnologia.

A interpretação desse fenômeno é inequívoca: os países que ficarem para trás nesse processo enfrentarão crescentes dificuldades em promover o seu crescimento econômico.

É a sinergia entre as políticas industrial, educacional e de ciência, tecnologia e inovação que garantirá níveis de produtividade adequados para as economias nacionais. Permitirá também um acúmulo de conhecimentos que poderão ser sempre colocados a serviço do crescimento do país.

O Brasil pode e deve se engajar nesse processo, resgatando uma dívida histórica com a educação e a capacitação das novas gerações e criando assim um ambiente favorável à criação e ao desenvolvimento de novas técnicas de produção.

É nesse processo que se enquadram iniciativas como o programa Ciência sem

Fronteiras, a adoção do Marco Legal da Ciência, Tecnologia e Inovação e os diversos programas de concessões no campo da infraestrutura e de energia.

Essa combinação de mais conhecimento com mais e melhor logística ajudará nosso país a dar novos saltos de produtividade, fortalecendo sua base industrial e diversificando suas exportações.

A agenda externa está associada a esse processo, porque é responsável por abrir novos campos de cooperação e de aprendizado com outras nações. Um exemplo dessa contribuição tangível é o BRICS, cuja crescente institucionalização ajudará a suplementar as necessidades de financiamento de países em desenvolvimento, especialmente em infraestrutura, que constituirá uma das áreas prioritárias de atuação do seu Novo Banco de Desenvolvimento. O Arranjo Contingente de Reservas, por sua vez, oferecerá garantias adicionais aos países-membros na hipótese de dificuldades com o balanço de pagamentos, aprofundando a cooperação econômica entre cinco das principais economias emergentes do planeta.

Senhoras e senhores,

Quero, por fim, deixar registrado que, para o Itamaraty, a interlocução com o setor privado é fundamental. Não por acaso, mantenho diálogo frequente com o Ministro Armando Monteiro, com vistas a conciliar as dimensões político-diplomática e

econômico-comercial de nossa agenda externa.

Estar no CEBRI na companhia também de representantes do segmento empresarial e do mundo acadêmico é, portanto, uma grande satisfação para mim. A política externa é complexa e dinâmica e temos a grande responsabilidade de buscar identificar suas tendências principais para daí projetar nosso País no futuro.

A formulação de nossa política externa deixou, por isso, de ser um processo que ocorre dentro dos gabinetes do governo. Ela passa necessariamente por uma constante e frutífera interação com os mais diversos atores.

O diálogo com os senhores certamente contribuirá para essa difícil, mas honrosa, tarefa de ajudar o País a projetar seus valores e interesses no mundo.

Permitam-me concluir invocando as palavras de nosso saudoso Chanceler Luiz Felipe Lampreia nas Nações Unidas, em 1995. Ele afirmou que “os principais fatores do orgulho nacional são a democracia, o desenvolvimento, o comércio e a riqueza econômica, ao invés da busca por hegemonia ou ganhos territoriais”. Essa afirmação sintetiza com perfeição os ideais que inspiram a política externa do Brasil e nos motivam a seguir trabalhando em prol de nosso País.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA 116ª SESSÃO DO CONSELHO INTERNACIONAL DO CAFÉ (ADIS ABEBA, 9/03/2016)

Excelentíssimo senhor embaixador Iván Romero, presidente do Conselho Internacional do Café, Excelentíssimo senhor Tefera Derebew, Ministro da Agricultura e Recursos Naturais da República Democrática Federal da Etiópia, Excelentíssimo senhor Emile Christophe Mota Ndongu, Ministro de Agricultura, Pesca e Pecuária da República Democrática do Congo, Excelentíssimo senhor Wondirad Mandefro, Ministro de Estado de Agricultura e Recursos Naturais da República Democrática Federal da Etiópia, Senhores delegados, Senhor Robério Silva, diretor-executivo da Organização Internacional do Café,

Início minha primeira intervenção nesta reunião cumprimentando o Embaixador Iván Romero pela escolha para a função que lhe cabe à frente da presidência do Conselho Internacional do Café. Tenho certeza de que sua experiência e sensibilidade contribuirão para assegurar o êxito desta semana de encontros.

É para mim um grande prazer estar aqui na Etiópia para a cerimônia de abertura da centésima-décima-sexta (116ª) Sessão do Conselho Internacional do Café. Ao expressar ao povo e ao governo e da Etiópia minha gratidão por gentilmente receberem em Adis Abeba os eventos desta semana, devo dizer que me sinto duplamente honrado. Não apenas é a Etiópia mundialmente reconhecida como um dos berços da humanidade, mas também como a origem da planta que viemos aqui discutir e celebrar.

O café é tema de grande importância para o Brasil, grande patrocinador e membro

empenhado da Organização Internacional do Café.

Como um dos primeiros países a assinar o Acordo Internacional do Café de 1962, o Brasil acredita que a OIC é fórum intergovernamental decisivo para o diálogo entre exportadores e importadores de café. Sob a liderança dos países membros, todas as partes interessadas na economia global do café podem encontrar na OIC plataforma comum para a cooperação em prol da transparência do mercado, da remoção de obstáculos ao comércio e da promoção da sustentabilidade.

Desde o século 19, o café tem sido atividade econômica de grande relevância no Brasil. Hoje em dia, com economia muito mais diversificada, o Brasil ainda é o maior produtor mundial de café, com aproximadamente 30% da produção global. Cerca de 8 milhões de pessoas no Brasil estão direta ou indiretamente ligadas ao negócio do café. Apenas na produção agrícola, são mais de 300 mil propriedades rurais espalhadas por quase 2.000 municípios.

A produção brasileira de café é atividade conduzida largamente por pequenos produtores, que atuam de maneira econômica, social e ambientalmente sustentável. A legislação brasileira para questões trabalhistas e ambientais apresenta um amplo conjunto de regulamentações, que previnem formas injustas e desumanas de trabalho – como o trabalho infantil –, asseguram a aplicação de boas práticas para o uso da terra e estipulam a criação obrigatória de áreas de conservação da natureza. Os arranjos cooperativos – comuns no setor cafeeiro brasileiro – asseguram aos pequenos produtores

rendimento equivalente a até 85% do preço internacional do produto.

O Brasil é não apenas o maior produtor mundial do café, mas também o segundo maior consumidor do produto. Não é exagero dizer que o consumo do café é parte importante da identidade nacional brasileira. O café é a bebida quente mais consumida no Brasil. Partindo do exemplo brasileiro, creio que um dos mais importantes papéis desempenhados pela OIC é o de promover o consumo do café, especialmente em países que apresentem baixo consumo e tenham grande potencial de crescimento do mercado. Entre outros benefícios esperados, uma maior dispersão do consumo do produto pelo mundo poderia ajudar a reduzir a volatilidade do preço.

O Brasil sempre acompanha de perto os temas em discussão na OIC. O processo ora em curso de avaliação estratégica da organização oferece excelente oportunidade para que ela melhor se adapte ao cenário internacional contemporâneo. Maior foco estratégico é objetivo importante para que a OIC possa servir melhor a seus membros e consolidar sua posição como o fórum de diálogo e troca de informações por excelência para todo o setor cafeeiro mundial.

A questão da sustentabilidade econômica apresenta-se como preocupação crescente do grupo de países exportadores. O crescimento da renda per capita no mundo e em especial nos países emergentes gerou a expectativa de que os preços internacionais iriam permanecer em patamares mais favoráveis aos produtores. No entanto, choques sucessivos, especialmente após a crise de 2008, instauraram nesses mercados tendência de baixos preços acompanhada de alta volatilidade.

A título de exemplo, posso citar o fato de que, em janeiro de 2016, o índice composto da OIC registrou seu nível mais baixo em dois anos. Esta organização tem papel de grande relevância ao ajudar a entender as causas da persistência de preços baixos e alta volatilidade no mercado internacional do café. Com melhor informação e análise, os países membros podem examinar maneiras de promover condições economicamente sustentáveis para todos.

O quadro de incerteza associado ao tema da mudança do clima adiciona nível adicional de complexidade aos desafios enfrentados pelo setor cafeeiro mundial, especialmente pelos pequenos produtores. A OIC deve continuar a servir como canal de comunicação entre o setor cafeeiro mundial e os mecanismos de financiamento existentes, de modo a permitir aos países afetados realizarem esforço de adaptação adequado e eficiente.

Incrementar o consumo com preços estáveis; promover os benefícios do consumo do café para a saúde; encorajar programas para a sustentabilidade econômica, social e ambiental; trabalhar para a remoção de obstáculos ao comércio em todos os níveis da cadeia produtiva; promover estratégias de adaptação aos efeitos da mudança do clima. Todas essas tarefas são da competência da OIC e representam objetivos de grande prioridade para o Brasil. Devemos seguir trabalhando juntos para que a OIC continue a fazer a sua parte e se torne no século 21 instituição ainda mais relevante do que foi no século anterior.

Antes de concluir minhas palavras, gostaria de dirigir sinceras felicitações ao diretor executivo Robério Silva e a todos os integrantes do secretariado que vêm trabalhando com o governo da Etiópia para garantir uma semana de reuniões de grande

êxito. Os eventos desses dias são mais um exemplo dos esforços contínuos do diretor executivo nos últimos quatro anos para modernizar a OIC e torná-la ainda mais relevante. Desde 2012, onze novos membros se juntaram à organização. A busca da eficiência e da produtividade levou à adoção de uma série de medidas em sua administração que, estou seguro, será base sólida para o progresso da Organização nos próximos anos.

Aproveito minha presença perante os membros do Conselho Internacional do Café para expressar o desejo do Brasil de que o contrato de Robério Silva como diretor-executivo da OIC seja renovado por mais cinco anos, de forma a dar continuidade ao excelente trabalho que vem realizando à frente da Organização.

Concluo desejando a todos os presentes uma produtiva semana de debates e deliberações.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, PO OCASIÃO DA IV CÚPULA DE SEGURANÇA FÍSICA NUCLEAR (WASHINGTON, 1/04/2016)

Mr. President,

Brazil is committed to several national and international actions to strengthen the physical protection of nuclear materials. We have strong, efficient and appropriate mechanisms and legislation regarding physical protection and prevention of terrorism, as well as strict accountability and control of nuclear materials and radioactive sources.

In this regard, all nuclear material in Brazil is under safeguards of IAEA and ABACC – the Brazilian-Argentinian Agency of accountability and control of nuclear materials. As mentioned in the morning session by President Macri, of Argentina, this organization is the result of the strong cooperation and deep confidence built between Brazil and Argentina in the nuclear field, which started 25 years ago.

All rules and regulations pertaining to the physical protection of sensitive assets, materials and equipment, according to the regimes and agreements to which Brazil is a party, have been incorporated into our domestic legislation. The 2005 amendment to the Convention of Physical Protection of Nuclear Material is currently in the process of being submitted to the Brazilian National Congress.

In addition, Brazil has been cooperating with other countries and the IAEA to implement nuclear security and physical protection measures during major public events. This cooperation gained momentum during the 2007 Pan-American Games and, more recently, the 2014 FIFA World Cup. Such joint efforts will continue to run up to the 2016 Olympic Games in Rio de Janeiro.

A few days ago, on March 16, President Dilma Rousseff signed into law a bill which typifies terrorism as a crime and regulates investigation and judicial proceedings related to terrorism under domestic criminal law. Combined with regulation adopted last October on the freezing of assets belonging to individuals and entities listed by multilateral sanctions regimes, the new legislation reflects the Brazilian Government's strong commitment to combat terrorism and terrorism financing.

In the view of the importance of the topic of this lunch, Mr. President, I'd like to state that since 2010 Brazil has participated in the Nuclear Security Summits that you created. We welcome with satisfaction the fact that this Summits have contributed to increasing the visibility of nuclear security in all of its various aspects.

To be consistent and effective, Brazil believes that it is essential to consider nuclear security in the context of broader efforts to promote goals that are also related to nuclear disarmament, nuclear non-proliferation and advancing nuclear energy for peaceful uses.

Brazil and another 15 countries participating in the Summit will release a joint statement with the broad view of the challenges we face in the nuclear arena. The physical protection of nuclear materials will not be strengthened if our efforts are only focused on nuclear materials and facilities under civilian programs, while ignoring the threats posed by the large amounts of material involved in nuclear weapons programs. 83 percent of fissile materials that can be used in nuclear weapons around the world are located in military facilities, which are not covered by any international

oversight information-sharing or confidence-building mechanism.

I would like to refer to the remarks that you, Mr. President, made in Prague in 2009 in favor of disarmament, which resulted in a new start agreement between the United States and Russia in 2010. Your vision, Mr. President, is consistent with that of many of us here today: that it is necessary to simultaneously and forcefully confront all risks posed in the nuclear arena. To that end, we need not only to strengthen the physical protection of nuclear materials but also to continue our non-proliferation efforts and advance towards the

disarmament to achieve a world that is free of nuclear weapons and any other weapons of mass destruction.

The Nuclear Summits, initiated in Washington under your inspiration, have achieved the goal of focusing international attention on the various aspects of nuclear security. Now, we believe it is important to channel all efforts to the International Atomic Energy Agency – IAEA, which is the multilateral institution that counts with the participation of all actors and has the legitimacy, mandate and technical expertise required to follow through with this issue.

Thank you very much.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA ABERTURA DO XIV CURSO PARA DIPLOMATAS SUL-AMERICANOS (BRASÍLIA/DF, 06/04/2016)

É para mim motivo de especial alegria participar desta cerimônia de abertura do XIV Curso para Diplomatas Sul-Americanos.

Gostaria de cumprimentar os integrantes da mesa e, em particular, a Fundação Alexandre de Gusmão, na pessoa de seu Presidente, Embaixador Sérgio Moreira Lima, pela iniciativa e pelo empenho na organização deste evento.

Quero também saudar os colegas diplomatas dos diversos países sul-americanos que participarão do curso e reiterar-lhes que é com muita satisfação que os recebemos aqui em Brasília.

O Curso para Diplomatas Sul-Americanos é uma importante ação do Governo brasileiro voltada para a aproximação entre nossos países e para a promoção de maior conhecimento mútuo. Trata-se de uma iniciativa única em nossa região, que reflete o caráter estratégico conferido pelo Brasil à integração sul-americana.

Gostaria de apresentar aos senhores, de maneira panorâmica e sucinta, as linhas mestras da política externa brasileira em relação ao nosso continente, e em seguida indicar alguns dos principais desafios que enfrentamos no momento.

O Brasil é o terceiro país do mundo em número de vizinhos. Compartilhamos fronteiras com dez países. Temos a terceira maior linha de fronteira, com 16,9 mil quilômetros de extensão. Nosso território foi definido de maneira negociada, em tratados celebrados ainda no final do século XIX e no início do século XX.

Essa consolidação precoce do extenso território brasileiro moldou nossa vocação

para a promoção da paz e do diálogo na América do Sul. Reforçou, também, nossas credenciais para defender, em outras regiões do mundo, a busca de soluções negociadas de controvérsias e a prevalência do direito internacional.

Foi em função desse espírito cooperativo que pudemos, desde o início do século XX, estruturar nossa política externa em torno de um conjunto de princípios que regem nossa atuação cotidiana: a igualdade jurídica entre os Estados, a não intervenção e a valorização da diplomacia em detrimento do uso da força.

Alguns desses princípios foram defendidos com veemência por Rui Barbosa, representante brasileiro à Conferência de Paz da Haia, em 1907, com o apoio decisivo dos demais países sul-americanos presentes àquela reunião. Isso levou o delegado russo a exclamar que a “América do Sul foi uma revelação para todos nós”, e o delegado norte-americano a afirmar que o evento marcou “o advento da América do Sul nos destinos do mundo”.

Já estava claro então que compartilhávamos visões comuns e podíamos agir em conjunto na defesa da paz e no desenvolvimento de vários institutos do direito internacional, como o direito de asilo e a solução de diferendos por meios pacíficos.

Não obstante essa sintonia no plano dos valores e das perspectivas sobre a ordem internacional, uma maior e efetiva integração entre os nossos povos ainda demoraria a acontecer.

Em primeiro lugar, porque a lógica preponderante durante a maior parte do

século passado era a da geopolítica, do antagonismo entre Estados, de prevalência do poderio militar e do desenvolvimento econômico autárquico.

Em segundo lugar, porque ao longo dos séculos XIX e XX a América do Sul não ficou imune a um cenário mundial marcado por disputas políticas que envolveram, em diferentes etapas, o imperialismo, o colonialismo e a Guerra Fria. Esse quadro mais amplo explica a prioridade concedida aos laços com potências extracontinentais.

Foi nos últimos trinta anos que isso se modificou. Embora nossos projetos de associação remontem aos anos 60, havia então um enfoque fundamentalmente comercial, circunscrito à Associação Latino-americana de Livre Comércio (ALALC), antecessora da atual ALADI.

Somente a partir dos anos 80 ganha impulso a ideia de que teríamos muito a ganhar se nos uníssemos em torno de objetivos comuns também em outras áreas. Foi o momento em que nossos países deixaram para trás regimes autoritários e se depararam com uma conjuntura econômica internacional difícil, marcada pela crise da dívida e por obstáculos para sua inserção na economia internacional.

Quero mencionar aqui, em particular, o MERCOSUL, que há poucos dias completou 25 anos, e que constituiu uma iniciativa de integração profunda inédita entre países em desenvolvimento. Seus resultados são muitas vezes subestimados, embora ele tenha possibilitado, por exemplo, que o comércio entre seus membros crescesse mais de 10 vezes desde 1991, saltando de US\$ 4,5 bilhões para mais de US\$ 50 bilhões em todos os últimos cinco anos, com um pico histórico de US\$ 63 bilhões em 2011.

Para além do volume, esse comércio é de qualidade, composto em sua maioria de produtos manufaturados. Em 2015, por exemplo, os produtos industrializados responderam por mais de 80% das importações brasileiras originárias dos membros do MERCOSUL.

Temos também acordos comerciais com todos os países sul-americanos, o que permitirá que nosso continente constitua, idealmente antes do fim da década, uma área de livre comércio. Graças a essa rede de acordos, o comércio entre os membros da ALADI saltou de US\$ 37 bilhões em 2002 para US\$ 160 bilhões em 2013, ano em que atingiu seu maior patamar na história.

Os resultados do MERCOSUL transcendem, no entanto, o campo estritamente econômico-comercial. A criação do grupo permitiu que se estabelecesse uma crescente coordenação entre nossos países em diversas áreas e setores. Por exemplo, o Fundo de Convergência Estrutural, o FOCEM, criado há menos de uma década, já aprovou mais de 40 projetos, com valor superior a US\$ 1 bilhão, sempre em benefício das regiões de menor desenvolvimento relativo de nossos países.

O MERCOSUL também promoveu uma intensa aproximação entre nossas sociedades civis. Foi possível inaugurar uma etapa inédita do processo de integração por meio do chamado “MERCOSUL Cidadão”, com esteio em vários acordos de residência, trabalho, previdência social, educação e turismo.

O pilar econômico-comercial é fundamental para nossa integração, mas não é a única medida de nossos êxitos. Uma integração bem-sucedida passa também por um envolvimento pleno de nossas sociedades e pela compreensão de que os ganhos sociais

e políticos serão fundamentais para fortalecer a cooperação entre os nossos países.

Como observou a Presidenta Dilma Rousseff, o Brasil e seus vizinhos compartilham não apenas o mesmo projeto, mas principalmente o mesmo destino, que é o de construirmos uma região marcada pela paz, pela democracia e pela cooperação. A visão deste destino comum explica nosso elevado nível de ambição e exige de nós um trabalho contínuo e permanente de aperfeiçoamento dos instrumentos de que dispomos para o processo de integração.

Caros colegas,

A América do Sul é hoje um caso muito particular num mundo marcado por conflitos armados, divisões sectárias e violência dos mais diversos tipos, do terrorismo à xenofobia.

Somos uma região de paz. Estamos livres, por decisão própria, de armas de destruição em massa. Eventuais disputas em nosso continente são superadas por meio do diálogo político ou no âmbito dos diferentes mecanismos de solução de controvérsias. Nossas autoridades se encontram com frequência e coordenamos nossas posições sobre vários temas relevantes da agenda internacional.

Essa postura de apego à convivência pacífica e à cooperação é antes a exceção do que a regra no cenário mundial. Acabo de retornar da Cúpula de Segurança Nuclear, ocorrida em Washington, na semana passada. Brasil, Argentina e Chile defenderam mais uma vez o desarmamento como o verdadeiro caminho para a paz e a segurança internacional.

Mesmo nos casos em que lidamos com diferenças, sabemos priorizar o diálogo e a

negociação. A Colômbia atual é um grande exemplo de vontade política e perseverança na busca da paz. Saudamos o governo e o povo colombiano por sua determinação em alcançar o fim do conflito armado em seu território e estamos certos de que uma nova era de paz e desenvolvimento será inaugurada no país e na região.

Somos também um exemplo de boa convivência. Nossos países receberam, ao longo de sua história, imigrantes das mais diversas origens. Aqui eles se integraram e reconstruíram suas vidas. No caso do Brasil, cerca de metade de nossa população é de afrodescendentes e temos grande contingente de população de origem europeia, asiática e do Oriente Médio.

Essa postura aberta se estende, de maneira geral, à promoção e proteção dos direitos humanos. Os países sul-americanos são parte dos principais instrumentos internacionais e atuam de maneira ativa no sistema internacional de direito humanos, inclusive no próprio contexto interamericano. Reconhecemos que temos desafios internos na promoção dos direitos das populações mais vulneráveis, como os afrodescendentes, os portadores de deficiência e os grupos LGBTI, mas dispomos de vontade e de empenho para superá-los.

A América Latina tem sido também uma das regiões mais bem-sucedidas no combate à fome e na redução da pobreza ao longo dos últimos 25 anos. Segundo dados do Banco Mundial, a parcela da população em extrema pobreza na região caiu de 12% em 1990 para cerca de 4% em 2015. O Brasil foi recentemente excluído do “mapa da fome” elaborado pela FAO. Em seu relatório sobre insegurança alimentar no mundo publicado no ano passado, a FAO também indicou que, entre 2002 e 2014, o número de pessoas subalimentadas no

Brasil caiu 82%, a maior cifra entre as seis nações mais populosas do mundo.

Por fim, temos o privilégio de sermos um continente em que prevalece a democracia. Foi ela que estabeleceu as bases para a integração entre nossos países. Não por acaso, a aliança estratégica entre o Brasil e a Argentina, que resultou posteriormente no MERCOSUL, decorreu da assinatura da Declaração de Iguazu, justamente num contexto em que os dois países saíam de regimes autoritários e se redemocratizavam.

Democracia aqui significa não apenas o respeito à ordem constitucional e a aferição da vontade popular em eleições periódicas livres e plurais, mas também a dedicação contínua ao combate a pobreza e à redução das graves desigualdades sociais que infelizmente marcaram a história de nosso continente.

Senhoras e senhores,

A democracia possibilitou que deixássemos para trás rivalidades reais ou imaginárias, em prol da busca de objetivos comuns. Posso citar alguns exemplos que demonstram a mudança substantiva que ocorreu na relação entre os países sul-americanos nas últimas três décadas.

O primeiro exemplo refere-se ao aspecto comercial. Nas últimas décadas nos tornamos cada vez mais relevantes como parceiros no comércio exterior. Hoje a América do Sul é um mercado tão importante para o Brasil como a China, os Estados Unidos e a União Europeia. Esse mesmo fenômeno ocorre com os outros países sul-americanos.

O segundo exemplo diz respeito à nossa cooperação em defesa, a partir do reforço dos laços políticos construídos por governos democráticos em nossos países.

Foram eles que permitiram, por exemplo, que o Brasil e a Argentina passassem a cooperar no campo nuclear e criassem a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares, a ABACC, exemplo único no mundo.

O terceiro exemplo é o da constituição de foros regionais próprios, que vieram complementar o tradicional sistema hemisférico baseado na OEA - Organização dos Estados Americanos. Hoje contamos, além dos organismos subregionais como o MERCOSUL, com a União de Nações Sul-Americanas - UNASUL e a Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos - CELAC.

Caros colegas,

Reconhecer avanços não significa desconhecer os diversos desafios que temos diante de nós.

Queremos fortalecer nossa presença comercial no mundo. Vivemos um momento difícil da economia mundial, que alguns economistas chegam a classificar como de “estagnação secular”, em que o crescimento econômico enfrenta obstáculos e em que os Estados parecem incapazes de encontrar os meios para uma plena recuperação da crise iniciada em 2008.

É nesse contexto de dificuldades que os países sul-americanos têm de desenvolver suas estratégias de inserção no mundo. No caso do Brasil, temos duas prioridades imediatas.

A primeira é ampliar os acordos que já temos na nossa região, com o propósito de tornar a América do Sul uma área de livre comércio antes do final desta década. Por isso, queremos acelerar cronogramas de desgravação tarifária e ampliar a cobertura

dos acordos de complementação econômica que temos com países como a Colômbia, o Peru, o Equador e também o México. É esse interesse que motiva o importante diálogo em curso entre o MERCOSUL e a Aliança do Pacífico.

Essa vertente regional não é incompatível com o esforço de buscar novos mercados em regiões dinâmicas como a Ásia e aprofundar a relação com países desenvolvidos e em desenvolvimento. Muito pelo contrário: o MERCOSUL obedece à lógica de abertura ao mundo que esteve na base de sua constituição há 25 anos.

Isso nos leva à segunda prioridade: avançar na diversificação do relacionamento externo do MERCOSUL, por meio da celebração de novos acordos, como o que estamos negociando com a União Europeia. O MERCOSUL tem feito sua parte e já está pronto para realizar uma troca de ofertas de acesso a mercados com a União Europeia, o que deve ocorrer em breve, como esperamos.

Outro desafio é a promoção da integração física e energética. Apesar dos avanços obtidos nos últimos anos, ainda temos carências significativas nessas áreas, que exigem estudos e investimentos de monta. A criação de corredores bioceânicos integrando diversos modais de transporte é fundamental para a ampliação do trânsito de pessoas e mercadorias entre nossos países e com outras regiões do planeta. É o caminho para reduzir custos e gerar complementaridades. Temos também de valorizar mais as conexões aéreas diretas entre nossos países, inclusive por meio de companhias regionais.

Da mesma forma, a integração entre nossos sistemas de energia permitirá aumento da eficiência e contemplará, em nossos países, as regiões mais afetadas pela carência desse

insumo fundamental para o crescimento econômico. A decisão dos países sul-americanos de priorizar sua integração energética deixa claro que os recursos energéticos são estratégicos e fundamentais para o desenvolvimento de nossos países.

Um terceiro desafio é assegurar à nossa região uma posição nos foros multilaterais condizente com sua tradição de paz e seu peso específico na comunidade internacional.

A América Latina e o Caribe e a África são as duas únicas regiões do planeta sem um assento permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas, embora congreguem, juntas, 86 países, o que equivale a quase 45% do total de membros da Organização.

Nossa região tem todas as credenciais para ter mais voz nos assuntos relativos à paz e à segurança internacional: somos grandes contribuintes de operações de manutenção da paz, somos uma região livre de armas de destruição em massa e atuamos consistentemente na defesa dos princípios fundamentais da Carta das Nações Unidas.

Ainda no plano multilateral, temos também uma preeminência natural em debates sobre temas relativos ao meio ambiente e à mudança do clima. Somos uma região rica em recursos naturais, com grande diversidade biológica e uma matriz energética diversificada.

Em 2012, o Brasil sediou a Conferência Rio+20 e, em 2014, o Peru sediou a COP-20, eventos que permitiram os avanços necessários para que chegássemos ao Acordo de Paris, em dezembro passado.

Temos muito a contribuir para a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, no âmbito da Agenda 2030. Defender essa agenda faz parte de nossa

responsabilidade de dar ao desenvolvimento a importância que lhe é devida. As grandes questões da paz e da segurança não encontrarão soluções sustentáveis se descoladas do combate à pobreza e da promoção do desenvolvimento sustentável.

Por fim, creio que temos pela frente o grande desafio de assegurar às novas gerações os instrumentos necessários para que possam fazer nossos países progredirem. Falo aqui da educação e dos avanços em ciência, tecnologia e inovação.

É inquestionável que ganhos de produtividade e competitividade só poderão resultar de mais qualificação e de maior capacidade inovadora de nossos jovens e de nossos trabalhadores em geral.

A educação constituirá também o mais importante vetor da inclusão social em nossos países. Apesar de nosso êxito na redução dos níveis de pobreza, temos diante de nós a obrigação de reduzir a vulnerabilidade das camadas de menor renda por meio do acesso à educação de qualidade, inclusive aquela voltada à formação técnica e profissionalizante.

Senhoras e senhores,

Nossos países estão unidos não apenas pela geografia, mas também por laços humanos, culturais e por objetivos comuns: a promoção da paz, dos direitos humanos, da

inclusão social e de uma ordem internacional mais justa.

A América do Sul é para nós mais do que uma circunstância. É um espaço que estamos construindo juntos e em que a integração é um objetivo incontornável.

Concluo invocando as palavras de um diplomata brasileiro que foi pioneiro defensor do processo de integração em nosso continente, Manuel de Oliveira Lima. Ao ponderar, em 1907, que, por pertencermos ao mesmo continente, estamos unidos pelos “mais estreitos laços de sangue, de economia e de civilização”, ele concluiu que “o nosso rumo moral é idêntico, de trabalho e de paz”.

Oliveira Lima tinha como referência um mundo que já não existe, em que a América do Sul ainda era vista como frágil e suscetível a influências externas muitas vezes desagregadoras. Sua mensagem encerra, porém, um ideal que nos move ainda hoje: o de que unidos poderemos defender nossos interesses e projetar nossos valores no mundo de modo mais eficaz, contribuindo assim para o maior progresso e bem-estar de nossos povos.

Desejo a todos um excelente curso durante a estadia em Brasília e nas demais cidades, e agradecer também a presença dos Embaixadores sul-americanos.

Muito obrigado.

**DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, NA
SESSÃO DE DEBATES TEMÁTICOS DO SENADO FEDERAL "MEIO AMBIENTE E
ESTADO: DESAFIOS PARA O LEGISLATIVO, EXECUTIVO E JUDICIÁRIO"
(BRASÍLIA/DF, 26/04/2016)**

Gostaria, em primeiro lugar, de manifestar minha grande satisfação em participar desta Sessão de Debates Temáticos sobre "Meio Ambiente e Estado: Desafios para o Executivo, o Legislativo e o Judiciário".

Considero este colóquio um exercício útil para o necessário aperfeiçoamento da coordenação entre os três Poderes e para o fortalecimento do diálogo do Estado com especialistas e a sociedade civil, o que enriquece a formulação e a execução da política externa brasileira.

O Brasil é um importante ator no cenário internacional, sobretudo no que diz respeito ao debate ambiental. País mais megabiodiverso do mundo e de dimensões continentais, dono da quinta maior população e da maior florestal tropical do planeta, o Brasil tem participado ativamente de todas as negociações internacionais na área ambiental.

Não por acaso, a política externa brasileira tem como dois de seus alicerces fundamentais a busca do desenvolvimento sustentável e da erradicação da pobreza. Essas dimensões, aliás, estão intimamente associadas: o desenvolvimento sustentável passa necessariamente pelo crescimento com inclusão social. Não podemos dissociar os pilares social, econômico e ambiental do processo de desenvolvimento, e é essa a visão que nos tem orientado nos debates nos diversos foros internacionais que discutem o tema.

Todo o esforço dispendido pelo Brasil e outros países em prol de condições mais propícias para o crescimento com justiça social resultou em dois frutos importantes em 2015.

O primeiro deles foi a aprovação da Agenda 2030, que contempla os chamados Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. O Brasil foi um dos protagonistas dessa negociação, tendo sediado, em 2012, a Conferência Rio+20, que lançou as bases para a negociação desse importante instrumento internacional. O primeiro e mais fundamental dos Objetivos é, aliás, um tema central da agenda brasileira: a erradicação da pobreza.

Uma característica fundamental da Agenda 2030 é o fato de constituir um conjunto de compromissos de alcance universal, que vincula tanto países desenvolvidos quanto países em desenvolvimento. Existe, portanto, o reconhecimento de que todos, sem exceção, temos desafios a enfrentar na promoção do desenvolvimento sustentável.

O segundo avanço importante foi a aprovação do Acordo de Paris sobre Mudança do Clima. O Brasil guiou-se, nesse processo, pela busca de um compromisso que fosse abrangente e ao mesmo tempo levasse em consideração a diferenciação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Oferecemos uma contribuição nacional ambiciosa, que refletiu nossa determinação em diversificar nossa matriz energética, combater o desmatamento e avançar em ações de reflorestamento.

O Acordo de Paris constitui uma oportunidade para que todos nós sejamos mais ousados e possamos caminhar mais rapidamente em direção a um planeta menos dependente de combustíveis fósseis. Ao mesmo tempo, não podemos deixar de reconhecer que os países em

desenvolvimento e desenvolvidos devem ter responsabilidades diferentes, até porque as nações menos desenvolvidas tiveram historicamente menor participação no aquecimento global.

Esses dois exemplos demonstraram o potencial do multilateralismo de construir soluções para os graves problemas globais. Quando há disposição efetiva de se negociar, podemos superar mesmo as mais sérias diferenças de visão. Por isso, a Presidenta Dilma Rousseff definiu o Acordo como uma “histórica conquista da humanidade”, por haver refletido a capacidade da comunidade internacional de oferecer “respostas firmes e decisivas aos imensos desafios apresentados pela construção de um amplo consenso”.

Senhoras e senhores,

Independentemente dos compromissos assumidos internacionalmente, o Brasil vem avançando de maneira autônoma e concreta no que se refere à área ambiental. Esse é um trabalho realizado por todos nós. As metas e políticas internas em matéria ambiental sugeridas, aprovadas, implementadas, fiscalizadas e protegidas pelos três Poderes são, como disse, mais ambiciosas que aquelas negociadas no âmbito internacional.

O Brasil é, por isso, um exemplo de como enfrentar os desafios ambientais. Somos uma das maiores economias do mundo, mas temos grandes lacunas a preencher no campo do desenvolvimento socioeconômico. Não obstante, estamos na vanguarda no que se refere à definição de metas claras e ousadas.

O Governo brasileiro anunciou, por exemplo, que pretende reduzir em 37% a emissão dos gases de efeito estufa até 2025, e em 43% até 2030, em ambos os casos

com relação aos níveis de 2005. Queremos também aumentar a participação das fontes renováveis de energia, de modo a que alcancem 45% de nossa matriz energética até 2030. Ou seja, em menos de quinze anos almejamos que praticamente a metade de nossa matriz energética seja constituída por fontes de energia limpa.

Outro aspecto relevante da contribuição nacional brasileira é a meta de alcançar o desmatamento zero na Amazônia, além de restaurar e reflorestar 12 milhões de hectares de florestas e outros 15 milhões de hectares de pastagens degradadas.

A combinação da diversidade e riqueza natural do Brasil e a existência de políticas nacionais ambiciosas e de vanguarda fortalecem as credenciais do País nas negociações internacionais, tornando-o, como ressaltei, uma referência na promoção do desenvolvimento sustentável e inclusivo.

A assinatura do Acordo de Paris na semana passada, em Nova York, dá início agora a uma segunda etapa, igualmente importante: a de traduzir os compromissos assumidos em realidade. A principal vertente desse processo será o apoio aos países em desenvolvimento, alguns dos quais, como o Brasil, adotaram voluntariamente metas que vão além do que prevê o arcabouço normativo internacional.

Esperamos, por isso, avanços em dois temas fundamentais.

Em primeiro lugar, que o nível de ambição dos países desenvolvidos seja aumentado progressivamente, a exemplo do que países como o Brasil já têm feito. Não podemos nos contentar em cumprir metas nacionais voluntárias que não representem desafio maior em termos de redução da emissão de gases de efeito estufa. O sucesso do Acordo de Paris depende sempre de buscar novos

patamares de mudança de perfil de geração e consumo de energia.

Em segundo lugar, que se viabilizem, inclusive no plano financeiro, os meios adequados para que os países em desenvolvimento possam continuar com suas contribuições concretas para os esforços globais de mitigação e adaptação. O Acordo de Paris prevê apoio financeiro anual da ordem de US\$ 100 bilhões, mas esperamos que esse montante seja ampliado progressivamente a partir da entrada em vigor do acordo. Esse valores devem contemplar, também, transferência de tecnologia que nos ajudem a tornar nossas economias cada vez menos dependentes de combustíveis fósseis.

Caro Senador, Senhoras e Senhores,

É importante ter presente que esses instrumentos recentemente aprovados não apenas trazem desafios, mas também oferecem oportunidades para que as legislações e as políticas ambientais nacionais sejam continuamente aperfeiçoadas.

As estreitas correlações entre compromissos nacionais e internacionais tornam ainda mais necessária a constante articulação entre o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, de maneira a que possamos observar e cumprir plenamente as obrigações que assumimos.

São vários os exemplos de avanços no Brasil no campo ambiental hoje reconhecidos internacionalmente. Isto se deve ao diálogo e à interação entre os diferentes Poderes. Permitam-me mencionar alguns:

i) o novo Código Florestal e a implantação do Cadastro Ambiental Rural, que constituem elementos potencialmente

revolucionários para conservação florestal e a gestão e o controle do desmatamento;

ii) a lei de acesso ao patrimônio genético e ao conhecimento tradicional associado e de repartição de benefícios, aprovada no ano passado;

iii) as políticas de áreas protegidas, que já garantem percentual de áreas protegidas superior ao estabelecido pelas chamadas “Metas de Aichi” da Convenção sobre Diversidade Biológica (CDB) e pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável;
e

iv) as ambiciosas metas estabelecidas nacionalmente para a redução das emissões de carbono até 2030, que mencionei anteriormente.

Não poderia deixar de ressaltar também o importante papel do Brasil em matéria de cooperação internacional, que reforça nosso protagonismo em questões ambientais no âmbito mundial.

O desenvolvimento e a continuidade de tais políticas e iniciativas requerem, evidentemente, a atuação coordenada dos três Poderes da República. Acredito que a presente Sessão de Debates é uma iniciativa que vem ao encontro dessa necessidade de concertação, aproximando diferentes estruturas do governo, organismos internacionais e a sociedade civil, e contribuindo para a formulação da política interna e externa de forma representativa e integrada.

Creio também que nosso diálogo é um exemplo do compromisso do Estado brasileiro em promover o desenvolvimento sustentável. Para isso, devemos continuar empenhados em reduzir a pobreza e a desigualdade, que representam, como estabelecido na Agenda 2030, o primeiro passo para que tenhamos um País mais

justo e um meio ambiente mais equilibrado. Devemos nos manter fiéis ao lema “incluir, crescer, conservar e proteger”, que guiou os trabalhos da Conferência Rio+20 e dá uma noção precisa da natureza integral e indivisível das diversas dimensões que compõem o processo de desenvolvimento de qualquer país.

Gostaria de concluir desejando a todos um produtivo dia de debates e trabalho e

agradecendo, mais uma vez, a oportunidade oferecida ao Ministério das Relações Exteriores de participar desse importante exercício de diálogo com o Congresso Nacional e outros órgãos do Governo e de nossa sociedade civil.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA ASSINATURA DO ACORDO DE COOPERAÇÃO SOBRE A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NO INSTITUTO PARA A DEMOCRACIA E ASSISTÊNCIA ELEITORAL (IDEA) BRASÍLIA/DF, 27/04/2016)

Ministro José Antonio Dias Toffoli,
Presidente do Tribunal Superior Eleitoral,
Senhor Yves Leterme, Secretário-Geral do
Instituto Internacional para a Democracia e
Assistência Eleitoral,
Senhoras e senhores,

É com grande satisfação que compareço a essa cerimônia comemorativa da adesão do Brasil ao Instituto Internacional para a Democracia e Assistência Eleitoral. Em suas duas décadas de existência, o IDEA firmou-se como uma referência no apoio à sustentabilidade da democracia ao redor do globo, por meio do compartilhamento de conhecimento e melhores práticas.

Sua expertise no apoio a processos eleitorais e de reforma constitucional, bem como em iniciativas no campo de democracia e desenvolvimento, já conforma um valioso patrimônio para seus Estados-membros. O IDEA tem desenvolvido relevantes programas não só em nossa região, na América Central e no Caribe, como também em nações na Europa, na África e na Ásia.

A adesão do Brasil ao IDEA reflete o consenso entre as lideranças políticas brasileiras sobre a relevância da participação em iniciativas internacionais

de assistência eleitoral e fortalecimento da democracia. Sirvo-me desta ocasião para agradecer, na pessoa de Sua Excelência o Presidente do Tribunal Superior Eleitoral, Ministro Dias Toffoli, todo o apoio da Justiça Eleitoral ao longo do rápido e exitoso processo de adesão.

O Brasil tem um admirável acervo de conhecimentos na área da assistência eleitoral e do fortalecimento da democracia, adquirido pela Justiça Eleitoral em suas várias décadas de história. De agora em diante, esse acervo estará à disposição do IDEA.

A experiência brasileira em processos como o do voto eletrônico tem grande valia para terceiros países, e ganhará ainda maior alcance por meio da associação que hoje se inicia. Ao mesmo tempo, o Brasil se beneficiará sobremaneira do diálogo e da cooperação com o Instituto.

Tive, na manhã de hoje, ocasião de manifestar ao Secretário-Geral Leterme a disposição do Brasil em contribuir ativamente com as atividades do IDEA a partir de agora. Estou convencido de que testemunhamos, hoje, o início de uma parceria profícua e duradoura.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTEIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DO ALMOÇO OFERECIDO AOS EMBAIXADORES ÁRABES (BRASÍLIA/DF, 02/05/2016)

Excelências,

Ao saudá-los na pessoa do Embaixador da Palestina, Ibrahim Al-Zeben, Decano dos Embaixadores Árabes, gostaria de falar da importância e da excelência das relações entre o Brasil e o mundo árabe, que se refletem em nossos interesses e visões de mundo convergentes, bem como em nossos projetos conjuntos.

O Brasil tem o orgulho de abrigar a maior comunidade árabe fora do Oriente Médio e do Norte da África. O elemento árabe desempenhou um papel central na formação de nossa sociedade e proporcionou um legado cultural e humano que tem sido a base sobre a qual nossas relações se expandiram. Em anos recentes, temos trabalhado de maneira intensa para, conjuntamente, aprofundar o diálogo político, multiplicar as possibilidades de cooperação, promover o comércio e os investimentos, além de coordenar nossas posições em fóruns multilaterais.

Excelências, caros colegas,

Posso afirmar com satisfação que temos tido êxito em nossas iniciativas conjuntas.

Como Ministro das Relações Exteriores, tive a oportunidade de visitar vários países da região. Estive no Líbano no ano passado, onde condecorei a Corveta Barroso com a medalha do Rio Branco, devido ao resgate, em 5 de setembro, de 220 migrantes à deriva no mar Mediterrâneo. Desde 2001, o Brasil tem a honra de comandar a Força-Tarefa Marítima da UNIFIL, a Missão de Paz da ONU no Líbano, que representa uma contribuição importante para a consolidação

da paz em um país ao qual o Brasil está ligado por laços diversos e profundos.

Também visitei a Argélia, onde participei do Mecanismo de Diálogo Estratégico Bilateral e tive a oportunidade de passar em revista uma agenda bilateral bastante diversificada, nos campos da cooperação, do comércio e dos investimentos.

Ainda em 2016, visitei o Marrocos e a Tunísia, para explorar iniciativas de cooperação e oportunidades de comércio.

Tendo em conta todos esses desenvolvimentos, gostaria de encorajar a realização de mais visitas ao Brasil de autoridades do mundo árabe. Em 2015, em Brasília, realizamos a segunda reunião da Comissão Mista Brasil-Arábia Saudita e, no começo de 2016, a primeira reunião da Comissão Mista Brasil-Omã. Na semana passada, tivemos a honra de realizar a primeira Reunião de Consultas Políticas com a Liga Árabe, um sinal claro da intensidade e do potencial de nossas relações.

Quanto a nossas relações comerciais, contamos com o apoio da Câmara Árabe-Brasileira de Comércio, bem como de várias câmaras bilaterais, que trabalham de maneira intensa para promover o Brasil no mundo árabe, e vice-versa. Graças a esse apoio, os fluxos de comércio cresceram significativamente na última década. Desde 2005, o comércio entre o Brasil e os Estados-Membros da Liga Árabe praticamente dobrou, de US\$ 10,5 bilhões para US\$ 19,2 bilhões em 2015 – com pico de US\$ 26 bilhões, atingido em 2014.

Esperamos recuperar essa marca em breve e mesmo superá-la. Inchah'la.

Desde 2005, também contamos com um importante fórum bilateral, a Cúpula ASPA, cuja quarta edição ocorreu em Riade, em novembro passado, com a hospitalidade impecável do Governo saudita. Tive a honra de chefiar a delegação brasileira, em representação da Presidenta Dilma Rousseff. A reunião permitiu intercâmbio franco de opiniões, contatos empresariais promissores entre as duas regiões e discussões sobre meios e formas de aprimorar nossa cooperação em diversos domínios.

Caros colegas,

Ao celebrarmos os resultados obtidos, não podemos esquecer os desafios que ainda se apresentam diante de nós.

Apoiamos firmemente uma solução política para o conflito na Síria, com base no diálogo entre as forças políticas do país. No campo humanitário, o Brasil contribuiu com doações para o Alto-Comissariado das Nações Unidas para Refugiados e o estabelecimento de uma política especial de vistos para cidadãos sírios. Esperamos que a cessação das hostilidades se consolide e que as negociações em Genebra levem a resultados concretos, sob a liderança habilidosa do Enviado Especial Staffan de Mistura.

O Brasil defende a criação de um Estado palestino viável, vivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, com base nas fronteiras de 1967 e com Jerusalém Oriental como sua capital.

Condenamos os assentamentos israelenses nos Territórios Palestinos Ocupados e nos opusemos ao bloqueio de Gaza, que prejudica a economia e impede a ajuda humanitária. Este conflito deve ser definitivamente resolvido, com pleno

respeito ao Direito Internacional. Esperamos que negociações efetivas recomecem o quanto antes.

Estamos convencidos de que uma solução duradoura também para a crise na Líbia tem de ser alcançada com base no diálogo e na reconciliação nacional. Saudamos o início do processo de paz do Acordo de Skhirat, em dezembro passado, e a chegada do Conselho Presidencial a Trípoli, há algumas semanas. Estes desdobramentos são os primeiros indícios de uma inflexão positiva para a reunificação política do país.

Quanto à situação no Iêmen, gostaria de reafirmar que o Governo brasileiro confia em que os diversos atores políticos serão capazes de superar a crise atual por meio de um diálogo inclusivo, liderado pelos próprios iemenitas, com vistas à construção de um futuro próspero.

Finalmente, gostaria de fazer uma referência rápida à Tunísia. Desde o início da Revolução nesse país, o Brasil tem acompanhado de perto, e apoiado plenamente, a transição democrática bem sucedida e os esforços do bravo povo tunisiano para combater a ameaça terrorista. E assim continuaremos a fazê-lo.

Excelências, caros colegas,

Estou ciente de que, para além de tudo que já alcançamos, as relações entre o Brasil e o mundo árabe tem um notável potencial de crescimento, tanto em escopo como em intensidade.

Ao celebrarmos a amizade e a cooperação entre nossos países, peço a todos que transmitam a seus respectivos Governos o compromisso permanente do Brasil com o fortalecimento de nossas relações com o mundo árabe, para o benefício de todos os nossos povos.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA, POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DO CARGO DE MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (BRASÍLIA/DF 18/05/2016)

Senhor senador José Serra, ministro de estado das Relações Exteriores,

Excelentíssimo senhor José Sarney, ex-presidente da República,

Senhor núncio apostólico, dom Giovanni D'Aniello, em nome de quem cumprimento os demais embaixadores estrangeiros acreditados junto ao governo brasileiro,

Senhores ministros de estado,

Senhores presidentes e ministros dos Tribunais Superiores,

Senhores governadores,

Senhores parlamentares aqui presentes,

Senhores embaixadores e demais colegas do Serviço Exterior Brasileiro,

Senhoras e senhores jornalistas,

Senhoras e senhores,

Minhas primeiras palavras são para dar-lhe as boas vindas, ministro José Serra, à Casa de Rio Branco e para desejar-lhe muito sucesso na gestão que agora inicia.

Gostaria em primeiro lugar de registrar meu grande e reconhecido agradecimento a todos os funcionários desta Casa. De todos, recebi apoio e encorajamento permanente desde o momento em que a presidenta Dilma Rousseff, no início de seu segundo mandato, me honrou com o convite para assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores.

Diplomata de carreira há quarenta e três anos, aceitei o convite ciente dos grandes desafios que teria pela frente. Animou-me,

porém, a certeza de que contaria, como de fato contei, com o inestimável apoio de todos os integrantes do serviço exterior, de outros colegas ministros, de senadores e deputados, de setores da sociedade civil e da imprensa, que me ajudaram a desempenhar as altas funções que me foram confiadas.

Foi um período de muito trabalho, de não poucas dificuldades, mas também de realizações importantes.

O resultado desse esforço coletivo, dedicado e de qualidade, é a essência mesma do Itamaraty, guiado pela noção de que o interesse nacional vem sempre em primeiro lugar e é sua fonte permanente de inspiração.

As dificuldades são grandes, mas conjunturais, e sabemos todos que o Brasil é maior do que elas e saberá superá-las, reencontrando o caminho do crescimento, da grandeza e da prosperidade.

Enfrentei-as com determinação, e com a certeza de contar com o apoio a compreensão da Casa, que nunca me faltaram. Ao contrário, trouxeram-me encorajamento e motivação.

O que pude fazer não poderia ter acontecido sem o aporte de cada uma das senhoras e de cada um dos senhores, sem o espírito público e o sentido de dever de todos os funcionários desta Casa.

Dirijo uma palavra especial ao embaixador Sergio Danese. Defensor incansável dos interesses maiores do Itamaraty, funcionário de trajetória exemplar, cuja capacidade de trabalho e extraordinária competência conquistaram o respeito e a admiração de todos nós. Colega e amigo

cuja lealdade e bom conselho me foram sempre de inestimável valia. Muito obrigado, Sergio. E estendo este agradecimento a todos os seus colaboradores diretos na Secretaria-Geral.

Agradeço também a equipe do meu Gabinete, chefiada pelo embaixador Julio Bitelli e composta por jovens talentosos e entusiastas da profissão. A todos agradeço imensamente pela dedicação permanente com que me acompanharam ao longo desse trajeto. Devo muito ao Julio, pela lealdade, pela amizade e pelo conselho sempre competente e judicioso.

Muito obrigado também aos senhores e senhora subsecretários-gerais, ao assessor de assuntos federativos e parlamentares, ao assessor de imprensa, ao secretário de planejamento diplomático, ao chefe do Cerimonial e às demais chefias da Casa.

Aos colegas e funcionários no exterior, muitos dos quais desempenhando suas atividades sob condições difíceis, com sacrifícios de ordem pessoal e familiar, expresse meu profundo respeito e gratidão. Esses servidores são testemunho também da grandeza de nossa instituição.

O Itamaraty é uma instituição de Estado, que se orgulha de um excepcional patrimônio de serviços prestados ao Brasil. Uma instituição devotada à promoção dos interesses permanentes da nação e do povo brasileiro. O Itamaraty soube, em diferentes momentos de nossa história, mesmo naqueles de maior dificuldade, manter sua coesão, sua coerência e uma solidez que é reconhecida em todo o mundo.

Às vésperas de assumir o cargo de ministro das Relações Exteriores, o barão do Rio Branco, patrono de nossa diplomacia, afirmou: “Não venho servir a um partido político, venho servir ao nosso Brasil, que

todos desejamos ver unido, forte, íntegro e respeitado”.

Não há nada a acrescentar à clareza, à honradez e à perenidade dessas palavras.

Todos nós aspiramos a um Brasil ainda mais presente e sempre respeitado no mundo, com plena capacidade de defender seus interesses e de fazer valer os princípios orientadores de nossas relações internacionais, tal como estabelecidos na Constituição Federal.

Caros colegas,

Em minha gestão, dediquei-me a reforçar o papel do Itamaraty como um ator relevante para ajudar o Brasil a dar mais um passo em seu desenvolvimento.

Ao longo desse processo, orientamo-nos por um dos princípios basilares de nossa política externa: o universalismo. Tratamos de diversificar parcerias com países dos mais distintos níveis de desenvolvimento e das mais diferentes regiões do planeta.

O Brasil é hoje um ator global, com capacidade de influir nos destinos do mundo. O chanceler Azeredo da Silveira, com quem tive a honra de trabalhar diretamente, já reconhecia esse fato há mais de três décadas, ao afirmar que “se há um país que não tem mais tamanho para uma parceria seletiva é o Brasil”.

O balanço que podemos fazer do último ano e meio é ilustrativo a esse respeito.

Mas não é esta a ocasião de fazer tal balanço, que está detalhado no relatório de gestão elaborado com o valioso aporte das chefias desta Casa e entregue a vossa excelência, senhor ministro, e a sua excelência o presidente Michel Temer.

Mencionaria apenas, a título de exemplo, a revitalização de nossas relações com os Estados Unidos e a Alemanha e o importante avanço nas negociações entre o MERCOSUL e a União Europeia, com quem acabamos de fazer troca de ofertas que, esperamos, possa abrir o caminho para um acordo abrangente e equilibrado, e a consolidação de nossa parceria com a China.

Trabalhamos para aperfeiçoar o MERCOSUL. O bloco acaba de celebrar os seus 25 anos e, ao longo deste quarto de século, foi sempre valorizado por todos os Governos brasileiros, das mais diferentes orientações político-partidárias.

Nossa parceria com a Argentina continua sendo o mais estratégico pilar da integração na América do Sul. Em 2015 celebramos os 30 anos da Declaração de Iguazu, um marco histórico de nosso relacionamento bilateral. Aceleramos também nossa já profunda relação com os países da Aliança do Pacífico.

Nosso engajamento com a Ásia e a África tem sido impulsionado pela certeza de que essas duas regiões terão crescente papel político e econômico nas grandes decisões globais.

No plano multilateral, o Brasil seguiu sua longa tradição de defesa da paz, do direito internacional e da diplomacia; de promoção dos direitos humanos; de valorização dos princípios da Carta das Nações Unidas e do multilateralismo; e de condenação e repúdio à violência e ao terrorismo.

O Brasil foi protagonista nas negociações que levaram à assinatura do Acordo de Paris sobre mudança do clima, em dezembro passado, e ao acordo de Nairóbi da Organização Mundial do Comércio, que trouxe importante resultados na questão dos subsídios agrícolas.

Senhoras e Senhores,

Nos últimos dezessete meses, foi possível avançar em diversos temas importantes, tanto da agenda internacional, como em temas internos do Itamaraty.

Registro, de maneira clara, que nossa instituição passa hoje por uma situação difícil e requer ações prontas e eficazes. Requer, sobretudo, que sejam assegurados os meios materiais que, aliados a seus recursos humanos de excepcional qualidade, lhe permitam desempenhar condignamente suas tarefas e missões.

Tenho certeza de que vossa excelência, senhor ministro, é sensível a esta situação e tenho plena confiança em sua habilidade para fazer frente a essa insuficiência de recursos, que afeta seriamente a capacidade de atuação de nossos postos no exterior e a qualidade de vida dos funcionários que neles estão servindo.

Estou também convencido de que este Ministério, do qual me orgulho imensamente em fazer parte, e que nunca deixou de cumprir com diligência seu dever, seguirá adiante fortalecido.

Todos nós confiamos na solidez de nossa democracia e de nossas instituições, essenciais para que o Brasil possa ocupar o lugar que lhe cabe no mundo.

Reitero meu profundo agradecimento a todos os funcionários do Itamaraty e desejo a vossa excelência pleno êxito na gestão que agora inicia à frente da Casa de Rio Branco. Minha convicção quanto a esse êxito está alicerçada em sua sólida experiência profissional e sua exitosa trajetória política.

Muito obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA POR OCASIÃO DA CERIMÔNIA DE TRANSMISSÃO DE CARGO DE MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES (BRASÍLIA/DF, 18/05/2016)

Queria saudar inicialmente o ministro Gilmar Mendes, do Supremo Tribunal Federal;

O presidente do STJ, ministro Francisco Falcão;

Ministro Herman Benjamin, ministro Rogério Schietti e ministro Paulo Moura;

Queria cumprimentar, e através dele todos os deputados aqui presentes, o presidente da Comissão de Relações Exteriores da Câmara, Pedro Vilela;

E o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado, meu colega do Senado, Aloysio Nunes, através de quem cumprimento todos os nossos queridos amigos senadores;

Queria saudar excelentíssimo ex-presidente da República, José Sarney, que, considero, teve um papel fundamental no processo de redemocratização do nosso país e merece ser reconhecido em todos os tempos por este papel.

Quero cumprimentar o senhor nuncio apostólico, dom Giovanni d'Aniello, em nome de quem cumprimento os demais embaixadores estrangeiros acreditados junto ao governo brasileiro;

E dar aqui o meu abraço ao embaixador Mauro Vieira, ex-ministro de estado das Relações Exteriores, a quem agradeço a prestatividade, diria assim, e toda a colaboração nesse processo de transição do comando do Ministério. Quero dizer a ele que o considero um homem que teve uma trajetória pública exemplar e digno discípulo de um amigo meu, um amigo nosso em comum, o ministro Renato Archer.

Quero agradecer também, muito enfaticamente, ao presidente Michel Temer pela confiança ao convidar-me para assumir este ministério, bem como pela paciência de revisar e pela aprovação deste Delineamento da Nova Política Externa Brasileira, que apresentarei hoje. O presidente leu ao meu lado, linha por linha, fazendo seus comentários, que naturalmente levei em conta. Quero dizer que trinta e três anos de convivência com Michel Temer, seja no mesmo lado ou em lados diferentes da vida política, foram sempre acompanhados de uma relação constante de amizade, respeito mútuo e permanente diálogo.

E quero por último, aqui agradecer a presença dos meus colegas de Ministério, são muitos, eu os saúdo em nome do ministro Romero Jucá, que, quis o destino, vai ter um papel junto comigo fundamental para a recuperação das finanças do Itamaraty.

Creio que os outros ministros entenderão por que escolhi o ministro Jucá para representá-los nesta saudação.

Deixe-me dizer também de minha alegria em passar a integrar uma instituição de grande tradição e de marcada contribuição histórica ao nosso país. Deixe-me dizer também da satisfação em conviver com um corpo de funcionários de reconhecida competência e espírito público. Eu espero aqui transmitir algumas ideias essenciais a respeito da nova política externa brasileira. Tenho e terei, como sempre em minha vida pública, os olhos voltados para o futuro e não para os desacertos do passado.

Primeira diretriz:

A diplomacia voltará a refletir de modo transparente e intransigente os legítimos valores da sociedade brasileira e os interesses de sua economia, a serviço do Brasil como um todo e não mais das conveniências e preferências ideológicas de um partido político e de seus aliados no exterior. A nossa política externa será regida pelos valores do Estado e da nação, não do governo e jamais de um partido. Essa nova política não romperá com as boas tradições do Itamaraty e da diplomacia brasileira, mas, ao contrário, as colocará em uso muito melhor. Medidas que, em outros momentos, possam ter servido ao interesse nacional, quero dizer, podem não ser mais compatíveis com as novas realidades do país e com as profundas transformações em curso no cenário internacional.

Segunda diretriz:

Estaremos atentos à defesa da democracia, das liberdades e dos direitos humanos em qualquer país, em qualquer regime político, em consonância com as obrigações assumidas em tratados internacionais e também em respeito ao princípio de não-ingerência.

Terceira diretriz:

O Brasil assumirá a especial responsabilidade que lhe cabe em matéria ambiental, como detentor na Amazônia da maior floresta tropical do mundo, de uma das principais reservas de água doce e de biodiversidade do planeta, assim como de matriz energética limpa e renovável, a fim de desempenhar papel proativo e pioneiro nas negociações sobre mudança do clima e desenvolvimento sustentável. Lembro que, se fizermos bem a lição de casa, poderemos receber recursos caudalosos de entidades internacionais interessadas em nos ajudar a preservar as florestas e as reservas de água e biodiversidade do planeta, uma vez que o Brasil faz a diferença nessa matéria.

Quarta diretriz:

Na ONU e em todos os foros globais e regionais a que pertence, o governo brasileiro desenvolverá ação construtiva em favor de soluções pacíficas e negociadas para os conflitos internacionais e de uma adequação de suas estruturas às novas realidades e desafios internacionais; ao mesmo tempo em que se empenhará para a superação dos fatores desencadeadores das frequentes crises financeiras e da recente tendência à desaceleração do comércio mundial. O comércio mundial está se contraindo a galope, eu diria.

Quinta diretriz:

O Brasil não mais restringirá sua liberdade e latitude de iniciativa por uma adesão exclusiva e paralisadora aos esforços multilaterais no âmbito da Organização Mundial do Comércio, como aconteceu desde a década passada, em detrimento dos interesses do país. Não há dúvida de que as negociações multilaterais da OMC são as únicas que poderiam efetivamente corrigir as distorções sistêmicas relevantes, como as que afetam o comércio de produtos agrícolas. Mas essas negociações, infelizmente, não vêm prosperando com a celeridade e a relevância necessárias, e o Brasil, agarrado com exclusividade a elas, manteve-se à margem da multiplicação de acordos bilaterais de livre comércio. O multilateralismo que não aconteceu prejudicou o bilateralismo que aconteceu em todo o mundo. Quase todo mundo investiu nessa multiplicação, menos nós. Precisamos e vamos vencer esse atraso e recuperar oportunidades perdidas.

Sexta diretriz:

Por isso mesmo, daremos início, junto com o Ministério da Indústria, Comércio e Serviços, com a cobertura da CAMEX e em intensa consulta com diferentes setores

produtivos, a um acelerado processo de negociações comerciais, para abrir mercados para as nossas exportações e criar empregos para os nossos trabalhadores, utilizando pragmaticamente a vantagem do acesso ao nosso grande mercado interno como instrumento de obtenção de concessões negociadas na base da reciprocidade equilibrada. Nada seria mais equivocado, errôneo, nesta fase do desenvolvimento brasileiro, do que fazer concessões sem reciprocidade. Não tem sentido.

Sétima diretriz:

Um dos principais focos de nossa ação diplomática em curto prazo será a parceria com a Argentina, com a qual passamos a compartilhar referências semelhantes para a reorganização da política e da economia. Junto com os demais parceiros, precisamos renovar o Mercosul, para corrigir o que precisa ser corrigido, com o objetivo de fortalecê-lo, antes de mais nada quanto ao próprio livre-comércio entre seus países membros, que ainda deixa a desejar, de promover uma prosperidade compartilhada e continuar a construir pontes, em vez de aprofundar diferenças, em relação à Aliança para o Pacífico, que envolve três países sul-americanos, Chile, Peru e Colômbia, mais o México. Como disse Enrique Iglesias, muito bem observado, não podemos assistir impassíveis à renovação de uma espécie de Tratado de Tordesilhas, que aprofundaria a separação entre o leste e o oeste do continente sul-americano. Em relação ao México, será prioritário aproveitar plenamente o enorme potencial de complementaridade existente entre nossas economias e hoje das nossas visões internacionais.

Oitava diretriz:

Vamos ampliar o intercâmbio com parceiros tradicionais, como a Europa, os

Estados Unidos e o Japão. A troca de ofertas entre o Mercosul e a União Europeia será o ponto de partida para avançar na conclusão de um acordo comercial que promova maior expansão de comércio e de investimentos recíprocos, sem prejuízo aos legítimos interesses de diversos setores produtivos brasileiros. Como disse o ministro Mauro, houve a troca de ofertas, nós vamos agora examinar quais são as ofertas da União Europeia. Com os Estados Unidos, nós confiamos em soluções práticas de curto prazo para a remoção de barreiras não-tarifárias, que são, no mundo de hoje, as essenciais. No mundo de hoje não se protege, do ponto de vista comercial, com tarifas. Se protege com barreiras não-tarifárias. Quero dizer que o Brasil nesse sentido é o mais aberto do mundo. Nós não temos nenhuma barreira não-tarifária, ao contrário de todos os outros que se apresentam como campeões do livre comércio. Com os Estados Unidos, confiamos em soluções práticas de curto prazo, eu repito, para a remoção de barreiras não-tarifárias, e de regulação que entorpecem o intercâmbio. Daremos igualmente ênfase às imensas possibilidades de cooperação em energia, meio ambiente, ciência, tecnologia e educação.

Nona diretriz:

Será prioritária a relação com parceiros novos na Ásia, em particular a China, este grande fenômeno econômico do século XXI, e a Índia. Estaremos empenhados igualmente em atualizar o intercâmbio com a África, o grande vizinho do outro lado do Atlântico. Não pode esta relação restringir-se a laços fraternos do passado e às correspondências culturais, mas, sobretudo, forjar parcerias concretas no presente e para o futuro. Ao contrário do que se procurou difundir entre nós, a África moderna não pede compaixão, mas espera um efetivo intercâmbio econômico, tecnológico e de

investimentos. Nesse sentido, a solidariedade estreita e pragmática para com os países do Sul do planeta terra continuará a ser uma diretriz essencial da diplomacia brasileira. Essa é a estratégia Sul-Sul correta, não a que chegou a ser praticada com finalidades publicitárias, escassos benefícios econômicos e grandes investimentos diplomáticos. É importante ter a noção clara de que os diferentes eixos de relacionamento do Brasil com o mundo não são contraditórios nem excludentes, sobretudo dado o tamanho da nossa nação. Um país do tamanho do Brasil não escolhe ou repele parcerias, busca-as todas com intensidade, inspirado no seu interesse nacional. Vamos também aproveitar as oportunidades oferecidas pelos foros inter-regionais com outros países em desenvolvimento, como por exemplo os BRICS, para acelerar intercâmbios comerciais, investimentos e compartilhamento de experiências. E, com sentido de pragmatismo, daremos atenção aos mecanismos de articulação com a África e com os países árabes.

Décima diretriz:

Nas políticas de comércio exterior, o governo terá sempre presente a advertência que vem da boa análise econômica, apoiada em ampla e sólida consulta com os setores produtivos. É ilusório supor que acordos de livre comércio signifiquem necessariamente a ampliação automática e sustentada das exportações. Só há um fator que garante esse aumento de forma duradoura: o aumento constante da produtividade e da competitividade. Se alguém acha que basta fazer um acordo e abrir, que isso é condição necessária suficiente, está enganado. É preciso investir no aumento constante da competitividade e da produtividade. Daí a ênfase que será dada à redução do custo Brasil, mediante a eliminação das distorções tributárias que encarecem as

vendas ao exterior e a ampliação e modernização da infraestrutura por meio de parcerias com o setor privado, nacional e internacional. O custo Brasil hoje é da ordem de 25%, ou seja, uma mercadoria brasileira idêntica a uma mercadoria típica média dos países que são nossos parceiros comerciais, custa, por conta da tributação, dos custos financeiros, dos custos de infraestrutura, dos custos tributários, 25% a mais. Imagine-se o desafio que nós temos por diante. É apenas assumi o ministério, eu me dei conta, conversando com nosso embaixador na China, o Roberto Jaguaribe, do esforço de nossas embaixadas para atrair investimentos nestes setores básicos da economia. O Roberto estava trabalhando inclusive para seduzir os capitais chineses a virem ao Brasil, investir em parceria com o Estado brasileiro nas obras de infraestrutura. Esse esforço será multiplicado, tenho certeza, com sucesso.

Aqui encerro as diretrizes, mas se eu tivesse que acrescentar uma a mais, me alongar, que valeria a pena se alongar, eu citaria uma que temos que cumprir, colaborando com os ministérios da Justiça, da Defesa e da Fazenda, no que se refere à Receita Federal: a proteção das fronteiras, hoje o lugar geométrico do desenvolvimento do crime organizado no Brasil, vamos ter isso claro, que se alimenta do contrabando de armas, contrabando de mercadorias, que é monumental, e do tráfico de drogas. Em especial, nos empenharemos em mobilizar a cooperação dos países vizinhos para uma ação conjunta contra essas práticas criminosas que tanto dano trazem ao nosso povo e à nossa economia.

Por último, não menos importante, quero reafirmar meu compromisso com as comunidades brasileiras no exterior e o bom funcionamento de nosso serviço consular. Continuaremos a dar atenção prioritária à

garantia dos direitos dos cidadãos brasileiros, onde quer que eles estejam.

Dirijo-me agora ao corpo de funcionários do ministério. Nós vamos recuperar a capacidade de ação do Itamaraty, acreditem. Num período de grandes transformações e, por que não dizer, incertezas no cenário internacional e de promissoras mudanças internas, a nossa diplomacia, não tenho dúvida, terá de, gradualmente, atualizar-se e inovar, e até mesmo ousar, promovendo uma grande reforma modernizadora nos objetivos, métodos e técnicas de trabalho. A diplomacia do século XXI não pode repousar apenas na exuberância da retórica e no tom auto-laudatório dos comunicados conjuntos. Precisa ter objetivos claros e ser a um só tempo discurso político e resultado concreto.

Os diplomatas brasileiros despertam o orgulho do país e o respeito dos parceiros do Brasil no exterior. Quero valorizar a carreira diplomática, assim como as demais carreiras do serviço exterior. Respeitar o critério do mérito. Não discriminar em favor dos amigos do rei ou de correligionários de um partido político. Quero progressivamente retirar o Itamaraty da penúria de recursos em que foi deixado pela irresponsabilidade fiscal que dominou

a economia brasileira nesta década. Quero reforçar a casa, e não enfraquecê-la. Vamos restaurar o orgulho das novas gerações em servir ao Itamaraty e, sobretudo, ao Brasil. A Casa será reforçada, e não enfraquecida. E no governo do presidente Temer, o Itamaraty volta ao núcleo central do governo.

Meu programa de ação corresponderá à minha tradição na vida pública: trabalhar muito, apresentar e receber ideias, tomar iniciativas, delegar responsabilidades, cobrar resultados e promover negociações efetivas, bem como ter presença marcante, longe de cumprir um calendário de visitas inócuas, para “cumprir tabela”.

Estes são compromissos que apresento hoje. Este é o convite que faço a todos os servidores desta Casa, a fim de que façamos um esforço comum para valorizar o Itamaraty e pelo êxito de um governo que enfrentará, como todos sabemos, desafios imensos, mas que criará, se Deus quiser, as condições para a reconstrução do sistema político, o fortalecimento da representatividade da nossa democracia e a volta do crescimento da produção e do emprego.

Muito obrigado, mãos à obra, vamos em frente.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, DURANTE A SESSÃO "TODOS A BORDO PARA 2030" DA REUNIÃO DO CONSELHO MINISTERIAL DA OCDE (PARIS, 02/06/2016)

Neste século XXI ainda jovem, uma das mudanças mais importantes pela qual estão passando as sociedades é a ampliação e o alargamento do conceito de desenvolvimento.

No passado, "desenvolvimento" era erroneamente entendido como a mera expansão econômica acelerada. Outros tempos; simplificações de tal ordem não resistem aos dias de hoje.

Hoje em dia, o mundo todo já compreende que o crescimento real e sustentável não pode ser alcançado se temas fundamentais, como a desigualdade, a saúde, a educação e o meio ambiente - para mencionar só alguns - forem ignorados. Daí advém a centralidade do conceito de desenvolvimento sustentável, que busca incorporar, de modo coerente, as dimensões econômica, social e ambiental do bem-estar humano.

O Brasil se orgulha de se associar, desde o início, àqueles que defendem com empenho a causa do desenvolvimento sustentável. Organizamos, com sucesso, a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, quando o conceito de desenvolvimento sustentável começou a tomar forma. E o fizemos novamente em 2012, quando a Conferência Rio+20 estabeleceu o mandato para negociar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável. No ano passado, as Nações Unidas atingiram um marco com a adoção da Agenda 2030, com 17 Objetivos para o Desenvolvimento Sustentável e 169 metas.

A mesma determinação e engajamento que o Brasil mostrou em negociações anteriores continua a nos guiar agora na fase de implementação da Agenda 2030. Essas

metas e objetivos constituem uma tarefa integrada desafiadora que exige esforços abrangentes, sem que qualquer escolha pontual venha a distorcer os objetivos maiores. Faremos o possível para garantir que ela seja cumprida em nível global, a fim de que a cooperação entre todas as partes interessadas seja realmente o novo paradigma predominante.

A sociedade brasileira tem um histórico muito positivo no caminho rumo à sustentabilidade. Nossa matriz energética limpa, nosso programa de biocombustíveis, nosso compromisso com a conservação e o uso sustentável das florestas, nossos compromissos em reduzir as emissões de gases de efeito estufa, bem como as várias ações visando à erradicação da pobreza e à criação de oportunidades para todos, são metas nacionais permanentes, iniciativas em que o Governo do Presidente em exercício Michel Temer tem-se empenhado, melhorando o que pode ser melhorado e corrigindo o que precisa ser corrigido.

O Brasil vai trazer a Agenda 2030 para o centro de seu planejamento e de suas políticas internas. Nosso sistema nacional de dados será cada vez mais orientado pelos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e vamos ser ainda mais ativos em fóruns internacionais para apoiar a implementação dessa nova agenda de desenvolvimento.

É hoje evidente que nenhum país pode pretender ser totalmente sustentável. Uma dimensão distintiva da Agenda de Desenvolvimento 2030, em comparação com tentativas anteriores sobre a questão, é que ela não é dirigida apenas para os países em desenvolvimento, mas para todos os países.

A OCDE está bem posicionada para ajudar os países - ricos e pobres - na implementação da Agenda 2030, respeitando o contexto democrático em que a Agenda foi construída, ao mesmo tempo em que assegura abordagem integrada para as três dimensões do desenvolvimento sustentável: ambiental, econômica e social. Tanto em suas atividades técnicas de coleta e análise de dados, quanto por meio de seu papel como foro de aprendizagem entre pares, a OCDE pode, e deve, contribuir decisivamente para a implementação da Agenda por seus membros, além de prestar assistência aos não-membros. O Brasil está pronto para intensificar a cooperação com a OCDE e os seus membros nessas áreas.

Todos os nossos países enfrentam desafios no que diz respeito ao desenvolvimento

socioeconômico e todos eles devem enfrentá-los de maneira sustentável. A Agenda 2030 é uma plataforma extremamente positiva e inspiradora para promover mudanças nas estruturas produtivas e nas mentalidades dos governos e dos povos de todo o mundo. A Agenda deve ser levada a sério para que a humanidade possa caminhar decisivamente em direção à sustentabilidade em nível local, nacional e global.

Eu incluí o desenvolvimento sustentável como uma das minhas dez prioridades no comando do Ministério das Relações Exteriores do Brasil. Podem ter a certeza de que vou agir de acordo.

Obrigado.

DISCURSO DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, JOSÉ SERRA, DURANTE A REUNIÃO MINISTERIAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DE COMÉRCIO (OMC) (PARIS, 02/06/2016)

Prezados colegas,

É com grande prazer que aproveito esta oportunidade para trocar alguns pontos de vista com vocês sobre a situação do comércio internacional e sobre os rumos da OMC daqui em diante.

Como é conhecido, o Brasil está enfrentando uma situação econômica difícil, principalmente devido a causas internas e políticas. O novo governo está tomando as medidas necessárias para corrigir os desequilíbrios macroeconômicos e criar condições para o crescimento. Nesse processo, o comércio internacional e os investimentos desempenharão papel significativo e, graças à flexibilidade da taxa de câmbio, o ajuste externo está muito bem encaminhado. Infelizmente, de início, isso aconteceu principalmente, mas não totalmente, por meio da redução das importações de bens e serviços. A demanda global está reduzida e o comércio internacional crescendo mais lentamente do que a produção global.

Após a crise de 2008/9, o Brasil contribuiu durante anos para a demanda global, por meio de um déficit moderado em conta corrente, embora com base em uma taxa de câmbio sobrevalorizada. É importante que nossos parceiros agora permaneçam abertos ao comércio e, como recomendado pelo FMI, que economias importantes usem o espaço disponível para impulsionar a demanda. O reequilíbrio não pode acontecer de forma unilateral.

O Brasil agiu com perseverança para que fossem obtidos os resultados positivos do encontro de Nairóbi. A proibição de subsídios à exportação de produtos agrícolas evitou uma perda total de

credibilidade do pilar de negociação da OMC. No entanto, a capacidade da OMC em continuar sendo um fórum de negociação relevante ainda está em questão.

Com um padrão de comércio geograficamente bem distribuído, o Brasil naturalmente valoriza a OMC, mas a experiência dos últimos dez anos não foi gratificante. Não fomos capazes de corrigir a assimetria, nas disciplinas e no acesso a mercados, vigente entre produtos agrícolas e industriais. Não fomos capazes de responder às preocupações dos países em desenvolvimento, a fim de facilitar sua participação no comércio internacional.

Se as coisas não funcionaram da maneira como tentamos, devemos estar prontos para experimentar novas rotas, desde que as questões importantes para nós permaneçam sobre a mesa.

Tendo se livrado dos absurdamente distorcidos subsídios à exportação de produtos agrícolas, principalmente nos países desenvolvidos, nosso próximo passo deveria ser o de começar a enfrentar seriamente os temas de subsídios internos. Eu não acho que será possível realizar, de uma só vez, tudo o que é necessário nesta área para eliminar as distorções no comércio internacional. Poderemos ter de avançar progressivamente. Mas é importante definir um enquadramento já na próxima reunião ministerial, que funcione como um ponto de partida a um processo de eliminação, passo a passo, das distorções mais gritantes.

Se valorizamos a OMC, deveríamos multiplicar tentativas de fazê-la funcionar. Nós provavelmente deveríamos permitir que uma série de processos de negociação

avançasse em paralelo e ver quais deles darão frutos. Na próxima reunião ministerial, com base naquelas questões que estiverem maduras, tentaríamos então concluir um pacote equilibrado e colher os resultados. Em vez do modelo de rodadas sobrecarregadas, deveríamos talvez tentar atingir um fluxo contínuo de resultados nas sucessivas reuniões ministeriais, que se realizam a cada dois anos.

O que o Brasil não pode ter na OMC é paralisia.

Por exemplo, em relação às questões que não estavam sendo negociadas na Rodada de Doha, é tempo de reforçar a natureza científica das medidas sanitárias e fitossanitárias. Estas medidas não tarifárias tornaram-se uma verdadeira arma contra o comércio. Devemos confiar mais nas organizações internacionais que trabalham com base em dados científicos sólidos.

Nós estamos igualmente prontos para desenvolver na OMC disciplinas que apoiem a nova economia. No comércio eletrônico ("e-commerce"), por exemplo, é importante equilibrar disciplinas que permitam que as empresas se beneficiem da previsibilidade do comércio baseado na Internet com disciplinas que assegurem a cooperação adequada para fazer valer os direitos do consumidor e o direito à privacidade. Se não alcançarmos esse equilíbrio, as disciplinas serão inúteis, uma vez que os consumidores perderão a confiança nesse instrumento, se sentirem que sua privacidade está ameaçada ou que não têm nenhuma reparação para suas queixas contra "e-traders" de outros países.

No mundo atual, acordos comerciais podem tomar uma diversidade de formatos e serem originados em muitos fóruns. O Brasil também vai seguir por esse caminho, mas permanecerá engajado nas negociações da OMC na medida em que elas progredirem.

ATOS INTERNACIONAIS ASSINADOS NO PERÍODO

Acordo Final para o Término do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura entre o Governo da Colômbia e as FARC-EP. Conselho de Segurança das Nações Unidas, que aprova, a pedido do Governo colombiano, a criação de Missão Política Especial da ONU como componente internacional do mecanismo tripartite de verificação e monitoramento do cessar-fogo entre o Governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo.

Acordo por cessar-fogo na Síria com a formação de uma força-tarefa pelo Grupo Internacional de Apoio à Síria (ISSG), sob os auspícios das Nações Unidas, com vistas a obter uma cessação de hostilidades na Síria e contribuir para a efetiva implementação da Resolução 2254 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

Acordo entre o governo da República Federativa do Brasil e o Governo dos Estados Unidos Mexicanos para o reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila com Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México.

Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e da Organização Mundial do Comércio sobre a Facilitação de Comércio (AFC).

Comunicado Conjunto adotado por ocasião da Visita Oficial do Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do

Brasil a convite do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Reino do Marrocos.

Entrada em vigor o Acordo de Preferências Comerciais entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral (SACU).

Declaração Conjunta adotada por ocasião da I Reunião do Mecanismo 2+2 de Consulta e Avaliação Estratégica entre os Ministros das Relações Exteriores e da Defesa da República Federativa do Brasil, Mauro Vieira e Aldo Rebelo e da República do Paraguai, Eladio Loizaga e Diógenes Martínez.

Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima estabelece marco justo, ambicioso, equilibrado e duradouro, no âmbito das Nações Unidas, para a cooperação e o apoio internacional às ações de combate à mudança do clima, no contexto de promoção do desenvolvimento sustentável, de proteção ambiental e de erradicação da pobreza e da fome.

Memorando de Entendimento entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República Argentina para a Criação do Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina

Comunicado Conjunto dos Chanceleres de
Argentina, Brasil, Chile e Uruguai sobre a
situação na Venezuela.

COMUNICADOS, NOTAS, MENSAGENS E INFORMAÇÕES

INAUGURAÇÃO DA ASSEMBLEIA NACIONAL VENEZUELANA

05/01/2016

O Governo brasileiro acompanha com atenção e interesse os desdobramentos das eleições legislativas venezuelanas realizadas no último dia 6 de dezembro, saúda a instalação da nova Assembleia Nacional venezuelana e insta todos os atores políticos venezuelanos a manter e aprimorar o diálogo e a boa convivência, que devem ser a marca por excelência das sociedades democráticas.

A lisura do pleito de 6 de dezembro, que contou com expressiva participação dos eleitores, foi atestada, entre outras, pela Missão Eleitoral da UNASUL, chefiada pelo ex-presidente da República Dominicana Leonel Fernández, com apoio e participação brasileiras. Seus resultados oficiais foram divulgados e validados pelo Conselho Nacional Eleitoral da Venezuela e prontamente reconhecidos, na ocasião, por todas as forças políticas do país.

Como afirmou em outras ocasiões, o Governo brasileiro confia que será plenamente respeitada a vontade soberana do povo venezuelano, expressada de forma livre e democrática nas urnas. Confia, igualmente, que serão preservadas e respeitadas as atribuições e prerrogativas constitucionais da nova Assembleia Nacional venezuelana e de seus membros, eleitos naquele pleito.

Não há lugar, na América do Sul do século XXI, para soluções políticas fora da institucionalidade e do mais absoluto respeito à democracia e ao Estado de Direito.

ATENTADO NA ÍNDIA 05/01/2016

O Governo brasileiro manifesta seu veemente repúdio ao atentado terrorista ocorrido na madrugada do dia 2 de janeiro contra uma base da Força Aérea da Índia em Pathankot, no estado indiano do Punjab.

Ao mesmo tempo em que transmite seus sentimentos de solidariedade aos familiares das vítimas e ao Governo e ao povo da Índia, o Brasil reitera sua condenação a qualquer ato de terrorismo.

ANÚNCIO DE DETONAÇÃO DE ARTEFATO NUCLEAR PELA REPÚBLICA POPULAR DEMOCRÁTICA DA COREIA 06/01/2016

O Governo brasileiro tomou conhecimento com grande preocupação do anúncio pelo Governo da República Popular Democrática da Coreia (RPDC) de nova detonação de artefato nuclear por aquele país. O Governo brasileiro condena veementemente o teste realizado pela RPDC, que constitui clara violação às resoluções pertinentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

O Brasil conclama a RPDC a cumprir plenamente suas obrigações perante as

Nações Unidas, a reintegrar-se o mais cedo possível ao Tratado de Não Proliferação Nuclear como Estado não nuclearmente armado e a assinar e ratificar o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares, observando estritamente, nesse ínterim, a moratória de testes nucleares.

O Governo brasileiro insta a RPDC a retornar às Negociações Hexapartites, com vistas à desnuclearização da Península Coreana e ao fortalecimento da paz e da segurança na região.

ATAQUE A CENTRO DE TREINAMENTO NA LÍBIA 07/01/2016

O governo brasileiro lamenta e condena o ataque ocorrido hoje pela manhã contra centro de treinamento da Guarda Costeira líbia na cidade de Zlitan, que vitimou dezenas de pessoas. Ao transmitir aos familiares das vítimas e ao povo líbio sua solidariedade, o Brasil reitera seu repúdio a todos os atos de terrorismo.

O governo brasileiro insta o conjunto das forças líbias a redobrem seus esforços em favor da formação do governo de unidade nacional, nos termos do acordo político assinado em dezembro passado, com vistas à obtenção da paz e da estabilidade duradouras e à vitória sobre os grupos extremistas no país.

ATENTADO EM ISTAMBUL 12/01/2016

O Governo brasileiro manifesta sua profunda consternação com o atentado que vitimou e feriu, na manhã de hoje, dezenas de pessoas em Istambul, Turquia, em sua maioria turistas estrangeiros.

Ao transmitir as sinceras condolências aos familiares das vítimas e estender sua solidariedade ao povo e ao Governo da Turquia e aos dos demais países cujos nacionais foram atingidos, o Governo brasileiro reitera seu mais firme repúdio a toda e qualquer forma de terrorismo.

Não há até o momento registro de vítimas brasileiras. O Consulado do Brasil em Istambul acompanha a situação de perto, com vistas a prestar o apoio cabível aos brasileiros que se encontrem naquela cidade.

ATENTADO NO CAMEROUN 13/01/2016

O Governo brasileiro condena o ataque a uma mesquita na cidade de Kouyape, norte do Cameroun, em 13 de janeiro, o qual resultou na morte de doze pessoas.

Ao repudiar, nos mais fortes termos, todo e qualquer ato de terrorismo, o Brasil manifesta sua solidariedade ao povo e ao Governo do Cameroun e estende seu pesar às famílias das vítimas.

ATENTADO NA TURQUIA 14/01/2016

O Governo brasileiro condena o ataque com carro-bomba a posto policial na cidade de Diyarbakir, sudeste da Turquia, no dia de hoje, que resultou na morte de seis pessoas, entre as quais três crianças.

Ao reiterar seu repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, o Governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao povo e ao Governo da Turquia e transmite suas condolências aos familiares das vítimas.

ATENTADO NA INDONÉSIA 14/01/2016

O Governo brasileiro expressa profunda consternação com o ataque ocorrido hoje, 14 de janeiro, no Shopping Center Sarinah, em área densamente povoada de Jacarta. Ao transmitir aos familiares das vítimas e ao povo e governo indonésios sua solidariedade, o Brasil condena os ataques nos mais fortes termos e reitera seu firme repúdio a qualquer forma de terrorismo, independentemente de sua motivação.

A Embaixada do Brasil em Jacarta acompanha de perto a situação e recomenda a todos os membros da comunidade brasileira e visitantes que evitem locais com grande afluência de público e que procurem restringir seus deslocamentos por vias públicas. Não há, até o momento, registro de nenhum cidadão brasileiro vitimado em razão do atentado. Estão disponíveis para contato o plantão da Embaixada do Brasil em Jacarta pelo e-mail consular.jacarta@itamaraty.gov.br, telefone +62 811 800 662, e a Assistência Consular do Itamaraty, e-mail dac@itamaraty.gov.br, telefones +55 61 2030 8804 (horário comercial) ou +55 61 8197 2284 (plantão).

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO VIEIRA Á ARGENTINA – COMUNICADO CONJUNTO – BUENOS AIRES, 16 DE JANEIRO DE 2016 14/01/2016

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizou hoje visita de trabalho à República Argentina, a convite da Chanceler Susana Malcorra. Na ocasião, ratificaram o caráter estratégico da relação que une os dois países, no marco do trigésimo aniversário dos emblemáticos acordos alcançados em Iguazu, em 1985, e

passaram em revista os temas da ampla agenda bilateral.

O encontro constituiu oportunidade para analisar os pontos mais importantes da pauta política e econômica bilateral, bem como os assuntos de interesse comum nos âmbitos regional e internacional.

Nesse sentido, os Chanceleres examinaram o progresso dos temas mais relevantes da relação, com a intenção de dar-lhes seguimento e de promover o aprofundamento das políticas em curso, tais como as relativas à cooperação em ciência e tecnologia, particularmente em assuntos espaciais, nucleares e em aeronáutica, as quais se têm mostrado frutíferas para ambas as partes.

Acordaram, igualmente, impulsionar o desenvolvimento de projetos de infraestrutura que favoreçam a integração física não somente entre Brasil e Argentina, mas também com os demais países da região.

Os Chanceleres congratularam-se pela convocação da Comissão de Monitoramento do Comércio Bilateral e pela decisão de manter diálogo fluido entre os dois Governos em questões relativas ao comércio bilateral.

A respeito da Hidrovia Paraguai-Paraná, acordaram a busca de cursos de ação, no marco do Comitê Intergovernamental da Hidrovia, a fim de lograr uma navegabilidade segura, eficiente e benéfica para todos os países que a integram.

Com relação a questões fronteiriças, congratularam-se pela promulgação, por parte do Brasil, do Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas e alcançaram consenso sobre a necessidade de aprofundar medidas destinadas a facilitar a integração entre os países.

Os Chanceleres acordaram empreender ações conjuntas para a crescente coordenação dos dois países em foros multilaterais e regionais, em especial em temas de direitos humanos e de governança global.

Adicionalmente, analisaram a situação do processo de integração do MERCOSUL, no contexto dos 25 anos da assinatura do Tratado de Assunção, e trocaram opiniões sobre as negociações em curso entre o bloco e a União Europeia. Referiram-se, além disso, a outros processos de integração regional, como UNASUL e CELAC.

A Chanceler Malcorra agradeceu ao seu homólogo brasileiro o permanente apoio que o Brasil confere à posição argentina na Questão das Ilhas Malvinas, refletido mais recentemente nas numerosas declarações adotadas em foros regionais e multilaterais onde tem sido tratada.

Os Chanceleres concordaram em impulsionar mecanismo de seguimento periódico dos temas mais relevantes da agenda bilateral, do qual participem os Ministérios e as autoridades competentes de ambos os países, com o objetivo de trabalhar em conjunto na implementação e continuidade dos projetos que favoreçam o desenvolvimento dos dois países.

O Chanceler Mauro Vieira foi portador de convite da Presidenta Dilma Rousseff para que o Presidente Mauricio Macri realize visita ao Brasil.

ELEIÇÃO DO PROFESSOR ANTONIO PAULO CACHAPUZ DE MEDEIROS PARA O TRIBUNAL INTERNACIONAL DO DIREITO DO MAR 15/01/2016

O Professor Antonio Paulo Cachapuz de Medeiros foi eleito hoje, 15 de janeiro, na

sede das Nações Unidas, em Nova York, para o cargo de juiz do Tribunal Internacional do Direito do Mar (TIDM). Consultor Jurídico do Itamaraty desde 1998, o Professor Cachapuz foi eleito com a totalidade dos votos válidos dos representantes dos países presentes à XXV reunião dos Estados Partes da Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar. A posse está prevista para o dia 7 de março.

O TIDM é órgão judicial independente estabelecido para dirimir controvérsias relativas à interpretação ou à aplicação das normas estabelecidas pela Convenção das Nações Unidas sobre Direito do Mar. O Tribunal, com sede em Hamburgo, na Alemanha, é composto por 21 juízes independentes. Brasileiros têm integrado a Corte desde 1996, quando ocorreu a primeira eleição para o Tribunal.

ATENTADO EM BURKINA FASO 16/01/2016

O Governo brasileiro condena nos mais veementes termos o ataque ao Splendid Hotel, em Uagadugu, capital de Burkina Faso, que resultou na morte de pelo menos 23 pessoas e em mais de 30 feridos.

Ao transmitir suas condolências às famílias das vítimas, ao povo e ao Governo de Burkina Faso, o Brasil reitera seu firme repúdio a qualquer forma de terrorismo, independentemente de sua motivação.

ATENTADOS NA SÍRIA 17/01/2016

O Governo brasileiro manifesta profunda consternação pelos ataques terroristas ocorridos na cidade síria de Der Al-Zour, que resultaram em centenas de vítimas, entre mortos e feridos, aparentemente

caracterizando mais um crime hediondo do autodenominado “Estado Islâmico”.

O Governo brasileiro condena, nos mais fortes termos, todo ato de terrorismo, a intolerância religiosa e o recurso à violência indiscriminada, praticados sob qualquer pretexto contra populações civis.

Ao mesmo tempo em que transmite suas condolências às famílias das vítimas e ao povo sírio, o Governo brasileiro reitera seu apoio às iniciativas em curso, no marco da Resolução 2254 (2015), para uma solução pacífica da situação síria. O Brasil defende que a paz na Síria deve ser alcançada por meio do diálogo e da reconciliação nacional entre os grupos e setores reconhecidos como idôneos pela comunidade internacional, o que exclui grupos terroristas (entre eles, o autodenominado "Estado Islâmico"), em um processo liderado pelos próprios sírios, em linha com os termos do Comunicado de Genebra de 2012. Nesse sentido, empresta seu apoio aos esforços do Grupo Internacional de Apoio à Síria.

**AULA INAUGURAL DO MINISTRO
DAS RELAÇÕES EXTERIORES,
MAURO VIEIRA NO INSTITUTO RIO
BRANCO – BRASÍLIA 18/01/2016**

Embaixador Gonçalo Mourão, Diretor-Geral do Instituto Rio Branco,

Senhores Subsecretários,

Senhoras e Senhores Professores,

Caríssimos alunos da Turma de 2015,

É com grande alegria que venho proferir esta aula inaugural aos diplomatas que iniciam o seu curso de formação no Instituto Rio Branco.

Quero em primeiro lugar dar-lhes as boas-vindas, felicitando-os pelo ingresso nesta que é uma das mais importantes carreiras do Estado brasileiro.

Estou certo de que, como eu, cada um dos colegas mais antigos na carreira aqui recorda com emoção e afeto seu primeiro dia de aula no Rio Branco.

Como servidores do Itamaraty, vocês terão o grande privilégio de trabalhar em prol do desenvolvimento do Brasil e de defender os interesses de nosso País no mundo. O serviço exterior implica, como é natural, alguns desafios e sacrifícios, mas também oferece excepcionais possibilidades de realização e de crescimento pessoal e profissional.

O Itamaraty é uma instituição com uma longa história e com quadros reconhecidamente qualificados, que, nos últimos 70 anos, passaram por esses mesmos bancos hoje ocupados por vocês. O Instituto Rio Branco tornou-se uma referência por seu trabalho pioneiro na formação e aperfeiçoamento constante de nossos quadros, na produção de trabalho intelectual sobre nossa política externa e na cooperação com universidades e centros de pesquisa do Brasil e do mundo.

Vocês devem orgulhar-se de fazer parte, agora, dessa instituição. A carreira diplomática exige não só apurada formação intelectual, mas também, e acima de tudo, sensibilidade para a realidade, os problemas e os desafios de nosso País. É esse o sentido de missão que inspira a todos nós diplomatas. E é esse o legado deixado por gerações de servidores que têm representado, promovido e defendido nosso País no mundo.

O Chanceler Azeredo da Silveira afirmou em seu discurso de posse, em 1975, que a “melhor tradição do Itamaraty é saber

renovar-se”. De tão utilizada, essa frase tornou-se quase uma divisa oficial.

Isto porque reflete uma realidade inescapável: a de que a carreira exige, a todo momento, que nos reinventemos e ajustemos nossa capacidade de atuar. Ou, como também formulou o Chanceler Azeredo da Silveira, exige que nos inspiremos no passado, que vivamos corajosamente o presente e que nos projetemos no futuro.

O diplomata brasileiro do século 21 – cada um de vocês – é um custódio dessas tradições. De nós se requer, além de sólida formação intelectual, dedicação, espírito público, criatividade, reponsabilidade e sentido de dever.

A partir dessa base sólida, o Itamaraty pode orgulhar-se de ser cada vez mais representativo da sociedade brasileira, como se comprova novamente nesta nova turma.

Temos alunos de origens e formações diversificadas, que retratam a pluralidade de nosso País. Isso é resultado não apenas de nossas transformações sociais, mas também de um trabalho deliberado do Ministério das Relações Exteriores, por meio de iniciativas como o pioneiro Programa de Ação Afirmativa, estabelecido há mais de dez anos, e a realização de exames de admissão em diferentes capitais do Brasil.

Estamos determinados a continuar valorizando o principal ativo do Itamaraty, que é o seu material humano.

Continuaremos buscando assegurar aos jovens diplomatas um horizonte claro de progressão funcional e de oportunidades de trabalho no Brasil e em nossa rede de Postos no exterior. Em 2015, foram introduzidas mudanças tanto nos critérios de promoção na classe de Secretário como

no mecanismo de remoções, de modo a reconhecer e valorizar o empenho daqueles que estão iniciando sua carreira. O Itamaraty tem apenas a ganhar ao contar com o entusiasmo, energia e capacidade de iniciativa de suas novas gerações.

Saúdo a presença de alunos estrangeiros, que mantem viva a tradição do Instituto de intensa cooperação com países amigos. Temos na nova turma colegas da Argentina, de Guiné-Bissau, do Japão, do Kuwait, do Mali, de Moçambique, de São Tomé e Príncipe e do Timor Leste. Essa lista reflete tanto a prioridade atribuída pelo Brasil à nossa tradicional proximidade com a Argentina e com os países lusófonos, como a diversidade da rede de cooperação estabelecida pelo Instituto Rio Branco, aqui evidenciada pela presença dos colegas do Japão e do Kuwait e do Mali.

Saibam que sua participação no curso de formação de diplomatas muito nos honra. Estou certo, igualmente, de que constituirá excelente oportunidade para uma frutífera troca de experiências.

Gostaria de valer-me desta ocasião para deixar registrado o meu reconhecimento pelo valioso trabalho realizado nos últimos anos pelo Diretor-Geral do Instituto Rio Branco, Embaixador Gonçalo Mourão, que no futuro próximo assumirá importante função no exterior.

O Embaixador Gonçalo Mourão é um colega altamente respeitado por sua trajetória em nossa instituição. Sua ética impecável e suas qualidades profissionais e humanas foram mais uma vez demonstradas em sua gestão à frente do Instituto Rio Branco.

Caros alunos,

Vocês dão início a suas trajetórias como diplomatas num momento em que o sistema

internacional enfrenta um conjunto de novos e sérios desafios, num mundo ainda marcado por guerras, pela pobreza e por ameaças à segurança e ao meio ambiente.

No último quarto de século testemunhamos uma preocupante desvalorização do arcabouço de normas multilaterais que regulam questões como a paz e a segurança internacional, com o crescente recurso a medidas coercitivas, inclusive a força militar, como instrumento principal para a resolução de conflitos.

Logo após o fim da Guerra Fria, chegou a predominar a expectativa de que certo espírito de cooperação prevaleceria, motivado pela percepção de que passaríamos a contar com um conjunto de valores hegemônicos e de que não haveria mais espaço para o choque entre grandes potências.

A mitigação das rivalidades tradicionais parecia apontar para uma revalorização da diplomacia e para a superação de impasses que impediram, durante décadas, o bom funcionamento do Conselho de Segurança.

Tais expectativas não puderam realizar-se em sua plenitude.

Muitos supunham que as “velhas ameaças” decorrentes da hostilidade entre Estados e da possibilidade de um cataclismo nuclear haviam desaparecido e cedido lugar às “novas ameaças” representadas pela atuação de atores não estatais, das quais o grave fenômeno do terrorismo é o principal exemplo.

É com preocupação que nos deparamos, hoje, com uma perigosa combinação de “velhas” e “novas” ameaças. Ao lado do terrorismo, da degradação ambiental, da mudança do clima e da pobreza, temos um progressivo retorno aos antagonismos entre

Estados, ou, para usar uma expressão cada vez mais em voga, a volta da geopolítica.

Um mundo de geopolítica mais perigosa, porém. Em alguns casos temos agora uma pluralidade de potências atuando em diferentes cenários, sem coordenação entre si, mesmo quando supostamente perseguem os mesmos objetivos. A geopolítica da contenção recíproca entre duas superpotências parece ter sido substituída, em boa medida, pela anomia e imprevisibilidade da ação de múltiplos atores.

É o que vem ocorrendo na Síria, exemplo mais evidente da volta dessa lógica de disputa por zonas de influência que se supunha superada pelo fim da Guerra Fria.

O drama dos refugiados é um dos mais visíveis, e dramáticos, efeitos dos conflitos de nossos tempos. Ele expõe a dimensão humana da tragédia e obriga a comunidade internacional a redobrar os esforços para fazer valer seus princípios mais fundamentais, como a promoção da paz e dos direitos humanos.

O Brasil não se satisfaz em apenas indicar esses problemas. Nosso discurso e nossa ação têm sido perfeitamente coerentes com nossos valores tradicionais.

A gravidade das crises atuais requer da comunidade internacional atuação coordenada e devidamente respaldada no âmbito das instituições multilaterais.

Apenas soluções negociadas, inclusivas e com a chancela legitimadora das organizações multilaterais poderão trazer paz duradoura ao nosso mundo.

Repudiamos com veemência o terrorismo em todas as suas formas e manifestações. Devemos combater esse flagelo não apenas por meio de medidas repressivas, hoje indispensáveis pela gravidade do momento,

mas também lançando mão de uma estratégia abrangente, que contemple o tratamento de suas principais causas estruturais, como a pobreza, a destituição, a proliferação de armas, a intolerância e os discursos de ódio.

Rechaçamos discursos e narrativas simplificadoras ou xenófobas, que contribuem tão-só para o fortalecimento do extremismo. Não devemos associar o terrorismo a religiões ou grupos específicos. Não devemos criar barreiras e muros que nos separarão cada vez mais, nem abrir mão de liberdades e direitos que conquistamos ao longo de décadas de esforço.

Esses desafios pendentes na esfera da paz e da segurança internacional, e as patentes dificuldades que a comunidade internacional demonstra para lidar adequadamente com eles, evidenciam a necessidade de uma reforma estrutural dos processos decisórios no seio das organizações internacionais, especialmente do Conselho de Segurança das Nações Unidas.

É necessário uma ONU forte para fazer frente ao unilateralismo, à descoordenação e ao imediatismo que ameaçam se tornar prática corrente.

É fundamental que o Conselho de Segurança seja expandido e se torne mais legítimo. O Brasil continuará, com seus parceiros do G-4, a lutar para que esse objetivo, hoje compartilhado pela maioria dos membros das Nações Unidas, torne-se realidade no futuro próximo.

Estimados colegas,

Não obstante a dimensão dos desafios correntes do sistema internacional, não podemos cair na tentação de uma visão pessimista ou resignada do futuro. Apenas no mês passado tivemos três exemplos

auspiciosos das possibilidades de revitalização da diplomacia e da negociação multilateral.

O primeiro deles foi o acordo logrado no âmbito da Conferência das Nações Unidas sobre Mudança do Clima, realizada em Paris. O Brasil empenhou-se a fundo para a obtenção de um acordo justo e equilibrado, tendo trabalhado com êxito para preservar a diferenciação de responsabilidades entre países desenvolvidos e em desenvolvimento.

Demos nossa contribuição, amplamente reconhecida. Países de diferentes regiões, a começar pelos anfitriões, recorreram ao Brasil como interlocutor confiável e construtor de consensos.

Um segundo exemplo foram os resultados da última Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio, em Nairóbi. Apesar de enormes dificuldades e muito ceticismo, pudemos finalmente avançar num dos temas mais caros aos países em desenvolvimento, a agricultura, com a obtenção de acordo para a eliminação dos subsídios à exportação e o disciplinamento de medidas equivalentes.

É claro que ainda há muito o que fazer para uma efetiva liberalização do comércio de produtos agrícolas, mas a simbologia desse primeiro passo, obtido com pragmatismo e grande esforço de convencimento, não deve ser desprezada.

Um terceiro exemplo foi a adoção, pelo Conselho de Segurança, da Resolução 2254 sobre a Síria, a primeira dedicada exclusivamente à obtenção de uma solução política para o conflito. Embora tardia, a decisão indica que os principais atores internacionais começam a tomar consciência da impossibilidade de que a guerra civil tenha um desfecho militar.

Ainda é cedo para avaliarmos a eficácia da resolução, porém mais uma vez estamos aqui diante de um caso em que os aspectos simbólicos têm grande significado, ao representarem uma importante mudança na estratégia das principais potências.

O Brasil, como se sabe, vem desde o início preconizando justamente a busca de uma solução negociada. A decisão do Conselho de Segurança dá finalmente abrigo a essa posição, que defendemos abertamente desde a eclosão da guerra civil, há cinco anos.

Esses eventos recentes e outros que também ocorreram no ano passado – como a reaproximação entre Cuba e Estados Unidos, o acordo sobre o programa nuclear iraniano e o avanço do processo de paz na Colômbia – alentam esperanças no revigoramento da diplomacia e nos horizontes que se abrem para que tenhamos um mundo mais seguro.

Os casos da Conferência sobre Mudança do Clima e da OMC constituem exemplos de como o Brasil pode dar contribuição valiosa, como interlocutor dotado de peso e singularidade própria no cenário mundial.

Nossa contribuição se estende naturalmente à segurança internacional. Na expressão do Ministro Celso Amorim, um dos maiores arquitetos de uma política ativa nesse campo, o Brasil é um país “provedor de paz”.

Uma imagem muito nítida disso se produziu em setembro do ano passado, quando marinheiros embarcados na Corveta Barroso, que navegava rumo ao Líbano para se incorporar à componente naval da Unifil, resgataram mais de 200 refugiados à deriva no mar Mediterrâneo.

O Brasil tem o quinto maior território, a quinta maior população e a sétima maior

economia do planeta. Somos um país que sempre recebeu imigrantes e hoje tem política exemplar de acolhimento de refugiados de diversas partes do mundo. Contamos com uma indústria e um setor primário avançados. Somos, ao mesmo tempo, um país em desenvolvimento, que tem a determinação de reduzir suas desigualdades internas.

Dispomos de uma longa tradição de política externa assentada em princípios claros e na valorização da diplomacia. Somos um dos poucos países do planeta com uma política externa verdadeiramente global, como o demonstra o fato de mantermos relações diplomáticas com todos os membros das Nações Unidas.

Vivemos em paz com nossos vizinhos e somos protagonistas da integração regional. Fazemos parte de uma diversidade de alianças e coalizões, como o BRICS, o G-4, o G-20 econômico-financeiro, o IBAS e o BASIC. E, sobretudo, temos grande capacidade de proposição e de inovação conceitual, de sugerir ideias e soluções criativas.

Esse conjunto de fatores permite que sejamos vistos como uma espécie de articulador de consensos, um mediador confiável e respeitado, apto a dialogar de igual para igual com países desenvolvidos e em desenvolvimento, e a oferecer propostas que aproximem as visões de distintos grupos de países, sem perder de vista a defesa dos nossos interesses nacionais.

Como diplomatas vocês logo perceberão o privilégio, a honra e a responsabilidade que é representar nosso País.

Embaixador Gonçalo Mourão, colegas,

Quero referir-me brevemente a algumas das prioridades da diplomacia brasileira.

Nossa política externa é conformada por uma série de princípios básicos que se consolidaram ao longo de nossa história e estão consignadas na Constituição Federal.

É claro que cada governo terá a necessária latitude na execução dessas orientações, mas o ponto que quero reforçar é o de que a política externa é edificada a partir dos alicerces já estabelecidos ao longo de muitos anos e que nos deram a credibilidade de que hoje desfrutamos na cena internacional.

A política externa não é, portanto, criada e recriada ano após ano, embora as ênfases da ação e do discurso possam, e devam adaptar-se às necessidades de seu tempo. É esse ajuste de prioridades que devemos realizar permanentemente, à luz da constante evolução do cenário internacional e dos próprios interesses de um Brasil que está em processo de transformação desde que se constituiu como Nação independente.

Tendo em mente essa necessidade de atualização de nossa política externa, ao amparo sempre dos princípios básicos que a regem, mencionarei aqui três desafios importantes.

O primeiro desafio é o do fortalecimento da vertente globalista de nossa ação externa, com vistas a contribuir ainda mais para o processo de desenvolvimento econômico do Brasil.

Essa natureza global ou universal da política externa brasileira remonta ao começo dos anos 60, mas foi especialmente nos últimos anos que logramos avanços significativos no aprofundamento de nossas relações com países em desenvolvimento. O BRICS é apenas um dos resultados mais visíveis dessa nova dinâmica. O aprofundamento da cooperação Sul-Sul permitiu diversificar nossas relações

comerciais e melhor assegurar nossos interesses nos foros multilaterais.

A diversificação de parcerias e a busca de novas oportunidades em países em desenvolvimento e em regiões como a África, a Ásia e o Oriente Médio não ocorre, de nenhuma forma, em detrimento de nossas relações tradicionais com países desenvolvidos. Esse é um falso antagonismo, pois, como disse, empreendemos há décadas uma política externa globalista.

Esse amplo espectro de parcerias ajuda a atender as necessidades do Brasil, ampliando comércio, investimentos, e acesso a ciência, tecnologia e inovação, por meio da cooperação com países desenvolvidos e em desenvolvimento, sem exclusões. É esse o espírito da política externa da Presidenta Dilma Rousseff: instrumentalizar a ação externa como fator de promoção do desenvolvimento de nosso País nos mais diversos campos.

Temos de trabalhar, nesse cenário, para ampliar o acesso a mercados que ajudem a diversificar nossa pauta comercial e torná-la mais representativa de nosso grande potencial inovador. Isso significa hoje buscar uma inserção diversificada, menos concentrada em termos de regiões e bens, com maior exportação de produtos de alto valor agregado. A política externa comercial, nas suas vertentes de política comercial e de promoção comercial, é importante ferramenta para impulsionar esse processo, inclusive no apoio à internacionalização de nossas empresas.

Ainda como parte desse processo, deveremos também buscar novas modalidades de fortalecimento da integração regional. A Presidenta Dilma Rousseff esteve em 2015 no México e na Colômbia e estabeleceu as bases para a ampliação dos acordos comerciais e de

investimento com esses países. Assinamos inclusive acordos de cooperação e facilitação de investimentos no marco do chamado “modelo brasileiro”.

Por outro lado, o caminho está sendo pavimentado para fortalecermos o relacionamento externo do MERCOSUL, principalmente por meio da negociação de acordos com a União Europeia e com outros países-chave, como Índia, Canadá e a Associação Europeia de Livre-Comércio, a EFTA, além de intensa articulação com a Aliança do Pacífico.

Queremos um bloco que esteja cada vez mais integrado às principais cadeias de valor, mas que ao mesmo tempo contribua para o desenvolvimento econômico de nossos países.

A contribuição do MERCOSUL nesse campo não pode ser menosprezada: desde sua criação, o comércio intrazona expandiu-se mais de 10 vezes, saltando de US\$ 4,5 bilhões em 1991 para mais de US\$ 50 bilhões nos últimos anos. Mais de 70% dos produtos exportados pelo Brasil e mais de 80% de suas importações dos Estados Partes são compostas por produtos industrializados, inclusive em segmentos de alto valor agregado, como o automotivo.

Ademais do desafio econômico-comercial, um segundo desafio diz respeito à implementação da recém-adotada Agenda 2030, que contempla os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

Vemos a Agenda 2030 como um importante resultado da longa atuação do Brasil em prol da redução das assimetrias entre países desenvolvidos e em desenvolvimento. Sua aplicação será universal e o primeiro dos objetivos estabelecidos é justamente a erradicação da pobreza, área em que o Brasil se tornou uma referência.

Acreditamos que o debate sobre a realização dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável permitirá lançar luz sobre a importância do combate à pobreza e da promoção do desenvolvimento de maneira integrada, em suas dimensões econômica, social e ambiental.

Tendo em vistas as inter-relações entre paz e desenvolvimento, confiamos em que o êxito na implementação da Agenda 2030 ao longo dos próximos quinze anos contribuirá para que tenhamos um mundo mais estável, sem as tragédias potencializadas pela pobreza e pelos desequilíbrios ambientais.

Permanecem atuais, por isso, as palavras do poeta Augusto Frederico Schmidt, que há quase 60 anos, em discurso no plenário da Assembleia Geral das Nações Unidas, assinalou que política de cooperação internacional para o desenvolvimento “é a política do futuro, a política da esperança”, e que, num mundo com tantos recursos técnicos e científicos, a pobreza constitui um “crime contra o espírito”.

Por fim, menciono um terceiro e último desafio, o de formular e justificar a política externa no plano interno.

O processo de elaboração de políticas públicas no Brasil mudou muito nos últimos anos. Nossa política externa é a de um país democrático, cuja concepção torna-se mais complexa pela crescente interação com atores de dentro e fora do Governo. Trata-se de um fenômeno que enriquece e dá maior legitimidade às posições do Brasil.

Nosso dever é assegurar um Itamaraty aberto e transparente, reforçando a percepção da sociedade brasileira de que temos uma instituição profissional e altamente qualificada, um patrimônio de nosso País e um baluarte na defesa de seus interesses mais fundamentais.

Orgulhamo-nos do crescente apoio que temos dispensado à grande comunidade brasileira no exterior, inclusive no que diz respeito à proteção de seus segmentos mais vulneráveis. Continuaremos trabalhando para ampliar a oferta, a qualidade e a eficiência de nossos serviços consulares em todo o mundo.

Temos também de assegurar a fluidez nos contatos com os demais órgãos do Poder Executivo, com o Congresso Nacional, com as unidades da federação, com as organizações não governamentais, de modo a estar em sintonia com as aspirações da sociedade brasileira e assegurar os meios necessários para bem formular e executar nossa política externa. Nesse processo, tenho contado, em minha gestão, com o valioso apoio do Secretário-Geral, Embaixador Sergio Danese, bem como de todas as chefias da Casa.

Em síntese, cada vez mais temos de olhar não só para fora, mas também para dentro do País, mesmo porque o Itamaraty somente preservará sua capacidade de atuação e sua importância como instituição de Estado na medida em que bem defender e refletir os anseios e as aspirações da população brasileira.

Caros colegas,

É em tempos difíceis que a diplomacia adquire ainda maior relevância, como instrumento para a promoção da paz, dos direitos humanos e do desenvolvimento econômico.

Devemos sempre, em qualquer circunstância, manter o entusiasmo em nossa capacidade de colaborar para a construção de um Brasil mais próspero, mais justo e mais inclusivo.

Munidos dessa convicção, trabalharemos sempre para que o nosso País continue

projetando seus valores na cena internacional. Nossas armas devem ser a criatividade, o espírito público, a dedicação e o esmero no cumprimento do dever.

Como disse a Presidenta Dilma Rousseff na última formatura do Instituto Rio Branco, cabe a vocês, jovens diplomatas, ter presente “suas responsabilidades de representantes de uma nação democrática, que aposta na igualdade de seus filhos, que aposta na paz e na solidariedade internacional”.

Hoje vocês dão o primeiro passo, como diplomatas, de uma jornada que desejo seja longa, plena e feliz.

Contem, para isso, com o decidido apoio da Chefia desta Casa, que é agora também de vocês.

Muito obrigado.

"DIA DA IMPLEMENTAÇÃO" DO PLANO ABRANGENTE DE AÇÃO CONJUNTA SOBRE O PROGRAMA NUCLEAR IRANIANO 19/01/2016

O Governo brasileiro saúda o anúncio de que foi alcançado, em 16 de janeiro corrente, o "Dia da Implementação" do acordo entre o grupo de países conhecidos como P5+1 (Alemanha, China, Estados Unidos, França, Reino Unido e Rússia) e o Irã sobre o programa nuclear iraniano. Em seguimento à confirmação pela Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA) de que o Irã cumpriu os requisitos do Plano Abrangente de Ação Conjunta, o Dia da Implementação marca o levantamento de sanções relativas ao dossiê nuclear iraniano. Constitui passo significativo para a plena normalização das relações entre o Irã e a comunidade Internacional.

O Brasil apoiou prontamente, inclusive por meio da Declaração de Teerã de 2010, os esforços diplomáticos destinados a assegurar a natureza exclusivamente pacífica do programa nuclear iraniano, no entendimento de que solução sustentável para a questão só poderia ser alcançada por meio do diálogo.

O Irã é importante parceiro comercial e político do Brasil. O ano de 2015 foi marcado por encontros de alto nível entre os dois países: em setembro, o Ministro Mauro Vieira viajou a Teerã, e a Presidenta Dilma Rousseff manteve encontro com o Presidente Hassan Rouhani à margem da 70ª Assembleia Geral da ONU; em outubro, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, liderou missão comercial ao Irã, e o Ministro da Economia iraniano, Ali Taiebnia, visitou o Brasil.

O Governo brasileiro faz votos de que o continuado êxito na execução do acordo contribua para o fortalecimento da paz e segurança regionais e globais.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA MAURITÂNIA 20/01/2016

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República Islâmica da Mauritânia concedeu agrément a Leonardo Carvalho Monteiro como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

ATENTADO NO PAQUISTÃO 20/01/2016

O Governo brasileiro condena com veemência o ataque terrorista ocorrido hoje na Universidade Bacha Khan, em Charsadda, no Paquistão, o qual resultou na morte de pelo menos 30 pessoas e em dezenas de feridos.

Ao manifestar sua solidariedade ao povo e ao Governo do Paquistão e transmitir suas condolências às famílias das vítimas, o Brasil reitera seu firme repúdio a toda e qualquer forma de terrorismo, independentemente de sua motivação.

ATENTADO EM CABUL 21/01/2016

O Brasil condena veementemente o atentado contra uma equipe da "Tolo TV" perpetrado ontem, em Cabul, reivindicado pelo Taliban, que vitimou pelo menos sete pessoas e deixou dezenas de feridos. O Governo brasileiro manifesta sua solidariedade aos feridos, às famílias das vítimas e ao povo e ao Governo do Afeganistão.

Ao reafirmar o repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, o Brasil reitera seu compromisso com a liberdade de imprensa e de expressão.

ATENTADO NA SOMÁLIA 22/01/2016

O Governo brasileiro condena, nos mais fortes termos, o atentado terrorista ocorrido no último dia 21 de janeiro, em restaurante de Mogadíscio, que vitimou ao menos vinte pessoas. Ao transmitir sua solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo da Somália, o Brasil reafirma seu repúdio a todos os atos terroristas, quaisquer que sejam suas motivações.

VIAGEM DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA AO EQUADOR – QUITO, 26 DE JANEIRO DE 2016 22/01/2016

A Presidenta da República, Dilma Rousseff, realizará visita bilateral ao Equador em 26 de janeiro, onde manterá encontro de trabalho com o Presidente Rafael Correa. A reunião ocorre na véspera da IV Cúpula da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos – CELAC.

A visita constituirá oportunidade para reafirmar o caráter estratégico das relações com o Equador e o alto nível do entendimento entre os dois Governos. Os Presidentes examinarão temas das agendas bilateral e regional, entre os quais a cooperação em temas migratórios, sociais e de saúde, fluxos de comércio e investimentos, além de UNASUL e CELAC.

Importante parceiro no processo de integração regional, o Equador é sede da UNASUL e assumiu a Presidência Pro Tempore da CELAC em janeiro de 2015. O intercâmbio comercial entre o Brasil e o Equador foi de US\$ 783 milhões em 2015.

PARTICIPAÇÃO DA PRESIDENTA DA REPÚBLICA NA IV CÚPULA DA COMUNIDADE DOS ESTADOS LATINO-AMERICANOS E CARIBENHOS (CELAC) – QUITO, 27 DE JANEIRO DE 2016 22/01/2016

A Presidenta Dilma Rousseff participará, em 27 de janeiro, na cidade de Quito, da IV Cúpula da Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC). A Cúpula marca o encerramento da Presidência Pro Tempore exercida pelo Equador.

A Cúpula será oportunidade para que os Chefes de Estado e de Governo dos trinta e

três Estados Membros estabeleçam diretrizes para a continuidade das atividades de articulação política, cooperação setorial e relacionamento externo da CELAC. No encerramento da reunião, a Presidência será transferida para a República Dominicana.

Integram a CELAC todos os trinta e três países latino-americanos e caribenhos. Em 2015, foram realizadas quatorze reuniões sobre temas como planejamento e estatística; cultura; ciência e tecnologia; segurança alimentar e erradicação da fome e da pobreza; afrodescendentes; promoção da equidade, da igualdade e do empoderamento da mulher; energia; migrações e mudança do clima, entre outros assuntos.

A CELAC mantém mecanismos de cooperação com a União Europeia e a China, tendo sido realizadas, em 2015, a Cúpula CELAC-UE e a primeira reunião de Ministros de Relações Exteriores da CELAC e da China. A Comunidade estabeleceu, ainda em 2015, novos mecanismos de diálogo com a Rússia e a Índia.

ELEIÇÕES NO HAITI 25/01/2016

O Governo brasileiro acompanha com atenção a evolução da situação política e toma nota do adiamento do segundo turno das eleições presidenciais no Haiti, previsto para o dia de ontem, 24 de janeiro. Ao condenar os recentes episódios de violência observados no país, conclama o amigo povo haitiano a expressar pacificamente suas opiniões e insta as forças políticas haitianas a repudiar, de maneira inequívoca, o emprego da violência.

O Brasil também faz um chamamento a que os atores participantes das eleições presidenciais em curso trabalhem em

conjunto em busca do consenso, com vistas à pronta retomada e breve conclusão do processo eleitoral, com a eleição dos demais membros do Parlamento e do novo Presidente.

O Governo brasileiro reafirma sua permanente solidariedade e engajamento com a causa de um Haiti democrático e estável, de acordo com a vontade soberana do povo haitiano e em consulta com as Nações Unidas e com os demais países e organizações associados a esse objetivo.

ATENTADOS NO CAMEROUN 26/01/2016

O Governo brasileiro condena os ataques terroristas ao vilarejo de Bodo, no extremo norte do Cameroun, em 25 de janeiro, os quais resultaram na morte de, pelo menos, 25 pessoas.

Ao repudiar, nos mais fortes termos, todo e qualquer ato de terrorismo, o Brasil manifesta sua solidariedade às famílias das vítimas, bem como ao povo e ao governo do Cameroun.

DIA INTERNACIONAL EM MEMÓRIA DAS VÍTIMAS DO HOLOCAUSTO 27/01/2016

O Brasil une-se hoje, 27 de janeiro, às celebrações em todo o mundo da memória das vítimas do Holocausto, conforme decisão da Assembleia Geral das Nações Unidas. Nesta data, em 1945, tropas do Exército Vermelho libertaram o campo de extermínio de Auschwitz.

Ao recordar a memória dos milhões de vítimas inocentes da barbárie nazista e a atuação heroica daqueles que, como os brasileiros Aracy de Carvalho Guimarães

Rosa e Luiz Martins de Souza Dantas, trabalharam em condições adversas e com alto risco pessoal para salvar vidas, o Governo brasileiro reafirma seu inabalável compromisso com os direitos humanos e com a eliminação de todas as formas de racismo e de discriminação.

No momento em que manifestações de intolerância se repetem com preocupante regularidade em várias partes do mundo, é fundamental manter viva a memória do Holocausto e educar as novas gerações, para evitar que voltem a ocorrer crimes contra a humanidade como os que marcaram aquele que é um dos períodos mais sombrios da história.

CRIAÇÃO DE MISSÃO POLÍTICA ESPECIAL DAS NAÇÕES UNIDAS PARA MONITORAMENTO DO ACORDO DE PAZ ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA DA COLÔMBIA E AS FORÇAS ARMADAS REVOLUCIONÁRIAS DA COLÔMBIA, EXÉRCITO DO POVO (FARC-PE) 27/01/2016

O Governo brasileiro saúda a adoção, por unanimidade, em 25 de janeiro, da Resolução 2261 (2016) do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que aprova, a pedido do Governo colombiano, a criação de Missão Política Especial da ONU como componente internacional do mecanismo tripartite de verificação e monitoramento do cessar-fogo entre o Governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo (FARC-EP).

O Governo brasileiro registra com satisfação os importantes avanços nas negociações de um Acordo Final para o Término do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura entre o Governo

da Colômbia e as FARC-EP (Acordo Final).

Ao reiterar o compromisso do Brasil com a preservação da paz e a manutenção da estabilidade regional, o Governo brasileiro expressa seu apoio aos esforços da Colômbia para a conclusão e plena implementação do Acordo Final, que trarão efeitos positivos para toda a região, e reafirma sua disposição de contribuir para esse fim.

VISITA OFICIAL AO BRASIL DO PRESIDENTE DA BULGÁRIA, ROSEN PLEVNELIEV – BRASÍLIA E SÃO PAULO, 1º A 3 DE FEVEREIRO DE 2016 28/01/2016

O Presidente da Bulgária, Rosen Plevneliev, realizará visita oficial ao Brasil entre 1º e 3 de fevereiro, com programação em Brasília e São Paulo. Trata-se da primeira visita oficial de caráter bilateral do Presidente búlgaro ao Brasil, que esteve no Rio de Janeiro, em 2012, para participar da Conferência Rio+20.

No dia 1º de fevereiro, em Brasília, o Presidente búlgaro será recebido pela Presidenta Dilma Rousseff. Nas reuniões, serão discutidos os principais temas da agenda bilateral, com destaque para comércio e investimentos, ciência e tecnologia e educação, além de questões da agenda global. No dia seguinte, o Presidente Plevneliev presidirá rodada de negócios entre empresários brasileiros e búlgaros na sede da Confederação Nacional da Indústria.

Por ocasião da visita, está prevista a assinatura de Acordo de Previdência Social e de Memorando de Entendimento entre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e o

Ministério da Educação e da Ciência da Bulgária.

Em São Paulo, o Presidente búlgaro será recebido pelo Governador Geraldo Alckmin, participará de evento empresarial na sede da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo e encontrará a comunidade búlgara residente na cidade.

O Brasil e a Bulgária estabeleceram relações diplomáticas em 1934. Em 2015, a corrente de comércio bilateral foi de US\$ 161 milhões, com superávit de US\$ 74,81 milhões em favor do Brasil.

VISITA AO BRASIL DA CHANCELER DA VENEZUELA, DELCY RODRÍGUEZ – BRASÍLIA, 29 DE JANEIRO DE 2016 28/01/2016

A Ministra das Relações Exteriores da República Bolivariana da Venezuela, Delcy Rodríguez, acompanhada do Ministro da Economia daquele país, Luís Salas, realizará visita a Brasília no dia 29 de janeiro. A delegação venezuelana será recebida no Palácio Itamaraty, ocasião em que serão examinados temas da agenda bilateral, como cooperação fronteiriça, comércio e investimentos, e da agenda regional, como MERCOSUL, UNASUL e CELAC.

Brasil e Venezuela mantêm relações estratégicas. O Brasil tem buscado consistentemente contribuir para a promoção do diálogo político e a institucionalidade democrática da Venezuela, bem como para o desenvolvimento do país vizinho. A corrente bilateral de comércio em 2015 atingiu US\$ 3,7 bilhões, com saldo de US\$ 2,3 bilhões a favor do Brasil.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM TIMOR-LESTE 29/01/2016

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República Democrática de Timor-Leste concedeu agrément a Aldemo Serafim Garcia Júnior como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

ATENTADOS NA NIÉRIA 01/02/2016

O Governo brasileiro condena, com veemência, os ataques terroristas a Dalori e Walori, vilarejos das redondezas de Maiduguri, capital do estado de Borno, no nordeste da Nigéria, ocorridos na noite de 30 de janeiro, os quais resultaram em dezenas de feridos e em, pelo menos, 65 mortos.

Ao repudiar, nos mais fortes termos, todo e qualquer ato de terrorismo, o Brasil manifesta sua solidariedade às famílias das vítimas, bem como ao povo e ao governo da Nigéria.

I REUNIÃO DA COMISSÃO MISTA BRASIL-OMÃ – BRASÍLIA, 4 DE FEVEREIRO DE 2016 02/02/2016

Será realizada, no dia 4 de fevereiro, no Palácio Itamaraty, em Brasília, a I Reunião da Comissão Mista Brasil-Omã. A Reunião será co-presidida pelo Secretário-Geral do Itamaraty, Embaixador Sérgio França Danese, e pelo Ministro de Comércio e Indústria omaniano, Senhor Ali bin Massoud Al-Sunaidy. Na ocasião, serão debatidos temas bilaterais, como promoção

de investimentos e cooperação nas áreas de mineração, agricultura, educação e serviços aéreos.

No dia 3 de fevereiro, o Ministro Al-Sunaidy participará, acompanhado de comitiva de empresários, de Seminário Empresarial bilateral na cidade de São Paulo.

O mecanismo da Comissão Mista Brasil-Omã foi estabelecido em abril 2013, por ocasião da visita do Vice-Presidente da República, Michel Temer, ao Sultanato.

O comércio bilateral, que registrou US\$ 60 milhões em 2006, alcançou a casa de US\$ 656 milhões em 2015, o que equivale a crescimento de mais de 980%.

ABERTURA DA NOVA EMBAIXADA DA PALESTINA NO BRASIL 02/02/2016

O Governo brasileiro congratula o Governo palestino pela conclusão das obras e pelo início das atividades da nova sede da Embaixada do país em Brasília.

De acordo com a praxe seguida desde a fundação de Brasília, o Governo brasileiro doou área para a construção da Embaixada palestina em 2010. Em reciprocidade, recebeu doação, em 2015, de terreno para uso do Brasil em Ramalá.

Neste caso, como nos de outras missões diplomáticas sediadas na capital brasileira, os custos de construção e instalação da Embaixada correm integralmente por conta do país estrangeiro.

NOTA DE PESAR SOBRE O FALECIMENTO DO EMBAIXADOR LUIZ FELIPE LAMPREIA 02/02/2016

É com imenso pesar que o Ministério das Relações Exteriores registra o falecimento, no Rio de Janeiro, em 2 de fevereiro, do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, que foi Ministro das Relações Exteriores de 1995 a 2001.

O Embaixador Lampreia serviu durante mais de três décadas ao Brasil. Ingressou no Instituto Rio Branco em 1962 e, além de Ministro das Relações Exteriores, foi Secretário-Geral do Itamaraty, Subsecretário de Assuntos Políticos Bilaterais, Representante Permanente do Brasil junto a Organismos Internacionais em Genebra, Embaixador em Lisboa e em Paramaribo e Porta-Voz do Ministério. Teve destacada atuação no tratamento de temas financeiros, econômicos e comerciais e registrou em diversas obras a sua importante experiência como diplomata brasileiro. Deixa entre os funcionários do Itamaraty um exemplo de hábil negociador, sempre em defesa do interesse público e do Brasil, e a lembrança de um colega respeitado e querido.

Os funcionários do Ministério que, no Brasil e no exterior, sempre admiraram as qualidades pessoais e profissionais do Embaixador Luiz Felipe Lampreia, unem-se no sentimento de perda e dor pela partida prematura do ex-Chefe, colega e amigo, e transmitem aos seus familiares os seus mais sentidos pêsames e a certeza de que a sua memória e o seu exemplo continuarão presentes no Itamaraty, guiando-os no serviço ao País, a que o Embaixador Lampreia tanto se dedicou.

CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE APOIO À SÍRIA E REGIÃO – LONDRES, 4 DE FEVEREIRO DE 2016 03/02/2016

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, participará, no dia 4 de fevereiro, em Londres, da Conferência Internacional de Apoio à Síria e Região. Além do Brasil, foram convidados para a reunião representantes de cerca de oitenta países, além de diversas organizações internacionais.

Organizada por Reino Unido, Alemanha, Noruega e Kuwait, com apoio das Nações Unidas, a Conferência tem por objetivo ampliar a base de recursos para garantir assistência à população síria que permanece no país e à população refugiada acolhida por países da região, de modo a suprir suas necessidades emergenciais e assegurar seu acesso a oportunidades de trabalho e educação.

A participação brasileira na Conferência de Londres renova a solidariedade do Brasil com o povo sírio e com os países do entorno. O Brasil esteve presente nas três conferências anteriores de apoio à Síria e região, realizadas pelo Kuwait em 2013, 2014 e 2015, quando ofereceu doações realizadas por meio do ACNUR e do UNICEF. Em 2015, o Governo brasileiro prorrogou, por dois anos, sua política humanitária de emissão de vistos em favor de pessoas afetadas pelo conflito na Síria, já tendo acolhido mais de dois mil refugiados de nacionalidade síria no Brasil.

Na Conferência de Londres, o Brasil deverá reiterar sua disposição de doar alimentos à Síria e a países vizinhos, além de anunciar contribuição financeira ao ACNUR para promover ações de proteção e assistência a refugiados. Também deverá reafirmar seu apoio aos esforços do Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a

Síria na busca de solução pacífica para o conflito.

LANÇAMENTO DE SATÉLITE PELA COREIA DO NORTE 07/02/2016

O Governo brasileiro associa-se à forte condenação emitida pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas em reação ao anúncio de lançamento de satélite pela República Popular Democrática da Coreia (RPDC) em 7 de fevereiro.

O Brasil deplora a decisão do Governo norte-coreano de realizar lançamento de satélite com emprego de tecnologia de mísseis balísticos, em violação às resoluções 2094 (2013), 2087 (2013), 1874 (2009) e 1718 (2006) do Conselho de Segurança.

O Governo brasileiro conclama a RPDC a abster-se de atos que prejudiquem a via do diálogo e da negociação diplomática. Também insta Pyongyang a retomar as Conversações Hexapartites, reintegrar-se o mais cedo possível ao Tratado de Não Proliferação Nuclear como Estado não nuclearmente armado e a assinar e ratificar o Tratado de Proibição Completa de Testes Nucleares.

CONCESSÃO DE "EXEQUATUR" PARA O CÔNSUL-GERAL DE ISRAEL EM SÃO PAULO 11/02/2016

O Governo brasileiro concedeu hoje "exequatur" ao Embaixador Dori Goren para exercer a função de Cônsul-Geral de Israel em São Paulo. A solicitação, encaminhada por nota da Embaixada israelense em Brasília, foi recebida no Itamaraty em 28 de janeiro último.

Diplomata de carreira, o Embaixador Dori Goren exerce atualmente a função de responsável pelos assuntos do Brasil no Ministério das Relações Exteriores de Israel.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO MAURO VIEIRA NA 52ª CONFERÊNCIA DE SEGURANÇA DE MUNIQUE 11/02/2016

O Ministro Mauro Vieira participará da 52ª Conferência de Segurança de Munique, que será realizada entre os dias 12 e 14 de fevereiro.

Criada em 1962, a Conferência de Segurança de Munique tornou-se um dos principais foros globais de discussão e reflexão sobre os desafios à paz e à segurança internacional. Na 52ª edição, serão realizadas sessões sobre os principais temas da agenda internacional, dentre os quais a crise de migrantes e refugiados na União Europeia, a ameaça do autointitulado "Estado Islâmico", comércio, saúde e mudança do clima. Está confirmada a presença de 35 Chefes de Estado e de Governo e 80 Ministros de Relações Exteriores no evento.

O Ministro Mauro Vieira integrará painel dedicado aos desafios do comércio internacional e tem, até o momento, encontros bilaterais agendados com seus homólogos de diversos países, entre eles Alemanha, Arábia Saudita, Armênia, Geórgia, Jordânia e Países Baixos.

PARTICIPAÇÃO DO ITAMARATY NO DIA NACIONAL DE MOBILIZAÇÃO E COMBATE AO AEDES AEGYPTI 12/02/2016

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio França Danese, na qualidade de Ministro, interino, das Relações Exteriores, estará em São José dos Campos, SP, para representar o Itamaraty no dia de mobilização nacional e combate ao vetor de transmissão do vírus Zica, o mosquito *Aedes aegypti*, no próximo sábado, 13 de fevereiro.

Neste esforço concentrado do Governo Federal, quando 220 mil militares das Forças Armadas atuarão em 353 Municípios, todos os ministros, secretários-executivos e presidentes de empresas públicas, autarquias e fundações federais se envolverão pessoalmente nas ações de combate, nas capitais brasileiras e nos Municípios de maior porte que integram a lista de prioridades definidas pelo Governo.

O Embaixador Danese acompanhará o Prefeito de São José dos Campos, Carlos José de Almeida, e o Secretário de Saúde do Município, Paulo Roitberg, nas ações de combate ao mosquito e de prevenção e conscientização da população sobre os riscos da doença e medidas profiláticas, planejadas para aquela jornada pela Prefeitura Municipal de São José dos Campos e as autoridades federais envolvidas.

ATENTADO TERRORISTA EM CAMPO DE REFUGIADOS NA NIGÉRIA 12/02/2016

O Governo brasileiro condena os ataques terroristas no campo de refugiados de Dikwa, no nordeste da Nigéria, em 9 de fevereiro, os quais resultaram na morte de,

pelo menos, sessenta pessoas e em dezenas de feridos.

Ao repudiar, nos mais fortes termos, todo e qualquer ato de terrorismo, o Brasil expressa seu pesar e estende sua solidariedade às famílias das vítimas, bem como ao povo e ao governo da Nigéria.

ACORDO POR CESSAR-FOGO NA SÍRIA 12/02/2016

O Governo brasileiro recebeu com satisfação o anúncio da formação de uma força-tarefa pelo Grupo Internacional de Apoio à Síria (ISSG), sob os auspícios das Nações Unidas, com vistas a obter uma cessação de hostilidades na Síria e contribuir para a efetiva implementação da Resolução 2254 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Governo brasileiro saúda, igualmente, o compromisso contido no Comunicado de Munique de garantir ajuda humanitária à população síria, sobretudo em áreas sitiadas e de difícil acesso.

O Governo brasileiro tem reiterado seu apoio a uma solução política para o conflito na Síria, criticando sua contínua militarização, e tem contribuído para os esforços internacionais de mitigação da crise humanitária. O Brasil participou da Conferência Internacional de Apoio à Síria e Região, em Londres, em 4/2/2016, ocasião em que anunciou a doação de US\$ 1,3 milhão para o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados e de 4.500 toneladas de arroz destinadas a melhorar a segurança alimentar dos refugiados sírios.

OBSERVAÇÃO DAS ONDAS GRAVITACIONAIS PREVISTAS POR ALBERT EINSTEIN 13/02/2016

O Ministério das Relações Exteriores manifesta sua profunda satisfação com a participação de pesquisadores brasileiros na equipe de cientistas de 16 países cujo trabalho resultou na observação, anunciada em 11 de fevereiro de 2016, das ondas gravitacionais cuja existência havia sido prevista por Albert Einstein em 1916.

Entre os participantes do projeto estão Odylio Denys de Aguiar, Marcio Constâncio Júnior, César Augusto Costa, Allan Douglas dos Santos Silva, Elvis Camilo Ferreira e Marcos André Okada, todos do Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), e Riccardo Sturani, pesquisador do Instituto de Física Teórica da Universidade Estadual Paulista (IFT-Unesp).

A presença de brasileiros entre os coautores do "paper" principal sobre a pesquisa, publicado pelo periódico "Physical Review Letters", é um marco para nossa comunidade científica, que confirma o enorme potencial da cooperação internacional em ciência e tecnologia, para avançar a fronteira do conhecimento e contribuir para o enfrentamento dos desafios presentes e futuros da Humanidade.

POSSE DO BRASILEIRO ROBERTO CALDAS COMO PRESIDENTE DA CORTE INTERAMERICANA DE DIREITOS HUMANOS 15/02/2016

O Brasil felicita a Corte Interamericana de Direitos Humanos (Corte IDH) pelo Ato Inaugural do Ano Judicial Interamericano de 2016, ocorrido em São José hoje, 15 de fevereiro, ocasião em que toma posse como

Presidente daquele Tribunal o juiz brasileiro Roberto F. Caldas. Na mesma ocasião, haverá ato de juramento dos juízes reeleitos para a Corte e dos novos juízes e juíza: Eduardo Vio Grossi, Elizabeth Odio Benito, Eugenio Raúl Zaffaroni e Patricio Pazmiño Freire, a quem o Governo brasileiro transmite votos de sucesso no desempenho de suas importantes funções. O Brasil estará representado na cerimônia pela Ministra de Estado das Mulheres, da Igualdade Racial e dos Direitos Humanos, Nilma Lino Gomes, pelo Secretário Especial de Direitos Humanos, Rogério Sottili, e pelo Secretário Especial de Igualdade Racial, Ronaldo Barros, além de outras autoridades.

A Corte IDH elegeu Roberto F. Caldas como seu novo Presidente em novembro de 2015, com mandato a partir de 1º de janeiro de 2016. Seu mandato é de dois anos, com direito à reeleição.

O Brasil confia em que a nova composição do Tribunal manterá a tradição da Corte IDH na promoção e proteção dos direitos humanos nas Américas.

O Brasil é favorável ao fortalecimento do Sistema Interamericano de Direitos Humanos, valoriza o trabalho da Corte Interamericana e da Comissão Interamericana de Direitos Humanos e defende iniciativas que busquem promover a universalização dos instrumentos jurídicos que compõem esse Sistema, bem como a universalização do reconhecimento da jurisdição contenciosa da Corte Interamericana de Direitos Humanos.

ELEIÇÃO DO PRESIDENTE INTERINO DO HAITI 16/02/2016

O Governo brasileiro felicita a Assembleia Nacional haitiana pela eleição do Senhor

Jocelerme Privert para ocupar provisoriamente a Presidência da República e transmite ao Presidente interino votos de pleno êxito em suas funções.

O Governo brasileiro reitera seu integral apoio ao atual processo de transição política, com vistas à escolha de um Presidente eleito pelo povo haitiano, nos termos do Acordo Político para a Continuidade Institucional, de 5 de fevereiro de 2016.

O Brasil mantém a expectativa de que o processo de formação de um novo Governo no Haiti transcorra de maneira democrática e pacífica, com respeito e tolerância às divergências naturais entre as forças políticas haitianas, e de forma a preservar as bases de entendimento para o desenvolvimento do país.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA COMUNIDADE DA DOMINICA

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da Comunidade da Dominica concedeu agrément a Jorge d'Escragnolle Taunay Filho como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

FALECIMENTO DO EX-SECRETÁRIO-GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS, BOUTROS BOUTROS-GHALI 16/02/2016

O Governo brasileiro recebeu com pesar a notícia do falecimento do ex-Secretário-Geral das Nações Unidas e ex-Ministro das

Relações Exteriores da República Árabe do Egito, Boutros Boutros-Ghali, ocorrido hoje no Cairo.

Durante o período em que esteve à frente da Secretaria-Geral das Nações Unidas, entre 1992 e 1996, Boutros-Ghali se destacou pelo esforço permanente em defesa do fortalecimento da ONU e de seu papel insubstituível como a mais importante organização multilateral global. No contexto das grandes transformações que resultaram do final da Guerra Fria, Boutros-Ghali liderou importante processo em favor de uma Agenda para a Paz, com vistas a aprimorar a capacidade das Nações Unidas de atuar de forma eficaz, com ênfase na diplomacia preventiva e na consolidação da paz em situações de pós-conflito.

Ao recordar a obra de Boutros-Ghali e expressar sua solidariedade à família do ex-Secretário-Geral das Nações Unidas, o Governo brasileiro faz votos de que sua memória continue a inspirar aqueles que lutam, muitas vezes com grande dificuldade, para levar adiante os ideais do multilateralismo e da paz.

ABERTURA OFICIAL DO ANO DA CPLP CONTRA O TRABALHO INFANTIL 17/02/2016

O Governo brasileiro congratula-se com a abertura oficial do Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil, realizada hoje, 17 de fevereiro, na Sala do Senado da Assembleia da República de Portugal, em Lisboa.

Fruto de decisão tomada pela reunião setorial de Ministros do Trabalho e da Assistência Social da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, o Ano da CPLP contra o Trabalho Infantil tem como meta intensificar a luta contra o trabalho infantil nos países da Comunidade, por

meio de campanhas de sensibilização e pelo aprofundamento da cooperação técnica e da capacitação de recursos humanos nessa área. A celebração do Ano insere-se também no diálogo entre os países da CPLP, no âmbito do processo preparatório da IV Conferência Global sobre Trabalho Infantil, prevista para acontecer em 2017, em Buenos Aires, Argentina.

O Brasil, que ratificou as duas Convenções da Organização Internacional do Trabalho (OIT) relativas ao trabalho infantil e sediou a III Conferência Global sobre Trabalho Infantil, em 2013, permanece comprometido, no plano interno e externo, com as conclusões da conferência, cuja declaração final reafirma a busca da eliminação das piores formas de trabalho infantil até 2016 e o compromisso de continuar as ações nacionais, sob a liderança dos governos e com apoio de trabalhadores, empregadores e sociedade civil.

ATENTADO EM ANCARA 17/02/2016

O Governo brasileiro manifesta sua consternação com o atentado a bomba contra comboio militar que vitimou dezenas de pessoas no centro de Ancara, Turquia.

Ao mesmo tempo em que transmite suas condolências aos familiares das vítimas e empenha sua solidariedade ao povo e ao Governo da Turquia, o Brasil reitera seu firme repúdio a toda e qualquer forma de terrorismo.

CONCLUSÃO DA II RODADA DE NEGOCIAÇÕES PARA AMPLIAÇÃO E APROFUNDAMENTO DO ACORDO DE COMPLEMENTAÇÃO ECONÔMICA BRASIL-MÉXICO (ACE 53) – BRASÍLIA 18/02/2016

Concluiu-se hoje, em Brasília, a II Rodada de Negociações Brasil-México para a ampliação e o aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica Número 53 (ACE No. 53), realizada de 16 a 18 de fevereiro de 2016.

Representantes dos dois países sublinharam a importância de aprofundar a relação comercial e de investimentos entre as duas maiores economias da América Latina e do Caribe, em cumprimento ao mandato estabelecido pelos Presidentes Dilma Rousseff e Enrique Peña Nieto durante a visita de Estado da mandatária brasileira ao México, em maio de 2015. Os negociadores destacaram, ainda, o compromisso das partes com o diálogo franco, aberto e construtivo, que facilite as discussões e contribua para obter um acordo amplo, em benefício dos setores produtivos dos dois países.

Houve avanços nas discussões sobre acesso a mercados e regras de origem, bem como nas negociações dos textos sobre Facilitação de Comércio, Serviços e Investimentos, Medidas Sanitárias e Fitossanitárias, Compras Governamentais, Barreiras Técnicas ao Comércio, Propriedade Intelectual, Coerência Regulatória, e, especialmente, nos capítulos de Política de Concorrência e Defesa Comercial.

Foi possível avançar nas negociações que possibilitarão o reconhecimento mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicação Geográfica e Produtos Distintivos do Brasil e do México, respectivamente.

O México é um sócio fundamental para o Brasil na América Latina e Caribe, com intercâmbio comercial de cerca de oito bilhões de dólares em 2015.

REUNIÃO ENTRE O MINISTRO MAURO VIEIRA E O MINISTRO DA FAZENDA E FINANÇAS PÚBLICAS DA ARGENTINA, ALFONSO PRAT-GAY – BRASÍLIA 18/02/2016

O Ministro Mauro Vieira recebeu hoje o Ministro da Fazenda e Finanças Públicas da Argentina, Alfonso Prat-Gay, com o objetivo de avançar a coordenação entre Brasil e Argentina nos assuntos tratados na esfera do G20. O Ministro Prat-Gay informou ao lado brasileiro sobre os avanços na negociação com os fundos detentores de títulos argentinos não reestruturados e sobre as perspectivas positivas para que se encontre uma solução para a questão em breve. O Ministro Vieira expressou o apoio do Governo brasileiro à negociação em curso e ressaltou o esforço realizado pelo Governo argentino para apresentar propostas realistas e de boa fé para o equacionamento definitivo do problema.

O Governo brasileiro faz votos de que as partes envolvidas na negociação alcancem uma pronta conclusão das tratativas, para a reintegração plena da Argentina aos circuitos financeiros internacionais.

VISITA AO BRASIL DE SUA SANTIDADE CIRILO I, LÍDER DA IGREJA ORTODOXA RUSSA – 19-21 DE FEVEREIRO DE 2016 19/02/2016

Sua Santidade Cirilo I, Patriarca de Moscou e de toda a Rússia, visitará o Brasil de 19 a 21 de fevereiro de 2016. Trata-se da primeira visita de um líder da Igreja Ortodoxa Russa ao Brasil e à América Latina.

No dia 19 de fevereiro, o Patriarca Cirilo I será recebido em Brasília pela Presidenta Dilma Rousseff.

No Rio de Janeiro, em 20 de fevereiro, celebrará culto no alto do morro do Corcovado. Em seguida, está previsto encontro com o Cardeal Arcebispo do Rio de Janeiro, Dom Orani João Tempesta.

Em São Paulo, em 21 de fevereiro, o Patriarca Cirilo I celebrará liturgia na Catedral Ortodoxa Antioquina e visitará a Igreja Ortodoxa Russa de Nossa Senhora da Anunciação.

A Igreja Ortodoxa Russa conta com cerca de 150 milhões de fiéis em todo o mundo. No Brasil, a comunidade de seguidores é estimada entre 3 e 4 mil.

VISITA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO MÉXICO E III REUNIÃO DA COMISSÃO BINACIONAL BRASIL-MÉXICO – CIDADE DO MÉXICO, 22 E 23 DE FEVEREIRO DE 2016 19/02/2016

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, visitará o México nos dias 22 e 23 de fevereiro, para co-presidir, com a Secretária de Estado mexicana, Claudia Ruiz Massieu, a III Reunião da Comissão Binacional Brasil-México.

A Comissão Binacional examinará a ampla agenda de temas do relacionamento bilateral, cobrindo aspectos políticos, econômicos, comerciais, educativos, culturais e de cooperação, entre outros.

A visita ocorre em momento promissor das relações bilaterais e tem por objetivo dar impulso à agenda de fortalecimento do diálogo político, de diversificação e ampliação dos vínculos econômicos e de revitalização da cooperação entre os dois países, assumida durante a Visita de Estado da Presidente Dilma Rousseff ao México, em maio de 2015.

O Brasil e o México são as duas maiores economias latino-americanas. A corrente de comércio bilateral totalizou US\$ 8 bilhões em 2015. O México é o 8ª parceiro comercial do Brasil, e o Brasil se tornou o 7º sócio comercial do México. O Brasil é um dos maiores investidores latino-americanos no México e o segundo destino dos investimentos mexicanos no exterior.

VISITA DA DIRETORA-GERAL DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE, DRA. MARGARET CHAN – BRASÍLIA, 23 E 24 DE FEVEREIRO DE 2016

A Diretora-Geral da Organização Mundial da Saúde (OMS), Dra. Margaret Chan, realizará visita oficial ao Brasil nos dias 23 e 24 de fevereiro de 2016, ocasião em que será recebida pela Presidenta Dilma Rousseff e manterá encontros com Ministros envolvidos na resposta brasileira à disseminação do vírus Zika. A Diretora-Geral da OMS estará acompanhada da Diretora da Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS) e Diretora Regional da OMS para as Américas, Dra. Carissa Etienne.

No contexto da declaração pela OMS, em 1º de fevereiro corrente, de Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional, a visita tem por objetivo permitir à Diretora-Geral da OMS conhecer em profundidade as políticas do Governo brasileiro de resposta à emergência de saúde e os resultados de pesquisas realizadas pelo Brasil, bem como aprofundar o diálogo sobre os esforços globais, coordenados pela OMS, de vigilância, resposta e pesquisa para fazer frente à emergência.

ATENTADOS NA SÍRIA 22/02/2016

O Governo brasileiro condena nos mais fortes termos os atentados terroristas que resultaram na morte de mais de uma centena de pessoas na Síria, na cidade de Homs e no santuário de Saída Zainab, em Damasco, no domingo 21 de fevereiro. Trata-se de mais um crime covarde reivindicado pelo grupo terrorista autodenominado “Estado Islâmico”.

Ataques contra civis são atos de barbárie que devem ser repudiados e combatidos com firmeza pela comunidade internacional como um todo. Nenhum ataque terrorista pode ser justificado. Nenhuma manifestação de intolerância religiosa pode ter lugar no mundo de hoje.

Ao transmitir suas condolências às famílias das vítimas e ao povo sírio, o Brasil reitera seu apoio às iniciativas de paz em curso, que têm por objetivo buscar uma solução política para a crise naquele país, ao qual o Brasil se sente ligado por profundos vínculos históricos.

A paz na Síria deve ser alcançada pelo diálogo e pela reconciliação, em processo liderado pelos próprios sírios entre setores reconhecidos como idôneos, o que exclui grupos terroristas, nos termos da Resolução 2254 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas e os Comunicados de Viena de 2015 e de Genebra de 2012.

VISITA OFICIAL AO BRASIL DA VICE-PRESIDENTE DA REPÚBLICA ARGENTINA, GABRIELA MICHETTI – BRASÍLIA, 22 A 24 DE FEVEREIRO DE 2016 22/02/2016

A Vice-Presidente da República Argentina, Gabriela Michetti, realizará visita oficial a Brasília, entre os dias 22 e 24 de fevereiro de 2016, ocasião em que manterá reunião

de trabalho com o Vice-Presidente Michel Temer, visitará o Senado Federal e será recebida pela Presidenta Dilma Rousseff.

O Brasil é o principal destino das exportações argentinas e o principal fornecedor de produtos para o país. Em 2015, o intercâmbio bilateral atingiu mais de US\$ 23 bilhões, tendo a Argentina sido o terceiro maior parceiro comercial do Brasil.

CICLONE EM FIJI 22/02/2016

O Governo brasileiro manifesta seu pesar pelas dezenas de vítimas e pelos danos materiais da passagem do ciclone Winston por Fiji e transmite sua solidariedade aos familiares, ao povo e ao Governo de Fiji.

ACORDO ENTRE O BRASIL E O MÉXICO PARA O RECONHECIMENTO MÚTUO DA CACHAÇA E DA TEQUILA COMO INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS E PRODUTOS DISTINTIVOS 23/02/2016

Em 22 de fevereiro de 2016, por ocasião da III Comissão Binacional Brasil-México, realizada na Cidade do México, foi anunciada a conclusão bem sucedida das negociações relativas ao “Acordo para o Reconhecimento Mútuo da Cachaça e da Tequila como Indicações Geográficas e Produtos Distintivos do Brasil e do México”, cumprindo assim o mandato dos Presidentes Dilma Rousseff e Enrique Peña Nieto, na Declaração Presidencial emitida no contexto da Visita de Estado da mandatária brasileira ao México, em 26 de maio de 2015, culminando um processo de negociação que se estendeu ao longo dos últimos meses.

O Acordo negociado, cuja assinatura e entrada em vigor obedecerão aos procedimentos jurídicos previstos em ambos os países, garante a proteção recíproca da Cachaça e da Tequila como "indicações geográficas" do Brasil e do México respectivamente – protegendo-as da concorrência desleal de produtos que pretendam beneficiar-se indevidamente da alta reputação das nossas duas principais bebidas nacionais. Além disso, o Acordo trata objetivamente de questões técnicas que poderiam dificultar o comércio bilateral desses dois produtos, através do reconhecimento das legislações correspondentes de ambos os países. Com isso, abre-se o caminho para a expansão desse comércio, em um ambiente de previsibilidade e plena segurança para os produtores e exportadores de ambas as bebidas.

Adicionalmente, o Acordo prevê o estabelecimento de um Grupo de Trabalho para tratar de temas como a presença de produtos que utilizem de maneira equivocada as denominações Cachaça e Tequila ou produtos falsificados nos mercados do México e do Brasil, respectivamente.

O Acordo alcançado contribuirá igualmente para ampliar a projeção mundial da Cachaça e da Tequila como indicações geográficas de nossos respectivos países, consolidando sua reputação e seu reconhecimento.

Esse resultado significativo, cujos detalhes foram finalizados na véspera da referida Reunião da Comissão Binacional, cria ambiente propício para o adensamento das relações bilaterais e prenuncia avanços ainda mais importantes no contexto das negociações em curso para a ampliação e aprofundamento do Acordo de Complementação Econômica N° 53.

**CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO
EMBAIXADOR DO BRASIL NA
REPÚBLICA DA ÁFRICA DO SUL
25/02/2016**

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República da África do Sul concedeu agrément a Nedilson Ricardo Jorge como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país. Brasil e África do Sul mantêm relações diplomáticas desde 1948.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

**VISITA DE DELEGAÇÃO
PARLAMENTAR VENEZUELANA
25/02/2016**

O Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira recebeu hoje a visita de delegação da Assembleia Nacional venezuelana, composta pelo Deputado Luis Florido, Presidente da Comissão Permanente de Política Exterior, Soberania e Integração, e pelo Deputado Williams Dávila Barrios, membro da mesma comissão.

Os Deputados expuseram sua visão sobre o atual quadro econômico e político na Venezuela e ressaltaram seu compromisso com a busca de soluções políticas exclusivamente dentro do marco constitucional venezuelano.

O Ministro Mauro Vieira agradeceu a visita, enfatizou a importância estratégica da relação com a Venezuela e indicou que o Brasil continua a acompanhar com atenção, interesse e espírito construtivo a evolução da situação naquele país. Reiterou ainda manifestações anteriores do Governo brasileiro sobre a importância da manutenção de canais permanentes de

diálogo e do respeito à democracia, à ordem institucional e aos poderes constituídos.

**CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO
EMBAIXADOR DA BÓSNIA E
HERZEGONIVA 25/02/2016**

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao Senhor Haris Hrle como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário, não residente, da Bósnia e Herzegovina no Brasil. Brasil e Bósnia e Herzegovina estabeleceram relações diplomáticas em 1995.

**VIAGEM DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA AO CHILE – SANTIAGO,
26 E 27 DE FEVEREIRO DE 2016
26/02/2016**

A Presidenta Dilma Rousseff realizará visita a Santiago do Chile nos dias 26 e 27 de fevereiro, a convite de sua homóloga chilena, Michelle Bachelet.

O encontro representará oportunidade para promover o adensamento das relações bilaterais e reafirmar o caráter estratégico da parceria Brasil-Chile. As Presidentas examinarão temas como fluxo de investimentos, comércio, integração regional, infraestrutura, ciência e tecnologia, saúde e cultura.

O Chile é o segundo maior parceiro comercial do Brasil na América do Sul e o intercâmbio comercial entre os dois países foi de US\$ 7,389 bilhões em 2015. O Brasil, por sua vez, é o principal destino dos investimentos chilenos no mundo, com estoque que alcança cerca de 26 bilhões de dólares.

Recentemente, os dois países firmaram o Acordo de Cooperação e Facilitação de Investimentos (ACFI), que dinamizará ainda mais as relações econômico-comerciais bilaterais.

No âmbito regional, Brasil e Chile trabalham juntos para promover a aproximação entre a Aliança do Pacífico e o MERCOSUL.

**VIAGEM DA PRESIDENTA DA
REPÚBLICA AO CHILE –
COMUNICADO CONJUNTO –
SANTIAGO, 26 E 27 DE FEVEREIRO
DE 2016 [ESPANHOL] 26/02/2016**

Por invitación de Su Excelencia la Presidenta de la República de Chile, Michelle Bachelet Jeria, la Presidenta de la República Federativa del Brasil, Sra. Dilma Rousseff, realiza una Visita Oficial a Chile los días 26 y 27 de febrero de 2016.

Las Presidentas destacaron el excelente nivel en que se encuentran las relaciones bilaterales y las amplias coincidencias que existen en temas regionales y multilaterales.

Ambas Mandatarias renovaron su compromiso con los valores compartidos, la democracia, la promoción y protección de los derechos humanos, la paz, la aplicación de políticas públicas para mejorar la calidad de vida de sus ciudadanos y la promoción del desarrollo sustentable con inclusión social.

Temas bilaterales

Las Presidentas se comprometieron a instruir a sus respectivos Ministros a celebrar la primera reunión del Mecanismo de Consultas de los Ministros de Relaciones Exteriores y Defensa (Mecanismo 2+2) los días 8 y 9 de junio de 2016.

Destacaron el nivel alcanzado por el intercambio comercial bilateral en 2015, constatando que, en América Latina, Brasil es el principal socio comercial de Chile, mientras que Chile es el segundo socio del Brasil en Sudamérica. Asimismo, resaltaron el nivel de las inversiones recíprocas y el positivo efecto que tendrá el Acuerdo de Cooperación y Facilitación de Inversiones suscrito en noviembre del año pasado. Reiteraron el compromiso de negociar en el curso del presente año un convenio sobre Compras Públicas y otro sobre Servicios Financieros.

Subrayaron los avances en materia de cooperación en temas antárticos; en ciencia, tecnología e innovación; en cooperación trilateral; en cooperación cinematográfica; cooperación consular; cooperación en turismo; y en ámbito de los derechos humanos.

Adicionalmente, la Presidenta Michelle Bachelet felicitó a la Presidenta Dilma Rousseff por el exhaustivo plan que se encuentra desarrollando el gobierno de Brasil, para enfrentar la compleja situación provocada por la epidemia de Virus Zika, comprometiendo el apoyo del gobierno de Chile en esta tarea.

Temas Regionales

Las Presidentas coincidieron en que sus respectivos países se han propuesto aumentar el crecimiento, disminuir la pobreza y mejorar la distribución del ingreso por medio de la profundización de la integración regional.

Las mandatarias destacaron la importancia de fortalecer el diálogo entre el MERCOSUR y la Alianza del Pacífico, con acciones que incluyan, en un primer momento, la facilitación del comercio, la profundización de los acuerdos comerciales

existentes entre los países de los dos bloques y el acercamiento empresarial.

En este sentido, ambas Mandatarias resaltaron la importancia que se realice, a la brevedad posible, una reunión entre la Alianza del Pacífico y el MERCOSUR a nivel de Ministros de Relaciones Exteriores.

Las Mandatarias se comprometieron igualmente a impulsar iniciativas para fortalecer los diferentes esquemas de integración de América Latina como espacios de concertación y convergencia, a fin que nuestros países puedan insertarse eficientemente en el mundo globalizado.

Expresaron su apoyo a los esfuerzos de Colombia para la conclusión y plena implementación del Acuerdo Final para la Terminación del Conflicto y la Construcción de una Paz Estable y Duradera entre el Gobierno de Colombia y las FARC-EP, que tendrá efectos positivos para toda la región, y reafirmaron su disposición a contribuir para su pleno éxito, inclusive colaborando en los trabajos post-conflicto y en el ámbito de la Misión Especial establecida por el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas.

Integración física

Destacaron la importancia de la Declaración de Asunción sobre Corredores Bioceánicos acordada el pasado 21 de diciembre entre Argentina, Brasil, Chile y Paraguay, la que constituye una señal de la voluntad política de dichos Estados para avanzar en la integración física subregional, con especial interés en el corredor Puerto Murtinho y Antofagasta-Iquique.

Resaltaron, en este sentido, la importancia que reviste la conformación del Grupo de Trabajo sobre Normalización y Facilitación Fronteriza entre los cuatro países, acordando invitar a la primera reunión en la

ciudad de Antofagasta, durante el próximo mes de abril.

Finalmente, la Presidenta Dilma Rousseff agradeció a la Presidenta Michelle Bachelet la cálida acogida y las atenciones recibidas, así como las diversas muestras de aprecio y amistad brindadas por el pueblo y el Gobierno de Chile durante su Visita Oficial a la República de Chile.

ACORDO SOBRE CESSAÇÃO DE HOSTILIDADE NA SÍRIA 27/02/2016

O Brasil acolheu com satisfação a adoção da Resolução 2268 (2016), do Conselho de Segurança das Nações Unidas, que endossou o comunicado conjunto dos co-presidentes do Grupo Internacional de Apoio à Síria (ISSG) sobre a cessação de hostilidades naquele país a partir das 00h00 de hoje, 27 de fevereiro.

O Governo brasileiro sublinha a importância de que os termos do acordo sejam estritamente respeitados por todas as partes envolvidas.

O Brasil tem reiterado seu apoio a uma solução política para o conflito na Síria, a ser alcançada por meio do diálogo e da reconciliação entre os setores sírios reconhecidos como idôneos – o que exclui grupos terroristas –, e manifesta sua expectativa de que a cessação de hostilidades contribua para conferir renovado impulso à implementação do processo político delineado pela Resolução 2254 (2015).

Ao enfatizar a importância de assegurar acesso imediato e desimpedido de assistência humanitária às regiões afetadas pelo conflito na Síria, o Governo brasileiro reitera sua disposição de continuar apoiando os esforços internacionais para a

mitigação da crise humanitária que assola aquele país.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES AO SURINAME – PARAMARIBO, 1º DE MARÇO DE 2016 29/02/2016

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizará sua primeira visita oficial à República do Suriname em 1º de março. Em Paramaribo, será recebido pelo Presidente Dési Bouterse e manterá reunião de trabalho com a Chanceler Niermala Badrising.

Os dois Chanceleres passarão em revista os temas da agenda bilateral e regional, com destaque para infraestrutura, cooperação técnica, educação e saúde, questões consulares, comércio e integração regional.

O Suriname tornou-se Estado Associado ao MERCOSUL em 2013 e é membro da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC) e da OTCA (Organização do Tratado de Cooperação Amazônica).

O intercâmbio comercial entre os dois países foi, em 2015, de US\$ 39,5 milhões. O Brasil é o 2º parceiro comercial do Suriname na América do Sul. A comunidade brasileira no Suriname é estimada em cerca de 35 mil pessoas.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES À GUYANA – GEORGETOWN, 2 DE MARÇO DE 2016 29/02/2016

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizará sua primeira visita oficial à República

Cooperativa da Guyana em 2 de março. Em Georgetown, será recebido pelo Presidente David Granger e manterá reunião de trabalho com o Chanceler Carl Greenidge.

Os Chanceleres tratarão de temas como infraestrutura, desenvolvimento na região de fronteira, cooperação técnica e integração regional.

Em 2016, será comemorado o 50º aniversário da independência da Guyana. Além de ser Estado Associado ao MERCOSUL desde 2013, a Guyana é membro da União de Nações Sul-Americanas (UNASUL), da Comunidade de Estados Latino-Americanos e do Caribe (CELAC) e da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA).

O comércio Brasil-Guyana registrou, em 2015, o valor de US\$ 30 milhões, tendo crescido 78,5% nos últimos dez anos. A comunidade brasileira na Guyana é estimada em cerca de 17 mil pessoas.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE 29/02/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República Democrática de São Tomé e Príncipe concedeu agrément a José Marcos Nogueira Viana como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país.

Brasil e São Tomé e Príncipe estabeleceram relações diplomáticas em 1975.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

ATENTADOS NO IRAQUE 29/02/2016

O Governo brasileiro recebeu, com grande consternação, a notícia dos atentados terroristas ocorridos em Bagdá, no último dia 28 de fevereiro, que deixaram cerca de 70 vítimas.

Ao condenar com veemência tais atos de violência, reivindicados pelo autodenominado "Estado Islâmico", o Governo brasileiro externa suas mais sinceras condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo e ao Governo do Iraque.

APROVAÇÃO DO ACORDO DA ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO COMÉRCIO SOBRE A FACILITAÇÃO DE COMÉRCIO (AFC) PELO CONGRESSO NACIONAL 04/03/2016

O Congresso Nacional aprovou, em 3 de março, o Acordo da Organização Mundial do Comércio sobre a Facilitação de Comércio (AFC). A apreciação favorável do texto pelo Legislativo abre caminho para a ratificação do Acordo pelo Governo brasileiro, somando o Brasil aos 70 Membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) que cumpriram esse requisito até o momento. O Acordo entrará em vigor quando for ratificado por dois terços dos 162 Membros da OMC.

O Acordo sobre Facilitação de Comércio foi o primeiro acordo multilateral adotado pela OMC desde sua criação em 1995, fortalecendo o papel dessa organização na formulação de regras para o comércio internacional. A negociação do instrumento, adotado por ocasião da IX Conferência Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, em 7 de dezembro de 2013, contou com a ativa participação da delegação brasileira.

Uma vez em vigor, o Acordo beneficiará os exportadores brasileiros, não somente por meio da redução dos custos de exportação no Brasil, mas também na agilização dos processos aduaneiros nos países de destino. De acordo com a última edição do Relatório de Comercio Mundial da OMC, a implementação do AFC tem o potencial de incrementar o comércio internacional de mercadorias em 1 trilhão de dólares por ano. Segundo estudo realizado pela Fundação Getúlio Vargas, a implementação de uma das medidas previstas no acordo, o Portal Único de Comércio Exterior, por exemplo, permitirá significativa queda no custo de exportações e aumento de 9 bilhões no saldo comercial do Brasil, contribuindo para um incremento de mais de 2% no PIB brasileiro.

O Governo brasileiro, convencido da importância de modernizar processos na área aduaneira e reduzir os custos de transação, já vem adotando medidas que vão ao encontro dos dispositivos do Acordo, com destaque para o já referido Portal Único; assim como a Declaração Eletrônica de Bens de Viajantes; a recepção antecipada das informações de passageiros; e o Programa de Operador Econômico Autorizado.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES À ETIÓPIA, AO MARROCOS E À TUNÍSIA – 8 A 11 DE MARÇO DE 2016 04/03/2016

Entre os próximos dias 8 e 11 de março, o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizará visita à Etiópia, ao Marrocos e à Tunísia. Trata-se da quinta viagem do Ministro ao continente africano desde sua posse como Chanceler, o que reflete a importância atribuída pelo Brasil a suas relações com a África.

No dia 8 de março, na Etiópia, o Ministro Mauro Vieira manterá encontro de trabalho com seu homólogo etíope, Tedros Adhanom Ghebreyesus, e será recebido pelo Primeiro-Ministro Hailemariam Desalegn. O Ministro participará ainda do seminário empresarial Brasil-Etiópia. No mesmo dia, reunir-se-á com a Presidente da Comissão da União Africana, Nkosazana Dlamini-Zuma. Em 9 de março, o Chanceler brasileiro proferirá discurso na 116ª Sessão do Conselho Internacional do Café, que ocorrerá na capital etíope.

As relações Brasil-Etiópia vêm passando por importante momento de fortalecimento. O Brasil abriu embaixada residente em Adis Abeba em 2005. Em 2011, a Etiópia inaugurou sua representação em Brasília. Em 2013, a “Ethiopian Airlines” iniciou a operação do voo Adis Abeba-São Paulo, única ligação aérea direta entre o Brasil e a África Oriental.

A Etiópia é uma das economias que mais crescem no continente africano. Há potencial para a ampliação do comércio e dos investimentos bilaterais em áreas como infraestrutura, agricultura e energia. Em 2015, o intercâmbio comercial com a Etiópia foi de US\$ 22 milhões, com superávit brasileiro de US\$ 21,8 milhões.

A agenda de cooperação inclui iniciativas na área de alimentação escolar e meio ambiente. Durante a visita, deverá ser firmado projeto de cooperação voltado para o fortalecimento dos serviços de abastecimento de água e esgoto na Etiópia.

No dia 10 de março, no Marrocos, o Ministro Mauro Vieira manterá encontro com o Chanceler Salaheddine Mezouar e se reunirá com os Ministros do Equipamento, dos Transportes e da Logística, Azziz Rabbah, e da Indústria, do Comércio, do Investimento e da Economia Digital do Marrocos, Moulay Hafid Elalamy, com

quem copresidirá a abertura de Seminário Empresarial Brasil-Marrocos. O Chanceler brasileiro será recebido pelo Primeiro-Ministro Abdelilah Benkirane.

As relações com o Marrocos, tradicional parceiro do Brasil no Norte da África, tomaram impulso a partir dos anos 2000, com a elevação do comércio e dos investimentos, a consolidação de diálogo político e a manutenção de fluxo regular de visitas de alto nível. Desde 2013, a “Royal Air Maroc” opera voos regulares entre São Paulo e Casablanca, a única ligação direta entre o Brasil e o Norte da África. No contexto da visita, deverá ser assinado Acordo de Auxílio Jurídico Mútuo em Matéria Penal. Encontram-se igualmente avançadas negociações entre os dois países para a assinatura de acordo de cooperação na área de defesa.

Nos últimos anos têm-se, igualmente, intensificado os investimentos brasileiros no Marrocos, em especial no setor de cimentos. Empresas marroquinas também vêm investindo no Brasil no setor de fertilizantes. Com vistas a dinamizar e diversificar as relações econômicas entre os dois países, estão sendo mantidas negociações avançadas sobre acordo de cooperação e facilitação em matéria de investimentos. Em 2015, o intercâmbio comercial bilateral foi de US\$ 1,2 bilhão. Em 2004, foi celebrado Acordo-Quadro sobre Comércio entre o MERCOSUL e o Marrocos.

No dia 11 de março, na Tunísia, o Chanceler Mauro Vieira manterá encontro com o seu homólogo, Khemaies Jhinaoui, e será recebido pelo Presidente Beji Çaid Essebsi e pelo Primeiro-Ministro Habib Essid. O Chanceler brasileiro participará de Seminário Empresarial Brasil-Tunísia, que se fez em coordenação com a União da Indústria, do Comércio e do Artesanato

(UTICA), uma das instituições que compõe o “Quarteto” da sociedade civil tunisiana, vencedor do Prêmio Nobel da Paz no ano passado, e depositará coroa de flores em memória das vítimas do atentado terrorista no Museu do Bardo.

As relações com a Tunísia têm-se intensificado e se diversificado, passando a incluir crescente vertente de cooperação. Durante a visita, serão assinados Memorandos de Entendimento nas áreas de Desenvolvimento Social e Cidadania e de Turismo. Também será firmado, na ocasião, projeto de cooperação na área de cultivo de eucalipto, primeira iniciativa de cooperação técnica bilateral entre os dois países. O comércio bilateral, em 2015, foi de US\$ 360 milhões. Em dezembro de 2014, foi celebrado Acordo-Quadro de Comércio e Cooperação Econômica entre o MERCOSUL e a Tunísia.

ATENTADOS NA TUNÍSIA 08/03/2016

O Governo brasileiro condena, nos mais fortes termos, os ataques ocorridos ontem, na cidade tunisiana de Ben Guerdane, na fronteira com a Líbia, que vitimaram ao menos sete civis e nove membros das forças de segurança tunisianas.

Ao manifestar sua solidariedade aos familiares das vítimas, bem como ao Governo e ao povo tunisiano, o Brasil reitera seu firme repúdio a todos os atos de terrorismo, praticados sob quaisquer pretextos.

O Governo brasileiro reafirma sua confiança na força da democracia tunisiana e em sua capacidade de fazer frente ao recrudescimento do extremismo e da intolerância em sua região.

O ataque em Ben Guerdane, perpetrado a partir do território líbio, demonstra a

urgência da formação de Governo de unidade nacional, conforme previsto no Acordo Político Líbio assinado em dezembro de 2015, capaz de combater o avanço de grupos extremistas no país.

ATENTADOS NO IRAQUE 08/03/2016

O Governo brasileiro condena veementemente os atentados a bomba, reivindicados pelo autodenominado "Estado Islâmico", ocorridos no último dia 6 de março na histórica cidade de Babel, em Abu Ghraib e em Saab Al-Bour, que resultaram em cerca de 40 mortos e dezenas de feridos.

Ao transmitir suas condolências às famílias das vítimas, ao povo e ao Governo do Iraque, o Brasil renova seu repúdio a toda e qualquer forma de terrorismo, independentemente de sua motivação, e reitera sua convicção de que tais injustificáveis atos de barbárie devam ser combatidos com firmeza.

ATENTADOS EM TEL AVIV, PETAH TIKVA E JERUSALÉM ORIENTAL 09/03/2016

O Governo brasileiro acompanha com apreensão e condena com firmeza o recrudescimento de atentados contra civis, como os de hoje em Tel- Aviv, Petah Tikva e Jerusalém Oriental que vitimaram cidadãos israelenses e resultaram na morte de ao menos um nacional norte-americano.

Ao transmitir sua solidariedade às famílias afetadas, o Brasil reitera que ataques contra civis devem ser repudiados e combatidos com firmeza. Nenhum ato terrorista pode ser justificado, qualquer que seja sua motivação.

COMUNICADO CONJUNTO BRASIL-MARROCOS – RABAT, 10/03/2016

1. A convite do Senhor Salaheddine Mezouar, Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Reino do Marrocos, o Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil, Embaixador Mauro Vieira, realizou visita oficial ao Marrocos, entre 9 e 10 de março de 2016.
2. A presente visita se inscreve no quadro de amizade e estima entre os dois países e entre Sua Excelência Dilma Rousseff, Presidente da República Federativa do Brasil, e Sua Majestade o Rei Mohammed VI.
3. Durante as conversações, mantidas no Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, os Ministros Mauro Vieira e Salaheddine Mezouar felicitaram-se pela excelência da parceria, da qualidade do diálogo e da compreensão entre os dois países. Os dois Ministros concordaram em fortalecer os meios voltados ao aprofundamento de setores promissores das relações bilaterais, particularmente por meio da implementação de projetos concretos e de iniciativas conjuntas capazes de explorar plenamente o enorme potencial de intercâmbio e cooperação.
4. Os Ministros reiteraram seu desejo de trabalhar para impulsionar as relações econômicas e comerciais, explorando as oportunidades de negócios disponíveis, tendo presentes as complementariedades e o potencial dos dois países, em particular nos campos agroalimentar, de energias renováveis, logística, aeronáutica, infraestrutura, transporte, saúde e turismo, bem como em questões científicas e técnicas.
5. O Ministro Salaheddine Mezouar sublinhou a importância atribuída por Sua Majestade o Rei Mohammed VI ao desenvolvimento do continente africano, recordando que o Marrocos, segundo maior investidor africano na África, valoriza o engajamento do Brasil em relação ao continente. Os dois Ministros felicitaram-se pela prioridade atribuída tanto pelo Brasil quanto pelo Marrocos a suas relações com o continente africano e convieram, nesse quadro, fortalecer essas relações, com o objetivo de promover verdadeiras parcerias Sul-Sul. Eles reiteraram, ademais, sua confiança em relação ao futuro da África, sublinhando as elevadas taxas de crescimento das economias africanas, assim como as diversas expectativas formuladas pela maioria dos países africanos com vistas a tornarem-se economias de renda média até 2025.
6. Os dois Ministros concordaram em reforçar o quadro jurídico existente e em estudar os atos bilaterais em processo de finalização de negociações. Eles, igualmente, confirmaram o interesse de seus respectivos Governos em concluir, proximamente, acordos em domínios de interesse comum, como promoção do comércio e de investimentos e em auxílio jurídico mútuo em matéria penal.
7. Os Chefes da diplomacia marroquina e brasileira enfatizaram a importância dos investimentos recíprocos no contexto do reforço das relações econômicas bilaterais e congratularam-se pelas realizações obtidas no seminário comercial que teve lugar em

Rabat, em 10 de março de 2016. Nesse contexto, eles exortaram a multiplicação de missões de empresários de parte à outra.

8. Os dois Ministros congratularam-se pelas negociações já em curso entre os dois países e sublinharam a importância de alcançar rapidamente um acordo de cooperação e facilitação em matéria de investimentos. Eles, igualmente, exprimiram o interesse de dar início a negociações nos domínios de não dupla tributação e de cooperação no domínio dos transportes.
9. Os dois Ministros discutiram os meios disponíveis para reforçar as relações comerciais entre o Brasil e o Marrocos. Nesse contexto, eles sublinharam a importância de retomar, assim que possível, as negociações de um acordo comercial entre o MERCOSUL e o Marrocos, como previsto no Acordo-Quadro sobre Comércio entre o MERCOSUL e o Reino do Marrocos, assinado em 2004 e em vigor desde 2010.
10. Os dois Ministros aclamaram, ademais, a reabertura, em 2013, da linha aérea Casablanca-São Paulo, que tem facilitado trocas comerciais e aumentado o fluxo de turistas entre os dois países. Eles sublinharam a importância do recente anúncio da companhia aérea “Royal Air Maroc (RAM)” de aumentar a frequência de voos ao Brasil para quatro por semana, passando a voar também para a cidade do Rio de Janeiro.
11. Em relação ao domínio cultural, os dois Ministros destacaram o interesse de explorar diferentes iniciativas de cooperação cultural e educacional, particularmente por meio da formação acadêmica e da troca de bolsas em benefício dos estudantes dos dois países, bem como pela participação em eventos culturais organizados por ambas as partes.
12. Os dois Ministros exprimiram o desejo de diversificar e ampliar a cooperação bilateral e exortaram a realização de reuniões setoriais entre especialistas brasileiros e marroquinos com vistas à realização da Segunda Sessão da Comissão Mista Brasil-Marrocos, cujas datas serão fixadas de comum acordo.
13. Os dois Ministros evocaram a repercussão global suscitada pelo vírus zika e convergiram quanto à necessidade de uma forte coordenação dos esforços internacionais para combatê-lo. O Ministro Mauro Vieira informou o Ministro Salaheddine Mezouar das medidas adotadas pelo Brasil para lutar contra o vírus zika, tanto no plano interno quanto por meio da cooperação com a Organização Mundial da Saúde e demais parceiros externos.
14. O Ministro Mauro Vieira informou o Ministro Salaheddine Mezouar dos preparativos para os Jogos Olímpicos e Paralímpicos no Rio de Janeiro. Os dois Ministros destacaram a importância dos eventos esportivos, que constituem oportunidades para a promoção do desenvolvimento e da inclusão social. O Chanceler brasileiro agradeceu o Ministro Salaheddine Mezouar pelo apoio do Marrocos à resolução da Assembleia Geral da ONU sobre a Trégua Olímpica.
15. As duas partes notaram com satisfação a convergência de pontos de vista sobre

diversas questões da agenda bilateral, regional e multilateral de interesse comum e congratularam-se pelas posições de seus países em favor da resolução pacífica das controvérsias, expressando o desejo de que a comunidade internacional redobre seus esforços em particular nos domínios da manutenção da paz e da segurança internacionais, da promoção do desenvolvimento sustentável e da promoção e proteção dos direitos humanos.

16. Abordando as questões regionais e internacionais, os Ministros reafirmaram seu compromisso de coordenar esforços na luta contra o terrorismo, salientando o papel fundamental desempenhado pelas Nações Unidas e pela cooperação internacional nessa área. Eles reiteraram sua firme determinação para prevenir e combater todos os atos de terrorismo internacional e seu financiamento.

17. Os dois Ministros sublinharam a importância atribuída ao fortalecimento das Nações Unidas, em particular por meio da reforma do Conselho de Segurança, com vistas a reforçar sua representatividade, legitimidade e eficácia, por meio de sua ampliação para incorporar novos membros permanentes e não permanentes. Nesse contexto, o Ministro Salaheddine Mezouar reiterou o apoio do Marrocos à aspiração legítima do Brasil a integrar o Conselho de Segurança como membro permanente.

18. A respeito da situação na Líbia, o Brasil saudou a contribuição fundamental do Marrocos aos esforços de reconciliação das partes líbias, sob

os auspícios da ONU, levando à assinatura, no Reino do Marrocos, do acordo de Skhirat, que prevê a formação de um Governo de Acordo Nacional, com vistas a alcançar uma solução política que preserve a integridade e a unidade territorial da Líbia.

19. O Ministro Salaheddine Mezouar abordou com seu homólogo brasileiro os mais recentes desdobramentos da questão do Saara. Os dois Ministros reiteraram seu apoio aos esforços das Nações Unidas voltados para obter uma solução política mutuamente aceitável baseada nas resoluções pertinentes das Nações Unidas. Os dois Ministros recordaram, nesse contexto, que o Conselho de Segurança, em sua Resolução 2218 (2015), qualificou os esforços do Marrocos para alcançar solução à disputa como sérios e críveis.

20. O Ministro Mauro Vieira discorreu sobre a situação na América Latina, sublinhando progressos obtidos pela região tanto nos domínios econômico e social quanto em relação ao fortalecimento de processos de integração regional.

21. Em relação à cooperação inter-regional, os dois países se comprometeram a consolidar e coordenar a cooperação existente no seio dos fóruns e processos birregionais, tendo presente o potencial dos fóruns América do Sul-Países Árabes (ASPA) e América do Sul-África (ASA).

22. Os dois países expressaram o apoio atribuído à parceria birregional América do Sul-África e reiteraram a importância de tornar esse processo de cooperação mais eficaz. O Brasil, na

qualidade de coordenador sul-americano da ASA, e o Marrocos sublinharam a necessidade de preservar o formato inicial do mecanismo de cooperação e diálogo entre os Estados, segundo a concepção da Cúpula de Abuja. Eles igualmente reafirmaram a disposição de cooperar para assegurar o êxito da IV Cúpula da ASA, prevista para ocorrer em Quito, em maio de 2017.

23. Na sua qualidade de Presidente da 22ª Conferência das Partes (CoP-22) da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), a ser realizada em Marraquexe, entre 7 e 18 de novembro de 2016, o Ministro Salaheddine Mezouar sublinhou que esse importante evento internacional possibilitará avançar sobre os resultados obtidos em Lima e Paris para garantir um engajamento político renovado em favor da luta contra a mudança do clima, no quadro do desenvolvimento sustentável, bem como na implementação do Acordo de Paris. Ambas as partes também manifestaram seu desejo de trabalhar em conjunto e com os países da América Latina e da África para garantir o sucesso da COP 22.
24. O Ministro Mauro Vieira expressou, por fim, seus agradecimentos ao Ministro Salaheddine Mezouar pela acolhida calorosa a toda a delegação que o acompanhou durante a sua estada no Marrocos.
25. O Ministro das Relações Exteriores do Brasil, Embaixador Mauro Vieira, formulou convite ao Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação marroquino, o Senhor Salaheddine Mezouar, para efetuar uma visita oficial

ao Brasil, em datas a serem definidas de comum acordo.

ELEIÇÃO DO IBGE À PRESIDÊNCIA DA COMISSÃO DE ESTATÍSTICA DAS NAÇÕES UNIDAS 10/03/2016

O Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) foi eleito para exercer, por dois anos, a presidência da Comissão de Estatística da ONU, em 8 de março, em Nova York. Integrada por representantes de 24 países membros, a Comissão de Estatística é um órgão subsidiário do Conselho Econômico e Social (ECOSOC) das Nações Unidas e desempenhará a importante tarefa de aprovar o quadro de indicadores globais para o acompanhamento dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e das 169 metas acordadas. É a primeira vez que o Brasil presidirá a Comissão, por meio da Presidente do IBGE, Wasmália Bivar, que se torna a primeira mulher latino-americana a ocupar o cargo.

A lista de indicadores globais para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável vem sendo construída pelo Grupo Interagências e de Peritos sobre Indicadores para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (IAEG-SDGs), em que o IBGE representa a região conformada por Brasil, Argentina, Chile, Paraguai, Uruguai e Venezuela. Diversas agências nacionais de estatísticas de outros países realizaram processo de consultas que culminou na escolha do IBGE para a presidência da Comissão de Estatística, graças ao destacado papel que vem desempenhando no IAEG-SDGs e à sua reconhecida competência técnica.

CONCESSÃO DE AGRÉMENT AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DO CONGO 11/03/2016

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República do Congo concedeu agrément a Raul de Taunay como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país. O Brasil e a República do Congo estabeleceram relações diplomáticas em 1982.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

ELEIÇÃO DO NOVO SECRETÁRIO- GERAL DA LIGA DOS ESTADOS ÁRABES 11/03/2016

O Governo brasileiro congratula o Embaixador Ahmed Aboul-Gueit, ex-Ministro dos Negócios Estrangeiros do Egito e ex-Representante Permanente do Egito junto às Nações Unidas, por sua eleição, em 10/3/2016, como novo Secretário-Geral da Liga dos Estados Árabes (LEA).

O Brasil possui fortes relações com a LEA e com seus membros, as quais se refletem no expressivo intercâmbio comercial com os países árabes, atingindo o patamar de US\$ 19,2 bilhões em 2015. O Governo brasileiro tem buscado, nos últimos anos, aprofundar o relacionamento bilateral e ampliar a cooperação com a Liga.

A Missão Permanente da LEA em Brasília foi reaberta em 2009. Desde março de 2014, o Embaixador do Brasil no Egito é formalmente acreditado pelo Conselho da Liga como Representante Especial junto à LEA. Em 2015, à margem da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, Brasil e LEA assinaram Memorando para o

Estabelecimento de Cooperação e Consultas Políticas.

ATENTADO NA CÔTE D'IVOIRE 14/03/2016

O Governo brasileiro manifesta sua profunda consternação pelo atentado ocorrido ontem, 13 de março, na cidade de Grand Bassam, na Côte d'Ivoire, com mais de uma dezena de vítimas fatais, segundo os dados disponíveis até o momento.

Ao transmitir suas condolências aos familiares das vítimas e ao Governo e povo da Côte d'Ivoire, o Governo do Brasil aproveita a ocasião para manifestar seu absoluto repúdio a toda forma de terrorismo.

ATENTADO EM ANCARA 14/03/2016

O Governo brasileiro manifesta sua profunda consternação com o atentado a bomba que vitimou e feriu dezenas de pessoas nas proximidades do Parque Guven, em Ancara, Turquia, o segundo atentado que assola a capital turca em menos de um mês.

Ao mesmo tempo em que transmite suas condolências aos familiares das vítimas e empenha sua solidariedade ao povo e ao Governo da Turquia, o Brasil reitera seu firme repúdio a toda e qualquer forma de terrorismo.

REINÍCIO DAS CONVERSÇÕES DE PAZ INTRA-SÍRIAS 14/03/2016

O Brasil acolheu com satisfação o início, hoje, em Genebra, da nova rodada das conversações intra-sírias, iniciativa mediada pelo Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para a Síria, Staffan de Mistura.

O Governo brasileiro espera que a retomada dessas conversações contribua para a consolidação da cessação de hostilidades e para o avanço do processo político para a solução do conflito delineado pela Resolução 2254 (2015) do Conselho de Segurança das Nações Unidas. O Brasil tem sustentado de maneira consistente que apenas o diálogo político será capaz de dar solução duradoura e sustentável à crise em curso na Síria.

O Brasil, que continuará a acompanhar com atenção a implementação do acordo de cessação de hostilidades, reitera a importância de que os termos do acordo sejam respeitados por todas as partes envolvidas, bem como o imperativo de que a assistência humanitária continue chegando desimpedida às regiões afetadas pelo conflito.

VISITA DO MINISTRO DAS RELAÇÕES EXTERIORES A LISBOA E PARTICIPAÇÃO EM REUNIÃO MINISTERIAL DA CPLP – 16 E 17 DE MARÇO DE 2016 14/03/2016

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizará visita a Lisboa nos próximos dias 16 e 17 de março, ocasião em que manterá encontro de trabalho com o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, Augusto Santos Silva, para tratar de temas das agendas bilateral, regional e multilateral, e chefiará a delegação brasileira à XIV Reunião Extraordinária do Conselho de Ministros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), na qual serão apresentadas as conclusões de recente missão da CPLP a Guiné-Bissau. A Comunidade vem acompanhando de perto a evolução da situação política em Bissau, que tem enfrentado desafios na consolidação de sua estabilidade

institucional desde as eleições parlamentares e presidenciais de 2014. Durante a reunião, os Ministros também aprofundarão o debate atualmente em curso para a elaboração de uma nova visão estratégica para a CPLP, que completa em julho próximo seu vigésimo aniversário de criação.

O Brasil sediará em 2016 a XI Conferência de Chefes de Estado e Governo da Comunidade, quando assumirá a Presidência rotativa da organização pelo biênio 2016-2018.

ELEIÇÃO EM MYANMAR 15/03/2016

O Governo brasileiro recebeu com satisfação a escolha de Htin Kyaw para a Presidência da República da União de Myanmar no dia 15 de março de 2016. A eleição, pelo Parlamento, do primeiro presidente civil em mais de 50 anos representa importante passo no processo de transição democrática e de reconciliação nacional.

O Governo brasileiro reitera seu objetivo de aprofundar as relações bilaterais e ampliar as áreas de cooperação com Myanmar, integrante da Associação das Nações do Sudeste Asiático (ASEAN) e um dos parceiros mais promissores na região.

CRIAÇÃO DO GRUPO DE AMIGOS DO BRASIL PARA A PAZ NA COLÔMBIA – 15/03/2016

Foi estabelecido, em 15 de março de 2016, o Grupo de Amigos do Brasil para a Paz na Colômbia. O Grupo tem como objetivo acompanhar e apoiar as negociações de paz entre o Governo Colombiano e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia – Exército do Povo (FARC-EP).

A formação do Grupo de Amigos está em linha com a vocação brasileira de promoção da paz e se soma a iniciativas semelhantes empreendidas por outros países da região, como Chile, El Salvador, México, Uruguai, Argentina e Costa Rica.

Por meio da criação do Grupo de Amigos, o Brasil reitera seu apoio ao processo de paz e sua confiança em que o conflito interno na Colômbia possa ser solucionado pela via do diálogo.

Atualmente o Grupo de Amigos conta com a participação das seguintes autoridades do Governo e da Sociedade Civil: Professor Marco Aurélio Garcia, Senador Aloysio Nunes Ferreira, Deputada Jô Moraes, Embaixador Antonino Mena Gonçalves, Senhora Rosita Milesi, Professor Paulo Sérgio Pinheiro, Professor Ivan Marques de Toledo e Senhor Clovis Rossi.

ACIDENTE AÉREO NO EQUADOR 16/03/2016

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do acidente aéreo ocorrido em 15 de março, na Província equatoriana de Pastaza, que vitimou 22 militares.

O Brasil manifesta sua solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao Governo do Equador.

ATENTADO NA NIGÉRIA 17/03/2016

O Governo brasileiro manifesta sua profunda consternação pelo atentado ocorrido no dia 16 de março, na cidade de Maiduguri, na Nigéria, com pelo menos duas dezenas de vítimas, segundo os dados disponíveis até o momento.

Ao mesmo tempo em que transmite suas condolências aos familiares das vítimas e empenha sua solidariedade ao povo e ao Governo da Nigéria, o Brasil reitera seu firme repúdio a toda e qualquer forma de terrorismo.

FIM DO ÚLTIMO SURTO DE EBOLA EM SERRA LEOA 17/03/2016

A Organização Mundial da Saúde e o Governo de Serra Leoa anunciaram hoje, 17 de março, o fim do último surto localizado de Ebola naquele país. Passados 42 dias - equivalentes a dois ciclos de incubação do vírus - da última contaminação, a OMS emitiu nota declarando o fim da epidemia no país, e, por conseguinte, na África Ocidental.

O Governo brasileiro recebeu a notícia com grande satisfação e felicita Serra Leoa e os demais países da região pela erradicação da enfermidade.

A resposta ao surto de Ebola demandou total engajamento dos governos dos países afetados, em particular da Libéria, da Guiné e de Serra Leoa, e ação internacional coordenada entre organizações internacionais, Estados e sociedade civil. O Brasil integrou esses esforços por meio de contribuições financeiras às organizações internacionais envolvidas diretamente na resposta e pela doação de kits médicos e alimentos aos países afetados.

Como fez durante toda a crise, o Governo brasileiro ressalta a importância de que, em situações semelhantes, em complementação às necessárias ações emergenciais, se promova o necessário fortalecimento dos sistemas de saúde nacionais, a fim de diminuir o risco de novos surtos.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE CABO VERDE 18/03/2016

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República de Cabo Verde concedeu agrément a José Carlos de Araujo Leitão como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país. O Brasil e a República de Cabo Verde estabeleceram relações diplomáticas em 1975.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

DIA INTERNACIONAL DA SÍNDROME DE DOWN 21/03/2016

Comemora-se hoje, 21 de março, o Dia Internacional da Síndrome de Down. A data faz referência aos três cromossomos número 21 que as pessoas com Síndrome de Down carregam (21/3). A efeméride tem como objetivo conscientizar a população sobre a importância da promoção dos direitos inerentes às pessoas que nasceram com Síndrome de Down de desfrutar uma vida plena e digna, valorizando-as como membros participativos em suas comunidades e na sociedade.

Comemorado desde 2012, o Dia Internacional da Síndrome de Down foi adotado por consenso pela Assembleia Geral das Nações Unidas, a partir de proposta de Resolução apresentada pelo Brasil, com o copatrocinio de 77 países. A proposta brasileira é reflexo da atenção conferida pela sociedade brasileira ao assunto. Desde 2006, quando se iniciou a mobilização internacional em torno do 21/3, o Brasil é um dos países que mais se

destacou na realização de atividades em torno da data.

Além da Síndrome de Down, o Brasil é atuante internacionalmente em temas de deficiência de maneira geral, tendo participado ativamente das negociações para a elaboração da Convenção sobre os Direitos da Pessoa com Deficiência de 2006. No plano doméstico, entrou em vigor, em janeiro de 2016, a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, que prevê uma série de garantias às pessoas com deficiência no Brasil, em sintonia com o texto da Convenção.

O Itamaraty conta, desde julho de 2014, com o Comitê para Promoção dos Direitos das Pessoas com Deficiência (CPPD), órgão de caráter permanente e consultivo, que tem por objetivo favorecer e acelerar o estabelecimento de mecanismos para a promoção dos direitos fundamentais das pessoas com deficiência no âmbito do Ministério das Relações Exteriores.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE CHIPRE 21/03/2016

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República de Chipre concedeu agrément a João Inácio Oswald Padilha como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país. O Brasil e a República de Chipre estabeleceram relações diplomáticas em 1966.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

VISITA DO MINISTRO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS E EUROPEUS DE LUXEMBURGO – RIO DE JANEIRO E BRASÍLIA, 21 E 22 DE MARÇO DE 2016 21/03/2016

O Ministro dos Negócios Estrangeiros e Europeus de Luxemburgo, Jean Asselborn, realizará visita ao Brasil nos dias 21 e 22 de março próximo.

No dia 22, em Brasília, o Ministro luxemburguês manterá reunião de trabalho com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira. No encontro, serão repassados os principais temas da agenda bilateral, bem como temas regionais e multilaterais.

O relacionamento bilateral com Luxemburgo vem-se intensificando nos últimos anos. No ano passado, a Presidenta Dilma Rousseff reuniu-se com o Primeiro-Ministro Xavier Bettel à margem da II Cúpula Comunidade dos Estados Latino-Americanos e Caribenhos-União Europeia, realizada em Bruxelas, em junho.

O comércio entre o Brasil e Luxemburgo passou de US\$ 58,7 milhões, em 2006, para US\$ 125,1 milhões, em 2015.

**ATENTADOS EM BRUXELAS
22/03/2016**

O Governo brasileiro manifesta sua consternação e condena nos mais fortes termos os covardes atentados terroristas ocorridos em Bruxelas, na manhã de hoje, que deixaram várias dezenas de vítimas, entre mortos e feridos.

O Governo brasileiro expressa sua solidariedade às famílias das vítimas, bem como ao povo e ao governo da Bélgica, e reitera sua inabalável convicção de que todo ato terrorista merece o repúdio unânime da

comunidade internacional, quaisquer que sejam suas motivações e sua origem.

O Consulado-Geral do Brasil em Bruxelas acompanha de perto a situação e está funcionando em regime de plantão reforçado, à disposição dos brasileiros que busquem informações sobre familiares e amigos. Os telefones para contato são os seguintes:

Plantão consular em Bruxelas: (00XX) 324 789 49107;

Núcleo de Assistência a Brasileiros no Exterior (NAB), em Brasília: (0XX) 61 2030 8804 ou (0XX) 61 2030 8805;

Plantão do NAB: (0XX) 61 8197 2284.

O Itamaraty pede compreensão para o fato de que as linhas telefônicas em Bruxelas estão congestionadas e sugere que os contatos sejam feitos alternativamente por e-mail

(consulado.bruxelas@itamaraty.gov.br).

**CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA COOPERATIVA DA GUYANA
22/03/2016**

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao Senhor George Talbot como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República Cooperativa da Guyana no Brasil.

Brasil e Guyana estabeleceram relações diplomáticas em 1968.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO REINO DA BÉLGICA 23/03/2016

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo do Reino da Bélgica concedeu agrément a Antônio José Vallim Guerreiro como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA NOVA ZÊLÂNDIA 23/03/2016

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da Nova Zelândia concedeu agrément a Paulo César de Camargo como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país. O Brasil e a Nova Zelândia estabeleceram relações diplomáticas em 1964.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

ATENTADO NO IRAQUE 26/03/2016

O Governo brasileiro manifesta sua veemente condenação ao atentado, reivindicado pelo autodenominado "Estado Islâmico", em estádio na cidade iraquiana de Iskandarya, que resultou em mais de 25 mortos e dezenas de feridos no dia 25 de março.

Esse covarde ato terrorista assume contornos ainda mais trágicos por visar civis inocentes durante partida de futebol, em presença de elevado número de menores.

Ao reiterar seu firme rechaço a todo e qualquer ato de terrorismo, seja qual for sua motivação, e sua crença na capacidade do Governo e do povo iraquiano de, com o apoio internacional que vem recebendo, superar os graves desafios de segurança e de conciliação política que aquele país enfrenta, o Governo brasileiro estende suas condolências e sua solidariedade às famílias afetadas, ao Governo e ao povo do Iraque.

ATENTADO NO PAQUISTÃO 27/03/2016

O Governo brasileiro expressa sua mais veemente condenação ao atentado terrorista cometido na cidade de Lahore, no Paquistão, que deixou dezenas de mortos e feridos, muitos dos quais mulheres e crianças.

Além de covarde, essa ação criminosa reveste-se de caráter particularmente odioso por seu caráter de intolerância religiosa e por visar área de lazer frequentada por famílias em pleno feriado da Páscoa.

O Governo brasileiro transmite suas condolências às famílias afetadas e reitera sua solidariedade ao Governo e ao povo paquistanês em sua luta contra o terrorismo.

VISITA DO DIRETOR-GERAL DA OMC AO BRASIL 28/03/2016

O Diretor-Geral da Organização Mundial do Comércio (OMC), Embaixador Roberto Azevêdo, realiza esta semana visita ao Brasil. Em Brasília, sua agenda inclui encontros com o Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro e o Ministro da Fazenda, Nelson Barbosa.

Em seu encontro com o Ministro Mauro Vieira, o Diretor-Geral da OMC tratou das perspectivas da Organização à luz dos resultados positivos da Reunião Ministerial de Nairóbi, realizada em dezembro último, e, informado da iminência da ratificação do Acordo de Facilitação do Comércio pelo Brasil, registrou sua expectativa de que seja alcançado o mais breve possível o número de ratificações necessário para sua entrada em vigência.

A agenda do Diretor-Geral da OMC no Brasil também prevê encontros com empresários e representantes do setor privado nacional, entre os quais a Confederação Nacional da Indústria, no dia 29, em Brasília.

RATIFICAÇÃO DO ACORDO DE FACILITAÇÃO DO COMÉRCIO DA OMC 29/03/2016

Em cerimônia realizada hoje, 29 de março, no Palácio do Planalto, a Presidenta Dilma Rousseff assinou a carta de ratificação, pelo Brasil, do Acordo de Facilitação do Comércio da Organização Mundial do Comércio (OMC). A assinatura fez-se na presença do Diretor-Geral da OMC, Embaixador Roberto Azevêdo, que realiza esta semana visita ao País.

O Brasil será o 72º país a ratificar o Acordo, o qual entrará em vigor após a entrega à OMC das cartas de ratificação de dois terços – 108 – dos 162 Membros da Organização.

O Acordo de Facilitação do Comércio, negociado com ativa participação do Brasil na IX Conferência Ministerial da OMC, em Bali, Indonésia, em dezembro de 2013, prevê a simplificação e a agilização dos trâmites para o comércio de bens entre os Membros, além de medidas de reforço de

transparência, cooperação entre autoridades aduaneiras e assistência técnica para países em desenvolvimento.

ESTABELECIMENTO DE MESA DE NEGOCIAÇÕES PARA A PAZ ENTRE O GOVERNO DA COLÔMBIA E O EXÉRCITO DE LIBERTAÇÃO NACIONAL (ELN) 30/03/2016

O Governo brasileiro recebeu com grande satisfação o anúncio, pelo Presidente Juan Manuel Santos, da decisão do Governo da Colômbia e do Exército de Libertação Nacional (ELN) de estabelecerem uma mesa formal de negociações para a paz. Trata-se de mais uma evolução positiva no processo de reconciliação nacional e consolidação da paz na Colômbia, país vizinho e amigo e importante parceiro na construção da integração regional.

O Brasil, que contribuiu para o processo de diálogo entre o Governo colombiano e o ELN desde o seu início, em janeiro de 2014, sente-se honrado em aceitar novamente a função de país garante, na nova e histórica fase pública que agora se inicia.

Essa conclusão exitosa da etapa inicial do diálogo entre o Governo colombiano e o ELN se soma aos importantes avanços que vêm sendo registrados nas negociações de um Acordo Final para o Término do Conflito e a Construção de uma Paz Estável e Duradoura entre o Governo da Colômbia e as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo (FARC-EP). Com isso, torna-se mais próximo o que o Presidente Santos chamou de “o fim definitivo do conflito armado na Colômbia”.

Ao reiterar o compromisso permanente do Brasil com a preservação da paz e a

manutenção da estabilidade regional, o Governo brasileiro se congratula com todos os colombianos por mais esse auspicioso anúncio e reitera seu empenho em seguir contribuindo para os esforços em favor da plena pacificação da Colômbia, que certamente trará efeitos positivos para toda a região.

**BRASIL E ESTADOS UNIDOS
REALIZAM A III REUNIÃO DA
COMISSÃO DE RELAÇÕES
ECONÔMICAS E COMERCIAIS DO
ACORDO BRASIL-ESTADOS UNIDOS
DE COOPERAÇÃO ECONÔMICA E
COMERCIAL (ATEC) –
WASHINGTON, 30/03/2016**

A III Reunião da ATEC foi realizada nos dias 29 e 30 de março para tratar dos principais temas da agenda atual e dos desafios futuros nas relações econômicas e comerciais Brasil-EUA. Atendendo ao compromisso alcançado pelo Presidente Obama e pela Presidenta Rousseff no sentido de "incrementar esforços para expandir o comércio e os Investimentos, bem como aumentar a competitividade e a diversidade de nossas duas economias", esta foi a primeira reunião da ATEC realizada em nível ministerial, reunindo as mais altas autoridades encarregadas de comércio nos EUA, o Representante de Comércio Michael Froman, e no Brasil, o Ministro das Relações Exteriores Mauro Vieira e o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior Armando Monteiro.

Durante a sessão ministerial, realizada no dia 30, os Ministros mantiveram discussões aprofundadas sobre as respectivas abordagens do Brasil e dos EUA em matéria de Negociações de comércio e investimentos, o que propiciou uma valiosa

oportunidade para trocar informações e identificar pontos de convergência.

À luz da bem sucedida conclusão da Conferência Ministerial da OMC em Nairóbi, no último mês de dezembro, os três Ministros também se engajaram em uma produtiva discussão sobre a implementação da Declaração de Nairóbi e compartilharam ideias sobre a próxima Ministerial da OMC.

Durante a sessão técnica, realizada no dia 29, autoridades dos dois lados discutiram amplo conjunto de temas de comércio e investimento, incluindo cooperação em foros multilaterais; estratégias para expandir investimentos em manufaturas; biotecnologia agrícola; cooperação regulatória; bem como preocupações específicas de acesso a mercados em ambos os lados.

Ao fim da reunião, o Ministro Mauro Vieira destacou a importância do mercado dos EUA para as exportações brasileiras, em particular para as exportações de bens manufaturados, o que "demonstra claramente a competitividade da indústria brasileira e a integração das cadeias de valor entre nossos dois países". Bens industriais corresponderam a mais de 60% de nossas exportações para os EUA em 2015 – um claro avanço com relação aos 53% observados em 2014. O Ministro ressaltou ainda que "não obstante a importância de nossas exportações tradicionais de produtos agropecuários para os EUA – as quais certamente esperamos ver aumentadas significativamente, com mais exportação de carnes, açúcar e frutas, por exemplo – os três principais produtos de exportação do Brasil para os EUA são, respectivamente, máquinas, aeronaves e produtos de ferro e aço".

A próxima reunião da Comissão será realizada em Brasília em 2017.

Os EUA são o segundo principal parceiro comercial do Brasil. O intercâmbio bilateral total, somando-se bens e serviços, chegou próximo a USD 100 bilhões em 2015. Os EUA são o principal investidor estrangeiro direto (IED) no Brasil, com um estoque acumulado de investimentos da ordem de USD 110 bilhões, segundo dados do Banco Central do Brasil. Ao mesmo tempo os investimentos brasileiros nos EUA tornam-se cada vez mais relevantes, fortalecendo as sinergias entre as duas maiores economias das Américas. O Brasil investiu USD 1,9 bilhão nos EUA em 2015, elevando o estoque acumulado de IED brasileiro nos EUA a mais de USD 13 bilhões.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO MAURO VIEIRA NA IV CÚPULA DE SEGURANÇA NUCLEAR – WASHINGTON, D.C., 31 DE MARÇO E 1º DE ABRIL DE 2016 30/03/2016

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, chefeará a delegação brasileira à IV Cúpula de Segurança Física Nuclear, a realizar-se nos dias 31 de março e 1º de abril, em Washington, D.C.

Em 31 de março, o Ministro comparecerá a jantar oferecido pelo Presidente Barack Obama aos Chefes de Delegação, na Casa Branca. Em 1º de abril, participará das reuniões da Cúpula, que incluem sessão substantiva sobre as ações nacionais na matéria e discussões sobre a segurança física nuclear. Serão, também, mantidos encontros bilaterais, à margem do evento.

A reunião de Washington encerra o processo das Cúpulas de Segurança Física Nuclear, inaugurado em 2010, pelo

Presidente dos EUA, Barack Obama, o qual contribuiu para aumentar a visibilidade do tema em suas várias dimensões. O Brasil tem participado do processo, por concordar quanto à necessidade de que instalações e materiais nucleares sejam protegidos da forma mais segura possível.

O Brasil está comprometido com o fortalecimento da segurança física nuclear, por entender que se trata de elemento essencial em relação ao uso da energia atômica para fins pacíficos. No entanto, as discussões sobre esse tema não podem negligenciar a questão fundamental das consequências catastróficas do uso, seja por intenção ou acidente, de armas nucleares. A eliminação completa dessas armas é a única garantia absoluta contra o seu uso ou ameaça de uso.

Por defender perspectiva mais ampla sobre a questão da segurança física nuclear, o Brasil apresentará, em conjunto com 15 outros países, declaração conjunta intitulada "Em maior segurança: olhando adiante". O documento reitera a visão de que, para enfrentarmos os riscos à segurança física nuclear, é necessário empreender renovados esforços em não-proliferação e avançar com determinação rumo ao desarmamento nuclear.

40 ANOS DO INSTITUTO RIO BRANCO EM BRASÍLIA 31/03/2016

O Itamaraty comemorará, amanhã, os 40 anos do início do primeiro Curso de Preparação à Carreira Diplomática em Brasília.

Para celebrar a data, em cerimônia presidida pelo Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio França Danese, será descerrada placa com os nomes dos integrantes do

CPCD 1976 no hall de entrada do Instituto Rio Branco. A cerimônia contará com a presença do Diretor e de Professores e Orientadores de 1976.

A turma que ingressou no Instituto Rio Branco em 1976 foi a primeira a receber bolsistas estrangeiros: um diplomata do Equador e dois da Costa do Marfim. O aluno equatoriano, o Embaixador Gonzalo Salvador Holguín, estará presente à cerimônia.

ASSINATURA DO MEMORANDO DE COOPERAÇÃO ENTRE O GOVERNO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL E DOVERNO DOS ESTADOS UNIDOS DA AMÉRICA SOBRE O DESENVOLVIMENTO DE INFRAESTRUTURA – WHASINGTON, 31/03/2016

Foi assinado hoje, 31 de março, em Washington, o Memorando de Cooperação entre o Governo da República Federativa do Brasil e Governo dos Estados Unidos da América sobre o Desenvolvimento de Infraestrutura. O documento foi firmado, do lado brasileiro, pelo Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, e pelo Ministro do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Valdir Simão, estando presentes, também, o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro; e, do lado norte-americano, pela Secretária de Comércio, Penny Pritzker, e pela Diretora-Geral da Agência de Desenvolvimento e Comércio (USTDA), Leocadia Zak.

O Memorando visa a estreitar o relacionamento entre Brasil e Estados Unidos na área de infraestrutura e a promover a cooperação em temas como legislação, melhores práticas e alternativas de financiamento para o setor. O

documento prevê a criação de Grupo de Trabalho bilateral, com participação de representantes dos governos e do setor privado, e que passará a congregar, entre outras, contribuições de iniciativas já em andamento entre os dois países - como o Diálogo de Energia, a Parceria em Aviação Civil e a Parceria em Transportes.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO REINO DA BÉLGICA 31/03/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao Senhor Dirk Loncke como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Reino da Bélgica no Brasil.

I REUNIÃO DO MECANISMO 2+2 DE CONSULTA A AVALIAÇÃO ESTRATÉGICA ENTRE OS MINISTÉRIOS DA DEFESA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES DO BRASIL E DO PARAGUAI – ASSINÇÃO, 4 DE ABRIL DE 2016 01/04/2016

Os Ministros das Relações Exteriores, Mauro Vieira, e da Defesa, Aldo Rebelo, realizarão visita a Assunção, no dia 4 de abril de 2016, para participar, com o Ministro de Relações Exteriores do Paraguai, Eladio Loizaga, e o Ministro de Defesa Nacional do Paraguai, Diógenes Martínez, da I Reunião do Mecanismo 2+2 de Consulta e Avaliação Estratégica entre os Ministérios da Defesa e das Relações Exteriores do Brasil e do Paraguai.

Os Ministros tratarão da cooperação bilateral em defesa e segurança e de temas regionais e multilaterais. A cooperação militar entre Brasil e Paraguai remonta à década de 1940 e constitui o maior

programa nesse campo levado a cabo pelas Forças Armadas do Brasil em todo o mundo. A inauguração do Mecanismo 2+2 demonstra o desejo mútuo de ampliar e fortalecer a relação bilateral.

Além da reunião do Mecanismo 2+2, o Ministro Mauro Vieira manterá encontro de trabalho com o Ministro Eladio Loizaga para examinar temas das agendas bilateral e regional.

MEDALHA SERGIO VIEIRA DE MELLO 01/04/2016

Em homenagem aos trabalhadores humanitários, que dedicam suas vidas a pessoas em necessidade, foi instituída a Medalha Sergio Vieira de Mello, cuja outorga se realiza durante as celebrações do Dia Mundial do Trabalhador Humanitário, em 19 de agosto de cada ano.

Encontra-se disponível, na página eletrônica do Itamaraty, formulário para submissão de propostas de nomes a serem agraciados com a comenda, que é concedida, inclusive a título póstumo, às pessoas naturais ou jurídicas que tenham prestado serviços de excepcional relevância na área do direito internacional humanitário, da assistência humanitária e da promoção da paz e dos direitos humanos em consonância com os princípios que regem as relações internacionais da República Federativa do Brasil, nos termos do art. 4º da Constituição Federal.

Instituída pela Lei nº 12.281, de 5 de julho de 2010, regulamentada pela Portaria nº 383, de 12 de julho de 2013, e pelo Decreto nº 8.554, de 6 de novembro de 2015, a medalha homenageia o legado desse ilustre brasileiro na promoção da paz sustentável, da segurança internacional e de melhores condições de vida de indivíduos em

situações de conflito armado, desafios aos quais Sergio Vieira de Mello dedicou sua vida e carreira, a serviço das Nações Unidas.

ENTRADA EM VIGOR DO ACORDO DE PREFERÊNCIAS COMERCIAIS MERCOSUL-SACU 04/04/2016

O Acordo de Preferências Comerciais entre o MERCOSUL e a União Aduaneira da África Austral (SACU) entrou em vigor no dia 1º de abril de 2016.

Assinado, em 15 de dezembro de 2008, pelos Estados Partes do MERCOSUL e, em 3 de abril de 2009, pelos Membros da SACU (África do Sul, Botsuana, Lesoto, Namíbia e Suazilândia), o Acordo MERCOSUL-SACU prevê margens de preferência de 10%, 25%, 50% e 100% para 1.050 linhas tarifárias de cada lado.

Entre os setores produtivos do MERCOSUL que se beneficiarão das preferências comerciais no âmbito do Acordo encontram-se: químico, têxtil, siderúrgico, plástico, automotivo, eletroeletrônico e de bens de capital, além de produtos agrícolas.

As exportações brasileiras para o bloco sul africano somaram US\$ 1,36 bilhão em 2015, com saldo comercial positivo para o Brasil de cerca de US\$ 720 milhões. O impacto benéfico do Acordo poderá ser sentido principalmente no setor industrial, uma vez que dois terços das exportações brasileiras para a SACU (US\$ 908 milhões em 2015) são formados por produtos manufaturados.

A entrada em vigor do ACP contribuirá para a promoção do intercâmbio comercial no Atlântico Sul. Os países do MERCOSUL passarão a ter acesso facilitado a um mercado de potencial

econômico significativo, constituído por cerca de 65 milhões de consumidores.

CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E INDONÉSIA SOBRE RESTRIÇÕES À EXPORTAÇÃO DE CARNE BOVINA BRASILEIRA ÀQUELE PAÍS – PEDIDO DE CONSULTAS 04/04/2016

O Brasil apresentou hoje, dia 4 de abril de 2016, pedido de consultas à Indonésia no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial de Comércio (OMC) relativo às restrições impostas às exportações de carne bovina brasileira, em desconformidade com as obrigações assumidas por aquele país no âmbito dos acordos da OMC.

Os questionamentos brasileiros envolvem amplo conjunto de medidas mantidas pela Indonésia, entre as quais se destacam entraves comerciais de natureza alfandegária, sanitária, técnica e relacionadas ao regime de licenciamento.

O Governo brasileiro espera que as Consultas, que constituem a primeira etapa do procedimento de solução de controvérsias da OMC, contribuam para o pronto equacionamento da questão. A solução destes problemas permitiria ao Brasil exportar mais de vinte mil toneladas de carne bovina para a Indonésia, facilitando o aprofundamento das relações econômicas bilaterais, com ganhos para os dois países.

A data e o local das consultas serão definidos de comum acordo no decorrer dos próximos dias.

CONTENCIOSO NA OMC ENTRE BRASIL E TAILÂNDIA SOBRE SUBSÍDIOS AO SETOR DE CANA E DE AÇÚCAR – PEDIDO DE CONSULTA 04/04/2016

O Brasil apresentou hoje, dia 4 de abril de 2016, pedido de consultas à Tailândia no âmbito do Sistema de Solução de Controvérsias da Organização Mundial do Comércio (OMC), sobre subsídios concedidos pelo país asiático ao setor de cana e de açúcar, em desconformidade com obrigações assumidas no âmbito do Acordo de Agricultura e do Acordo de Subsídios e Medidas Compensatórias da OMC.

No entendimento do Brasil, as medidas tailandesas têm afetado artificialmente as condições de competitividade internacional do açúcar, em detrimento das exportações brasileiras, cuja participação no mercado global do produto caiu mais de 5% entre 2012 e 2014, com prejuízos anuais da ordem de US\$ 1 bilhão.

O Governo brasileiro espera que as Consultas, que constituem a primeira etapa do procedimento de solução de controvérsias da OMC, contribuam para o pronto equacionamento do problema.

A data e o local das consultas deverão ser acordados entre os dois países nas próximas semanas.

CANCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO PANAMÁ 04/04/2016

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República do Panamá concedeu agrément a Flávio Helmold Macieira como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

**DECLARAÇÃO CONJUNTA
ADOTADA POR OCASIÃO DA I
REUNIÃO DO MECANISMO 2+2 DE
CONSULTA E AVALIAÇÃO
ESTRATÉGICA ENTRE OS
MINISTÉRIOS DA DEFESA E DAS
RELAÇÕES EXTERIORES DO
BRASIL E DO PARAGUAI –
ASSUNÇÃO, 4 DE ABRIL DE 2016**

Os Ministros das Relações Exteriores e da Defesa da República do Paraguai, Eladio Loizaga e Diógenes Martínez, e da República Federativa do Brasil, Mauro Vieira e Aldo Rebelo, se reuniram em Assunção, no dia 4 de abril de 2016, para inaugurar o "Mecanismo 2+2 de Consultas Políticas e Avaliação Estratégica", cujo objetivo é estabelecer um instrumento bilateral de consultas na área de defesa e de segurança com vistas a impulsionar a agenda de cooperação bilateral e definir ações para o aprofundamento das relações em matéria de política exterior, defesa e segurança entre Brasil e Paraguai.

Além de estabelecer aspectos da operação do Mecanismo 2+2, os Ministros decidiram dar impulso à aliança entre ambos os países e identificaram as seguintes áreas de interesse:

**I. COOPERAÇÃO BILATERAL EM
DEFESA E SEGURANÇA**

Ao tratarem da cooperação bilateral, os Ministros concordaram que se poderiam realizar, periodicamente, além do presente Mecanismo 2+2, outras reuniões bilaterais de cunho mais técnico em matéria de defesa, que possibilitem às partes coordenarem-se periodicamente nas áreas

de cooperação ou de operações militares, como, por exemplo, exercícios simultâneos ou conjuntos na fronteira, com participação de observadores. Foram abordados, igualmente, temas de cooperação em treinamento, capacitação, compartilhamento de informações, desenvolvimento de iniciativas conjuntas para melhorar o controle do espaço aéreo, entre outros temas e iniciativas que reforçarão as relações bilaterais nos setores de defesa e segurança.

**II. TEMAS REGIONAIS E
MULTILATERAIS**

Os Ministros da Defesa e das Relações Exteriores examinaram as relações regionais e intercambiaram ideias a respeito de organismos multilaterais, especialmente sobre o Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS); o Centro de Estudos Estratégicos e de Defesa (CEED); a Escola Sul-Americana de Defesa (ESUDE); a Junta Interamericana de Defesa (JID); e a XII Conferência de Ministros de Defesa das Américas (XII CDMA).

Os Ministros congratularam-se pela cooperação alcançada com a participação paraguaia no contingente brasileiro da Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH) e concordaram em manter frequentes contatos para estreitar a cooperação no âmbito das operações de manutenção da paz das Nações Unidas.

III. ACORDOS E OUTROS TEMAS

Os Ministros das Relações Exteriores assinaram e trocaram as notas diplomáticas correspondentes para prorrogar, por mais 5 anos, o "Acordo entre o Governo da República do Paraguai e o Governo da República Federativa do Brasil relativo à Cooperação Militar". Por sua parte, os Ministros da Defesa assinaram o "Memorando de Entendimento entre o

Ministério da Defesa da República Federativa do Brasil e o Ministério da Defesa Nacional da República do Paraguai relativo à Cooperação para a Preservação da Memória da Guerra da Tríplice Aliança”.

Os Ministros integrantes do Mecanismo 2+2 também intercambiaram informações sobre os prementes problemas globais e as ameaças à segurança, provenientes da criminalidade transnacional organizada, e condenaram os lamentáveis atos terroristas ocorridos em diferentes países.

Os Ministros Mauro Vieira e Aldo Rebelo agradeceram a hospitalidade muito amável e a atenção recebidas e expressaram, com os Ministros Eladio Loizaga e Diógenes Martínez, sua satisfação pelos resultados das reuniões.

A presente Declaração Conjunta se assina em dois exemplares de igual teor, em português e espanhol, em Assunção, no dia 4 do mês de abril de 2016.

NEGOCIAÇÕES DE PAZ NO IÊMEN 05/04/2016

O Brasil acolhe com satisfação o anúncio, pelo Enviado Especial do Secretário-Geral das Nações Unidas para o Iêmen, Ismail Ould Cheikh Ahmed, de rodada de negociações de paz a ser iniciada no dia 18 de abril, no Kuwait, sob os auspícios das Nações Unidas. Saúda também o anúncio de acordo de cessação de hostilidades, a ser implementado a partir do dia 10 do mesmo mês.

Ao longo de mais de um ano de duração, o conflito no Iêmen já resultou na morte de mais de 6.000 pessoas, segundo relato do Enviado Especial do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e na configuração de séria crise humanitária naquele país. Conforme dados do Escritório

das Nações Unidas para a Coordenação de Assuntos Humanitários (OCHA), cerca de 80% do povo iemenita necessitam de alguma forma de assistência humanitária.

Desde o início da crise iemenita, o Governo brasileiro sustenta que apenas um processo político inclusivo poderá levar à reconciliação entre as partes envolvidas e, assim, colocar um fim definitivo ao conflito, em consonância com a Resolução 2216 do Conselho de Segurança da ONU.

O Brasil acompanhará com atenção a implementação do acordo de cessação de hostilidades e as negociações no Kuwait e espera que o processo iniciado sob mediação do Enviado Especial conduza o Iêmen a uma paz duradoura.

ELEIÇÃO DO BRASIL PARA A JUNTA EXECUTIVA DA ONU MULHERES 06/04/2016

O Brasil foi eleito hoje, em reunião do Conselho Econômico e Social das Nações Unidas (ECOSOC), para o mandato 2017–2019 da Junta Executiva da ONU Mulheres, organismo que tem por objetivo promover e aprimorar as atividades da ONU em prol da igualdade de gênero e do empoderamento de mulheres e meninas em todo o mundo.

A eleição reflete o compromisso do Brasil com a proteção e promoção dos direitos de todas as mulheres e meninas, também reforçado pela presidência brasileira na Comissão sobre a Situação das Mulheres. A plena igualdade de gênero e o empoderamento das mulheres são prioridades do Governo brasileiro, indispensáveis para que a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável seja implementada em sua integralidade.

O Brasil acompanha de perto o trabalho desenvolvido pela ONU Mulheres e

reconhece seu protagonismo na promoção dos direitos humanos de mulheres e meninas, em toda a sua diversidade.

O Governo brasileiro congratula-se com os demais países eleitos para a Junta Executiva e reitera sua determinação de contribuir de forma consistente, no cumprimento desse mandato, para que a ONU Mulheres continue a desempenhar seu importante papel.

NEGOCIAÇÕES MERCOSUL-UNIÃO EUROPEIA 08/04/2016

Reunidos em Bruxelas em 8 de abril, o Ministro das Relações Exteriores do Uruguai, Rodolfo Nin Novoa, no exercício da presidência pro tempore do MERCOSUL, e a Comissária de Comércio da União Europeia, Cecilia Malmström, anunciaram cronograma para a próxima etapa do processo negociador do Acordo de Associação Birregional MERCOSUL-União Europeia. Ficou acertado que a troca de ofertas de acesso a mercados entre os dois blocos, etapa essencial do processo, ocorrerá na segunda semana de maio. Foi também definido calendário de reuniões para o corrente ano.

O Brasil acolhe com grande satisfação esse anúncio, que marca o início da etapa final do processo negociador, objetivo ao qual o MERCOSUL atribui especial prioridade, tendo concluído o trabalho técnico de preparação de sua oferta de acesso a mercados já por ocasião da Cúpula de julho de 2014, em Caracas. A conclusão do trabalho do lado europeu e a fixação do momento da troca de ofertas abre caminho para nova e decisiva fase no processo de negociação, que o Governo brasileiro espera possa ser concluído de forma rápida e exitosa.

O Brasil empenhou-se consistentemente para fazer avançar as negociações, tanto na etapa de preparação da oferta conjunta do MERCOSUL, quanto na realização de gestões para viabilizar o intercâmbio das ofertas. Tais gestões incluíram diversos contatos diretos da Presidenta Dilma Rousseff e do Ministro Mauro Vieira com seus respectivos contrapartes em países europeus, além da atuação da Missão do Brasil junto à União Europeia e de nossas Embaixadas junto aos 28 Estados Membros da UE.

O intercâmbio de ofertas de acesso a mercados constitui etapa essencial para a negociação de um acordo que leve na devida conta as expectativas e sensibilidades de cada um dos lados, e que se espera seja equilibrado e mutuamente benéfico, à altura do grande potencial das duas regiões e das relações históricas que as unem.

REUNIÃO DO MECANISMO DE CONSULTAS POLÍTICAS BRASIL-IRÃ 08/04/2016

O Subsecretário-Geral de Assuntos Políticos II, Embaixador José Alfredo Graça Lima, fará visita a Teerã no dia 11 de abril, para presidir, com o Vice-Ministro dos Negócios Estrangeiros para Europa e Américas, Embaixador Majid Takht Ravanchi, reunião do Mecanismo de Consultas Políticas Brasil-Irã. A última reunião do Mecanismo ocorreu em Brasília, em 2011.

A reunião do Mecanismo de Consultas Políticas servirá para uma troca de impressões sobre a agenda internacional, assuntos multilaterais, reuniões e visitas bilaterais programadas para 2016 e possibilidades de cooperação em áreas diversas.

As relações entre o Brasil e Irã, tradicionalmente pautadas pelo diálogo construtivo e visitas regulares de parte a parte, experimentam novo impulso no contexto da implementação do Plano Conjunto Abrangente de Ação (JCPoA) em janeiro passado e do levantamento de sanções internacionais contra o Irã.

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizou visita ao país em setembro de 2015, assim como o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro, em outubro de 2015. No primeiro semestre de 2016, visitarão o Brasil diversas autoridades ministeriais iranianas, como o Ministro dos Negócios Estrangeiros, Mohammad Javad Zarif, o Ministro da Defesa, Hossein Dehghan, e o Ministro de Assuntos Econômicos e Finanças, Ali Tayebnia.

A corrente de comércio alcançou 1,69 bilhão de dólares em 2015 e US\$458 milhões no primeiro trimestre deste ano.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA NORUEGA 08/04/2016

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo do Reino da Noruega concedeu agrément a George Monteiro Prata como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país. O Brasil e a Noruega estabeleceram relações diplomáticas em 1905.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

DECLARAÇÃO CONJUNTA EMETIDA NA CONCLUSÃO DA 22ª REUNIÃO MINISTERIAL DO BASIC SOBRE MUDANÇA DO CLIMA – NOVA DÉLHI, 7 DE ABRIL DE 2016 [INGLÊS] 08/04/2016

1. The 22nd BASIC Ministerial Meeting on Climate Change was held in New Delhi, India on 6 and 7 April 2016. The meeting was attended by H.E. Mr. Prakash Javadekar, Minister of State (Independent Charge) for Environment, Forest and Climate Change of India, H.E. Mr. Xie Zhenhua, Special Representative for Climate Change of China, H.E. Ambassador Antonio Marcondes, Under Secretary-General for the Environment, Energy, Science and Technology, Ministry of Foreign Affairs of Brazil and Mr. Maesela Kekana, Chief Director, International Climate Change Relations and Negotiations of South Africa.

2. Ministers welcomed the adoption of the Paris Agreement under the United Nations Framework Convention on Climate Change (UNFCCC) and acknowledged that the 21st Conference of Parties (COP-21) held in Paris in December 2015 marked a milestone in global climate cooperation. They underlined that the Paris Agreement is meant to enhance the implementation of the Convention and is comprehensive, balanced and ambitious. It also reiterates the principles of equity and common but differentiated responsibilities and respective capabilities (CBDR & RC).

3. Ministers appreciated the role of the French Presidency in carrying all Parties together and ensuring the successful adoption of the Paris Agreement at COP-21. The Ministers also commended the role of BASIC and G-77 & China groups in negotiating the Paris outcomes and securing interests of the developing countries. They

reaffirmed the commitment of BASIC countries to G-77 & China and expressed their appreciation of South Africa's chairing of the group.

4. Ministers underlined that the Paris Agreement recognizes the imperatives of sustainable patterns of consumption and production, with developed countries taking the lead, and the importance of climate justice, in strengthening the global response to the threat of climate change.

5. Ministers commended the efforts by BASIC countries and other developing countries in tackling climate change, both pre- and post-2020, and emphasised that these represent far more ambitious efforts compared to their respective responsibilities and capabilities.

6. The BASIC countries look forward to signing the Paris Agreement on 22 April 2016 during the High-Level Signature Ceremony convened by the Secretary-General of the United Nations. They expressed their will to initiate necessary domestic processes for ratification, acceptance or approval as soon as possible with a view to facilitate the timely entry into force of the Agreement, and urged other countries to do so as well.

7. Ministers reiterated the importance of pre-2020 actions in building trust amongst the Parties and noted with concern the pending ratification by many Annex I Parties of the Doha Amendment, which establishes the second commitment period of the Kyoto Protocol. They urged Annex I Parties to both ratify and revisit pledges of Quantified Emission Limitation and Reduction Objectives (QELROs) to close the emission gap. They also emphasized that raising pre-2020 ambition on other pillars of the Convention (viz. adaptation, finance and technology and capacity

building support) will pave the way for the implementation of the Paris Agreement.

8. The Ministers reiterated that Parties' contributions, termed as 'Nationally Determined Contributions' (NDCs), are to be country driven and comprehensive. The Ministers reflected on the importance of adaptation and means of implementation as key elements of Parties efforts under the Agreement.

9. The Ministers stressed the differentiated obligations in mitigation actions of developed and developing countries, as well as for the provision of support, and emphasized that developed countries should continue to take the lead. They also recalled that the Paris Agreement specifically mentions that the time frame for peaking will be longer for developing countries. Ministers felt that proper anchoring of differentiation in contributions of developed and developing countries is a sound basis for ambitious actions.

10. Ministers also underscored the need for financial support to developing countries for effective implementation of their mitigation and adaptation actions through accelerating the work on the new Technology Framework and the Technology Mechanism including its assessment for a meaningful and tangible dissemination, transfer and deployment of technology from developed to developing countries. They also emphasized on the role of innovation and international cooperation in enhancing global actions.

11. Ministers welcomed the setting up of the Paris Committee, a new institutional mechanism for enhancing capacity building activities in developing countries, and urged developed countries to provide financial support for capacity building in developing countries.

12. Ministers emphasized the importance of building on the existing transparency framework under the Convention, for effective implementation of the Paris Agreement and reiterated the importance of providing support and flexibility to developing countries, including through the Capacity-building Initiative for Transparency, in fulfilling their obligations under the proposed enhanced transparency framework. Ministers further underlined that transparency of support is a fundamental aspect of the implementation of the Paris Agreement and that the consideration of this issue should not be outsourced to other entities. They also reflected on the need to focus on the qualitative aspects of climate finance on transparency of support.

13. Ministers identified means of implementation in the context of provision of finance, technology transfer and capacity building support as the most important enablers of action for developing countries. Ministers expressed their concern over the lack of adequate support in this respect and urged developed countries to honour their obligations under the Convention.

14. Ministers also urged developed countries to scale up their level of financial support with a complete road map to achieve the goal of jointly providing USD 100 billion per year by 2020. Reiterating the role of public finance, Ministers called upon developed countries to fulfill their pledges to the Green Climate Fund.

15. Ministers noted that the next session of the SBI, SBSTA and Ad Hoc Working Group on the Paris Agreement will be deliberating on a number of issues related to the Paris Agreement. In this regard, Ministers hoped that issues under these bodies will receive balanced treatment and pledged their support to the incoming COP

Presidency of Morocco to ensure a successful COP-22.

16. The BASIC countries expressed concern that the draft proposal on Global Market Based Measures (GMBM) under the International Civil Aviation Organization (ICAO) may impose inappropriate economic burden on developing countries, where the international aviation market is still maturing. They urged the ICAO to develop climate change measures in a manner that is consistent with the principles of CBDR & RC, and to align the GMBM with the relevant provisions of the Paris Agreement.

17. Ministers agreed to further strengthen the cooperation and solidarity among the BASIC countries.

18. Ministers welcomed the offer of South Africa to host the 23rd BASIC Ministerial meeting.

INCÊNDIO EM TEMPLO NA ÍNDIA 10/04/2016

O Governo brasileiro manifesta sua profunda consternação pelo incêndio que vitimou várias dezenas de pessoas, entre mortos e feridos, e causou extensa destruição em templo no estado de Kerala, na Índia.

Neste momento de luto e dor, o Governo brasileiro manifesta suas sinceras condolências aos familiares das vítimas e empenha sua solidariedade ao Governo da República da Índia.

**VISITA DO MINISTRO DAS
RELAÇÕES EXTERIORES, MAURO
VIEIRA, A ANGOLA – LUANDA, 13
E14 DE ABRIL DE 2016 11/04/2016**

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizará visita oficial a Angola entre os dias 13 e 14 de abril. Em Luanda, presidirá com o Chanceler Georges Chikoti a reunião da Comissão Bilateral de Alto Nível Brasil-Angola, ocasião em que tratarão da agenda bilateral, de temas regionais e globais.

Trata-se da segunda visita a Angola do Ministro Mauro Vieira desde que assumiu o Ministério das Relações Exteriores, reflexo do excelente patamar alcançado pelas relações bilaterais e da parceria estratégica entre os dois países, estabelecida em 2010. O Chanceler angolano Georges Chikoti visitou Brasília em novembro passado, por ocasião da celebração dos 40 anos do reconhecimento da independência de Angola pelo Brasil.

A convergência de interesses e os estreitos laços históricos e culturais tornam o diálogo com Angola diversificado e fazem do país um dos grandes parceiros do Brasil na África e na CPLP (Comunidade dos Países de Língua Portuguesa).

A visita representará ainda oportunidade para buscar novos campos para a cooperação econômica. Com crescimento superior a 10% no início deste século e previsão acima de 3% para os próximos anos, Angola pode se tornar um dos principais mercados para produtos e serviços brasileiros. Em 2015, a corrente de comércio bilateral atingiu a marca de US\$ 679 milhões, com saldo de US\$ 647 milhões para o Brasil.

Há hoje importantes investimentos recíprocos, onde se destaca a presença da petroleira angolana Sonangol no Brasil e de

empresas brasileiras dos mais variados setores naquele país.

O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola. Em novembro de 2015, os dois países celebraram os 40 anos do reconhecimento brasileiro da independência de Angola e do estabelecimento de relações diplomáticas.

**CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO
EMBAIXADOR DO BRASIL NA
FEDERAÇÃO DA RÚSSIA 13/04/2016**

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da Federação da Rússia concedeu agrément a Antonio Luis Espinola Salgado como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país. O Brasil e a Rússia estabeleceram relações diplomáticas em 1828.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

**CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO
EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DO
PERU 13/04/2016**

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao Senhor José Jesús Guillermo Betancourt Rivera como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário da República do Peru no Brasil. Brasil e Peru estabeleceram relações diplomáticas em 1826.

TERREMOTOS NO JAPÃO 16/04/2016

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, das mortes e perdas materiais provocadas pelos sismos que

atingiram nos últimos dois dias a região da cidade de Kumamoto, na ilha de Kyushu.

O Brasil transmite suas condolências e solidariedade aos familiares das vítimas, ao povo japonês e ao Governo do Japão.

TORNADO NO URUGUAI 16/04/2016

O Governo brasileiro manifesta seu pesar pelo tornado que atingiu ontem o município de Dolores, no sudoeste do Uruguai, que vitimou quatro pessoas, deixou centenas de feridos e causou extensa destruição naquela cidade.

O Brasil transmite suas condolências aos familiares das vítimas e empenha sua solidariedade ao Governo do Uruguai.

TERREMOTO NO EQUADOR 17/04/2016

O Governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do terremoto que atingiu o Equador neste sábado, 16 de abril, que deixou centenas de feridos e resultou na morte de dezenas de pessoas.

O Brasil solidariza-se com as famílias das vítimas e manifesta seu sentido pesar ao Governo e ao povo do Equador.

X REUNIÃO DE ALTO NÍVEL DA NOVA AGENDAN DE COOPERAÇÃO E DESENVOLVIMENTO FRONTEIRIÇO BRASIL-URUGAI – BRASÍLIA, 18 E 19 DE ABRIL DE 2016 18/04/2016

O Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio França Danese, conduzirá, juntamente com seu homólogo uruguaio, Embaixador José Luis Cancela, a

X Reunião de Alto Nível da Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço Brasil-Uruguai, a realizar-se no Palácio Itamaraty, em Brasília, nos dias 18 e 19 de abril.

A Nova Agenda de Cooperação e Desenvolvimento Fronteiriço foi instituída em 2002 com o objetivo de coordenar o conjunto dos mecanismos que se ocupam da integração fronteiriça com o Uruguai e de promover o desenvolvimento integrado da faixa de fronteira comum. Desde sua criação, foi responsável pela articulação de políticas integradas e pela negociação de instrumentos jurídicos inovadores, os quais buscaram responder às peculiaridades e às necessidades específicas da região de fronteira. São exemplos de atos bilaterais resultantes da Reunião de Alto Nível, entre outros, o Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Uruguaios; o Ajuste Complementar sobre Acesso Recíproco a Serviços de Saúde na Fronteira; e o Ajuste Complementar para a Prestação de Serviços de Assistência de Emergência e Cooperação em Defesa Civil.

Nos dias 18 e 19 de abril, a Nova Agenda reunirá numerosos delegados brasileiros e uruguaios de diversos órgãos federais, do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, de Departamentos uruguaios, de Prefeituras brasileiras e Intendências uruguaias da região fronteiriça, além de representantes da academia e da sociedade civil. Os delegados examinarão agenda ampla e diversificada, distribuída nos Grupos de Trabalho da Nova Agenda. Os Grupos de Trabalho discutirão temas como saúde e prevenção epidemiológica; educação, cultura e formação profissional; cooperação policial e jurídica; questões trabalhistas e previdenciárias; pesca e aquicultura; saneamento; tráfego vicinal de mercadorias

de subsistência; empreendedorismo; infraestrutura e telecomunicações.

ELEIÇÃO DE SEBASTIÃO SALGADO À ACADEMIA DE BELAS ARTES DA FRANÇA 19/04/2016

O Governo do Brasil recebeu com grande satisfação a notícia da eleição do renomado fotógrafo brasileiro Sebastião Salgado, ocorrida no último dia 13 de abril, para a Academia de Belas Artes, uma das cinco que compõem o “Instituto de França”.

A escolha reafirma o reconhecimento internacional da obra de um dos mais premiados artistas brasileiros da história recente.

O Itamaraty orgulha-se de apoiar o trabalho internacional de Sebastião Salgado e de tê-lo como parceiro constante em diferentes iniciativas.

ATENTADO NO AFGANISTÃO 19/04/2016

O Governo brasileiro expressa sua veemente condenação ao atentado terrorista cometido em Cabul, no dia 19 de abril, ato criminoso, reivindicado pelo Talibã, que resultou em dezenas de mortes e vitimou centenas de inocentes, inclusive crianças, mulheres e idosos.

O Governo brasileiro transmite suas condolências às famílias afetadas e reitera sua solidariedade ao Governo e ao povo do Afeganistão em sua luta contra o terrorismo.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA GABONESA 19/04/2016

O Governo brasileiro tem a satisfação de informar que o Governo da República Gabonesa concedeu agrément a Appio Claudio Muniz Acquarone Filho como Embaixador Extraordinário e Plenipotenciário do Brasil naquele país. O Brasil e o Gabão estabeleceram relações diplomáticas em 1974.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

ASSINATURA DO ACORDO DE PARIS SOB A CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (UNFCCC) 22/04/2016

A Senhora Presidenta da República assinou, hoje, 22 de abril, na sede das Nações Unidas em Nova York, o Acordo de Paris sob a Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC).

O Acordo, concluído em dezembro de 2015 na Conferência do Clima de Paris (COP-21), oferece resposta global ao desafio da mudança do clima, com o propósito de evitar o aumento da temperatura média global a níveis perigosos. O Acordo estabelece marco justo, ambicioso, equilibrado e duradouro, no âmbito das Nações Unidas, para a cooperação e o apoio internacional às ações de combate à mudança do clima, no contexto de promoção do desenvolvimento sustentável, de proteção ambiental e de erradicação da pobreza e da fome.

Com a assinatura, o Governo brasileiro reafirma seu compromisso com o Acordo e

iniciará imediatamente o processo doméstico para sua pronta ratificação, de modo a contribuir para sua entrada em vigor internacional.

REUNIÃO SOBRE OS INDICADORES GLOBAIS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL PARA MONITORAMENTO DA AGENDA 2030 – BRASÍLIA, 26 DE ABRIL DE 2016 22/04/2016

Será realizada no dia 26 de abril corrente, no auditório do Instituto Rio Branco do Ministério das Relações Exteriores, reunião sobre os indicadores globais para acompanhamento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). O evento contará com a presença da Dra. Wasmália Bivar, Presidente do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE); do Embaixador José Antonio Marcondes de Carvalho, Subsecretário-Geral de Meio Ambiente, Energia, Ciência e Tecnologia do Ministério das Relações Exteriores; do Coordenador-residente do Sistema da ONU no Brasil, Niky Fabiancic; do Sr. Romulo Paes, o Diretor do Centro Mundial para o Desenvolvimento Sustentável (Centro Rio+); do Secretário-Executivo do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG), Francisco Gaetani; e representantes do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA).

Haverá coletiva de imprensa, também no auditório do Instituto Rio Branco, às 09h00 do dia 26 de abril. Durante a reunião, representantes do Governo brasileiro e das Nações Unidas discutirão: (i) a participação brasileira no processo de construção dos indicadores para acompanhamento dos ODS; e (ii) a produção e gestão de informações estatísticas e dados que

subsidiem políticas para o desenvolvimento sustentável.

Os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, cujo processo negociador foi lançado na Conferência Rio+20, em julho de 2012, representam o mais abrangente e ousado esforço coletivo para melhorar a qualidade de vida, erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento sustentável. Constituem o eixo central da Agenda 2030, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2016, após ser aprovada por todos os 193 Estados Membros das Nações Unidas, durante a 70ª sessão da Assembleia Geral, em setembro de 2015. A Agenda 2030 é um guia detalhado para inspirar e orientar ações nas três dimensões do desenvolvimento sustentável (econômica, social e ambiental), em todos os países, pelos próximos 15 anos.

A implementação dos 17 ODS exigirá um sólido arcabouço de indicadores para apoiar o planejamento de políticas públicas por todas as esferas e níveis governamentais, para permitir o acompanhamento de seu progresso e para garantir transparência e participação de todos os atores, incluindo o setor privado e a sociedade civil. O conjunto final de indicadores será submetido aos Estados Membros das Nações Unidas, por ocasião da 71ª sessão da Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2016, em Nova York.

I REUNIÃO DO COMITÊ DO PROJETO COTTON-4 + TOGO – BRASÍLIA, 25 A 29 DE ABRIL DE 2016 22/04/2016

Será realizada, na próxima semana, no Palácio Itamaraty, a I Reunião do Comitê Gestor do Projeto Cotton-4 + Togo.

No dia 25, ocorrerá sessão solene de abertura da Reunião, presidida pelo

Secretário-Geral das Relações Exteriores, Embaixador Sérgio Danese, com a participação do Embaixador João Almino, Diretor da Agência Brasileira de Cooperação (ABC); dos embaixadores dos países africanos parceiros do Brasil; do Presidente da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Maurício Lopes; do Presidente-Executivo do Instituto Brasileiro do Algodão (IBA), Haroldo da Cunha; e do Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil, Niky Fabiancic. No mesmo dia, será realizada uma mesa-redonda sobre a Cooperação Sul-Sul, os desafios de mensuração de resultados obtidos até agora e a construção de indicadores, além de uma avaliação do projeto. Entre os dias 26 e 29 serão realizadas reuniões técnicas de avaliação dos resultados do Projeto.

Desde 2009, o Ministério das Relações Exteriores, por meio da Agência Brasileira de Cooperação, desenvolve, em parceria com a EMBRAPA, o projeto Cotton-4, que busca melhorar a cultura do algodão no Benin, Burkina Faso, Chade e Mali. O Togo integrou-se recentemente ao Projeto.

O Projeto Cotton-4 + Togo abrange compartilhamento de tecnologia e aplicação de técnicas de melhoramento genético, cultivo do solo e manejo de pragas. Como resultados do Projeto destacam-se a instalação do Centro de Pesquisa Cotton-4, no Mali, e o aumento da produtividade do cultivo do algodão nos países envolvidos, que quadruplicou em campos experimentais.

A sessão solene de abertura da I Reunião do Comitê Gestor do Projeto Cotton-4 + Togo será aberta à imprensa. Pede-se aos profissionais de imprensa interessados na cobertura do evento que enviem nome completo, documento e nome do veículo de imprensa, impreterivelmente até as 12h00

do dia 25 de abril, para o endereço eletrônico credenciamento@itamaraty.gov.br. Pede-se, igualmente, que se apresentem na entrada lateral do Palácio Itamaraty às 15h45, 15 minutos antes do início da sessão.

VISITA DO MINISTRO DA PRODUÇÃO DA ARGENTINA, FRANCISCO CABRERA – BRASÍLIA, 25 DE ABRIL DE 2016 22/04/2016

O Ministro da Produção da Argentina, Francisco Cabrera, realizará visita de trabalho a Brasília no dia 25 de abril, para chefiar delegação argentina a reunião da Comissão de Comércio Bilateral Brasil-Argentina, conduzida, respectivamente, pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior e pelo Ministério da Produção.

A pauta da Comissão prevê a discussão de temas econômico-comerciais da agenda bilateral e do MERCOSUL. Entre os temas bilaterais, destacam-se: integração produtiva, promoção de investimentos, acompanhamento da corrente de comércio e acordo sobre o setor automotivo. Entre os temas do MERCOSUL, estarão: a agenda de relacionamento externo, o fortalecimento econômico-comercial do bloco e os protocolos sobre compras governamentais e sobre cooperação e facilitação de investimentos.

A Argentina é o principal parceiro comercial do Brasil na região. Em 2015, o intercâmbio comercial bilateral atingiu US\$ 23,1 bilhões, com exportações brasileiras de US\$ 12,8 bilhões e importações de US\$ 10,2 bilhões.

FALECIMENTO DO EX-PRESIDENTE DO CHILE, PATRICIO AYLWIN 22/04/2016

O Governo brasileiro manifesta o mais profundo pesar pelo falecimento, no último dia 19 de abril, do ex-Presidente do Chile Patricio Aylwin.

O Presidente Aylwin soube superar as divergências existentes entre os distintos grupos políticos de seu país, tendo liderado, com coragem e lucidez, o Chile rumo à redemocratização. Nesse momento de tristeza para todos os chilenos, o Brasil expressa sua solidariedade pela perda desse homem público que marcou a história chilena.

COOPERAÇÃO HUMANITÁRIA PARA O EQUADOR 22/04/2016

O norte do Equador foi atingido, no dia 16 de abril, por violento terremoto que já provocou a morte de mais de 400 pessoas, e feriu mais de 2.000. O Governo brasileiro tomou conhecimento dos fatos ocorridos, e manifestou solidariedade com as famílias das vítimas e seu sentido pesar ao Governo e ao povo do Equador. Em 17/4, a Senhora Presidenta da República telefonou para o Presidente Rafael Correa.

Tendo em vista os laços de fraternidade que nos unem ao povo e ao Governo equatoriano, bem como a gravidade da situação em que se encontra a população daquele país, o Brasil tem buscado atender, com a brevidade possível, as solicitações equatorianas de cooperação humanitária, em caráter de urgência.

Até o momento, as áreas competentes do Governo brasileiro preveem o envio de aeronave militar ao Equador, cuja decolagem, da Base Aérea de Manaus, está prevista para sábado, 23/4. A aeronave

deverá transportar carga de 600.000 UI de imunoglobulina antitetânica, correspondente a 2.400 frascos e 6 "kits emergenciais", com 42 itens, incluindo medicamentos e insumos básicos de saúde. Cada kit pesa 250 kg e pode atender 500 pessoas por três meses. O Governo equatoriano informou o corpo diplomático naquela capital que estão esgotadas as capacidades de o país receber equipes estrangeiras especializadas em operações de resposta às emergências causadas por desastres naturais, motivo pelo qual não está previsto o deslocamento de profissionais brasileiros capacitados nessas áreas.

CONSULTAS POLÍTICAS BRASILIAGA DOS ESTADOS ÁRABES – BRASÍLIA, 28 DE ABRIL DE 2016 27/04/2016

Será realizada amanhã, 28 de abril, em Brasília, a I Reunião do Mecanismo de Consultas Políticas entre o Brasil e Liga dos Estados Árabes. A delegação brasileira será chefiada pelo Subsecretário-Geral responsável por África e Oriente Médio no Ministério das Relações Exteriores, Embaixador Fernando José Marroni de Abreu, e a delegação da LEA será chefiada pelo Secretário-Geral Adjunto para Assuntos Políticos, Embaixador Fadel Jawad Kadhum.

O Governo brasileiro tem buscado, nos últimos anos, ampliar a cooperação multissetorial com a Liga e aprofundar o diálogo político bilateral com seus 22 países membros. A realização da I Reunião ocorre menos de um ano após a assinatura, à margem da 70ª Assembleia Geral das Nações Unidas, do Memorando para o Estabelecimento de Cooperação e Consultas Políticas, cujo escopo abrange o debate de

questões internacionais, regionais e bilaterais de interesse comum.

A Missão Permanente da LEA em Brasília foi reaberta em 2009. Desde março de 2014, o Embaixador do Brasil no Egito é acreditado como Representante Especial junto à LEA.

O intercâmbio comercial com os países árabes atingiu US\$ 19,2 bilhões em 2015.

100 DIAS PARA OS JOGOS RIO 2016 – ILUMINAÇÃO DE EDIFÍCIOS E MONUMENTOS 27/04/2016

Na noite de hoje, 27 de abril de 2016, monumentos e edifícios em diferentes cidades do mundo estão sendo iluminados de verde e amarelo, como parte da contagem regressiva de 100 dias para o início dos Jogos Olímpicos e Paralímpicos Rio 2016, em iniciativa do Ministério das Relações Exteriores e sua rede de Postos, com o apoio da Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, do Ministério do Esporte, da Prefeitura do Rio de Janeiro e da Embratur.

Em razão do fuso horário, Tóquio, Seul, Doha, Atenas e Joanesburgo já iluminaram edifícios e monumentos célebres.

Participam da iniciativa, no Brasil e no exterior: Atenas (Estádio Panatenaico), Atlanta (Prefeitura), Budapeste (Ponte das Correntes), Brasília (Palácio do Planalto e Palácio Itamaraty), Buenos Aires (Monumento a los Españoles, Planetário e Pirâmide de Mayo), Cidade do México (Estádio Olímpico Universitário), Doha (Torre Aspire), Joanesburgo (Ponte Nelson Mandela), Londres (London Eye, Embaixada do Brasil), Rio de Janeiro (Cristo Redentor, Maracanã, Arcos da Lapa, Arenas Cariocas no Parque Olímpico, Ponte Dom Eugênio Salles/Barra), Roma

(Embaixada do Brasil, Palácio Pamphilj), Seul (Torre Seul N), Tóquio (Edifício Sede do Governo de Tóquio e Parque Olímpico de Komazawa).

PROCESSO DE PAZ NO SUDÃO DO SUL 27/04/2016

O Governo brasileiro saúda o retorno de Riek Machar à capital do Sudão do Sul, Juba, e sua assunção ao cargo de Primeiro-Vice-Presidente do país. Esses passos constituem marcos importantes na implementação do processo de solução política para o conflito sul-sudanês, ancorado no acordo de paz alcançado pelas partes em agosto de 2015.

O Governo brasileiro encoraja as partes sul-sudanesas a continuarem avançando na instauração do Governo Transitório de União Nacional, buscando resguardar o ambiente de moderação e o respeito absoluto ao compromisso de cessação de hostilidades.

Ao reconhecer os êxitos dos esforços de mediação por parte de atores regionais, sobretudo da Autoridade Intergovernamental para o Desenvolvimento (IGAD), e de outros parceiros externos, o Brasil sublinha a importância de que a comunidade internacional mantenha seu apoio à paz e ao desenvolvimento do Sudão do Sul.

BRASILEIRA CARMEN BARROSO GANHA O PRÊMIO DE POPULAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS 28/04/2016

O Fundo de População das Nações Unidas anunciou ontem, 27 de abril, a premiação da brasileira Carmen Barroso e da organização não governamental polonesa "Childbirth with Dignity Foundation" com

o Prêmio de População das Nações Unidas de 2016. Criado pela Assembleia Geral da ONU em 1981, o prêmio reconhece conquistas notáveis nas áreas de população e saúde.

Carmen Barroso é cientista social com vasta experiência na temática de população e desenvolvimento. No Brasil, durante suas atividades na Fundação Carlos Chagas e na Universidade de São Paulo, foi pioneira em estudos de gênero. Atualmente, integra o Grupo Independente de Especialistas da Estratégia Global da ONU sobre Saúde da Mulher, das Crianças e dos Adolescentes, lançado pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em fevereiro de 2016.

A entrega dos prêmios está prevista para ocorrer na sede das Nações Unidas, em Nova York, no próximo dia 23 de junho.

VISITA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO PERU – LIMA, 29 DE ABRIL DE 2016 28/04/2016

O Ministro das Relações Exteriores, Embaixador Mauro Vieira, realizará sua primeira visita oficial à República do Peru em 29 de abril. Na ocasião, participará, junto com o Ministro do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, Armando Monteiro Neto, da assinatura do Acordo de Ampliação Econômico-Comercial Brasil-Peru.

O acordo estabelecerá regras sobre investimentos, serviços e compras governamentais entre os dois países, o que deverá dinamizar a circulação de bens e pessoas, além de favorecer o estabelecimento de empresas e investimentos nos dois países. É a primeira vez que o Brasil firma um acordo internacional na área de compras governamentais.

Os Ministros também assinarão acordo que prevê a antecipação da desgravação tarifária para certos bens exportados pelo Brasil ao Peru, originalmente prevista para 2019.

Na reunião com a Chanceler Ana María Sánchez, deverão ser tratados os temas da agenda bilateral e regional, como integração de infraestrutura, cooperação fronteiriça, combate ao narcotráfico.

Em 2015, o intercâmbio comercial com o Peru foi de US\$ 3 bilhões, com superávit brasileiro de US\$ 559 milhões. O Brasil foi o quarto maior parceiro comercial do Peru. Brasil e Peru compartilham 2.899 km de fronteiras, constituindo a maior fronteira do Peru e a segunda maior fronteira do Brasil.

ATENTADOS NO IRAQUE 02/05/2016

O Governo brasileiro repudia os atentados a bomba ocorridos desde o último final de semana no Iraque, que resultaram em pelo menos 68 mortos.

O Governo brasileiro acompanha com preocupação a escalada de violência sectária que ocorre em meio a acirramento da crise política no país.

Ao transmitir aos familiares das vítimas, ao Governo e ao povo iraquiano seus sentimentos de solidariedade e suas mais profundas condolências em virtude dos repetidos ataques que vitimam a população inocente, o Governo brasileiro reitera sua veemente condenação a todo ato de terrorismo.

REUNIÃO DE NEGOCIADORES-CHEFES DO MERCOSUL E DA UNIÃO EUROPEIA – BRUXELAS, 11 DE MAIO – COMUNICADO CONJUNTO À IMPRENSA 11/05/2016

Conforme anunciado em 8 de abril pela Comissária de Comércio Malmström e pelo Ministro das Relações Exteriores do Uruguai Rodolfo Nin Novoa, a União Europeia e o Mercosul trocaram hoje ofertas de acesso a seus respectivos mercados de bens, serviços e estabelecimento, e compras governamentais.

Trata-se da primeira troca de ofertas desde 2004 e de passo necessário para fazer avançar o processo negociador. Ambos os lados agora examinarão as ofertas em mais detalhe.

A UE e o Mercosul realizarão reunião de negociadores-chefe antes das férias do verão europeu a fim de fazer uma balanço da negociação e preparar calendário de reuniões para o segundo semestre do ano.

Ambos os lados permanecem plenamente comprometidos com essa negociação, tendo em vista os importantes ganhos econômicos e políticos esperados para os dois lados de um Acordo de Associação UE-Mercosul abrangente, ambicioso e equilibrado.

ATENTADOS NO IRAQUE 11/05/2016

O Governo brasileiro recebeu com consternação a notícia de novo atentado a bomba ocorrido hoje no Iraque, reivindicado pela organização terrorista autodenominada “Estado Islâmico”, o qual resultou na morte de pelo menos 50 pessoas, e em mais de 70 feridos.

O Brasil reafirma seu repúdio a todo ato de terrorismo, e transmite sua solidariedade às

famílias das vítimas, ao povo e ao Governo do Iraque.

MANIFESTAÇÕES SOBRE A SITUAÇÃO INTERNA NO BRASIL 13/05/2016

O Ministério das Relações Exteriores rejeita enfaticamente as manifestações dos governos da Venezuela, Cuba, Bolívia, Equador e Nicarágua, assim como da Aliança Bolivariana para os Povos de Nossa América/Tratado de Comércio dos Povos (ALBA/TCP), que se permitem opinar e propagar falsidades sobre o processo político interno no Brasil. Esse processo se desenvolve em quadro de absoluto respeito às instituições democráticas e à Constituição Federal.

Como qualquer observador isento pode constatar, o processo de impedimento é previsão constitucional; o rito estabelecido na Constituição e na Lei foi seguido rigorosamente, com aval e determinação do STF; e o Vice-Presidente assumiu a presidência por determinação da Constituição Federal, nos termos por ela fixados.

DECLARAÇÕES DO SECRETÁRIO-GERAL DA UNASUL SOBRE A SITUAÇÃO INTERNA NO BRASIL 13/05/2016

O Ministério das Relações Exteriores repudia declarações do Secretário-Geral da UNASUL, Ernesto Samper, sobre a conjuntura política no Brasil, que qualificam de maneira equivocada o funcionamento das instituições democráticas do Estado brasileiro.

Os argumentos apresentados, além de errôneos, deixam transparecer juízos de

valor infundados e preconceitos contra o Estado brasileiro e seus poderes constituídos e fazem interpretações falsas sobre a Constituição e as leis brasileiras. Além disso, transmitem a interpretação absurda de que as liberdades democráticas, o sistema representativo, os direitos humanos e sociais e as conquistas da sociedade brasileira se encontrariam em perigo. A realidade é oposta.

Tais juízos e interpretações do Secretário-Geral são incompatíveis com as funções que exerce e com o mandato que recebeu do conjunto de países sul-americanos nos termos do Tratado Constitutivo e do Regulamento Geral da UNASUL.

DECLARAÇÕES DO GOVERNO DE EL SALVADOR SOBRE A SITUAÇÃO INTERNA NO BRASIL 16/05/2016

O Ministério das Relações Exteriores tomou conhecimento das manifestações do governo de El Salvador sobre o processo político brasileiro e de sua decisão de suspender contatos oficiais com o Brasil, que revelam amplo e profundo desconhecimento sobre a Constituição e a legislação brasileiras, sobre o rito aplicável em processos de impedimento e sobre o pleno funcionamento das normas e instituições democráticas no país.

Causam especial estranheza tantos equívocos, uma vez que El Salvador mantém intensas relações econômicas com o Brasil e é o maior beneficiário de cooperação técnica brasileira em toda a América Central.

Por isso tudo o governo brasileiro espera que o governo de El Salvador reconsidere sua posição, com base em avaliação objetiva e factual da realidade, e em respeito às instituições brasileiras e aos

princípios que têm regido as relações entre os dois países.

DIA INTERNACIONAL CONTRA A HOMOFOBIA 19/05/2016

Celebrou-se no dia 17 de maio o Dia Internacional contra a Homofobia e a Transfobia.

O Brasil tem atuado nos foros internacionais para promover o reconhecimento, promoção e proteção dos direitos de pessoas LGBTI. No âmbito regional, o país tem sido responsável por apresentar, anualmente, a resolução sobre o tema à Assembleia Geral da OEA e apoiou a adoção da Convenção Interamericana contra Toda Forma de Discriminação e Intolerância, a qual faz expressa referência à proibição de discriminação baseada em orientação sexual e identidade de gênero.

No âmbito do Conselho de Direitos Humanos da ONU (CDH), o Brasil participou diretamente das negociações e copatrocinou, em junho de 2011, durante a 17ª Sessão, a resolução 17/19, intitulada "Direitos Humanos, Orientação Sexual e Identidade de Gênero", apresentada pela África do Sul. Desde então, o Brasil tem mantido participação ativa nas discussões sobre o tema, em seus diferentes aspectos, no âmbito do CDH.

ACIDENTE AÉREO NO EGITO 20/05/2016

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande pesar, do desastre com o voo MS804 da companhia Egypt Air, que vitimou 66 pessoas, em sua maioria cidadãos egípcios.

O Brasil transmite aos familiares das vítimas e aos governos do Egito e dos demais países que tiveram seus nacionais entre as vítimas sua solidariedade e suas condolências.

**MEMORANDO DE ENTENDIMENTO
ENTRE O GOVERNO DA
REPÚBLICA FEDERATIVA DO
BRASIL E O GOVERNO DA
REPÚBLICA ARGENTINA PARA A
CRIAÇÃO DO MECANISMO DE
COORDENAÇÃO POLÍTICA BRASIL-
ARGENTINA – BUENOS AIRES, 23 DE
MAIO DE 2016 23/05/2016**

O Governo da República Federativa do Brasil e O Governo da República Argentina

(doravante denominados "Partes"),

No marco das celebrações dos trinta anos da assinatura da Declaração do Iguazu, em 30 de novembro de 1985, que marcou o início do processo de aproximação entre Brasil e Argentina e resultou na construção de relação marcada pela confiança mútua, pela amizade e pela cooperação, em nome dos ideais de paz, liberdade e justiça social; e dos vinte e cinco anos da criação do MERCOSUL, em 26 de março de 1991, o mais ambicioso processo de integração existente na região, que proporcionou a todos os países integrantes ganhos substantivos em matéria de comércio, indústria, emprego, benefícios sociais e bem-estar;

Conscientes da importância dos laços políticos existentes entre Brasil e Argentina, cuja aliança tem sido determinante para a promoção do desenvolvimento de ambos os países e para o aprofundamento do processo de integração regional, construindo uma América do Sul mais integrada, pacífica e próspera;

Certos de que a crescente integração entre os dois países, que tem resultado em projetos desenvolvidos conjuntamente em áreas estratégicas como ciência, tecnologia e inovação, defesa, infraestrutura, energia e comércio, exige o constante e sistemático acompanhamento, para garantir-lhes a devida celeridade e conferir-lhes prioridade de tratamento na agenda de trabalho dos dois Governos;

Cientes de que a atuação conjunta de Brasil e Argentina no plano internacional fortalece os dois países mutuamente e contribui para a projeção e o fortalecimento da América do Sul no mundo, e que essa atuação exige o constante intercâmbio de opiniões e a coordenação de posições em matérias de interesse comum nos planos regional e global;

e

Reconhecendo os avanços em benefício da integração bilateral proporcionados pelo Mecanismo de Integração e Coordenação Brasil-Argentina (MICBA), instituído em 2007;

Acordam o seguinte:

Fica constituído o Mecanismo de Coordenação Política Brasil-Argentina, coordenado pelas Chancelarias, cujos trabalhos serão presididos pelos Vice-Chanceleres (Secretário-Geral das Relações Exteriores do Brasil e Secretário de Relações Exteriores da Argentina).

1. O Mecanismo de Coordenação Política constituirá o principal foro de coordenação política entre Brasil e Argentina e poderá envolver, além das Chancelarias, outros órgãos dos dois Governos que se julguem pertinentes, os quais serão convocados pelas Chancelarias para participar das reuniões.

2. O Mecanismo terá por principais objetivos o intercâmbio de opiniões sobre temas das agendas bilateral, regional e global, com vistas à coordenação de posições; e o acompanhamento dos projetos estratégicos de integração bilateral, em especial nas áreas de ciência, tecnologia e inovação; defesa; indústria aeronáutica; energia; e comércio, sem prejuízo de outras áreas que possam ser consideradas prioritárias pelos dois Governos.

3. As reuniões do Mecanismo de Coordenação Política serão periódicas e se darão, preferencialmente, no mínimo duas vezes ao ano. Os dois países procurarão realizar, ao menos, uma reunião no início de cada ano, para definir a agenda comum de trabalho; e outra no início do segundo semestre, com enfoque prioritário na coordenação de posições para a Assembleia-Geral das Nações Unidas.

4. A agenda temática do Mecanismo de Coordenação Política será aberta e acordada entre as Chancelarias previamente a cada reunião, de modo a refletir a agenda internacional e os interesses específicos de cada um dos países.

5. As reuniões serão realizadas de forma alternada em cada um dos países. O país anfitrião será responsável pela apresentação de proposta de data, local e agenda do encontro; e deverá submetê-la com antecedência mínima de um mês da reunião.

6. As reuniões do Mecanismo poderão ser organizadas em subgrupos temáticos que trabalharão sobre pontos específicos da agenda, desde que se julgue necessário. Os subgrupos temáticos se reportarão aos Vice-Chanceleres.

7. Os subgrupos temáticos deverão remeter relatórios de atividades, acompanhados de

recomendações, para apreciação do Mecanismo.

8. As partes intercambiarão, em prazo não superior a trinta dias, os seus respectivos registros de decisões e medidas de seguimento acordadas nas reuniões.

9. Excepcionalmente, a critério das duas Chancelarias, as reuniões do Mecanismo de Coordenação Política poderão ser presididas pelos Ministros das Relações Exteriores.

10. O Presente Memorando de Entendimento entrará em vigor da data de sua assinatura e terá vigência indefinida.

11. As Partes poderão modificar o presente Memorando de Entendimento, por meio do intercâmbio de notas diplomáticas.

12. Qualquer das Partes poderá denunciar o presente Memorando de Entendimento, mediante notificação por via diplomática, com sessenta (60) dias de antecedência à data em que se decida terminá-lo.

Feito em Buenos Aires, em 23 de maio de 2016, em dois exemplares originais nos idiomas português e espanhol, sendo ambos os textos igualmente autênticos.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA ARGENTINA 24/05/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República Argentina concedeu agrément a Sérgio França Danese como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. O agrément foi concedido pelas autoridades argentinas tão logo foi recebido o pedido do governo brasileiro. A pronta concessão do agrément ilustra a

prioridade que ambos os governos conferem à relação bilateral.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NO ESTADO DO KUWAIT 24/05/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo do Estado do Kuwait concedeu agrément a Norton de Andrade Mello Rapesta como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. O Brasil e o Kuwait estabeleceram relações diplomáticas em 1968.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

NOMEAÇÃO DA EMBAIXADORA PATRICIA ESPINOSA (MÉXICO) PARA O CARGO DE SECRETÁRIA EXECUTIVA DA CONVENÇÃO-QUADRO DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE MUDANÇA DO CLIMA (UNFCCC) 24/05/2016

O governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da nomeação da Embaixadora Patricia Espinosa para o cargo de Secretária Executiva da Convenção-Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC), anunciada pelo Secretário-Geral das Nações Unidas em 18 de maio.

O governo brasileiro felicita a Embaixadora Espinosa pela nomeação. Sua vasta experiência diplomática, associada ao sólido conhecimento sobre as negociações e

a seu compromisso com o multilateralismo, contribuirão para o fortalecimento e plena implementação da UNFCCC e de seus dois instrumentos, o Protocolo de Quioto e o Acordo de Paris.

O governo brasileiro reitera o firme compromisso com o combate à mudança do clima e renova seu apoio à UNFCCC como o principal órgão das Nações Unidas responsável pela coordenação internacional das ações nessa área.

ELEIÇÃO DO SR. ERIK SOLHEIM PARA O CARGO DE DIRETOR EXECUTIVO DO PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O MEIO AMBIENTE (PNUMA)

O governo brasileiro recebeu com satisfação a notícia da eleição do Senhor Erik Solheim para o cargo de Diretor Executivo do Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente (PNUMA), ocorrida em 13 de maio, pela Assembleia Geral das Nações Unidas.

O governo brasileiro felicita o Senhor Erik Solheim e reafirma o compromisso do Brasil com os trabalhos do PNUMA. A competência técnica e a experiência política do Senhor Solheim contribuirão para o fortalecimento do Programa e de sua Assembleia Ambiental (UNEA), conforme mandato da Conferência Rio+20.

O governo brasileiro continuará a apoiar os trabalhos do PNUMA, órgão responsável por conduzir a agenda ambiental nas Nações Unidas, com vistas à promoção do desenvolvimento sustentável, em suas dimensões econômica, social e ambiental, no contexto da recém-aprovada Agenda 2030.

ATENTADOS NA SÍRIA 25/05/2016

O governo brasileiro condena nos mais fortes termos os atentados terroristas ocorridos em 23 de maio, nas cidades de Tartus e Jableh na Síria, reivindicados pela organização terrorista autodenominada “Estado Islâmico”, os quais resultaram em mais de cem mortos e feridos.

Ao transmitir aos familiares das vítimas e ao povo sírio seus sentimentos de plena solidariedade e suas mais profundas condolências, o governo brasileiro reitera sua veemente condenação a todo ato de terrorismo e seu decidido apoio às iniciativas de paz em curso, que buscam uma solução política para a crise naquele país.

Os recentes atentados causam especial apreensão no Brasil, por ser Tartus província que abriga comunidade brasileira de cerca de 400 pessoas. Não há até o momento notícia de brasileiros atingidos pelos ataques. A Embaixada do Brasil em Damasco acompanha de perto a situação para prestar aos cidadãos brasileiros todo o apoio que se faça necessário.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DOS ESTADOS UNIDOS 25/05/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément a Peter McKinley como embaixador extraordinário e plenipotenciário dos Estados Unidos da América no Brasil.

VISITA DO MINISTRO JOSÉ SERRA A CABO VERDE 28/05/2016

Hoje, 28 de maio, o ministro José Serra realizará visita oficial a Cabo Verde,

ocasião em que manterá reuniões de trabalho com seu homólogo cabo-verdiano, Luis Filipe Tavares, com o primeiro-ministro Ulisses Correia e Silva e com o presidente Jorge Carlos Fonseca.

Trata-se da primeira visita do ministro Serra à África desde que assumiu o Itamaraty, demonstrando de que as relações com o continente continuam prioritárias na política externa brasileira.

A agenda com Cabo Verde é diversificada. Trata-se de um dos grandes parceiros de cooperação brasileira, bem como do principal beneficiário do Programa de Estudantes–Convênio de Graduação (PEC-G) – que, desde 2000, possibilitou o envio de quase 3.000 estudantes cabo-verdianos para universidades brasileiras. Desde 2013, está em atividade o Núcleo de Missão Naval do Brasil em Cabo Verde, com o objetivo de auxiliar a formação de pessoal da Marinha cabo-verdiana. A visita constituirá também oportunidade para que se busquem novos campos de cooperação econômica.

PARTICIPAÇÃO DO MINISTRO JOSÉ SERRA NAS REUNIÕES MINISTERIAIS DA OCDE E DA OMC 28/05/2016

O ministro das Relações Exteriores, José Serra, participará da Reunião Ministerial anual da Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), presidida pela presidente Michelle Bachelet do Chile, nos dias 1º e 2 de junho, em Paris, que reunirá os 34 países membros da OCDE e alguns países não-membros.

Serão discutidos diferentes aspectos do tema “Aumentando a Produtividade para o Crescimento Inclusivo”. O ministro José Serra será um dos condutores no painel

dedicado ao “Desenvolvimento Inclusivo e Sustentável”, manterá encontros bilaterais com autoridades de vários países e organismos internacionais e apresentará as políticas do governo brasileiro destinadas a recuperar o crescimento, restaurar a confiança e gerar emprego.

No dia 2, o ministro participará, ao lado dos ministros responsáveis por comércio internacional das 8 maiores economias e países mais ativos na Organização Mundial do Comércio, de discussões sobre os rumos das negociações comerciais multilaterais, inclusive a necessidade de obter maior abertura dos mercados de produtos agrícolas.

RESPOSTA DO MINISTRO JOSÉ SERRA AO JORNAL FINANCIAL TIMES A PROPÓSITO DE ARTIGO SOBRE O MERCOSUL 30/05/2016

Em resposta ao artigo “Trade pacts: Latin America’s new faultline”, publicado em 24 de maio na edição digital do Financial Times, o ministro das Relações Exteriores, José Serra, encaminhou ao jornal a seguinte resposta, que foi publicada na íntegra na edição impressa do jornal hoje, 30 de maio:

“South America trade is built on strong strategic alliances

Sir,

As a long-time reader and admirer of your newspaper, I was surprised and disappointed to read “Trade pacts: Latin America’s new faultline” (EM Squared, FT.com May 24).

Besides being based on the highly questionable argument of a “new split” in Latin America, supposedly brought about by the opposition between Mercosur and the Pacific Alliance integration

mechanisms, the article disregards objective differences and overlooks relevant circumstances and data in comparing the two blocks.

Mercosur has welcomed the establishment of the Pacific Alliance, has trade agreements with its three South American members (Chile, Colombia and Peru), which will lead to a free trade zone by 2019, and is negotiating with Mexico the widening of tariff reduction agreements. The two mechanisms hold regular meetings to advance their co-operation. They share the goal of enhancing their role in the global trade markets and consider that ever growing co-ordination between them, at many levels, can be achieved and should be pursued. There is no divide, only convergence based on shared goals.

While comparing the performance of the two integration processes (Mercosur, established 25 years ago, and the Pacific Alliance, established in 2011), the article overlooks the different stages of their evolution. It is only natural that the intensification of trade flows should have a faster pace in the initial years of any such arrangement. That is exactly what happened to Mercosur. Also, one should consider that the two main partners in Mercosur have been affected by the worst macroeconomic downturns in their recent history. Weak growth in the short run tends to slow down trade exchanges.

The authors mistake structural patterns for dynamic vectors of the agreements. Mexico and Chile, for instance, had a higher export/gross domestic product rate than Mercosur countries even before the Pacific Alliance had been set up.

It is not the best approach to try to infer long term trends in foreign direct investment from a rather small sample (three years). In fact, what the data really

show is that Mercosur has a larger FDI/GDP ratio than the Pacific Alliance. On top of that, to talk about a “rivalry” between Argentina and Brazil in 2016 is laughable. In fact, the two largest countries in South America have built a strong strategic partnership which is at the very core of Mercosur.

Also, contrary to what the article suggests, I am fully convinced of the importance of Mercosur, and I am ready to work with our partners with a view to its strengthening.

José Serra

Minister of Foreign Affairs,

The Federative Republic of Brazil"

"O comércio da América do Sul está construído sobre sólidas alianças estratégicas

Prezado Senhor,

Como leitor de longa data e admirador de seu jornal, fui surpreendido, e desapontei-me, ao ler a matéria “Trade pacts: Latin America’s new faultline” (EM Squared, FT.com, 24 de maio de 2016).

Além de basear-se no argumento altamente questionável de uma "nova separação" na América Latina, supostamente resultante da oposição entre os mecanismos de integração do MERCOSUL e da Aliança do Pacífico, o artigo desconsidera diferenças objetivas e não leva em conta circunstâncias e dados relevantes na comparação entre os dois blocos.

O MERCOSUL saudou a criação da Aliança do Pacífico; tem acordos de comércio com os seus três membros sul-americanos (Chile, Colômbia e Peru), o que levará à constituição de uma Zona de Livre Comércio até 2019; e está negociando com

o México a ampliação de seus acordos de redução tarifária. Os dois mecanismos mantêm reuniões regulares para aprofundar a cooperação. Compartilham o objetivo de incrementar sua participação nos mercados globais de comércio e consideram que uma coordenação cada vez mais estreita, em diversos níveis, pode ser alcançada e deve ser promovida. Não há divisão, somente convergência baseada em objetivos comuns.

Ao comparar a desempenho dos dois processos de integração (o MERCOSUL, estabelecido há 25 anos, e a Aliança do Pacífico, estabelecida em 2011), o artigo negligencia seus diferentes estágios de evolução. Nada mais natural que a intensificação dos fluxos comerciais seja mais rápida nos primeiros anos de qualquer mecanismo desse tipo. Foi justamente o que ocorreu no Mercosul. Além disso, deve-se levar em conta que os dois maiores parceiros do Mercosul foram afetados pelas piores retrações macroeconômicas de suas histórias recentes. O baixo crescimento, no curto prazo, tende a desacelerar o intercâmbio comercial.

Os autores confundem padrões estruturais com vetores dinâmicos dos acordos. México e Chile, por exemplo, tinham uma taxa exportação/PIB maior do que os países do MERCOSUL, mesmo antes que a Aliança do Pacífico fosse estabelecida.

Não é a melhor abordagem tentar inferir tendências de longo prazo em investimento estrangeiro direto (IED) a partir de uma pequena amostra (três anos). Na verdade, o que os dados efetivamente mostram é que o Mercosul tem uma relação IED/PIB maior do que a Aliança do Pacífico. Ademais, falar sobre "rivalidade" entre Argentina e Brasil em 2016 é risível. Na verdade, os dois maiores países da América do Sul

construíram uma forte parceria estratégica, que está no cerne do MERCOSUL.

Além disso, ao contrário do que o artigo sugere, estou plenamente convencido da importância do MERCOSUL e estou pronto para trabalhar com os nossos parceiros, com vistas ao seu fortalecimento.

José Serra,

Ministro das Relações Exteriores,

"República Federativa do Brasil"

NAUFRÁGIOS NO MEDITERRÂNEO 30/05/2016

O governo brasileiro recebeu com profunda tristeza e consternação a notícia de que centenas de cidadãos do Oriente Médio e do norte da África morreram em naufrágios no mar Mediterrâneo na semana passada ao tentar chegar à Europa. Esses trágicos acidentes devem tocar a consciência de todos e reforçam a urgência de uma solução abrangente para a gravíssima crise de refugiados, que deve necessariamente incluir o apoio da comunidade internacional e um esforço concentrado na busca de soluções para os conflitos que estão na origem desse fenômeno e que levam milhões de pessoas a abandonar suas casas na procura de melhores condições de vida.

Ao expressar suas condolências às famílias das vítimas e sua solidariedade com os feridos e os governos dos países envolvidos, o Brasil reitera sua disposição de seguir colaborando, como tem feito, por meio da recepção de imigrantes em nosso território.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA PORTUGUESA 30/05/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément a Jorge Tito de Vasconcelos Nogueira Dias Cabral como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República Portuguesa no Brasil.

PRÊMIO CAMÕES 2016 30/05/2016

O governo brasileiro celebra a escolha do escritor Raduan Nassar como vencedor da edição 2016 do Prêmio Camões. Instituído pelos governos do Brasil e de Portugal em 1988, o Prêmio Camões é considerado a mais importante distinção literária destinada a autores de língua portuguesa.

Autor de “Lavoura arcaica” e “Um copo de cólera”, Nassar é o 12º brasileiro a ganhar esse prestigioso prêmio, que já contemplou nomes como Ferreira Gullar, Lygia Fagundes Telles e, entre outros, os diplomatas Alberto da Costa e Silva e João Cabral de Melo Neto.

RATIFICAÇÃO PELO BRASIL DA CONVENÇÃO MULTILATERAL SOBRE ASSISTÊNCIA ADMINISTRATIVA MÚTUA EM MATÉRIA FISCAL – PARIS, 1º DE JUNHO DE 2016 02/06/2016

Ontem, 1º de junho, o Ministro das Relações Exteriores, José Serra, depositou junto à Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE), em Paris, o instrumento de ratificação da Convenção Multilateral sobre Assistência Administrativa Mútua em Matéria Fiscal ("Convenção Multilateral"). O Brasil firmou o instrumento em 2011, e, em 14 de

abril passado, o Congresso Nacional o aprovou.

A ratificação da Convenção Multilateral permitirá ao Brasil ampliar sua rede de intercâmbio de informações tributárias e financeiras com outros países signatários e, assim, fortalecer o combate à evasão fiscal e ao planejamento tributário agressivo.

MISSÃO DO DIRETOR DO DEPARTAMENTO DE PROMOÇÃO COMERCIAL E INVESTIMENTOS AO IRÃ 04/06/2016

O diretor do Departamento de Promoção Comercial e Investimentos do Ministério das Relações Exteriores, Rodrigo de Azeredo Santos, fará visita oficial a Teerã entre os dias 10 e 13 de junho. Sua viagem faz parte do esforço brasileiro em reforçar contatos com o setor privado e governamental iraniano para impulsionar as relações econômicas e comerciais entre os dois países, conforme orientação do ministro José Serra.

Durante a visita, serão exploradas novas oportunidades para o exportador brasileiro, bem como para investimentos iranianos no Brasil, dentro do compromisso entre os dois governos de renovar e ampliar a parceria bilateral. Também se buscará avançar nos entendimentos sobre financiamentos e garantias às exportações brasileiras para o mercado iraniano.

O intercâmbio comercial Brasil-Irã, em 2015, foi de US\$ 1,6 bilhão, registrando queda de 29,5% em comparação com 2011, quando as trocas bilaterais chegaram ao valor de US\$ 2,3 bilhões. Os governos brasileiro e iraniano desejam elevar o patamar do comércio bilateral ao nível de 2011, para, em um segundo momento, atingir a cifra de US\$ 5 bilhões. As

exportações brasileiras ainda estão concentradas em alimentos (carnes, milho e açúcar), mas há grande potencial em setores como equipamentos de transporte, máquinas e equipamentos mecânicos e elétricos, equipamentos para o setor de petróleo e gás e implementos agrícolas.

FALECIMENTO DE MUHAMMAD ALI 04/06/2016

Recebemos com pesar a notícia do falecimento de Muhammad Ali, ganhador da medalha de ouro no boxe na Olimpíada de Roma, em 1960, e ex-campeão mundial dos pesos-pesados, hoje, nos Estados Unidos.

Um dos inigualáveis atletas de seu tempo, Ali deixa como legado uma vida dedicada à luta por direitos civis que transcendeu as fronteiras do esporte, bem como uma história pessoal de defesa do desenvolvimento espiritual, social e econômico dos afrodescendentes. Como pugilista e ativista, Muhammad Ali será lembrado pela superação de limites físicos e sociais.

José Serra
Ministro das Relações Exteriores

SITUAÇÃO NA VENEZUELA 06/06/2016

Temos acompanhado com apreensão os acontecimentos na Venezuela: a radicalização política, o aprofundamento da crise econômica e o contínuo agravamento da situação humanitária e dos direitos humanos, inclusive das prisões arbitrárias. Preocupa-nos o sofrimento do povo venezuelano devido ao desabastecimento alimentar, à superinflação e ao colapso da oferta de medicamentos.

Queremos assegurar que o Governo brasileiro apoia iniciativas construtivas que visem a promover um entendimento entre o atual governo venezuelano e a oposição.

Como país vizinho, amigo e solidário da nação venezuelana, o Brasil está pronto a contribuir na busca desse entendimento e a colaborar para o atendimento das carências mais críticas que afetam a população do país vizinho. Estamos dispostos a doar medicamentos básicos produzidos por nossos laboratórios públicos, entregando-os a organizações internacionais humanitárias que possam promover sua distribuição.

José Serra
Ministro das Relações Exteriores

ATENTADO EM ISTAMBUL 07/06/2016

O governo brasileiro condena o ataque perpetrado na cidade de Istambul, no dia de hoje, que resultou em dezenas de mortos e feridos, entre policiais e civis.

Ao reiterar seu firme repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade ao povo e ao governo da Turquia e transmite suas condolências aos familiares das vítimas.

RESPOSTA AO VÍRUS ZIKA NO CONTEXTO DOS JOGOS OLÍMPICOS E PARALÍMPICOS RIO 2016 07/06/2016

A Organização Mundial da Saúde (OMS) tem reiterado o entendimento de que a situação da incidência do vírus Zika no Brasil não é motivo para recomendações que possam sugerir a transferência ou o cancelamento dos Jogos Olímpicos e

Paralímpicos Rio 2016. A OMS tem reafirmado sua posição no sentido de que as condições estão dadas para a realização do evento, posição compartilhada também pelos Centros de Controle e Prevenção de Doenças (CDC) dos Estados Unidos.

O Brasil segue colocando prontamente à disposição da OMS todos os dados brasileiros que comprovam que as taxas de incidência de dengue e de outras doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti* são historicamente reduzidas nos meses de julho e agosto, redução que será ainda mais acentuada pelas ações preventivas tomadas pelos três níveis de Governo.

O Brasil tem fornecido, igualmente, informações atualizadas sobre as medidas adicionais de controle de vetores implementadas no Rio de Janeiro e na Vila Olímpica. No contexto dos preparativos para os Jogos Olímpicos, o Governo brasileiro mantém cooperação permanente e informa de maneira regular o Comitê Olímpico Internacional (COI) sobre a resposta à ocorrência do vírus Zika e as ações específicas de prevenção em curso na Cidade-Sede.

Posições públicas recentemente expressas, no sentido de que seria necessário o adiamento ou a transferência dos Jogos, não estão baseadas em dados científicos. Medidas que viessem a recomendar o cancelamento dos Jogos Olímpicos implicariam igualmente a recomendação de interrupção de viagens aéreas e de comércio para e entre todos os 60 países que apresentam transmissão local do vírus Zika.

O Governo brasileiro segue divulgando dados e informações sobre medidas de precaução já tomadas, com o objetivo de contrarrestar o alarme resultante de ações que produzem fatos midiáticos sem base científica.

Desde a ocorrência dos primeiros casos do vírus Zika no país, em maio de 2015, o Governo brasileiro vem trabalhando em estreita parceria com a OMS, por meio da cooperação com a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS), e de relatórios regulares no marco do Regulamento Sanitário Internacional (RSI). O Brasil vem tendo também papel pioneiro no desenvolvimento de pesquisas sobre o vírus e doenças a ele associados e no desenvolvimento de testes, tratamentos e vacinas, em cooperação com diversos parceiros. A transparência do Governo brasileiro foi destacada pela Diretora-Geral da OMS, Dra. Margareth Chan, que visitou oficialmente o Brasil em fevereiro último, após a declaração, por sugestão do Comitê de Emergências do RSI, de uma Emergência de Saúde Pública de Interesse Internacional.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DE CHIPRE 07/06/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao senhor Haralambos Kafkarides como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República de Chipre no Brasil

Brasil e Chipre estabeleceram relações diplomáticas em 1966.

VISITA DO MINISTRO DE RELAÇÕES EXTERIORES DO PARAGUAI AO BRASIL – BRASÍLIA, 8 DE JUNHO DE 2016 07/06/2016

O ministro de Relações Exteriores do Paraguai, embaixador Eladio Loizaga, realizará visita oficial ao Brasil no dia 8 de junho de 2016, ocasião em que manterá encontro de trabalho com o ministro das

Relações Exteriores, José Serra. Eladio Loizaga será o primeiro chanceler estrangeiro a ser recebido em Brasília pelo ministro José Serra, o que reflete o excelente estado atual das relações entre os dois países.

Serão tratados os principais temas da agenda bilateral, com destaque para a evolução das negociações diplomáticas relativas ao acordo para construção de uma ponte internacional sobre o rio Paraguai, entre as localidades de Porto Murtinho (Mato Grosso do Sul) e Carmelo Peralta (Departamento do Alto Paraguai).

Os chanceleres relançarão o processo de negociação de Acordo sobre Localidades Fronteiriças Vinculadas e tratarão da importância de que tenham início, em breve, as obras da segunda ponte sobre o rio Paraná. Discutirão também a proposta brasileira para criar um Grupo de Trabalho Binacional voltado à gestão transparente em Itaipu.

Serão igualmente examinados temas regionais, como o incremento da cooperação no combate a ilícitos transfronteiriços, o fortalecimento econômico e comercial do MERCOSUL e a agilização da agenda externa do bloco, inclusive no que se refere às negociações com a União Europeia e ao processo de aproximação em curso com a Aliança do Pacífico.

O Brasil é o principal destino das exportações paraguaias e o principal fornecedor de produtos para o Paraguai. Em 2015, o intercâmbio bilateral alcançou US\$ 3,3 bilhões. O comércio bilateral é caracterizado por elevada porcentagem de produtos de alto valor agregado. No ano passado, 93,7% das exportações brasileiras ao Paraguai foram compostas de produtos manufaturados.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA REPÚBLICA DO MALAWI 07/06/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao senhor Brian Granthen Bowler como embaixador extraordinário e plenipotenciário da República do Malawi no Brasil.

O Brasil e o Malawi estabeleceram relações diplomáticas em 1964.

ATAQUE TERRORISTA EM TEL AVIV, ISRAEL 08/06/2016

O governo brasileiro condena o covarde ataque terrorista que deixou ao menos quatro mortos hoje, 8 de junho, em Tel-Aviv.

Ao transmitir seus pêsames aos familiares dos mortos e sua solidariedade com o povo e o governo de Israel, o Brasil reitera seu firme repúdio a todas as formas de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.

DECISÃO DO CONSELHO EXECUTIVO DA UNESCO SOBRE O PATRIMÔNIO CULTURAL NOS TERRITÓRIOS OCUPADOS 09/06/2016

A 199ª Sessão do Conselho Executivo da UNESCO, encerrada no último dia 15 de abril, adotou, por 33 votos a favor, 6 contra, 17 abstenções e 2 ausências, decisão sobre o patrimônio cultural nos Territórios Ocupados. O Brasil votou a favor da decisão, embora tenha buscado, ao longo das negociações, suavizar os termos da proposta original.

No entanto, o fato de que a decisão não faça referência expressa aos vínculos históricos do povo judeu com Jerusalém, particularmente o Muro Ocidental, santuário mais sagrado do judaísmo, é um erro, que torna o texto parcial e desequilibrado.

O Governo brasileiro reitera seu pleno reconhecimento desses vínculos e sua posição a favor do livre acesso dos fiéis das três religiões, cristianismo, islamismo e judaísmo, aos lugares santos da Cidade Velha de Jerusalém, bem como seu apoio aos acordos vigentes entre Israel e Jordânia para sua administração.

O Governo brasileiro revisará seu voto caso as deficiências apontadas na referida decisão não sejam sanadas em futuro exame do tema pela UNESCO.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA REPÚBLICA DE ANGOLA 09/06/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República de Angola concedeu agrément a Paulino Franco de Carvalho Neto como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. O Brasil foi o primeiro país a reconhecer a independência de Angola, em 1975.

De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

INCIDENTE NA VENEZUELA 09/06/2016

O governo brasileiro manifesta sua preocupação com as agressões sofridas por parlamentares hoje em Caracas, as quais

reclamam efetiva apuração de responsabilidades e dificultam o diálogo que se faz necessário entre o governo e a oposição para assegurar a plena observância do Estado de Direito.

RESULTADO DAS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS NO PERU 10/06/2016

O governo brasileiro congratula o governo e o povo peruanos pela realização do segundo turno das eleições presidenciais do último domingo, 5 de junho. O processo eleitoral, transcorrido de forma transparente e pacífica, atesta a vitalidade da democracia no Peru.

O governo brasileiro felicita o senhor Pedro Pablo Kuczynski por sua eleição e reitera sua disposição de trabalhar com as novas autoridades peruanas no aprofundamento das excelentes relações de amizade e cooperação que existem entre Brasil e Peru.

COMUNICADO CONJUNTO DOS CHANCELERES DE ARGENTINA, BRASIL, CHILE E URUGUAI SOBRE A SITUAÇÃO NA VENEZUELA 12/06/2016

Os Chanceleres signatários desejam manifestar que lamentam os atos de violência registrados em Caracas, onde vários cidadãos, inclusive parlamentares, foram agredidos, ao mesmo tempo em que condenam qualquer ato de violência independentemente de sua origem.

Nesse sentido, reafirmam que as autoridades têm a responsabilidade de garantir o direito às manifestações pacíficas e à livre expressão de ideias, e fazem um chamado a que, conforme prometeu o governo, se investiguem as responsabilidades pela violência.

Instam igualmente a que se possam resolver as diferenças por meio do diálogo pacífico e com métodos democráticos, esperando que o processo de facilitação promovido pelos ex-Presidentes possa alcançar resultados positivos, e em um prazo razoável, em favor de todas as partes envolvidas.

Susana Malcorra, Ministra de Relações Exteriores e Culto da República Argentina

José Serra, Ministro das Relações Exteriores da República Federativa do Brasil

Heraldo Muñoz Valenzuela, Ministro de Relações Exteriores da República do Chile

Rodolfo Nin Novoa, Ministro de Relações Exteriores da República Oriental do Uruguai

ATAQUE A CASA NOTURNA EM ORLANDO 12/06/2016

O governo brasileiro recebeu com profunda consternação e indignação a notícia do ataque a casa noturna em Orlando, Flórida, que provocou a morte de mais de 50 pessoas, e deixou dezenas de feridos.

O Consulado-Geral do Brasil em Miami está em estreito contato com as autoridades locais e com a comunidade brasileira em Orlando. Até o momento, não há notícia de brasileiros entre as pessoas vitimadas pelo ataque.

Ao transmitir sua solidariedade às famílias das vítimas, ao povo e ao governo norte-americanos, o governo brasileiro reafirma seu mais firme repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo. Nenhuma motivação, nenhum argumento justifica o recurso a semelhante barbárie assassina.

VISITA DO GOVERNADOR HENRIQUE CAPRILES 14/06/2016

O Ministro José Serra recebeu hoje, 14 de junho, a visita de Henrique Capriles, Governador do estado de Miranda, importante liderança da oposição venezuelana, e principal defensor da via eleitoral, democrática e pacífica, para o encaminhamento da grave crise que afeta aquele país.

No encontro, foi discutida a situação política, econômica, humanitária e de direitos humanos que aflige a Venezuela. O relato do Governador Capriles confirma a urgência de um encaminhamento para a crise venezuelana.

O Ministro José Serra reiterou a preocupação do Brasil e a disposição de contribuir para a busca de soluções, sempre com vistas a preservar a democracia e aliviar o sofrimento da população. O Brasil gostaria de ver restaurado um canal de diálogo entre o governo e a oposição. No entanto, tal diálogo, para ser válido, deve ser de boa-fé, efetivo e de natureza não-procrastinatória.

O Ministro e o Governador conversaram sobre as iniciativas em curso no âmbito da OEA, da UNASUL e do MERCOSUL e sobre o andamento do processo de convocação de referendo revogatório. O Ministro assinalou que o Brasil vê com bons olhos essa alternativa.

O Ministro Serra enfatizou o imperativo de que sejam plenamente respeitadas a constituição e as leis venezuelanas e, nesse sentido, a independência e as prerrogativas dos diferentes poderes do Estado, de modo a que prevaleça a vontade soberana do povo venezuelano.

O Ministro Serra ressaltou a particular preocupação do Governo brasileiro com a

questão humanitária, em especial a grave escassez de medicamentos, e renovou a disposição do governo brasileiro de doar medicamentos básicos produzidos por nossos laboratórios públicos, por intermédio de organizações internacionais.

O Ministro reiterou sua preocupação com prisões arbitrárias e recordou que o governo venezuelano tem o dever de garantir a liberdade de expressão e o pleno respeito aos direitos humanos de todos os cidadãos do país.

CRIAÇÃO DA FRENTE DE PAÍSES DA OEA EM PROL DOS DIREITOS DAS PESSOAS LGBTI 16/06/2016

Foi anunciada, na noite de ontem, 15 de junho, na XLVI Sessão Ordinária da Assembleia Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA), a criação de frente de países em prol da promoção dos direitos das pessoas LGBTI. Além do Brasil, participam da iniciativa Argentina, Canadá, Chile, Colômbia, Estados Unidos, México e Uruguai.

O Brasil tem participado ativamente, nos diversos fóruns multilaterais, das discussões para a promoção e proteção dos direitos das pessoas LGBTI, e faz parte da frente de países sobre esse mesmo tema no âmbito do Conselho de Direitos Humanos, em Genebra, e da Assembleia Geral das Nações Unidas, em Nova York.

Em relatório de 2015, intitulado "Violência contra Pessoas LGBTI", a Comissão Interamericana de Direitos Humanos indicou que "as pessoas LGBTI, ou aquelas percebidas como tal, estão sujeitas a diversas formas de violência e discriminação baseadas na percepção de sua orientação sexual, sua identidade ou expressão de gênero" e que "estas situações

de violência e discriminação são uma clara violação a seus direitos humanos, tal e como o reconhecem os instrumentos interamericanos e internacionais de direitos humanos”.

O recém-criado grupo de países se compromete a apoiar esforços da OEA destinados a assegurar que todos os seres humanos possam viver livres da violência e da discriminação baseadas em orientação sexual, identidade ou expressão de gênero, reconhecendo a importância de tratar das formas múltiplas e sobrepostas de discriminação. Esperam, ainda, colaborar com as organizações da sociedade civil e outros atores sociais para promover e proteger os direitos humanos das pessoas LGBTI.

Na declaração que formalizou o lançamento da frente, o Brasil e os demais países do grupo instam a que "o trágico atentado em Orlando sublinhe a urgência e o imperativo do trabalho conjunto pela prevenção da discriminação, da violência e do ódio contra pessoas LGBTI ou qualquer outro grupo historicamente marginalizado".

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DA ROMÊNIA 18/06/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que concedeu agrément ao senhor Stefan Mera como embaixador extraordinário e plenipotenciário da Romênia no Brasil.

O embaixador Mera trabalhou na Direção de América Latina e Caribe no Ministério das Relações Exteriores romeno de 2004 a 2012. De 2012 a 2016, representou seu país no Grupo de Trabalho América Latina e Caribe e nas reuniões inter-regionais entre os blocos europeu e latino-americano.

Licenciado em língua portuguesa, Stefan Mera já serviu nas embaixadas da Romênia em Portugal, Venezuela e Espanha.

Brasil e Romênia estabeleceram relações diplomáticas em 1928.

SEMINÁRIO "UM CONSELHO DE SEGURANÇA PARA O SÉCULO XXI: DESAFIOS E PERSPECTIVAS" 21/06/2016

Será realizado, em 23 de junho, na Sala San Tiago Dantas do Palácio Itamaraty, de 9h às 18h30, o Seminário internacional "Um Conselho de Segurança para o Século XXI: Desafios e Perspectivas", organizado pela Fundação Alexandre de Gusmão e pelo Departamento de Organismos Internacionais do MRE, em parceria com o Instituto Pandiá Calógeras, o Centro Brasileiro de Relações Internacionais (CEBRI) e o Instituto Igarapé.

Na ocasião, serão discutidos os desafios enfrentados pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas diante das atuais ameaças à paz e à segurança internacionais, e examinadas as perspectivas futuras para tornar sua estrutura mais adaptada às realidades da política mundial contemporânea. A iniciativa visa a contribuir para que haja maior diálogo com a sociedade civil, a academia e a mídia acerca do papel do Conselho de Segurança no mundo de hoje.

Em formato de mesa redonda, o evento, que será conduzido em inglês, será aberto à imprensa. Contará com cerca de 30 convidados especiais, entre representantes de governos, instituições acadêmicas nacionais e estrangeiras, meios de comunicação, forças armadas e sociedade civil. Contará também com a presença de

membros do corpo diplomático, pesquisadores e estudantes.

ATENTADO NA JORDÂNIA 21/06/2016

O governo brasileiro condena nos mais fortes termos o atentado terrorista ocorrido na madrugada de 21 de junho contra o posto fronteiriço de Rukban, no limite entre a Síria e a Jordânia, que resultou em ao menos seis vítimas fatais e 15 feridos. O atentado é ainda mais odioso por ter sido perpetrado durante o mês sagrado do Ramadã, quando muçulmanos em todo o mundo celebram a concórdia e a confraternização.

Ao transmitir aos familiares das vítimas e ao governo e ao povo da Jordânia sua solidariedade e suas condolências, o governo brasileiro reitera seu veemente repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo.

PROCESSO DE PAZ NA COLÔMBIA 22/06/2016

O Governo brasileiro congratula-se com o povo e o Governo da Colômbia pelo acordo anunciado hoje, 22 de junho, para o cessar-fogo bilateral e definitivo das hostilidades com as Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia-Exército do Povo (FARC-EP). Trata-se de passo fundamental para o fim da violência e a pacificação definitiva da Colômbia, que representa uma vitória para todos os colombianos e um motivo de júbilo para a região como um todo.

O Governo brasileiro ressalta a contribuição decisiva de Cuba para o êxito do processo de paz, confia que a assinatura do Acordo, anunciada para amanhã, em Havana, abrirá um novo e promissor capítulo para a Colômbia e reafirma sua disposição de contribuir com o Governo daquele país

vizinho e amigo para sua plena implementação.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM PORTUGAL 22/06/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República Portuguesa concedeu agrément a Luiz Alberto Figueiredo Machado como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Atual embaixador do Brasil nos Estados Unidos da América, Luiz Alberto Figueiredo Machado foi ministro de Estado das Relações Exteriores (2013-2014) e atuou como secretário-executivo da Comissão Nacional Rio+20. Como diplomata, serviu na Missão do Brasil junto às Nações Unidas (1986-1989), na Embaixada em Santiago (1989-1992), na Embaixada em Washington (1996-1999), na Embaixada em Ottawa (1999-2002), na Missão do Brasil junto à UNESCO (2003-2005) e como representante permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (2013).

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA COLÔMBIA 23/06/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República da Colômbia concedeu agrément a Julio Glinernick Bitelli como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Atual Chefe de Gabinete do Ministro das Relações Exteriores, Julio Glinternick Bitelli foi embaixador do Brasil em Túnis (2013-2015). Anteriormente, serviu na Embaixada em Buenos Aires (2010-2013 e 2003-2006), na Embaixada em La Paz (2007-2009), na Embaixada em Washington (1999-2003), na Embaixada em Montevidéu (1994-1996) e na Missão Permanente do Brasil junto às Nações Unidas em Nova York (1991-1994).

MOBILIZAÇÃO DOS FUNCIONÁRIOS DO ITAMARATY 23/06/2016

Sobre a mobilização convocada para hoje pelo Sindicato Nacional dos Servidores do Ministério das Relações Exteriores (Sinditamaraty), o Ministério das Relações Exteriores (MRE) apresenta os seguintes comentários a respeito das reivindicações de seus funcionários:

- A alteração da fórmula de cálculo do 13º salário dos servidores do MRE lotados no exterior decorreu de parecer técnico da Secretaria de Orçamento Federal e de parecer da Consultoria Jurídica do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). A Secretaria de Orçamento Federal fixou entendimento a respeito desses pagamentos para o orçamento de 2016. O MRE está questionando essa argumentação pelos meios cabíveis.

- A negociação do reajuste salarial é conduzida pelo Ministério do Planejamento diretamente com as entidades de classe. No caso do MRE, a negociação é feita com o Sinditamaraty. Cabe ao Sindicato a negociação em nome dos integrantes do Serviço Exterior Brasileiro.

- Sobre o pagamento do auxílio-moradia no exterior, esclarecemos que o MRE, de fato, vem enfrentando dificuldades para manter o pagamento regular do auxílio-moradia aos servidores no exterior em decorrência de severas restrições orçamentário-financeiras. O Ministério negociou a liberação de créditos orçamentários adicionais, no total de R\$ 580.000.000,00, valor aberto no orçamento por meio da publicação, no Diário Oficial da União de hoje, 23 de junho, da Portaria nº 187 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão (MP). A partir da liberação de tais recursos por parte do Tesouro Nacional, os pagamentos deverão ser regularizados.

- Quanto ao reenquadramento dos subsídios no Brasil, e após negociações internas entre a Administração do MRE e as entidades representativas de classe dos servidores, foi encaminhada ao MP proposta de reenquadramento das carreiras do Serviço Exterior Brasileiro. O MRE tem reiterado às autoridades competentes seu pedido de que sejam abertas discussões sobre o tema.

REFERENDO SOBRE A PERMANÊNCIA DO REINO UNIDO NA UNIÃO EUROPEIA 24/06/2016

O governo brasileiro recebe com respeito o resultado do referendo sobre a permanência do Reino Unido na União Europeia. O Brasil confia que essa decisão não irá deter o processo de integração europeia, nem o espírito de abertura ao mundo que caracterizam, e devem continuar a caracterizar, tanto o Reino Unido como a UE. Confia, igualmente, que todos os esforços serão feitos para assegurar uma transição suave e estável.

O Brasil mantém parceria estratégica com a UE, que completará 10 anos em 2017 e abrange 32 diferentes diálogos setoriais, a qual estrutura uma robusta relação com o bloco europeu, que será renovada com a próxima reunião de Cúpula Brasil-UE, a realizar-se no Brasil. Continuaremos engajados, com prioridade inalterada, na negociação de um Acordo de Associação entre o Mercosul e a União Europeia, que trará importantes benefícios para os dois lados.

No espírito das tradicionais e estreitas relações entre o Brasil e o Reino Unido, e no âmbito do Diálogo Estratégico entre os dois países, cuja próxima edição será sediada no Brasil, continuaremos a cooperar no amplo espectro de interesses comuns e a reforçar, em novos moldes, a relação comercial bilateral e a promoção de investimentos recíprocos.

TORNADO NA CHINA 24/06/2016

O governo brasileiro tomou conhecimento, com consternação, do tornado que atingiu a província de Jiangsu, na República Popular da China, ontem, 23 de junho, que causou dezenas de mortes e deixou centenas de feridos.

O governo e o povo brasileiros se solidarizam com as famílias das vítimas e manifestam seu sentido pesar ao governo e ao povo chinês.

O Consulado do Brasil em Xangai está acompanhando a situação. Não há notícia de cidadãos brasileiros entre as vítimas.

REUNIÃO DE NEGOCIADORES-CHEFE DO MERCOSUL E DA UNIÃO EUROPEIA 24/06/2016

O governo brasileiro expressa sua satisfação com a reunião de negociadores-chefe do Acordo de Associação MERCOSUL-União Europeia, realizada em Montevideú, em 22 e 23 de junho corrente.

Na ocasião, os dois blocos responderam a perguntas técnicas sobre as ofertas intercambiadas em 11 de maio último, de bens, serviços, investimentos e compras governamentais, e passaram em revista os textos normativos do Acordo. Trataram, ainda, do cronograma negociador do segundo semestre, que incluirá reunião do Comitê de Negociações Birregionais em outubro, em Bruxelas.

Os resultados da reunião confirmam o interesse dos dois blocos em avançar nas negociações, com vistas à conclusão de um acordo abrangente e equilibrado.

ATENTADO NO LÍBANO 27/06/2016

O governo brasileiro condena, nos mais fortes termos, o múltiplo atentado ocorrido na cidade de Al-Qaa, no Líbano, na madrugada do dia 27 de junho, atribuído ao grupo terrorista autodenominado "Estado Islâmico", que resultou em ao menos quatro vítimas fatais e 15 feridos.

Ao transmitir aos familiares das vítimas e ao governo e ao povo do Líbano suas condolências e solidariedade, o governo brasileiro reitera seu veemente repúdio a todo ato de terrorismo, qualquer que seja sua motivação.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL NA CÔTE D'IVOIRE 28/06/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República da Côte d'Ivoire concedeu agrément a Bruno Luiz dos Santos Cobuccio como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Bruno Luiz dos Santos Cobuccio é, desde 2011, embaixador do Brasil no Gabão. Anteriormente, serviu como Conselheiro nas Embaixadas em Paris e Montevidéu, e como Secretário na Delegação Permanente junto à ALADI, na Embaixada em Madri e na Embaixada em Budapeste.

EXPLOSÕES NO AEROPORTO ATATURK (ISTAMBUL) 28/06/2016

O Governo brasileiro manifesta sua firme condenação aos atentados que provocaram várias dezenas de vítimas, entre mortos e feridos, no aeroporto Ataturk, na cidade de Istambul, Turquia.

Ao transmitir suas sinceras condolências aos familiares das vítimas, assim como sua solidariedade ao povo e ao Governo da Turquia, o Brasil reitera seu firme repúdio a qualquer forma de terrorismo.

O Consulado-Geral do Brasil em Istambul acompanha de perto a situação. Não há, até o momento, registro de cidadão brasileiro entre as vítimas. Estão disponíveis para contato o plantão do Consulado-Geral do Brasil em Istambul pelo e-mail cg.istambul@itamaraty.gov.br, telefone +90 5548345952, e a Assistência Consular do Itamaraty, e-mail dac@itamaraty.gov.br,

telefones +55 61 2030 8804 (horário comercial) ou +55 61 8197 2284 (plantão).

ATENTADO NO AFGANISTÃO 30/06/2016

O governo brasileiro condena veementemente o atentado contra cadetes ocorrido hoje nos arredores de Cabul, Afeganistão, reivindicado pelo Taliban, que resultou em ao menos 27 vítimas fatais e 40 feridos.

Ao reafirmar repúdio a todo e qualquer ato de terrorismo, o governo brasileiro manifesta sua solidariedade aos feridos, às famílias das vítimas e ao povo e ao governo do Afeganistão.

CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO EMBAIXADOR DO BRASIL EM MYANMAR 30/06/2016

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República da União de Myanmar concedeu agrément a Antonio José Maria de Souza e Silva como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Antonio José Maria de Souza e Silva foi embaixador do Brasil em Maputo (2008-2012) e em Díli (2004-2008). Anteriormente, serviu na Embaixada em Praga (1993-1997), na Embaixada em Buenos Aires (1990-1993), na Embaixada em Assunção (1982-1987) e no Consulado-Geral em Nova York (1979-1982).

**CONCESSÃO DE "AGRÉMENT" AO
EMBAIXADOR DO BRASIL NA CHINA
30/06/2016**

O governo brasileiro tem a satisfação de informar que o governo da República Popular da China concedeu agrément a Marcos Caramuru de Paiva como embaixador extraordinário e plenipotenciário do Brasil naquele país. De acordo com a Constituição, essa designação ainda deverá ser submetida à apreciação do Senado Federal.

Marcos Caramuru de Paiva foi cônsul-geral do Brasil em Xangai e embaixador em Kuala Lumpur, além de ter servido nas Embaixadas em Washington e Caracas e na Missão do Brasil junto à ONU, em Nova York. No Brasil, foi secretário de Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda.

ARTIGOS

OS 25 ANOS DE MERCOSUL: MOMENTO DE RECONHECER OS GANHOS (FOLHA DE S. PAULO, 26/03/2016)

Neste mês, celebram-se os 25 anos da assinatura, pelos Presidentes de Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai, do Tratado de Assunção, que fundou o MERCOSUL.

É o momento de fazer um balanço equilibrado, reconhecer os ganhos, responder às críticas e identificar desafios que temos pela frente.

Há 25 anos não eram muitos os empresários e trabalhadores brasileiros que auferiam seus rendimentos primordialmente dos mercados vizinhos.

Com o salto quantitativo e qualitativo do comércio do Brasil com os parceiros (de US\$ 4,5 bilhões em 1991 para US\$ 30,3 bilhões em 2015), o MERCOSUL tornou-se nosso maior mercado para exportações de diversos bens industriais de alto valor agregado, assumindo enorme relevância para muitos setores da indústria brasileira, como o automotivo.

Maior valor agregado significa salários mais altos para o trabalhador e maior faturamento para as empresas. Estima-se que o salário médio em alguns setores que fornecem para mercados vizinhos chegue a ser cinco vezes maior que em setores como o primário exportador, cujos principais destinos estão na Europa e na Ásia.

O MERCOSUL ajuda a elevar os salários do trabalhador brasileiro. Há 25 anos, um brasileiro que quisesse trabalhar num país vizinho não teria o tempo de trabalho contabilizado para efeito de aposentadoria no Brasil. Hoje tem.

Seus filhos não teriam mecanismos eficientes para o reconhecimento de seus estudos no exterior. Hoje têm.

Um brasileiro que quisesse fazer turismo num país do MERCOSUL precisaria de passaporte para viajar. Hoje basta a carteira de identidade.

O conjunto de acordos sobre residência, trabalho, seguridade social, integração educacional e turismo do bloco facilita o cotidiano de muitos brasileiros e assenta os alicerces para a integração econômica e para o desenvolvimento de uma cidadania comum na região.

São efeitos concretos, ainda que recebam pouca atenção dos críticos, que acusam o MERCOSUL de engessar a capacidade de seus membros de concluir acordos comerciais com terceiros países, em função da necessidade de negociar em conjunto.

Se assim fosse, Alemanha, França, Itália, Reino Unido e outros não teriam desenvolvido uma União Europeia de 28 países, que é recordista em acordos comerciais.

Muitos se queixam, por exemplo, de que o MERCOSUL ainda não tenha concluído um acordo com a UE. Porém, o Brasil e os vizinhos no Mercosul já têm pronta uma oferta negociadora conjunta, e estão aguardando que a UE apresente sua proposta para dar início às tratativas. Em outras palavras, o MERCOSUL nada engessou e já está sentado à mesa de negociações.

As virtudes do bloco como fonte de estabilidade para o Brasil e para a América do Sul como um todo também devem ser louvadas em seus próprios méritos.

Um dos grandes benefícios do MERCOSUL foi estabelecer, na esteira dos acordos bilaterais entre Brasil e Argentina da segunda metade dos anos 80, um círculo virtuoso de ganhos pela cooperação. O MERCOSUL ajudou a dissipar antigas e injustificadas rivalidades e enterrar de vez arcaicas hipóteses de conflito.

Por fim, temos o pressuposto de todas as outras conquistas: a democracia.

O MERCOSUL nasceu, em grande medida, do desejo de superar de vez o autoritarismo e, para além de seus ganhos econômicos, sociais e diplomáticos, será, por muitos e muitos aniversários, um instrumento de preservação e aperfeiçoamento de nossas democracias.

Nada disso implica desconhecer a dimensão das tarefas que temos à frente. Todos reconhecemos os desafios futuros do MERCOSUL, inclusive no que se refere à sua ampliação e à aproximação com outros blocos, países e regiões da UE à Aliança do Pacífico, da Índia ao Canadá— que exigirão engajamento de todos os setores do Governo e da sociedade civil.

Mais democracia, mais inclusão social, mais cidadania, maior conhecimento recíproco, maiores facilidades de trânsito, de trabalho e de educação, mais comércio e investimentos: esses são objetivos permanentes do MERCOSUL. Por isso ele é um pilar fundamental da política externa brasileira.

Como assinalou a Presidenta Dilma Rousseff na última Cúpula de Assunção, em dezembro passado, temos pela frente o desafio de continuar aperfeiçoando nosso processo de integração, tendo por base o inestimável patrimônio coletivo construído nas últimas décadas.

É esse quarto de século de realizações que os membros do MERCOSUL podem hoje celebrar com orgulho.

MAURO VIEIRA é ministro das Relações Exteriores. O chanceler publica simultaneamente artigo sobre o 25º aniversário do Mercosul nos jornais "ABC Color" (Paraguai), "Clarín" (Argentina), "La Razón" (Bolívia), "El Observador" (Uruguai) e "El Universal" (Venezuela).

MERCOSUR A LOS 25 AÑOS: UNA HISTORIA DE ÉXITO PARA LA REGIÓN (TEXTO PARA PUBLICAÇÃO EM: "ABC COLOR", PARAGUAI; "CLARÍN", ARGENTINA; "EL OBSERVADOR", URUGUAI; "LA RAZÓN". BOLÍVIA E "EL UNIVERSAL", VENEZUELA) [ESPANHOL] 26/06/2016

Embaixador Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil

Hace 25 años, en marzo de 1991, Argentina, Brasil, Paraguay y Uruguay firmaron el Tratado de Asunción, que dio origen al Mercosur. Fue el comienzo de una transformación histórica en nuestra región. El Mercosur es hoy un patrimonio compartido por toda Sudamérica. Entre Estados Partes y Estados Asociados, el bloque une a todos los países del continente. El Mercosur ayudó a sentar las bases para la realización del proyecto de un continente unido por el diálogo, por la valorización de la democracia y por una red de acuerdos comerciales.

En su dimensión económica y comercial, el Mercosur es fundamental para el desarrollo industrial de la región. El perfil del comercio intrazona es bastante diferente de lo que tenemos con otros continentes, en que predominan productos primarios. Más del 80% de las importaciones brasileñas originarias de los países del bloque se componen de productos manufacturados. Eso significa que el bloque crea puestos de trabajo con mayor remuneración y alienta la adición de valor a nuestros productos, lo que genera ingresos, impuestos y un mayor dinamismo en todos los sectores de nuestras economías. Gracias a la red de acuerdos del Mercosur, América del Sur camina a convertirse en un área de libre comercio al final de esta década.

El bloque no es un obstáculo para la negociación de acuerdos con otros actores. Hemos puesto énfasis en la relación externa, con especial empeño en la negociación con la Unión Europea. Mercosur está listo para llevar a cabo el canje de ofertas. La Unión Europea todavía concluye sus deliberaciones internas.

A nivel de la ciudadanía, el Mercosur dio lugar a un acercamiento sin precedentes entre nuestras sociedades. El acervo de normas en materia de residencia, trabajo, seguridad social, integración educacional y turismo facilita la vida cotidiana de nuestros ciudadanos y establece las bases para el desarrollo de una ciudadanía común en la región. Eso no es algo trivial: en un mundo donde los muros vuelven a ser erguidos, somos un modelo de tolerancia, respeto a los demás e integración.

En el campo político, el bloque ha contribuido para disipar viejas rivalidades y enterrar de una vez arcaicas hipótesis de conflicto. Contamos con un Parlamento común, el Parlasur, y con un acercamiento sin precedentes entre nuestros Poderes Judiciales.

El Mercosur también fue instrumental para consolidar las instituciones democráticas en nuestra región. Su base ha sido la aproximación estratégica entre Brasil y Argentina, tras la firma, en 1985, de la Declaración de Iguazú, momento en que los dos países recién salían de regímenes autoritarios. La democracia, los derechos humanos y la justicia social son condiciones sin las cuales Mercosur no podría existir.

La enumeración de estos avances no significa que nuestra tarea esté terminada. Los desafíos del Mercosur son proporcionales a su ambición. Hay mucho que hacer para superar los obstáculos que todavía existen para la circulación de bienes

y personas y para la concertación más profunda de políticas en los diversos sectores.

Transcurrido un cuarto de siglo, el Mercosur nos propició más democracia, más comercio, mayor inclusión social y, sobre todo, un mayor conocimiento recíproco. La presidenta Dilma Rousseff ya ha señalado que el bloque es un vector de “desarrollo equilibrado entre los socios”. Con él, podemos crecer juntos y generar beneficios comunes, seguros de que unidos vamos a tener más voz en el escenario internacional.

Hoy estamos unidos no solo por los compromisos jurídicos, pero sobre todo por la convicción de que tenemos la responsabilidad compartida de consolidar a América del Sur como una zona de paz, prosperidad y cooperación. Estos son los valores que guían nuestros esfuerzos y hacen que el Mercosur siga siendo la más importante iniciativa de integración que ya se ha llevado a cabo entre países en desarrollo.

DESARMAMENTO E SEGURANÇA NUCLEAR (O ESTADO DE S. PAULO, 1º/04/2016)

Mauro Vieira

A detonação de um artefato atômico por um Estado seria tão catastrófica e ilegítima quanto o uso dessas armas por atores não estatais

Realiza-se hoje, em Washington, a 4ª Cúpula de Segurança Física Nuclear. A ideia do encontro é levar adiante uma discussão a respeito da garantia de segurança das instalações e materiais nucleares e do aprofundamento do combate à ameaça do terrorismo nuclear. Para isso, é necessário estabelecer uma robusta arquitetura internacional de segurança, com participação central da Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA), única instituição multilateral com competência e experiência no assunto.

O Brasil está profundamente engajado nesse processo. Participamos ativamente das cúpulas anteriores, somos parte da Convenção sobre a Proteção Física de Materiais Nucleares e de sua emenda de 2005, e assinamos a Convenção Internacional para a Supressão de Atos de Terrorismo Nuclear.

Mas é essencial que as iniciativas em matéria de segurança física sejam complementadas por esforços sustentados em não proliferação e, fundamentalmente, em desarmamento.

É preciso, ainda, que as medidas internacionais para reforçar a segurança nuclear não prejudiquem o direito de cada Estado de desenvolver o uso da energia nuclear para fins pacíficos, que tem possibilitado o acesso da humanidade a benefícios em áreas tão diversas como a geração de energia elétrica, a medicina e as

aplicações na indústria, agricultura e meio ambiente, entre outras.

No Brasil, temos uma matriz energética limpa, com amplo uso de fontes renováveis. A geração de energia térmica, na qual se inclui a energia nuclear, à base de urânio, tem papel complementar, mas não por isso menos importante. Possuímos uma das maiores reservas de urânio do mundo, o que nos possibilita a geração confiável de uma energia eficiente, ambientalmente limpa e de origem nacional, reduzindo a vulnerabilidade com relação ao abastecimento e à volatilidade dos preços dos combustíveis fósseis.

O Brasil defende o uso pacífico da energia nuclear com sólidas credenciais. Como lembrou a presidenta Dilma Rousseff em discurso nas Nações Unidas, “abdicamos, por compromisso constitucional, do uso da energia nuclear para fins que não sejam pacíficos. O Brasil é um vetor de paz, estabilidade e prosperidade em sua região”. Somos parte do Tratado de Tlatelolco, que fez da América Latina e Caribe a primeira zona livre de armas nucleares do mundo, e estamos vinculados aos compromissos do Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares.

Criamos mecanismos eficientes e adequados para a estrita contabilidade e controle de materiais nucleares, com destaque para a Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle (ABACC), modelo exitoso de transparência e construção de confiança entre países na área nuclear, que permite a verificação mútua de materiais sensíveis em todas as atividades nucleares de Brasil e Argentina, que são hoje sócios estratégicos e parceiros fundamentais na construção da integração regional.

Apesar dos avanços regionais e internacionais na área, continua sendo

imperativo enfrentarmos a questão dos arsenais atômicos. Hoje, a maior parte do material físsil mundial passível de ser usado em armamentos está em instalações militares para as quais não há qualquer sistema global de segurança e verificação. E a detonação de um artefato nuclear por um Estado seria tão catastrófica e ilegítima quanto o uso dessas armas por atores não estatais, ao provocar destruição e mortes em grande escala.

Por isso, o Brasil apoia iniciativas em favor do desarmamento nuclear e continuará a defender a eventual negociação de um tratado de banimento das armas nucleares. “Não há mãos certas para as armas erradas”, afirmou o secretário-geral da ONU, Ban Ki-moon. A efetiva e duradoura segurança nuclear jamais será alcançada sem o pleno comprometimento de toda a comunidade internacional, e muito especialmente das potências nucleares.

**BRASIL Y ARGENTINA: VISIONES
CONVERGENTES EM POLÍTICA
NUCLEAR (EL CRONISTA
COMERCIAL, 1º/04/2016)
[ESPANHOL]**

Mauro Vieira, Ministro das Relações Exteriores do Brasil

En este 1ro. de abril, en Washington, tiene lugar la 4ª Cumbre de Seguridad Física Nuclear.

La idea del encuentro es llevar hacia delante una discusión con respecto a la garantía de la seguridad de las instalaciones y materiales nucleares, como también sobre la profundización de la lucha contra la amenaza del terrorismo nuclear. Para eso, es necesario establecer una robusta arquitectura internacional de seguridad, con la participación central del Organismo Internacional de

Energía Atómica (OIEA), la única institución multilateral con competencia y experiencia en el tema.

Brasil está profundamente involucrado en ese proceso. Participamos activamente en las cumbres anteriores, somos parte de la Convención sobre la Protección Física de los Materiales Nucleares y de su enmienda del 2005, y firmamos el Convenio Internacional para la Represión de los Actos de Terrorismo Nuclear.

Pero es esencial que las iniciativas en el campo de la seguridad física se complementen con sostenidos esfuerzos en la no proliferación y, fundamentalmente, en el desarme.

Es necesario, asimismo, que las medidas internacionales para reforzar la seguridad nuclear no perjudiquen el derecho de cada Estado a desarrollar el uso de la energía nuclear para fines pacíficos, lo que ha posibilitado el acceso de la humanidad a

beneficios en áreas tan diversas como la generación de electricidad, la medicina y las aplicaciones en la industria, la agricultura y en el medio ambiente, entre otras.

En Brasil, tenemos una matriz energética limpia, con un amplio uso de fuentes renovables. La generación de energía térmica, que incluye la energía nuclear, a base de uranio, tiene papel complementario, pero no menos importante. Tenemos una de las mayores reservas de uranio en el mundo, lo que nos posibilita la generación fiable de una energía eficiente, ambientalmente limpia y con origen nacional, lo que reduce la vulnerabilidad con respecto al suministro y a la volatilidad de los precios de los combustibles fósiles.

Brasil defiende el uso pacífico de la energía nuclear con sólidas credenciales. Como ha recordado la Presidenta Dilma Rousseff en un discurso en las Naciones Unidas, "nos abstenemos, por un compromiso constitucional, del uso de la energía nuclear para fines que no sean pacíficos. Brasil es un vector de paz, estabilidad y prosperidad en su región". Somos parte del Tratado de Tlatelolco, que hizo de América Latina y el Caribe la primera zona libre de armas nucleares en el mundo, y estamos vinculados a los compromisos del Tratado de No Proliferación Nuclear.

Hemos creado mecanismos eficientes y adecuados para la estricta contabilidad y control de materiales nucleares, especialmente la Agencia Brasileño-Argentina de Contabilidad y Control (ABACC), exitoso modelo de transparencia y construcción de confianza entre países en el ámbito nuclear, que permite la verificación mutua de materiales sensibles en todas las actividades nucleares de Brasil y Argentina, que hoy son socios

estratégicos, fundamentales en la construcción de la integración regional.

A pesar de los avances regionales e internacionales en el tema, sigue siendo imperativo hacer frente a la cuestión de los arsenales atómicos. Hoy en día, mundialmente, la mayor parte del material físil pasible de uso en armas se encuentra en instalaciones militares, sobre las cuales no hay cualquier sistema global de seguridad y verificación. Y la detonación de un dispositivo nuclear por un Estado sería tan catastrófica e ilegítima como el uso de estas armas por parte de actores no estatales, para causar destrucción y muerte a gran escala.

Por lo tanto, Brasil apoya iniciativas en favor del desarme nuclear y seguirá defendiendo la eventual negociación de un tratado de prohibición de las armas nucleares. "No hay manos ciertas para las armas equivocadas", dijo el Secretario General de la ONU, Ban Ki-Moon. La efectiva y duradera seguridad nuclear jamás se logrará sin el pleno comprometimiento de toda la comunidad internacional, y muy especialmente de las potencias nucleares.

BRASIL X BREXIT. BOLA PRA FRENTE (FOLHA DE S. PAULO, 27/06/2016)

O mundo assistiu apreensivo à decisão do povo britânico, em plebiscito, pela saída da União Europeia. O Brasil respeita, mas não comemora a notícia. O projeto da União Europeia é o mais avançado processo de integração econômica e política existente. Construído sobre as cinzas da Segunda Guerra Mundial, a integração econômica que levou à formação da União Europeia trouxe paz e prosperidade à Europa Ocidental por 60 anos e tornou menos traumática a transição dos países da antiga Europa Oriental para o mundo que sucedeu à Guerra Fria.

A saída do Reino Unido abala o relativo consenso pró-integração que predominou na Europa há décadas e alenta as forças desagregadoras no continente. Amplia a incerteza e terá efeito negativo sobre o crescimento no Reino Unido, na União Europeia e na economia mundial, em momento no qual os países europeus, ainda fragilizados pela crise iniciada em 2008, buscavam retomar o crescimento.

O Tesouro britânico estima que pode haver queda no PIB de longo prazo de cerca de 6% em seu país. Segundo o FMI, o PIB do Reino Unido poderia crescer a menos, até 2019, entre 1,4%, se mantiver o acesso pleno ao mercado europeu, e 5,6%, se tiver que pagar as tarifas de importação sem descontos. Afinal, o comércio exterior corresponde a 59% do PIB britânico, e 45% de suas exportações vão para a Europa. Parte do setor financeiro, tão crucial à economia de Londres e do Reino Unido, poderia migrar para outras praças europeias e, com menos investimentos entrando no país, as taxas de juros poderão elevar-se, pressionando a desvalorização da libra, pois o déficit em conta corrente é de 5% do PIB.

Sucessivos estudos mostraram que a imigração é benéfica para a economia do Reino Unido, mas o temor aos estrangeiros foi uma das principais motivações dos que votaram pela saída. Os britânicos pensam que o percentual de estrangeiros na população é muitas vezes superior aos dados reais. Ou seja, uma das principais razões que teriam motivado a saída da UE não tem fundamento na realidade.

O fato de que percepções equivocadas tenham influenciado o voto majoritário no plebiscito não diminui sua importância. É preciso perguntar de onde nascem e como combatê-las. Na década de 1940, Karl Mannheim, um dos pais do Estado de bem estar social instalado no Reino Unido no pós-guerra, argumentava que uma das razões que havia levado à derrocada da democracia liberal e aos totalitarismos pré-guerra foi o enfraquecimento dos vínculos de solidariedade social. Hoje, é preciso fazer acompanhar o avanço da integração econômica global de mecanismos de inclusão social e redução das desigualdades, assim como recusar inequivocamente as soluções isolacionistas. Confiamos que a União Europeia e o Reino Unido saberão trilhar esse caminho enquanto ajustam com serenidade seu relacionamento. Afinal, as dificuldades que a Europa enfrenta com migrantes e refugiados não se resolverão com a redução de sua presença no mundo. Requerem, na verdade, atuação cada vez mais solidária com as nações e os povos de origem dos fluxos humanos de nossa era.

O efeito econômico na União Europeia tende a ser comparativamente menor, mas o impacto político é preocupante. Visões excessivamente nacionalistas e xenófobas poderiam ganhar força, levando a um maior fechamento europeu ao resto do mundo. Não é provável que aconteça, mas o mundo sairá perdendo se a Europa apostar mais no isolamento do que na cooperação.

O Brasil não será muito afetado diretamente. É pequena a participação (1,52%) do mercado britânico nas nossas exportações. Mantém-se também a expectativa de que os investimentos britânicos continuem a buscar as oportunidades por aqui. A situação externa da economia brasileira, com reservas elevadas e superávit comercial, reduz os riscos para o Brasil. Sofremos um pouco mais com a instabilidade de curto prazo dos mercados financeiro e cambial e com o impacto negativo de médio prazo para o crescimento no Reino Unido e na União Europeia. De nossa parte, redobramos os esforços para concluir o acordo de associação Mercosul-UE e nos empenharemos em buscar acordos de comércio e investimentos com o Reino Unido.

ENTREVISTAS

LA SITUACIÓN EM VENEZUELA, UM TEMA RÍSPIDO QUE ESTARÁ EM LA AGENDA (ENTREVISTA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO JORNAL LA NACIÓN, ARGENTINA) [ESPAÑOL] 14/01/2016

El canciller brasileño hablará del tema con su par argentina, a pesar de tener una postura más moderada

BRASILIA (De nuestro corresponsal) - En principio, el tema de la situación política en Venezuela no está en la agenda del canciller de Brasil, Mauro Vieira, en su visita a Buenos Aires. Pero dada la firmeza con la que el gobierno de Mauricio Macri exigió al régimen de Nicolás Maduro la liberación de los presos políticos en el país caribeño y las últimas pulseadas entre la Asamblea Nacional -ahora bajo control de la oposición- y el Tribunal Supremo de Justicia venezolanos, será imposible no discutir el asunto.

"La posición de Brasil es que los problemas domésticos de Venezuela tienen que ser resueltos por los venezolanos con los instrumentos democráticos que constan en la Constitución, por las instituciones del Estado venezolano y dentro de reglas establecidas dentro de ese marco jurídico. Todas las medidas de los poderes constituidos tienen organismos de chequeo, de discusión; compete a la estructura del Estado venezolano resolver cualquier diferencia que haya entre las partes", afirmó Vieira a LA NACION.

-¿Comparte la visión del gobierno argentino de que hay presos políticos en Venezuela?

-No lo sé, tenemos que preguntar y esperar los juicios. Las personas que están detenidas por acusaciones lo están dentro de un marco jurídico existente. Tenemos que esperar que eso se resuelva, que haya un solución de los juicios para saber lo que está sucediendo. Brasil jamás evitará defender los derechos humanos donde sea que fuere.

-¿Aunque no lo haga públicamente?

-Creemos que los problemas políticos y económicos deben ser resueltos dentro de cada país, soberanamente, dentro del marco legal existente. En Venezuela hubo un resultado electoral aceptado por los dos lados, lo que demuestra una tendencia, un cierto tipo de cambio. Puede ser, pero hay que ver qué resultará de eso.

-¿Dónde queda entonces el liderazgo diplomático de Brasil en la región?

-Brasil participa junto a Colombia y Ecuador de una comisión de ministros de Relaciones Exteriores de la Unasur, que, por invitación del gobierno venezolano, fue a Venezuela varias veces para promover un diálogo entre el gobierno y la oposición. Ésa es la señal más clara y específica de que hay un interés de parte de Brasil de participar para encontrar soluciones cuando es llamado. Brasil siempre fue un país de diplomacia, de negociación, de búsqueda de consensos y de soluciones tranquilas y pacíficas.

-¿Cree que la visión del nuevo gobierno argentino obstaculiza ese camino que Brasil plantea o que puede llegarse a una postura de consenso entre Brasilia y Buenos Aires?

-Todas las decisiones serán discutidas dentro de los mecanismos de integración de

los que participamos en la región con Venezuela. Todo será realizado por consenso y luego de una serie de análisis y estudios. Nada se hará anticipadamente. Y no se trata de tribunales que impongan cosas, se trata de mecanismos de consulta y de construcción de consensos. Es importante que el diálogo entre Venezuela y los países de la región se mantenga.

MAURO VIEIRA: "VAMOS A AVANZAR EM LA RELACIÓN A UMA VELOCIDAD EXCEPCIONAL" (ENTREVISTA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO JORNAL LA NACIÓN, ARGENTINA) 14/01/2016 [ESPAÑOL]

El canciller brasileño se reunirá hoy con Malcorra y relanzarán el vínculo comercial y político entre ambos países; señales al Mercosur

El canciller brasileño, Mauro Vieira, es un diplomático profesional. Calcula cada una de sus palabras como para no generar ni expectativas desmedidas ni ofensas innecesarias. Sin embargo, apenas logra disimular el entusiasmo que tiene antes de comenzar hoy una visita a Buenos Aires, donde estuvo como embajador entre 2004 y 2010, para la primera reunión de trabajo con el flamante gobierno de Mauricio Macri. "Vamos a avanzar a una velocidad excepcional", se le escapó al jefe de la diplomacia de la presidenta Dilma Rousseff durante una entrevista con LA NACION en su despacho del Palacio de Itamaraty, en Brasilia.

Con Macri se conoce desde que él era el representante brasileño en el Palacio Pereda y el actual mandatario era jefe del gobierno porteño. Pero en el último mes y medio se volvieron a ver ya tres veces: en el viaje relámpago que Macri realizó a Brasilia y San Pablo, ya como presidente electo; el día de la asunción presidencial, cuando acompañó a Rousseff a Buenos Aires, y en la cumbre del Mercosur en Asunción, el 21 de diciembre pasado.

"La expectativa es que podamos mantener una relación de alto nivel, porque las relaciones entre Brasil y la Argentina son estratégicas y es indispensable que sean mantenidas como tales. Para Brasil, la Argentina es un país primordial. Y todas las

señales que tuvimos del nuevo gobierno argentino han dejado en claro que nuestra relación bilateral es prioritaria también para la Argentina", resaltó Vieira, sin querer ahondar en los constantes problemas comerciales que desgastaron los lazos durante el gobierno de Cristina Kirchner.

Las suspicacias políticas que en algún momento despertó en Brasilia la eventualidad de una victoria de Macri parecen hoy haberse evaporado por completo. Ya nadie recuerda el respaldo que se le dio al candidato oficialista Daniel Scioli desde el Partido de los Trabajadores de Luiz Inacio Lula da Silva y Rousseff. Todos en el gabinete brasileño prefieren subirse al tren del pragmatismo que se pregonaba desde Buenos Aires. Y sueñan con que el flujo comercial bilateral vuelva al nivel récord de 2011, cuando superó los US\$ 39.000 millones (el año se redujo a poco más de US\$ 23.000 millones).

-¿Cree que el futuro será mejor?

-El futuro será muy bueno, como lo fue el pasado. Nuestro futuro tiene que mejorar siempre.

-¿Cree que ayudará a las relaciones económicas bilaterales el que Macri haya sido un empresario y también tener aquí un embajador argentino, Carlos Magariños, que conoce muy bien el flujo comercial internacional?

-Es excelente tener personas con conocimientos en las áreas política y empresarial, es fundamental. Tengo seguridad de que Magariños será un óptimo embajador, que continuará el trabajo de acercamiento indispensable entre nuestros países. Todas las señales dadas hasta ahora por la nueva administración subrayaron la importancia de la relación con Brasil; creo que vamos a avanzar a una velocidad excepcional.

-¿Cuál será el eje de estas primeras reuniones?

-Voy por invitación de la ministra de Relaciones Exteriores, Susana Malcorra, con quien decidimos establecer un sistema frecuente de encuentros y consultas. El objetivo es hacer un primer contacto y establecer líneas de acción. Vamos a repasar nuestras relaciones bilaterales en todas las áreas y ver qué iniciativas tomaremos.

-¿Cuáles son las prioridades?

-Las mismas que hace años: vamos a trabajar para el fortalecimiento y la ampliación del Mercosur. El Mercosur es una construcción estratégica importantísima que es política, pero que por sobre todo se basa en una relación comercial. Tenemos interés en retomar y aumentar el comercio bilateral entre Brasil y la Argentina, que antes de la crisis financiera de 2008-2009 llegó a niveles muy altos, pero que en los últimos años cayó. Vamos a crear mecanismos para estimular ese comercio.

-¿Lleva alguna propuesta para superar los obstáculos de los últimos años?

-Vamos a conversar y enterarnos de las nuevas medidas tomadas por el gobierno argentino; hubo cambios que ya fueron implementados en comercio exterior. Aplaudimos la decisión de retirar las declaraciones juradas anticipadas de importación, es una señal extremadamente positiva que va a estimular nuevas corrientes de comercio en otras áreas. Pretendo proponer retomar la Comisión de Monitoreo de Comercio, que no se reúne desde 2010, 2011, y posibilitaba un diálogo entre los dos países para estudiar los problemas específicos; la idea sería que se volviera a reunir cada 30 o 45 días y sirviera de canal para la búsqueda de soluciones.

-Se evitará así que los problemas comerciales escalen a cuestiones políticas.

-Sí, a través de la comisión pueden encontrarse soluciones para el buen funcionamiento del comercio exterior. Son temas burocráticos, de legislación específica, detalles que pueden ser solucionados sin crear ruidos en otras áreas. Eso hará que la relación comercial avance de forma ágil y con buenos resultados.

-Rousseff invitó a Macri a realizar una visita de Estado pronto. ¿Se definirá la fecha ahora?

-La fecha será tan pronto sea posible en las agendas de ambos.

-Tanto Brasil como la Argentina ahora se han acercado a Estados Unidos.

-Brasil nunca dejó de hablar y de hablar muy bien con Estados Unidos. Tuvimos divergencias, como es natural en cualquier relación tan cercana e intensa como la que tienen Brasilia y Washington, pero lo importante es mantener el diálogo y tener canales para la resolución de las dificultades. Y la Argentina también tiene una relación importante con Estados Unidos. Es la mayor economía mundial. Es interés de todos mantener esa relación fluida y positiva.

PREOCUPA A BRASIL EL RESPETO A LA "LEGALIDAD" EN VENEZUELA (ENTREVISTA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO JORNAL CLARÍN, ARGENTINA) 14/01/2016 [ESPANHOL]

En diálogo con Clarín, el canciller Vieira dijo esperar que no se vulnere “la institucionalidad, la Constitución y la legalidad”. Y sostuvo que Brasil puede ser un puente entre gobierno y oposición.

Eleonora Gosman

Brasilia, enviada especial

Con toda la prudencia lingüística del caso, que atiende al carácter “estratégico” que tiene para Brasil la vecina Venezuela, el canciller Mauro Vieira confirmó “las preocupaciones” del gobierno de Dilma Rousseff sobre el respeto de Caracas “a la institucionalidad, la constitución y la legalidad”. En un reportaje concedido a Clarín, antes de viajar a Buenos Aires, el ministro ratificó la posición brasileña que había sido expresada en un comunicado oficial del 5 de enero, emitido al instalarse el Congreso venezolano. Ese texto afirmaba: “No hay lugar en la América del Sur del siglo XXI para soluciones políticas fuera de la institucionalidad y del más absoluto respeto a la democracia y el Estado de Derecho”. Y agregaba: “El gobierno brasileño confía que será plenamente respetada la voluntad soberana del pueblo venezolano expresada de forma libre y democrática en las urnas. Confía que serán preservadas y respetadas las atribuciones y prerrogativas constitucionales de la Asamblea Nacional y de los miembros electos en aquel pleito”. En la entrevista, Vieira avanzó otro paso: “Hoy existe un nuevo poder legislativo que actuará dentro del marco legal existente. Y si fuera un deseo del pueblo venezolano cambiar alguna orientación en las

elecciones subsiguientes, esto debe ser hecho; dentro claro está de los patrones constitucionales”. Se refería a la eventual convocatoria de un referendun revocatorio sobre el mandato de Nicolás Maduro.

-¿Qué escenario futuro traza frente a la situación de Venezuela?

-No podemos especular con el futuro. Venezuela es un país de gran importancia para Brasil. Tenemos relaciones seculares y no podemos olvidar el perfil alto de Caracas en el mundo como quinto mayor exportador de petróleo. Sin duda, su localización geográfica lo torna estratégico para Brasil: compartimos una frontera de 2.000 kilómetros. Por otro lado, desde que comenzó ese proceso de adhesión de Venezuela al Mercosur, el país se transformó en un miembro clave del bloque. Con su participación plena, el bloque expande la presencia del área a una zona gigantesca que se extiende desde el Caribe a Tierra del Fuego. Es en ese contexto que tratamos con el gobierno del país.

-Pero no se puede negar que Caracas atraviesa dificultades políticas, al punto que podrían afectar no sólo a Brasil sino también al Mercosur y América del Sur.

-Todos los países pasan por distintos grados de dificultad económica, política y social. Lo importante es encontrar soluciones, que deben ser halladas por el pueblo venezolano dentro de un marco constitucional, legal e institucional. Hoy existe un nuevo poder legislativo que va a actuar dentro del marco legal existente. Si fuera deseo del pueblo venezolano en las elecciones siguientes mudar algún tipo de orientación, debe ser hecho; dentro, claro está, de los patrones constitucionales.

–Distintos sectores en Brasil afirman que el gobierno cambió su posición sobre Venezuela. ¿Es así?

–Brasil tiene respecto de Venezuela la misma posición que en relación a los demás países del mundo; sobre todo de no injerencia. Estamos dispuestos a dialogar, a encontrar vías de cooperación y de consenso. Tenemos una postura muy clara en defensa de los principios constitucionales, lo que incluye derechos humanos pero también implica la no interferencia. Debe quedar claro que la solución será encontrada internamente por los actores políticos venezolanos.

–Pero Brasil tuvo siempre una presencia diferencial sobre Venezuela. Y no solo con Rouseff y Lula. También con Fernando Cardoso.

–Venezuela es un país con un componente energético más que significativo. Es el quinto exportador mundial. Y por lo que mencioné, tiene una posición estratégica en la región.

–¿Convenimos entonces que es más importante para Brasil que para Argentina? Inclusive en términos económicos.

–Argentina no tiene contacto físico; pero sí político. En cuanto a Brasil tiene fronteras amplias en una región muy frágil. Son 2.000 kilómetros de selva amazónica.

–¿Qué papel puede jugar Brasil?

–En el marco de la Unasur, constituimos un grupo junto con Colombia y Ecuador, para ayudar en el diálogo entre gobierno y oposición. Hubo un compromiso de Venezuela de realizar las elecciones legislativas y lo cumplió. El grupo acompañó el proceso desde un primer momento. Ahora, es preciso aclarar que no respondemos exclusivamente al gobierno venezolano sino también a la oposición.

Justamente porque nuestro objetivo es servir de puente para el diálogo entre ambos.

–¿Eso quiere decir que podrían ser convocados por la oposición?

–Desde luego, también podemos ser convocados por la oposición.

"BUSCAMOS RELANZAR LA RELACIÓN COM ARGENTINA EM TODAS LA ÁREAS" (ENTREVISTA DO MINISTRO MAURO VIEIRA AO JORNAL CLARÍN, ARGENTINA) 14/01/2016 [ESPAÑHOL]

por Eleonora Gosman

El canciller brasileño dijo que este país es "un socio estratégico" y que Dilma espera recibir a Macri pronto en Brasil.

"A mi me gustaría saludarlo otra vez y abrazarlo. Tendría un gran placer en verlo". Así se expresaba, ante esta correspondencia, el canciller de Brasil Mauro Vieira en relación a un posible encuentro con el presidente Mauricio Macri, luego de aterrizar ayer en el Aeroparque Militar con un avión de la Fuerza Aérea de su país. En una entrevista en Brasilia, donde se exhibió ante un medio argentino por primera vez, mostró las expectativas de su país en el "relanzamiento" de las relaciones bilaterales con un socio que figura "en el primer círculo de las prioridades estratégicas" brasileñas.

Embajador durante seis años en la Argentina (2004-2010), no sólo hace gala de un fluido "español porteño". Conoce, se diría que en forma transversal, la sociedad argentina. Y mantuvo contactos frecuentes con el Presidente, desde la época de su primera elección como jefe de gobierno de la Ciudad de Buenos Aires.

–Usted ya conversó al menos en tres oportunidades con el gobierno Macri. ¿Cuál es su impresión política?

–No tuve solo algunos encuentros, sino muchos. Lo conozco personalmente desde cuando fue electo jefe de gobierno de Buenos Aires. En las últimas tres ocasiones en diciembre: primero en Brasilia, luego en la ceremonia del 10 y por último en la

cumbre de Asunción, renovamos de lado a lado el interés en preservar y fomentar la relación bilateral. Esto no sólo es importante para los dos países sino para toda la región. Reiteramos que Argentina es nuestra prioridad: un socio estratégico, primordial. Es un país con el cual precisamos tener una coordinación muy estrecha. Lo que hemos escuchado de Macri va también en esa dirección.

–¿Tenía referencias de su nueva colega, la ministra Susana Malcorra?

–Claro, la conocí personalmente cuando era jefe de gabinete del secretario general de las Naciones Unidas Ban Ki-moon. Estuve varias veces con ella en Nueva York, como embajador en Washington. Tengo de ella la mejor impresión como una profesional muy competente y experimentada. En su puesto en la ONU, da una visión muy abarcadora del mundo.

–Entonces, el flamante escenario político argentino dista de ser una incógnita para usted.

–Efectivamente. Conocí también a otros integrantes del gobierno del presidente Macri, en mi época de embajador en Buenos Aires.

–¿Cuáles son los objetivos prioritarios de Brasil para este año en la relación bilateral?

–Hay varias señales de la importancia de la relación. El hecho de que el presidente Macri haya visitado Brasil antes incluso de asumir el cargo, demuestra la relevancia de la relación. Estoy yendo ahora a Buenos Aires por una invitación de la canciller Malcorra. Vamos a establecer un sistema de consultas regulares y frecuentes. Ahora, el objetivo de la visita es llevar el convite al presidente Macri y mapear nuestra relación. Tenemos que pensar cómo vamos a tratar la integración entre las distintas áreas. Nuestra

idea es retomar mecanismos que ya existían y explorar otras alternativas para relanzar la relación bilateral en todas las terrenos: político, comercial, científico-tecnológico, educativo y de investigación espacial. La relación Brasil-Argentina ya tiene una estructura muy densa, con cobertura de todas las áreas. Es así hace muchos años y tengo certeza que será mantenido.

–Las relaciones fueron siempre intensas, pero con períodos conflictivos. ¿Cree que la llegada de Macri facilitará el intercambio comercial, dada la filosofía de este gobierno?

–Las relaciones entre Brasil y Argentina solo fueron difíciles en el pasado remoto. Le diría después de las respectivas independencias y en los períodos militares. Pero desde la redemocratización entre los dos países, el diálogo no podría ser mejor. Informática, investigación en nuevos materiales, espacial y atómica: todas fueron y son áreas de colaboración estrecha. Hay un tejido muy fuerte en todas las áreas. Hay diferencia de posiciones, claro: es natural entre países próximos. Lo importante es tener en mente que siempre tuvimos mecanismos para crear consenso. Tuvimos dificultades comerciales y los resolvimos con las comisiones de monitoreo del comercio. Esa es la característica de nuestro vínculo.

–Este es un gobierno nuevo y representa un cambio singular respecto de los anteriores. Pasará un tiempo inclusive de readaptación. ¿Qué de concreto puede esperarse en 2016?

–Creo que las señales no solo son positivas sino muy rápidas. La invitación que me realizó la canciller Malcorra fue rapidísima. Estoy yendo en la segunda semana de días útiles de trabajo para los gobiernos en este año. Eso indica que hay gran interés en intensificar las relaciones. Siempre

Argentina estuvo en el primer círculo de nuestro interés.

–¿Será posible una visita de Macri en febrero o marzo?

–Dilma ya lo invitó y ahora llevo formalmente la invitación. De nuestra parte esperamos que sea rápido. Discutiremos las fechas por la vía diplomática con la ministra Malcorra. Vamos a trazar un mapa y un plan de acción, con lanzamientos de nuevas iniciativas. Una aproximación entre los dos gabinetes.

–¿Puede haber una aceleración de los acuerdos con la Unión Europea y la Alianza para el Pacífico?

–La posición que nos transmitió el actual gobierno argentino es de total compromiso con relación a las negociaciones con la UE, que comenzará cuando se concrete el intercambio de ofertas para el área de libre comercio. Trabajamos intensamente el año pasado en la elaboración de las ofertas y vamos a trabajar ahora para el intercambio. Cuando Macri vino a Brasilia, como presidente electo, él subrayó el deseo de concluir en un tratado. Lo mismo en la Alianza con el Pacífico. Fueron, precisamente, señalados esos dos bloques. Los de la AP son vecinos nuestros, como el caso de Chile, que tiene una integración política, económica y social. Nosotros tenemos además frontera con Colombia y Perú. Y México por su economía, con la que nosotros hemos profundizado las relaciones económicas en el marco del Acuerdo de Complementación Económica (ACE).

–¿Va a ser recibido por el presidente Macri?

–Puede ser que sí; dependerá de la agenda del Presidente. A mi me gustaría saludarlo otra vez y abrazarlo. Tendría gran placer.

PAÍSES QUER AMPLIAR PRESENÇA NA ÁFRICA, DIZ MAURO VIEIRA (ENTREVISTA DO MINISTRO MAURO VIEIRA À ANBA – AGÊNCIA DE NOTÍCIAS BRASIL-ÁRABE) 10/03/2016

Em entrevista à ANBA, o chanceler brasileiro afirmou que países árabes e africanos são prioridade para o Brasil e que o objetivo de sua atual viagem ao continente é aprofundar os laços diplomáticos e comerciais.

Marcos Carrieri, enviado especial

Casablanca - O Brasil quer aprofundar sua presença diplomática e comercial no continente africano e nos países árabes. Nesta quinta-feira (10), o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira, disse à ANBA que a viagem que realiza esta semana à Etiópia, Marrocos e Tunísia serve para aprofundar o conhecimento das posições que estas nações têm frente a temas internacionais e reafirmar as posições do Brasil sobre os mesmos assuntos, assim como estreitar as relações comerciais. Vieira esteve na Etiópia na terça-feira (08), no Marrocos na quarta (09) e nesta quinta, e vai embarcar para a última etapa da visita, a Tunísia, nesta sexta-feira (11).

“As visitas têm o objetivo principal de aproximar o Brasil destes países. São três países muito importantes, parceiros importantes do Brasil. E também há a ocasião da aproximação política, da concertação política, das consultas e da compreensão que o Brasil tem destes países e que eles têm das posições políticas do Brasil no cenário regional, e também no âmbito bilateral. Houve discussões concretas de projetos e de interesses”, afirmou.

Ele lembrou que está sendo acompanhado por representantes de empresas brasileiras e

que a receptividade ao setor exportador é positiva. Citou como exemplo a presença da presidente de Confederação Geral das Empresas Marroquinas (CGEM), Meriem Bensalah-Chaqroum, no Encontro de Negócios Brasil-Marrocos, organizado pelo Itamaraty nesta quinta-feira em Rabat.

Vieira afirmou que um acordo de facilitação de investimentos está em fase final de negociação e que há o interesse mútuo de ampliar a corrente comercial. Esse acordo prevê a criação de instrumentos que reduzem os riscos dos investimentos e também a solução de controvérsias.

“Temos notícia de que está praticamente concluída essa negociação, e várias outras iniciativas estão em negociação. Agradeço muito à Câmara de Comércio Árabe Brasileira por ter contribuído de forma muito importante para a organização desta missão. O sinal de que o governo brasileiro tem interesse total em aprofundar as relações bilaterais com os países que estou visitando agora, e com os outros que já visitei, e mais especificamente com o Marrocos, é o fato de que estavam presentes hoje na abertura do seminário não só o ministro da Indústria e de Comércio, Moulay El Alamy, mas também a presidente do CGEM, que é a entidade de classe mais importante, mais poderosa, que reúne grandes empresários”, afirmou o ministro.

O chanceler afirmou também que há interesse do Brasil e do Marrocos em solucionar entraves para as trocas comerciais. Há setores que enfrentam barreiras tarifárias para vender seus produtos no mercado marroquino.

“Há um interesse estratégico em aprofundar as relações com o Brasil e [os ministros marroquinos] deram demonstrações de que estão prontos a negociar e a acertar todo tipo de ajuste possível de interesse dos dois países. E o que eu posso dizer é que

dificuldades são circunstanciais, mas são sempre objetos de negociações e de acertos. Acho que o importante é criarmos sinergia, que os governos possam criar condições para que haja mais negócios, mais investimentos e mais comércio. E os empresários sempre encontrando formas - através de associação com empresários locais ou outros esquemas de penetração nos mercados locais - de executar os seus negócios e, sobretudo, de aproveitar os instrumentos criados pelos governos para ampliar a relação”, disse.

Comunicado

O chanceler brasileiro e o ministro dos Negócios Estrangeiros e da Cooperação do Marrocos, Salaheddine Mezouar, divulgaram um comunicado conjunto de intenções para ampliar o relacionamento entre os dois países.

No documento, eles afirmam que há o interesse mútuo de concluir acordos de interesse comum, como de promoção do comércio e de investimentos e de auxílio em matéria penal. Ambos demonstraram interesse em retomar as negociações para um tratado comercial entre o Marrocos e o Mercosul, previsto num acordo-quadro (prévio) de 2004.

No comunicado, ambos manifestaram também interesse em desenvolver a cooperação cultural e educacional por meio de intercâmbios e de eventos culturais. Vieira convidou Mezouar a visitar o Brasil, em data ainda a ser marcada.

**LA DÉMOCRATIE NE SE
CONSTRUIT PAS DU JOUR AU
LENDEMAIS (ENTREVISTA DO
MINISTRO MAURO VIEIRA AO
JORNAL LA PPRESSE, TUNÍSIA)
12/03/2016 [FRANCES]**

Au-delà du renforcement de la coopération tuniso-brésilienne et la promotion de rencontres entre hommes d'affaires brésiliens et tunisiens, la visite du ministre des Relations extérieures du Brésil s'inscrit, souligne Son Excellence Mauro Vieira, dans un contexte de mobilisation internationale permanente pour soutenir la transition démocratique en Tunisie et pour condamner, sans relâche, n'importe quelle forme de terrorisme. «Ma présence à Tunis fait preuve du soutien du Brésil aux changements en cours en Tunisie et à la capacité du pays à relever les défis de la violence et de l'extrémisme, tout en consolidant le régime démocratique fondé sur le dialogue et la tolérance», dit-il. Entretien.

C'est votre cinquième visite en Afrique. Cette fois la Tunisie, le Maroc et l'Éthiopie figurent au programme de votre tournée. Sur quelle base avez-vous choisi ces destinations ?

Le fait que celle-ci soit ma cinquième visite au continent africain dans un peu plus d'un an donne la mesure de la priorité que le Brésil attribue à ses relations avec l'Afrique. Le choix des pays à visiter dans chaque tournée est lié à la densité des rapports avec chacun des pays et aux différents thèmes de l'agenda bilatéral. Dans le cas de la Tunisie, j'aurais souhaité venir avant, mais c'est seulement maintenant que nous avons réussi, mon collègue tunisien et moi, à concilier nos agendas.

Lors de cette tournée, vous êtes accompagné par une forte délégation

d'entrepreneurs et d'institutionnels. Sous quel signe peut-on placer cette visite ?

La promotion de rencontres entre hommes d'affaires brésiliens et étrangers est un élément permanent de mon travail en tant que ministre des Relations extérieures, d'autant plus que ce volet est présent dans la plupart de mes déplacements à l'étranger — en Tunisie on ne pourrait faire autrement.

Je souligne, néanmoins, que la rencontre commerciale prévue pour cette visite aura lieu dans le cadre d'un processus de diversification et d'intensification des relations bilatérales — qui portent maintenant sur plusieurs domaines — dont le début remonte à la Révolution en 2011. Dans un sens plus large, il s'agit de réaffirmer l'intérêt du Brésil à un plus grand rapprochement avec la Tunisie.

D'un point de vue institutionnel, un mémorandum d'entente devra être signé dans le but de fournir un cadre légal à la coopération et aux échanges fructueux déjà en cours autour des politiques gouvernementales dans le domaine social. A titre d'exemple, je pourrais citer la mise en place d'un système unique d'identification des bénéficiaires de programmes sociaux, les cantines scolaires et les systèmes d'évaluation et de suivi de ces programmes.

Je tiens à souligner, par ailleurs, que ma visite s'inscrit aussi dans un contexte de mobilisation internationale permanente pour soutenir la transition démocratique en Tunisie et pour condamner sans relâche n'importe quelle forme de terrorisme. Ma présence à Tunis fait preuve du soutien du Brésil aux changements en cours en Tunisie et à la capacité du pays à relever les défis de la violence et de l'extrémisme, tout en consolidant le régime démocratique fondé sur le dialogue et la tolérance.

De nos jours, le volume des échanges commerciaux, les flux touristiques et les investissements croisés sont quasi insignifiants et ce malgré les privilèges accordés aux ressortissants des deux pays. Comment faire pour stimuler ces échanges ?

Les flux de commerce entre les deux pays ont atteint le chiffre de 361 millions de dollars en 2015, modeste en vue du potentiel à exploiter. Dans le but d'intensifier nos échanges, une convention-cadre sur le commerce et la coopération économique entre le Mercosur et la Tunisie a vu le jour en décembre 2014. En mai dernier, lors de la première réunion de suivi de cet instrument, nous avons tous réitéré notre intérêt dans la négociation d'un accord commercial portant sur un large éventail de produits.

En ce qui concerne le tourisme, un mémorandum d'entente sera signé ayant pour but de donner un nouvel élan au mouvement des touristes entre les deux pays. Je souhaite que cet accord puisse contribuer à faire rebondir les échanges de touristes des deux côtés, dont la relative faiblesse pourrait s'expliquer depuis toujours par l'éloignement géographique, par le manque de liaisons aériennes directes entre le Brésil et la Tunisie et par le déficit réciproque d'informations.

Bien évidemment, nous sommes prêts à accueillir à bras ouverts les touristes tunisiens qui feront le déplacement au Brésil en août prochain, lors des Jeux Olympiques de Rio de Janeiro, pour soutenir leurs braves athlètes dans les compétitions.

Quels sont les domaines qui recèlent des potentialités de développement des affaires entre les deux pays?

L'objectif à atteindre par le biais du séminaire que j'aurai le plaisir de clôturer, le vendredi 11 mars à l'Utica, est précisément celui de réunir les hommes d'affaires des deux pays pour qu'ils puissent ensemble identifier de nouvelles opportunités pour la coopération et les échanges commerciaux.

Le Brésil, appelé géant agricole ou géant vert par les médias, a forgé un savoir-faire unique dans plusieurs filières agricoles et d'agrobusiness. Dans cette perspective, un accord de coopération dans ces domaines a été signé en 2012. Qu'en est-il des réalisations?

Le premier résultat concret de l'accord de 2012 sera la signature, lors de ma visite, du « projet pour la mise en valeur des plantations d'eucalyptus ». Les responsables de la conception et de l'exécution de ce projet sont l'Agence brésilienne de coopération et l'Entreprise brésilienne pour la recherche agricole (Embrapa), en partenariat avec le ministère tunisien de l'Agriculture.

Le projet répond à une demande tunisienne et porte sur le transfert de technologie et d'expertise pour l'amélioration génétique de l'eucalyptus, ainsi que pour la formation professionnelle en technologies d'exploitation forestière. Le but est de contribuer à la réussite du programme de reboisement en Tunisie pour contenir le processus de désertification.

Sur le plan social, notamment en matière de lutte contre la pauvreté, le Brésil a développé des plans et des mécanismes qui ont montré des résultats probants. Pensez-vous que certaines mesures du modèle brésilien peuvent être dupliquées en Tunisie?

L'intérêt tunisien pour l'expérience brésilienne dans le domaine des politiques sociales nous a été transmis plusieurs fois, à l'occasion de rencontres bilatérales au cours de ces dernières années. Cet intérêt s'est déjà traduit par un nombre d'actions concrètes.

Le Brésil a mené à bien une période de transition politique. Quels sont les principaux enseignements de l'expérience brésilienne?

Les leçons les plus importantes tiennent à la persévérance dans le chemin à suivre et à l'ouverture permanente au dialogue. La démocratie ne se construit pas du jour au lendemain. Les processus de changement social, politique et économique sont nécessairement de longue haleine, parfois même douloureux. On ne peut rien faire de durable en dehors d'un cadre de démarches permanentes destinées à créer une ambiance d'inclusion économique, politique et sociale plus vaste.

A _____

África 20, 36, 49, 55, 56, 60, 63, 64, 70, 81, 98, 102, 103, 105, 107, 108, 111, 119, 127, 132, 136, 140, 143, 174.

África do Sul 98, 119, 136.

Alemanha 32, 33, 60, 75, 83, 89, 90, 156.

Algodão 131.

América do Sul 26, 27, 32, 35, 45, 46, 47, 48, 50, 60, 72, 98, 101, 107, 137, 142, 156.

Angola 36, 127, 147.

Argentina 17, 26, 33, 35, 43, 47, 48, 60, 63, 70, 71, 74, 75, 77, 94, 95, 96, 97, 100, 108, 111, 131, 137, 138, 142, 148, 149, 156, 157, 158, 160, 162, 166, 168, 169, 170, 171, 172, 173.

Ásia 20, 36, 38, 49, 55, 60, 63, 81, 156.

ASPA 57 e 107.

Assunção 35, 75, 118, 121, 122, 154, 156, 157.

B _____

Biodiversidade 62

Biocombustíveis 66

Bolívia 35, 135, 157, 158.

BRICS 19, 20, 39, 64, 80, 81.

Buenos Aires 35, 74, 94, 133, 137, 138, 152, 154, 166, 168, 170, 172.

C _____

Caracas 123, 147, 148, 155, 170.

CELAC 23, 24, 25, 27, 48, 75, 85, 87, 101.

Chile 26, 35, 47, 71, 98, 99, 100, 132, 148.

China 24, 33, 34, 48, 60, 63, 64, 83, 85, 124, 125, 153, 155.

Colômbia 19, 20, 23, 24, 27, 34, 35, 47, 49, 63, 70, 80, 81, 86, 87, 110, 111, 115, 116, 142, 149, 151.

Cooperação econômica 34, 39, 104, 116, 127, 140.

CPLP 93, 94, 110, 127.

Cuba 19, 23, 35, 80, 135, 151.

D _____

Democracia 23, 39, 47, 48, 55, 60, 62, 65, 72, 98, 99, 104, 148, 149, 157, 158, 159, 164, 170.

Desarmamento 28, 47, 117, 160, 161.

Desenvolvimento Sustentável 21, 49, 50, 51, 52, 53, 62, 66, 67, 70, 82, 107, 108, 122, 129, 130, 139.

Direitos Humanos 18, 22, 23, 47, 50, 60, 62, 75, 78, 83, 86, 92, 107, 119, 123, 136, 144, 149, 150.

E _____

Energia 17, 34, 49, 52, 77, 83, 117, 137, 160.

Equador 23, 26, 49, 85, 111, 118, 128, 132, 135.

Espanha 150.

Estados Unidos 23, 33, 34, 48, 60, 63, 70, 116, 118, 140, 151.

F _____

FAO 24 e 47.

França 83, 88, 91, 117, 128, 129, 138, 156.

Fronteiras 23, 27, 39, 45, 57, 64, 134, 144.

G _____

Genebra 57, 76, 96.

Guiné-Bissau 17, 77, 110.

H _____

Haiti 85, 86, 92, 93, 121.

I _____

IBAS 19 e 80.

Índia 21, 24, 32, 35, 36, 63, 72, 82, 85, 126, 157.

Israel 57, 90, 147.

Irã 36, 83, 84, 123, 124, 144.

J _____

Japão 17, 32, 77, 127.

Jogos Olímpicos 25, 106, 133, 145.

L _____

Líbano 19, 24, 35, 56, 80, 153.

M _____

MERCOSUL 21, 24, 27, 35, 36, 38, 46, 48, 49, 60, 63, 70, 75, 82, 87, 99, 101, 103, 104, 106, 119, 123, 131, 135, 137, 141, 142, 143, 146, 149, 153, 156, 157, 165, 175.

México 20, 24, 34, 35, 49, 63, 70, 81, 94, 95, 96, 97, 111, 133, 139, 142, 149, 173.

Moçambique 17, 36, 77.

Montevidéu 27, 152, 153, 154.

N _____

Nuclear 17, 19, 36, 43, 44, 47, 48, 72, 73, 78, 80, 83, 84, 90, 117, 160, 161, 162, 163.

O _____

OMC 19, 23, 37, 62, 68, 69, 80, 102, 114, 115, 116, 120, 140.

Oriente Médio 20, 36, 47, 56, 81, 132, 143.

P _____

Palestina 56 e 88.

Paraguai 70, 74, 108, 118, 121, 122, 146, 156, 157, 158.

Peru 35, 49, 63, 127, 134, 141, 142, 148.

Propriedade Intelectual 37 e 94.

R _____

Rio+20 49, 51, 54, 66, 87, 130, 139, 151.

S _____

Santiago 98, 99, 151.

Segurança Alimentar 24, 85, 91.

Síria 18, 19, 29, 57, 70, 75, 76, 78, 79, 89, 90, 91, 96, 100, 109, 110, 140, 151.

T _____

Terrorismo 17, 18, 31, 47, 60, 72, 73, 74, 75, 76, 78, 79, 84, 86, 88, 91, 94, 104, 107, 109, 111, 114, 129, 134, 135, 140, 145, 147, 148, 151, 153, 154, 160, 162.

U _____

Unasul 26, 27, 28, 48, 72, 75, 85, 87, 101, 135, 136, 149.

UNESCO 147 e 151.

União Europeia 21, 24, 35, 48, 49, 60, 63, 75, 82, 85, 90, 113, 123, 135, 146, 152, 153, 156, 164, 165.

Uruguai 26, 28, 71, 108, 111, 123, 128, 135, 148, 149, 156, 157, 158.

V _____

Venezuela 26, 28, 71, 72, 87, 98, 108, 135, 144, 147, 148, 149, 150, 157, 158, 166, 167, 170, 171.

Capa e Projeto Gráfico

Karina Barreira

Vivian Fernandes

Diagramação

Clovis Gomes de Aguiar Junior

Mayara Cristina Félix

Formato

20 x 26 cm

Mancha

15,5 x 21,5 cm

Tipologia

Times New Roman

Papel

Supremo 250 g/m²,

Plastificação fosca (capa)

e 75g/m² (miolo)

Número de páginas

182

Endereço para correspondência

Coordenação-Geral de Documentação
Diplomática (CDO)

Ministério das Relações Exteriores,

Anexo II, 1º subsolo, Sala 10

CEP 70170-900, Brasília, DF

Telefones: (61) 2030-9279 / 9037

Fax: (61) 2030-6591 **Impresso
pela Gráfica do Ministério das Relações
Exteriores**



Departamento de Comunicações e Documentação